

CONRADO FERREIRA ARCOLEZE

**Fios da História:
campanha presidencial de Leonel Brizola e o seu entrelaçar com o passado
político do candidato pela imprensa**

**Assis
2020**

CONRADO FERREIRA ARCOLEZE

**Fios da História:
campanha presidencial de Leonel Brizola e o seu entrelaçar com o passado
político do candidato pela imprensa**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para obtenção do título de Mestre em História (Área de conhecimento: História e Sociedade).

Orientador: Prof. Dr. Áureo Busetto

Bolsista: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Assis

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Laura Akie Saito Inafuko - CRB 8/9116

A675f Arcoleze, Conrado Ferreira
Fios da História: campanha presidencial de Leonel
Brizola e o seu entrelaçar com o passado político do
candidato pela imprensa / Conrado Ferreira Arcoleze. Assis,
2020.
239 p.

Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual
Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Dr. Áureo Busetto

1. Brizola, Leonel de Moura, 1922-2004. 2. Presidentes -
Eleições. 3. Imprensa. I. Título.

CDD 981.06

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: Fios da História: campanha presidencial de Leonel Brizola e o seu entrelaçar com o passado político do candidato pela imprensa

AUTOR: CONRADO FERREIRA ARCOLEZE

ORIENTADOR: AUREO BUSETTO

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em HISTÓRIA, área: História e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. AUREO BUSETTO
Departamento de História / UNESP/Assis

Prof. Dr. CELIO JOSE LOSNAK
Departamento de Ciências Humanas / UNESP/FAAC-Bauru

Prof. Dr. EDVALDO CORRÊA SOTANA
Departamento de História / UFMT/Cuiabá

Assis, 26 de agosto de 2020

Aos meus pais Atilio e Catarina

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Atilio e Catarina pelo amparo e incentivo em todas as horas, bem como ao enorme esforço dedicado à minha formação, não só enquanto acadêmico, mas principalmente como cidadão. Nenhuma conquista seria atingida sem o dedicado apoio e amor de ambos, que sempre me destinaram a melhor educação possível. Palavras ainda me faltam para expressar o quanto sou grato a tudo o que me proporcionaram.

Agradeço a Deus e Jesus pelo amparo, proteção e inspiração a mim concedidas. Dentro de minha singela fé ajudaram a me dar forças para a realização deste trabalho.

Ao meu orientador, o professor Áureo Busetto pelo enorme profissionalismo a mim dedicado nas orientações, estando sempre prestativo e paciente para sanar as dúvidas, bem como possuindo valorosa contribuição para amadurecimento e direcionamento desta pesquisa. Registro ainda um profundo gesto de reconhecimento e gratidão não somente durante a nossa jornada oficial no mestrado, mas também por ter aceitado orientar e trabalhar com alguém não oriundo da área de História. Se hoje me sinto como um historiador, devo isso principalmente ao professor Áureo.

Agradeço aos professores da UNESP/Assis, em especial, André Figueiredo Rodrigues, Carlos Alberto Sampaio Barbosa e Lucia Helena Oliveira Silva pelos valiosos ensinamentos em suas aulas na pós-graduação, bem como preciosas contribuições a pesquisa. Aos professores Edvaldo Sotana e Célio Losnak pelos valiosos apontamentos durante o Exame de Qualificação, bem como as preciosas contribuições como avaliadores do trabalho na banca.

Ao CNPq agradeço pelo financiamento desta pesquisa. Sou grato ainda a todos os funcionários da Biblioteca e do Programa de Pós-Graduação da FCL/UNESP/Assis, especialmente por serem tão prestativos e solícitos. Agradeço ainda a Clarice do Departamento de História, sempre gentil e prestativa. Aos companheiros de pós-graduação, agradeço não somente ao incentivo, bem como desejo um profundo reconhecimento e sucesso na área acadêmica.

Agradeço ao Ramón, do arquivo do Correio do Povo, e ao Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, representado na figura do Beto, sempre solícitos, pacientes e dedicados aos seus ofícios. A todos que conheci em Porto Alegre, agradeço pela enorme receptividade e gentileza a mim dedicados. Agradeço ainda aos assessores da deputada Juliana Brizola, Marlon e Neir, que não somente me disponibilizaram obras sobre a trajetória de Brizola, bem como me relataram diversos acontecimentos do líder trabalhista.

Aos familiares e amigos, que sempre me incentivaram e demonstraram apoio à minha jornada acadêmica. Agradeço aos amigos que obtive em Maringá durante minha graduação, aos que me receberam no retorno a Assis, bem como aqueles que conheci desde nossa volta a Cidade Fraterna.

A todos aqui dispostos, os meus mais sinceros e profundos agradecimentos.

“A casta dirigente do País tem consciência de que nós detemos o fio da História, a retomada de nossos destinos naturais”.

(Leonel Brizola)

“Fracassei em tudo o que tentei na vida. Tentei alfabetizar as crianças brasileiras, não consegui. Tentei salvar os índios, não consegui. Tentei fazer uma universidade séria e fracassei. Tentei fazer o Brasil desenvolver-se autonomamente e fracassei. Mas os fracassos são minhas vitórias. Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu”.

(Darcy Ribeiro)

ARCOLEZE, Conrado Ferreira. **Fios da História: campanha presidencial de Leonel Brizola e o seu entrelaçar com o passado político do candidato pela imprensa**. 2020. 237 p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História). – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2020.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo avaliar e compreender historicamente o conteúdo e forma, expedientes discursivos e editoriais que os jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Zero Hora*, *Correio do Povo*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de São Paulo* investiram para posicionar historicamente aos seus leitores o candidato do PDT Leonel Brizola na campanha presidencial de 1989, utilizando-se do expediente de entrelaçar suas ações e discursos na vida política nacional anterior, especialmente a partir do início de sua governança gaúcha em 1958, período em que Brizola alcançou maior destaque à política nacional. Do ponto de vista teórico-metodológico, os jornais escolhidos como fontes para a análise não foram selecionados exclusivamente como reprodutores de informação sobre a campanha presidencial de 1989 de Brizola, mas, também foram tomados como objetos da análise, uma vez que são considerados agentes do campo político nacional. Com isso, não foram analisados os materiais jornalísticos somente em suas formas finais ou acabadas, mas, também, seus produtores, compreendendo e apreciando seus papéis no debate político e a participação no processo eleitoral de 1989. Buscou-se analisar a produção jornalística, os atores envolvidos e a relação das organizações jornalísticas estudadas com aspectos salientados na campanha presidencial de Brizola. Procurou-se destacar a veiculação pelos seis jornais da campanha presidencial de 1989 como um todo, abarcando as fases da pré-campanha e campanha propriamente dita. Centrou-se na análise de divulgação e apreciação sobre a campanha presidencial de Brizola pelos seis jornais, incluindo suas propostas e seu passado político como elementos históricos. Concluiu-se que os seis jornais analisados não foram totalmente imparciais e objetivos na veiculação da campanha presidencial de 1989 de Brizola, utilizando-se de expedientes discursivos para posicionar negativamente aos seus leitores o candidato pedetista e sua plataforma eleitoral, ainda que de maneira distinta.

Palavras-chave: Leonel Brizola. Campanha presidencial. Imprensa.

ARCOLEZE, Conrado Ferreira. **History threads: Leonel Brizola's presidential campaign and its intertwine with the candidate's political past by the press.** 2020. 237 p. Dissertation (Academic Master's in History). – São Paulo State University (UNESP), School of Sciences, Humanities and Languages, Assis, 2020.

ABSTRACT

The present work aims to evaluate and understand historically the content and form, discursive and editorial devices that the newspapers *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Zero Hora*, *Correio do Povo*, *O Estado de S. Paulo* and *Folha de São Paulo* have invested to position historically the PDT candidate Leonel Brizola in the 1989 presidential campaign, using the expedient of intertwine his actions and speeches in the previous national political life, especially since the beginning of his Rio Grande do Sul's governance in 1958, a period in which Brizola reached greater emphasis on national politics. From a theoretical and methodological point of view, newspapers chosen as sources for analysis were not selected exclusively as reproducers of information about Brizola's 1989 presidential campaign, but were also taken as objects of analysis, since they are considered agents of the national political field. As a result, not only were journalistic materials analyzed in their final or finished forms, but also their producers, understanding and appreciating their roles in the political debate and participation in the 1989 electoral process. We sought to analyze the journalistic production, the actors involved and the relationship of the journalistic organizations studied with aspects highlighted in the presidential campaign of Brizola. We sought to highlight the placement of the six newspapers of the presidential campaign of 1989 as a whole, covering the phases of the pre-campaign and campaign itself. It focused on the analysis of disclosure and appreciation of Brizola's presidential campaign by the six newspapers, including his proposals and his political past as historical elements. It was concluded that the six newspapers analyzed were not entirely impartial and objective in placement the presidential campaign of 1989 Brizola, using discursive expedient to position negatively to your readers PDT candidate and his election platform, although in a diferente way.

Key-words: Leonel Brizola. Presidential campaign. Press.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 IMPRENSA E SEU MODO DE PRODUÇÃO NA DÉCADA DE 1980	
1.1 PRODUÇÃO JORNALÍSTICA	26
1.2 PRODUTORES, DIRIGENTES E JORNALISTAS	51
1.3 POSICIONAMENTOS HISTÓRICOS	69
2 O CANDIDATO BRIZOLA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1989	
2.1 PRÉ-CAMPANHA	82
2.2 CAMPANHA OFICIAL	110
2.3 REGIONALIZAÇÃO DOS VOTOS AO CANDIDATO PEDETISTA	135
3 PASSADO POLÍTICO DE LEONEL BRIZOLA NA CAMPANHA DE 1989	
3.1 PROPOSTAS DE LEONEL BRIZOLA	147
3.2 ATUAÇÃO POLÍTICA NO PRÉ-64	171
3.3 O PÓS-GOLPE CIVIL-MILITAR ATÉ A REDEMOCRATIZAÇÃO POLÍTICA	189
CONSIDERAÇÕES FINAIS	226
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	233

INTRODUÇÃO

A finalidade desta dissertação é avaliar e compreender historicamente o conteúdo e a forma, expedientes discursivos e editoriais nos quais os jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Zero Hora*, *Correio do Povo*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de São Paulo* investiram para posicionar historicamente aos seus leitores o candidato do PDT Leonel Brizola na campanha presidencial de 1989, utilizando-se do expediente de entrelaçar suas ações e seus discursos na vida política nacional anterior, especialmente a partir do início de sua governança gaúcha em 1958, período em que Brizola alcançou maior destaque na política nacional. Além disso, procura-se compreender a maneira com que Brizola buscava recuperar o seu passado histórico e realçá-lo de forma que legitimasse o seu discurso, sendo utilizadas, para isso, suas próprias declarações reproduzidas pelos periódicos, bem como as suas colunas pagas, popularmente conhecidas como “Tijolaços”. Ademais, busca-se, na pesquisa, a utilização do contraponto, quando possível, seja diante das perspectivas de Brizola seja dos periódicos analisados sobre determinado acontecimento.

A eleição presidencial de 1989 foi a primeira realizada após uma ausência de 29 anos, decorrente do golpe civil-militar de 1964 e da ditadura que se seguiu até 1985, ano em que a chapa Tancredo Neves e José Sarney (PMDB) foi escolhida através de eleição indireta pelo Colégio Eleitoral. Com a morte de Tancredo pouco após a vitória, Sarney assumiu a Presidência do Brasil e com a tarefa de redemocratizar o país. No pleito de 1989, Leonel Brizola despontou como um dos principais favoritos, especialmente por sua elevada popularidade nos estados que governou, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. O pedetista era o único candidato com destacada atuação no período pré-64 e fora personagem importante nos acontecimentos que levaram à deposição do presidente João Goulart (PTB), especialmente por sua inflamada campanha pela aprovação das reformas de base e pelo enfrentamento a grupos conservadores.

Exilando-se no Uruguai em 1964, Brizola permaneceu afastado da vida política nacional até seu retorno ao país, em 1979, pela Lei da Anistia, período em que era visto como principal liderança oposicionista ao regime militar e principal candidato ao Planalto, quando eleições presidenciais democráticas fossem realizadas. Após perder o comando do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) para Ivete Vargas, criou a sua própria sigla trabalhista, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), agremiação da qual se tornara a principal liderança e candidato ao governo do Rio de Janeiro nas eleições estaduais de 1982. Eleito governador fluminense, Brizola se fortaleceu com o objetivo de assumir a Presidência da República e foi um dos principais articuladores da campanha das Diretas-Já em 1984, despontando como principal favorito ao

cargo presidencial caso a Emenda Dante de Oliveira para realização de eleições presidenciais diretas fosse aprovada.

Realizando um governo de caráter popular e cujos maiores enfoques eram a educação pública – especialmente pela criação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) – e a política de direitos humanos na área de segurança pública, Brizola enfrentou intensa oposição da imprensa carioca, notadamente das Organizações Globo – TV Globo e jornal *O Globo* – e de seu proprietário, Roberto Marinho. Com críticas contundentes da imprensa carioca e união da oposição, Brizola não conseguiu eleger seu sucessor ao comando do Rio de Janeiro – seu vice, o antropólogo e educador Darcy Ribeiro – e, sem cargo eletivo, dedicou-se exclusivamente à preparação para a campanha presidencial.

A campanha de Brizola em 1989 é lapidar para a compreensão de aspectos da história política do Brasil desde o final dos anos 1950, ainda que o enfoque seja a partir da trajetória política do trabalhista. Nesse aspecto, os discursos e ações de Brizola na campanha são veiculados pela imprensa tomando como referência sua carreira política e seu comportamento nos principais acontecimentos na história recente do país, especialmente na crise que levou aos acontecimentos de 1964 e à redemocratização brasileira.

Paralelamente, a imagem de Brizola era veiculada de maneira distintas nos principais jornais cariocas, paulistas e gaúchos. Os periódicos cariocas e paulistas possuíam visão crítica em relação ao pedetista na campanha de 1989, embora por razões distintas. As principais críticas dos matutinos cariocas – especialmente *O Globo* – eram em relação à sua gestão no Rio de Janeiro, enquanto os jornais paulistas o viam como um político ultrapassado, populista e demasiadamente estatista. Entretanto, Brizola era tratado com maior respeito pela imprensa gaúcha, sobretudo por ter nascido e feito um bom governo no Rio Grande do Sul, além do fato da pouca importância dada ao estado pelo Governo Federal desde o fim do segundo governo de Getúlio Vargas e, nesse aspecto, o pedetista era visto como alguém que valorizaria e daria maior atenção aos gaúchos.

O fato de ter governado o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro rendeu ao trabalhista elevado índice de votos nesses estados. Por outro lado, Brizola obteve irrisória votação em São Paulo, o maior colégio eleitoral do país, estado também em que a maior organizada agremiação de esquerda era o Partido dos Trabalhadores (PT), formada após as manifestações operárias do ABC durante a Ditadura Militar. Sobre os resultados eleitorais, a dissertação pretende posicioná-los em relação ao noticiário e às apreciações lançadas pelos respectivos principais jornais dos três estados a fim de aliar a candidatura presidencial de Brizola com a sua história política desde o período do pré-1964.

O objetivo do trabalho é analisar historicamente a ação, os interesses e as justificativas dos principais jornais gaúchos, cariocas e paulistas na veiculação da campanha presidencial de 1989 de Leonel Brizola, sobretudo pelo fato de que o político rio-grandense estava envolvido como peça central nos acontecimentos da política nacional desde o pré-64. Trata-se, portanto, de procurar caracterizar e compreender de forma histórica quais os expedientes discursivos e editoriais utilizados por esses periódicos de forma a posicionar historicamente aos seus leitores o candidato do PDT e sua plataforma eleitoral, valendo-se do expediente de entrelaçar seus discursos e ações na vida política nacional dos anos de 1958-1964 – compreendendo desde sua governança no Rio Grande do Sul, passando por sua atuação no Governo João Goulart, até a crise política vivida por este e que culminaria no golpe civil-militar – com os seus posicionamentos e práticas políticas no final do regime militar – englobando o retorno ao Brasil após 15 anos de exílio, reformulação do trabalhismo brasileiro, criação do PDT e seu governo no Rio de Janeiro.

Busca-se ainda analisar sócio-historicamente a estrutura e a dinâmica do jornalismo brasileiro na década de 1980, pontuando as dinâmicas criadas pela imprensa no final do regime militar e durante o governo de transição democrática de Sarney, segundo dados e informações obtidas na historiografia e bibliografia ocupada com a história da imprensa no Brasil; analisar a história dos periódicos selecionados, quer as suas trajetórias durante a Ditadura Militar, quer quanto ao retorno do poder central aos civis, sempre destacando a relação deles com o poder político, mediante leitura sistemática da bibliografia ocupada com a história particular de cada um dos periódicos focalizados e pela consulta às fontes; conhecer e compreender historicamente o desenvolvimento e o papel desempenhado pela editoria política de cada órgão de imprensa pesquisado, destacando os agentes envolvidos com tais setores; posicionar político-ideologicamente os proprietários, diretores, jornalistas dos jornais paulistas, gaúchos e cariocas que foram consultados.

Esses recursos permitem uma melhor compreensão dos principais motivos e interesses dos seis jornais enfocados quanto ao noticiar e apreciar a candidatura presidencial de Brizola, posicionando tal material nos espaços dos jornais – editorial, colunas assinadas, coluna de notas, artigos de colaboradores a opinarem e o noticiário político-eleitoral em geral –, bem como as autorias e fontes jornalísticas para a composição daquele material. Esse é o caminho a possibilitar maior compreensão histórica do uso daqueles recursos editoriais com vista à formação de opiniões junto aos seus leitores, o que em última análise quer dizer intenções ou tentativas de influir no quadro político-eleitoral focalizado por este trabalho.

Para as análises propostas, busca-se a substância historiográfica, ou seja, trata-se de uma análise não original e, por isso, não é o objetivo deste trabalho a realização de uma análise da trajetória política de Leonel Brizola, nem relatar a campanha presidencial do trabalhista em 1989 como um todo, visto que o primeiro caso é tratado através de ampla bibliografia¹ e para o segundo, seriam necessárias análises de materiais obtidos em outras fontes, como panfletos de campanha, imagens televisivas, programas partidários, discursos em comícios, debates televisivos, etc., além da documentação veiculada na imprensa escrita. Tampouco é o intento desta dissertação analisar unicamente os acontecimentos ligados à trajetória política de Brizola, pois, de certa forma, contam com um leque de estudos das áreas de História e Ciências Sociais, notadamente aqueles que tratam sobre o governo João Goulart, o golpe civil-militar de 1964 e a redemocratização do Brasil, sobretudo após o retorno dos exilados políticos através da promulgação da Lei da Anistia em 1979². Adicionalmente, não é objetivo do trabalho analisar os acontecimentos políticos que marcaram o início da Nova República, incluindo os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte e o documento elaborado ao seu findar, a Constituição Federal de 1988, visto que também contam com trabalhos mais específicos que versam sobre esses assuntos³.

Para a realização da pesquisa, foram escolhidos os dois principais jornais de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, ou seja, os paulistas *O Estado de S. Paulo (OESP)* e *Folha de S. Paulo (FSP)*, os cariocas *Jornal do Brasil (JB)* e *O Globo (OG)* e os gaúchos *Correio do Povo (CP)* e *Zero Hora (ZH)*. Todos os veículos estavam posicionados entre os mais lidos e

¹ Ver FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (Org.). *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016; LEITE, M.C.M. *A trajetória política de Leonel de Moura Brizola no exílio uruguaio*. 149 f. Dissertação (Mestrado em História)-Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015; BRIGAGÃO, Clóvis; RIBEIRO, Trajano. *Brizola*. São Paulo: Paz e Terra, 2015; SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999; LEITE FILHO, Francisco das Chagas. *El Caudillo Leonel Brizola: um perfil biográfico*. São Paulo: Aquariana, 2008; BONES, Elmar; BRAGA Kenny; DIONI, Cleber; SOUZA, João Borges de. *Perfis parlamentares: Leonel Brizola*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2004; BRIZOLA, Juliana; GUERRA, Rejane. *Meu avô Leonel*. 2 Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

² Ver FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: DELGADO, Lucília Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*, vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.343-404; SALES, Jean Rodrigues (Org.). *Guerrilha e Revolução: A luta armada contra a ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil (1974-1985). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, vol.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.244-282.

³ Ver FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da Nova República – da transição democrática à crise política de 2016*, vol.5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p.27-72; PILATTI, Adriano. *A Constituinte de 1987-1988: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

influentes nos seus estados, além do que os cariocas e paulistas selecionados disfrutavam de certa repercussão nacional; porém, nenhum deles se posicionava a favor de Brizola e se declaravam como periódicos liberais, ideologia oposta à do trabalhista.

Variados pesquisadores se preocuparam em analisar historicamente a imprensa nacional na década de 1980 e os fatos que a levaram a possuir um comportamento pautado na racionalidade, objetividade e baseado em maior utilização das tecnologias da informação. Pode-se destacar que o jornalismo brasileiro passou a adquirir uma conotação empresarial mais decidida a partir dos anos 1950, quando comparado à imprensa da primeira metade do século XX, e tal processo, marcado pela completa inserção das organizações jornalísticas no mercado capitalista, ocorreu de forma gradual nas duas décadas seguintes. Anteriormente, a atividade jornalística era marcada por dois aspectos: para o proprietário, seu empreendimento se voltava à venda de anúncios e como um meio de expressar sua opinião sobre determinado assunto; já para o jornalista, a profissão era apenas um meio de conseguir passagem para outra atividade com maior destaque, como a política ou a literatura.

Segundo Ribeiro (2001, p.33-50), a década de 1950 foi o início da transformação das organizações jornalísticas em empresas capitalistas, cujo maior objetivo era o lucro. Para isso, o jornal se transformaria em um produto mercadológico e teria maior investimento em tecnologia por parte dessas organizações, que apostavam na crescente demanda do público por informações. No período, passaram a ser realizadas reformas gráficas, os primeiros manuais de redação começaram a surgir e, não obstante melhorias técnicas fossem implementadas, a produção de notícias não seguia com o mesmo padrão técnico das reformas e mudanças nesse sentido vieram de forma mais lenta. A partir do aumento da importância dos telejornais nos anos 1970, a imprensa escrita procurou sua especificidade, investindo no aprofundamento das notícias e reportagens exclusivas. Com a linguagem imagética e do imediato da televisão, as organizações jornalísticas buscaram uma remodelação de suas imagens e textos, racionalizando a produção editorial e aperfeiçoando técnicas na apresentação visual.

Nos anos 1980, a imprensa escrita começou a utilizar mais recursos da tecnologia de informação, aprofundar o seu jornalismo investigativo, multiplicar seus cadernos especializados e a investir mais no jornalismo econômico (BARBOSA, 2007, p.223). Essas mudanças tinham o objetivo central de reduzir custos operacionais, aumentar a velocidade na produção e a consequente produtividade da empresa. Cabe destacar que o jornalismo econômico crescia com a demanda dos leitores por entender e melhor agir frente às dificuldades econômico-financeiras derivadas da constante e crescente inflação, além de arrochos salariais devido às medidas político-econômicas a permanecer no final da Ditadura Militar.

Nesse aspecto, a principal transformação ocorrida na década de 1980 em comparação com os anos de 1950 foi a idealização de que a informação fosse transmitida de forma mais imparcial e objetiva possível, de modo que as opiniões ficassem restritas às colunas e editoriais. Conforme Lago e Romancini (2007, p.177) acentuam, a modernização da imprensa naquela década possuiu dois aspectos intrinsecamente ligados: avanço tecnológico no processo de produção dos jornais e maior ênfase em questões de administração e *marketing* dos veículos, sobretudo tendo o objetivo central de aumentar as vendas.

Maria Helena Capelato (1989, p.37) salienta que embora sejam parecidos com partidos, os jornais são empresas e seu público de leitores é mais um público consumidor do que uma causa política. Mesmo com o desenvolvimento do jornalismo informativo, a imprensa não perdeu sua força opinativa e, no Brasil, com frágil estrutura partidária, desempenha em muitas circunstâncias um papel semelhante ao dos partidos. Percebeu-se que dentre os veículos analisados, dois em específico tiveram em seu passado uma proximidade com agentes partidários e políticos: *OESP* e *OG*.

No jornal paulista, Júlio de Mesquita Filho e Ruy Mesquita faziam parte da União Democrática Nacional (UDN), sigla liberal-conservadora, e participaram ativamente do golpe civil-militar de 1964, embora se distanciassem da Ditadura Militar a partir do governo Costa e Silva (1967/1969) tanto pelo estatismo dos governantes militares quanto pelo permanente descaso desses com os direitos humanos e censura à imprensa. Já *OG*, especialmente personificado na figura de seu proprietário, Roberto Marinho, possuía uma relação de proximidade com a Ditadura Militar e era visto, muitas vezes, como órgão noticioso oficial do regime como *OESP* fora da UDN no período 1945-1965, sempre na oposição sistemática ao getulismo e trabalhismo, correntes às quais Brizola teve sua carreira política aliada. A relação de proximidade do *OG* com o governo ultrapassou o período ditatorial chegando a ser suporte jornalístico ao governo Sarney, bem como apoio à candidatura de Fernando Collor ao Planalto, essa apoiada por conta do antagonismo entre Marinho e Brizola desde a sua eleição para o governo fluminense em 1982. Nesse aspecto, e para efeito de comparação com o pleito presidencial de 1989, salvo *OG*, os demais jornais analisados não apoiaram nenhum candidato específico à Presidência, embora manifestassem suas preferências ideológicas, distantes, diga-se, da ideologia assumida pelo candidato trabalhista.

Ribeiro (2001, p.163-164) afirma que a empresa jornalística produz um duplo discurso, em que como empresa visa o lucro e produtividade, mas como veículo de comunicação social, a meta é o serviço público (não comercializável); como indústria é dotada de processos rigorosos e homogêneos, mas produz bens culturais, que são caracterizados pela diferença e

surpresa; os jornalistas devem executar um trabalho disciplinado e anônimo, mas na imagem pública, os jornalistas são liberais e travestidos em um manto heroico; ela desenvolve práticas de aliciamento para suscitar nos jornalistas a adesão e confiança, mas usa ao mesmo tempo a coerção, cobra a competência e repele o erro.

Parte essencial para as organizações jornalísticas, nos anos 1980, era a estrutura de seu processo produtivo, que assegurava a qualidade do produto a ser disponibilizado para o leitor e que bem sistematizada permitia ainda uma redução dos custos. Nesse aspecto, os processos gerais de produção industrial de um periódico são a composição, paginação e impressão. A atividade de redação de um periódico se compõe da apuração e redação dos dados e da sua edição, que fica a cargo do editor, dos redatores e diagramadores, sendo que estes calculam o tamanho dos textos e projetam as páginas em diagramas ou *layouts*. A divisão em funções na redação decorreu de uma imposição da transformação do jornal em empresa e uma das consequências foi o estabelecimento da impessoalidade em maior volume de textos, com exceção das colunas, artigos e editoriais (LAGE, 2001, p.7-20). O autor ainda entende que:

Nos grandes jornais, e naqueles que buscam adotar a estrutura americana, a função do editor é fracionada (há o editor de economia, o de esportes, o de assuntos urbanos, o editor político, o editor nacional etc.) e cada editoria assemelha-se à redação-base de um jornal pequeno, contando com seus próprios repórteres e redatores. O secretário, nesse caso, pode ter funções administrativas e de relacionamento funcional com a *oficina* e a *publicidade* (uma espécie de *publisher*); ou pode supervisionar tarefas da edição. O *chefe de redação* normalmente passa a chamar-se de *editor-geral*. Da organização industrial decorre o esvaziamento da responsabilidade pessoal de cada jornalista diante do público, em favor da coletivização da responsabilidade. Na contingência de propriedade privada, ou centralização burocrática, tal responsabilidade é transferida, em última análise, aos editores e chefes e, através deles, à empresa (LAGE, 2001, p.21).

Nesse aspecto, estando completamente inseridas no mercado capitalista nos anos 1980, as organizações jornalísticas eram norteadas pela questão mercadológica e, para isso, apresentar um produto “vendável” ao seu consumidor era o principal objetivo dessas empresas. Com isso, as transformações e modernizações ocorridas na imprensa escrita não foram realizadas apenas como uma forma de facilitar o trabalho jornalístico, mas principalmente para otimizar o seu processo produtivo e impulsionar o número de vendas de suas edições. Paralelamente, essas organizações concorriam entre si, seja no âmbito regional ou nacional, o que conferia um caráter de disputa entre elas para obter o melhor produto e atingir resultados econômicos superiores aos dos concorrentes.

Também como forma de aumentar os lucros e pela lógica capitalista, as seis organizações jornalísticas analisadas não detinham apenas esse tipo de empreendimento, mas buscavam diversificar seus negócios, sendo a maioria relacionados aos meios de comunicação,

como redes de televisão e estações radiofônicas. Ademais, eram ainda proprietárias de negócios que envolviam sua cadeia produtiva – gráficas, distribuidoras, agências de notícias –, mas também de atividades não relacionadas à mídia, como bancos, gravadoras e institutos de pesquisas. Ainda que inseridas na lógica mercadológica, essas organizações jornalísticas analisadas possuíam o mesmo tipo de organização que era dominante até os anos 1950: o empreendimento familiar. Não obstante esse tipo de empresa sofresse gradualmente um declínio desde a década de 1950, era dominante ainda na imprensa escrita, sobretudo pelo fato dessas organizações terem sido fundadas entre o final do século XIX e início do XX. Ainda assim, o tipo de gestão não era o mesmo de seus inícios, notadamente pessoal e paternalista, mas composta por profissionais capacitados e muito bem remunerados para os mais importantes cargos da organização.

Em relação à trajetória política de Brizola, é possível destacar que três obras permitem uma compreensão de sua atuação e dos acontecimentos em que estivera envolvido, visto que foram recuperadas pela imprensa em sua candidatura presidencial de 1989. A primeira é a obra historiográfica de Ferreira e Gomes (2014), que analisa as razões para o golpe civil-militar de 1964, com o recorte abarcando desde o governo de Jânio Quadros até o golpe. Como governador gaúcho, deputado federal pela Guanabara a partir de 1962 e líder da Frente da Mobilização Popular – grupo extraparlamentar que visava acelerar as reformas de base do governo João Goulart –, Brizola foi ator de destaque no período analisado, que levou aos acontecimentos de 31 de março de 1964. Ferreira e Gomes (2014, p.12) não compactuam com a ideia do comportamento de um único indivíduo ter levado ao golpe, visto este ter ocorrido a partir de um conjunto de fatores. Utilizaram tal raciocínio para afastar a hipótese de que os acontecimentos de 1964 só ocorreram pelo comportamento dúbio de João Goulart; o mesmo raciocínio isenta Brizola como responsável-mor pelo golpe.

Embora isento pelos autores de ser o principal responsável pelos acontecimentos de 1964, é possível observar que Brizola sofreu com a estigma, por parte da esquerda e dos militares, de principal antagonista do processo democrático, especialmente por seu comportamento radical no governo Jango, simbolizado através da frase “Reformas na lei ou na marra” pela aprovação, de qualquer maneira, das reformas de base, ainda que por meios não constitucionais. A sua fama de radical e incendiário seria explorada por seus opositores e veiculada na imprensa especialmente após seu retorno ao Brasil, em 1979, com a Lei da Anistia, sua campanha ao Governo do Rio de Janeiro de 1982 e também na campanha presidencial de 1989.

A segunda obra é o trabalho biográfico-sociológico de Moniz Bandeira (1979), que remontou a trajetória política de Brizola desde seu início na vida pública até a reorganização do trabalhismo brasileiro, ainda com o político no exílio. A primeira parte do livro analisa a trajetória do trabalhista até 1979 e a atuação de Brizola no pré-64, na qual o autor destaca que ele se projetou como o líder mais combativo da luta anti-imperialista. Utilizava uma linguagem dura, frequentemente agressiva e bastante apaixonada, sem eufemismo ou requintes de retórica, mas com bastante eficiência pedagógica, repetindo de maneira sistemática as mesmas ideias e ilustrando-as com parábolas e imagens de fácil percepção popular. Em tal conjuntura, ele exprimia o inconformismo das massas (BANDEIRA, 1979, p.109-110).

Na segunda parte da obra, são destacadas três conferências de Brizola em 1961, ano em que ainda era governador gaúcho e se tornou uma das principais lideranças populares do país após liderar a Legalidade. Nessas alocações, o trabalhista se atentava ao problema do subdesenvolvimento brasileiro, o que para ele era causado pelo “processo espoliativo”, uma espécie de “sistema” que drenava os recursos brasileiros para fora do país, sobretudo em direção às principais potências imperialistas, que no caso do Brasil, eram os Estados Unidos (BRIZOLA, 1961 *apud* Bandeira 1979, p.160-162). Nesse sentido, Brizola se posicionava como uma das principais lideranças anti-imperialistas no país, sobretudo pelo fato de não ter ficado apenas no discurso, mas realizado esse tipo de ação na prática, quando encampou duas multinacionais norte-americanas entre 1959 e 1962, prática esta que lhe valeu a oposição do governo estadunidense.

A terceira parte da obra apresenta uma entrevista realizada por Bandeira com Brizola em 1979, ainda com o político no exílio e articulando a reorganização do trabalhismo brasileiro. Na entrevista, analisou a sua trajetória política até aquele momento e projetou a reorganização do PTB, que deveria ser o responsável por continuar as políticas interrompidas com o golpe de 1964. Brizola assinalou que não mudou a essência de seu pensamento durante o exílio, mas que estava mais reflexivo naquele momento e que os erros cometidos no pré-64 haviam sido condicionados pela época; além disso, afirmou que a história do golpe de 1964 passou a ser contada a partir dos interesses dos vencedores, sobretudo os donos dos meios de comunicação (BANDEIRA, 1979, p.198).

Essa entrevista apresentou um Brizola mais moderado em comparação com o do pré-64 e assinala que esse seria o seu comportamento após retornar ao Brasil em setembro de 1979, ainda que nunca deixasse de possuir um inconformismo ou apontar os responsáveis pelos problemas brasileiros. O fato de responsabilizar os “donos dos meios de comunicação” por 1964, sobretudo por destacarem-no como um político incendiário e golpista, fazia Brizola se

posicionar no campo oposto aos desses empresários, incluindo os proprietários das organizações jornalísticas analisadas. Nesse sentido, não possuiria um relacionamento harmonioso com a imprensa durante a década de 1980 – notadamente a do eixo Rio-São Paulo –, visto que esses veículos lhe realizariam oposição durante todo esse período, o que incluiu a campanha presidencial de 1989, como tratado detalhadamente nesta dissertação.

A terceira obra é uma coletânea organizada pela historiadora Marieta de Moraes Ferreira (2008), em que é analisada a trajetória política de Brizola a partir da década de 1980, período em que fundara o PDT e se elegera governador fluminense em 1982. Para a temática da pesquisa, cabe destacar o texto de Mônica Rodrigues, que avaliou seu relacionamento com a mídia, fato este fundamental para o entendimento da apreciação de sua campanha pela imprensa escrita em 1989. Para Rodrigues (2008, p.71-72), Brizola não encontrou um ambiente favorável às suas ideias na imprensa nacional após retornar do exílio, visto que ela começava a exercer a liberdade de opinião, mas ainda vivia sob uma ditadura. Além disso, havia um hiato de 15 anos de atuação política no país e praticamente uma geração de jornalistas sequer conhecia sua trajetória. Todavia, o trabalhista se colocou em oposição ao campo jornalístico – sobretudo às Organizações Globo – a partir de sua vitória nas eleições estaduais de 1982, entendendo ainda que a imprensa agia como um partido único, o das elites; não obstante, afirmava que era importante manter diálogo com jornalistas e repórteres, cujos papéis não deveriam ser confundidos com os dos patrões (RODRIGUES, 2008, p.72-82).

Conforme Rodrigues acentuou, Brizola considerava o comportamento da imprensa como se fosse um só, mas fazia questão de pontuar que sua oposição era em relação aos proprietários das organizações jornalísticas. Nesse sentido, sua maior aversão era a Roberto Marinho, visto que seus veículos – notadamente a Rede Globo de Televisão e *OG* – lhe realizaram intensa oposição durante sua gestão fluminense, o que acabou por fazer que não conseguisse eleger seu sucessor ao governo do Rio de Janeiro.

Nesse aspecto, *OG* se opôs a sua candidatura presidencial de 1989 e utilizou de seus expedientes discursivos para associar Brizola aos problemas do Rio de Janeiro, sobretudo na área de segurança pública. Por isso, Roberto Marinho seria um de seus principais alvos de críticas na campanha presidencial, sobretudo nas acusações de que seria um monopolista na rede televisiva (um serviço de concessão público), teria construído sua fortuna sob proteção da Ditadura Militar e teria sido o principal patrocinador da candidatura do então desconhecido Fernando Collor de Mello, um dos proprietários da TV Gazeta, afiliada da Rede Globo em Alagoas. Não obstante o trabalhista fosse crítico aos proprietários das organizações

jornalísticas, foi observado, na pesquisa, que fora Marinho o alvo de seus principais ataques, enquanto os outros donos de jornais eram pouco mencionados por Brizola.

Cabe destacar que, do ponto de vista teórico-metodológico, os seis jornais serão tomados ao mesmo tempo como objeto e fonte e, com isso, busca-se analisar historicamente como esses periódicos investiram para posicionar de forma histórica para os seus leitores o candidato Leonel Brizola e sua plataforma eleitoral na campanha presidencial de 1989. Nesse aspecto, os jornais escolhidos como fontes para a análise não foram selecionados exclusivamente como reprodutores de informação sobre a campanha presidencial de 1989 de Brizola, mas também foram tomados como objetos da análise, uma vez que são considerados agentes do campo político nacional. Dessa maneira, não foram analisados os materiais jornalísticos somente em suas formas finais ou acabadas, mas, também, seus produtores, compreendendo e apreciando seus papéis no debate político e a participação no processo eleitoral de 1989. Por sua vez, optou-se por um enfoque maior na análise da textualidade do material jornalístico em si, ou seja, foi direcionada uma maior atenção ao conteúdo desse material do que sua forma ou edição.

Sobre o tratamento do jornal como objeto, o passado é objeto do historiador, mas se admite hoje que esse objeto é construído e reconstruído com base nas necessidades e perspectivas do presente. Nesse processo, há constantes perdas e ressurreições e cabe ao historiador fazer reviver os personagens do passado entendendo sua época; nesse aspecto, a imprensa como um todo oferece grandes perspectivas para isso, pois existem registros da vida cotidiana em diversos aspectos e períodos (CAPELATO, 1988, p.20).

A mídia como fonte histórica foi objeto de reflexão de Jeaneney (2003, p.214-215), que destaca a existência de uma grande quantidade de documentação nas mídias escritas e audiovisuais, sendo de difícil identificação e catalogação ao longo do tempo, com exceção das organizações privadas que possuem pessoas específicas para isso. Os materiais produzidos pelos jornalistas serão utilizados como fontes de pesquisa pelos historiadores, e o depoimento de uma testemunha garante credibilidade para uma notícia da mesma maneira que a descrição de uma memória contribui para a apreensão do passado.

As práticas dos historiadores e jornalistas se alicerçam na construção de discursos, narrativa selecionada e organizada por um sujeito pensante inserido em determinado contexto social. O historiador está submetido aos métodos da pesquisa acadêmica, enquanto o jornalista está mais envolvido com a lógica do mercado. O jornalismo se preocupa mais com atualidade e novidade e possui imensa variedade de fontes à disposição, enquanto os historiadores utilizam

as fontes guardadas em acervos e arquivos e desconfiam da fugacidade do meio digital (MARCILIO, 2013, p.43-44).

A partir das reflexões de Jeanenney e Marcilio, foi observada na pesquisa a extensão de ampla documentação existente para o período analisado, assim como o extenso acervo existente nas organizações jornalísticas privadas. O trabalho foi, em certo aspecto, pelo fato de quatro dos seis periódicos estudados possuírem acervo digital com ferramentas como o buscador, que permitiu um direcionamento específico para o assunto a ser pesquisado. No caso de acervos físicos, foram utilizados quando permitidos os recursos da fotografia das edições diárias, cópias e anotações, que possibilitaram uma análise posterior mais detalhada.

Marcondes Filho (1989) avaliou o que faz um acontecimento receber o tratamento de notícia na imprensa, destacando que definir o que vai sair, com que destaque e favorecimento no jornal, corresponde a um ato de seleção e exclusão. Tal processo é realizado segundo diversos critérios, que tornam o jornal um veículo de reprodução parcial da realidade (MARCONDES FILHO, 1989, p.12). O processo de escolha na veiculação de um acontecimento corresponde a diversos fatores, sendo visível, na pesquisa, a questão regional na campanha presidencial de 1989. Jornais gaúchos como *ZH* e *CP* veiculavam matérias mais detalhadas nas visitas que os candidatos realizavam ao Rio Grande do Sul, e os fatos que ocorressem em outros estados – que geralmente recebiam maior atenção da imprensa paulista e carioca – eram reportados por meio de agências noticiosas dos respectivos locais do acontecimento.

Realizou-se uma pesquisa documental para obtenção de dados nas fontes, especialmente por este tipo de pesquisa utilizar materiais que não receberam um tratamento analítico, ou seja, aqueles ainda possíveis de serem reelaborados segundo o objetivo da pesquisa (GIL, 2008, p.51). *OG*, *OESP* e *FSP* possuem acervos digitais próprios, os quais foram consultados via Internet, mediante pagamento de assinatura, encontrados, respectivamente em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>; <https://acervo.estadao.com.br/>; <https://acervo.folha.com.br/index.do>. O acervo digital do *JB* se encontra disponível, com acesso gratuito, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (RJ), localizada em <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=030015&Pesq=>.

As edições diárias do *CP* e *ZH* foram consultadas em edições impressas *in loco*, arquivadas, respectivamente, em arquivo próprio do *CP* e no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, sediados na cidade de Porto Alegre, onde foram realizadas anotações e fotografadas as edições diárias dos periódicos. A sistematização e análise dos dados foi semelhante para todos os periódicos, ou seja, após coleta de dados e informações referentes à

temática enfocada nesta dissertação, o material selecionado foi agrupado e confrontado entre si por assuntos confluentes e cronologicamente enfileirados e igualmente confrontados com a historiografia.

A escolha do marco cronológico inicial da pesquisa recaiu sobre o dia 15 de novembro de 1988 – data dos pleitos municipais daquele ano – por conta de que a partir daí, praticamente, se intensificaram as especulações e cogitações sobre possíveis nomes para a eleição presidencial de 1989, com idas e vindas, marchas e contramarchas em referência a nomes ventilados publicamente pela maioria dos partidos, expedientes que atravessaram todo o período do que se pode considerar de pré-campanha, findo com o lançamento oficial dos candidatos pelos partidos no mês de junho de 1989. O marco final recai, obviamente, na data do primeiro turno do pleito presidencial de 1989, em 15 de novembro, tendo Brizola obtido o terceiro lugar. Sobre o segundo turno da eleição presidencial, ocorrido entre Collor e Lula, não será objetivo da dissertação analisá-lo, destacando apenas a medida política de Brizola com relação àqueles dois candidatos.

A imprensa sempre age no campo político e ideológico, assim toda a pesquisa realizada a partir de uma análise dos jornais deve necessariamente traçar as características principais do órgão de imprensa consultado (ZICMAN, 1985, p.90). René Zicman (1985, p.92) discute a importância de três campos para o estudo da imprensa: atrás do jornal, ou seja, aquilo que contribui para a realização do jornal e que intervém em seu controle; dentro do jornal, como as características formais do periódico; em frente do jornal, ou seja, o que diz respeito ao público-alvo e audiência do periódico. Conceituando ainda as principais características do periódico, Zicman (1985, p.93-94) relata os cinco aspectos que caracterizam esse veículo de comunicação: aspecto formal, material, histórico, econômico e clientela do jornal. Todas essas características serão destacadas no primeiro capítulo da dissertação.

Zicman (1985, p.94) afirma que a análise de conteúdo se aplica prioritariamente à análise dos discursos e, com isso, abre-se um vasto campo para análise, pois toda forma de comunicação pode ser descrita e analisada por esse método. Zicman (1985, p.94) ainda considera que esse método faz “aparecer no conteúdo das diversas categorias de documentos escritos [...] alguns elementos particulares que possibilitam a elaboração de um certo tipo de caracterização”.

Foi utilizada a análise temática como foi específico da análise de conteúdo na pesquisa. Nesse tipo, há um interesse pelo significado desses discursos, independentemente de sua forma linguística, centrando-se no conteúdo dos discursos. É desenvolvido ainda a partir de temas ou itens de significação relativos a determinado objeto de estudo analisados em termos de presença

e frequência que aparecem nos textos a serem analisados (ZICMAN, 1985, p.95). Por sua vez, é necessário considerar que dentre o material jornalístico selecionado para a elaboração da pesquisa, estes se encontravam majoritariamente na seção ou no noticiário de política, que são as primeiras páginas das edições de um periódico, e que incluíam a campanha presidencial de 1989 e Leonel Brizola.

Com base nas considerações até aqui, esta dissertação se encontra dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, buscou-se analisar a produção jornalística, os atores envolvidos e a relação das organizações jornalísticas estudadas com aspectos salientados na campanha presidencial de Brizola. Dessa forma, são destacadas a produção jornalística e seus aspectos técnicos, bem como a história dos seis jornais analisados até a década de 1980, incluindo os recursos e tecnologias disponíveis no período. Além disso, ao se destacar a história dos jornalistas, produtores e dirigentes de cada empresa, foi possível avaliar questões como a linha editorial de cada matutino, o posicionamento político-partidário e interesses por detrás da veiculação dos acontecimentos da campanha presidencial de 1989 como um todo e apreciação dos seis jornais sobre a candidatura e as propostas de Brizola. Ademais, o capítulo ressalta os elementos históricos que permitem assinalar o posicionamento político dos periódicos analisados, assim como melhor posicioná-los em relação à campanha do trabalhista, o que permitirá uma análise mais aprofundada nos próximos capítulos.

No segundo capítulo, procurou-se destacar a veiculação, pelos seis jornais, da campanha presidencial de 1989 como um todo, abarcando as fases da pré-campanha e campanha propriamente dita. A primeira etapa compreendeu o período de novembro/1988 a junho/1989 e foi responsável pelas articulações políticas, formações de chapas e convenções eleitorais, enquanto a segunda abarcou o período de julho/1989 a novembro/1989 e foi o momento em que os candidatos já oficializados buscaram o voto do eleitor em contato mais direto, incluindo os comícios e as passeatas. Apesar de 22 candidatos estarem na disputa presidencial, o enfoque na parte da campanha dar-se-á para os melhores posicionados nas pesquisas eleitorais, como: Fernando Collor de Mello (PRN), Luís Inácio Lula da Silva (PT), Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB), Paulo Maluf (PDS) e Guilherme Afif (PL). Ademais, o capítulo destaca a regionalização da campanha específica de Brizola, bem como uma análise da votação obtida pelo trabalhista e as possíveis razões que o levaram a ficar de fora do segundo turno.

No terceiro e último capítulo, centrou-se na análise de divulgação e apreciação sobre a campanha presidencial de Brizola pelos seis jornais, incluindo suas propostas e seu passado político como elementos históricos. As propostas de Brizola e sua consequente apreciação por parte desses jornais permitem avaliar qual o tratamento recebido pelo trabalhista em face de

suas soluções para os problemas à época do Brasil, incluindo a recuperação de suas propostas em um passado histórico. Além disso, no capítulo, analisaram-se os expedientes discursivos utilizados pelos periódicos como forma de posicionar o leitor a respeito da candidatura do trabalhista e seu passado histórico, incluindo temáticas como varguismo, populismo, governo João Goulart, golpe civil-militar de 1964, luta armada, exílio político, Lei da Anistia, recriação do trabalhismo e redemocratização do Brasil, fatos estes recuperados não somente pelos jornais, mas também por Brizola – utilizando desse recurso para legitimar o seu discurso e passado político –, embora com pouca convergência entre avaliações diversas sobre eles pelos jornais e as expressadas pelo candidato trabalhista.

1 IMPRENSA E SEU MODO DE PRODUÇÃO NA DÉCADA DE 1980

1.1 PRODUÇÃO JORNALÍSTICA

A partir da década de 1980, os jornais começaram a ter uma maior utilização das tecnologias da informação, aprofundamento no jornalismo investigativo, multiplicação de cadernos especializados, proliferação de colunas com pequenas notas, matérias cada vez mais subdivididas e condensadas em infográficos e retrancas⁴ e avanço de temas econômicos – a editoria de Economia se tornaria uma espécie de carro chefe dos periódicos (BARBOSA, 2007, p.223). As empresas jornalísticas investiram em tecnologia e apostaram na demanda do público por informações, sendo que a partir da década de 1950, os jornais adquiriram sua conotação empresarial, embora o processo tenha se iniciado anteriormente e ocorrido de forma gradual até chegar ao período em que as organizações jornalísticas estivessem inseridas completamente no mercado capitalista (RIBEIRO, 2001, p.33).

Ainda que a empresa jornalística começasse a ser vista como um investimento atraente, substituindo sua visão anterior de algo associado ao partidarismo e risco inevitável (BAHIA, 1967, p.173), o processo de transformação em empresa capitalista plena somente ocorreria nos anos 1950, pois, não obstante apresentasse uma “aparente modernização, em boa parte o jornalismo continuava a ser encarado como atividade-meio: para empresários, era um balcão de venda de informação e de opinião; para jornalistas, era trampolim para a política ou para a literatura” (RIBEIRO, 2001, p.36-37).

Na década de 1950, as empresas jornalísticas passaram a realizar reformas gráficas, com investimentos em novos equipamentos e melhorias nas qualidades da impressão, fotografia, tinta e papel. Os primeiros manuais de redação começaram a surgir, buscando a padronização da qualidade e uniformização da notícia. Apesar das melhorias técnicas, repórteres ainda escreviam à mão – a despeito da existência das máquinas de escrever –, não havia diagramação do espaço e programação de publicidade, bem como o noticiário se baseava em sessões estanques, e a medição dos classificados se realizava de forma empírica. A produção de notícias não seguia o mesmo padrão técnico das reformas e as mudanças vieram lentamente nesse aspecto (RIBEIRO, 2001, p.41).

Com o aumento da importância dos telejornais a partir da década de 1970, a imprensa escrita passou a buscar sua especificidade, investindo no aprofundamento das notícias – os

⁴ Pequena frase ou palavra usada sobre o título e que possui o objetivo de apresentar o assunto da matéria.

telejornais abordavam as notícias com maior superficialidade por delimitação de tempo –, retorno às reportagens investigativas e busca por informação exclusiva. A partir da introdução de uma linguagem baseada na imagem e no imediato pela televisão, as empresas jornalísticas procuraram uma remodelação visual e textual, racionalizando a produção editorial e adotando novos critérios de investimentos, circulação e publicidade, bem como aperfeiçoando técnicas na apresentação visual, como a introdução do sistema *offset*⁵ e fotos coloridas (RIBEIRO, 2001, p.48-50).

A imprensa escrita já havia enfrentado concorrência de outro meio de comunicação, que foi o rádio, a partir do final da década de 1920. Para fazer frente ao veículo capaz de relatar imediatamente e em tempo real um acontecimento, os jornais realizaram procedimento semelhante ao realizado quase cinco décadas após com a televisão através do aprofundamento e de análises mais detalhadas das notícias. Por outro lado, proprietários de jornais investiram na formação de suas empresas radiofônicas, conforme Silva (2008, p.57) destaca:

Com a chegada da década de 1940, as emissoras radiofônicas passaram a firmar sua posição dentro do campo jornalístico e, de certa forma, no campo político, fazendo com que diretores de jornais e revistas investissem nessas posições dentro de ambos os campos. Para demarcarem sua posição dentro do campo jornalístico e continuarem, nele, influenciando as tomadas de decisões dentro deste campo, os jornais passaram a oferecer alguns serviços disponibilizados anteriormente apenas pelas emissoras de rádio, como, por exemplo, horários de trens, ônibus e bondes, previsão do tempo, calendários do ano, horários de eventos culturais e, até mesmo, o horário de programas radiofônicos [...].

As mudanças na imprensa durante os anos 1980 visavam reduzir custos operacionais, aumentar os ganhos na produtividade e velocidade na produção, o que permitiria reduzir o horário de fechamento das edições diárias⁶. Buscando agradar cada vez mais leitores, os periódicos deram maior preferência ao eixo informativo ao invés da opinião, que ficou cada vez mais confinada aos editoriais e colunas (LAGO; ROMANCINI, 2007, p.178-179). A informação transmitida de maneira mais objetiva e imparcial, em que o editorial era separado da opinião e do comentário pessoal, começou a ocorrer de forma mais gradual a partir do jornalismo empresarial nos anos 1950, que substituiu o periodismo político-literário onde predominava a tradição da polêmica, doutrina e crítica na imprensa (SILVA, 2008, p.18).

Os jornais tomavam como base o fato do leitor possuir cada vez menos tempo para leitura e por isso, foram realizadas mudanças na estrutura das edições: subdivisões em cadernos, encartes especiais, proliferação de colunas de notas, textos e parágrafos curtos, linguagem

⁵ Modelo de impressão que utiliza cilindros intermediários e se baseia na repulsão entre água e gordura. Com rápida velocidade, é recomendável para grandes e médias tiragens.

⁶ Também chamado de *deadline*, é o tempo final em que a edição do jornal deve ser finalizada e enviada para impressão.

padronizada (acessível, concisa e didática) e uso de tabelas e gráficos para sintetizar as informações (LAGO; ROMANCINI, 2007, p.180). Sobre o aspecto de modernização da imprensa nos anos 1980, os autores pontuam que:

A modernização da imprensa apresenta dois aspectos intrinsecamente ligados: de um lado, um avanço tecnológico nos processos de produção dos jornais impressos relativo, em particular, à informatização das redações. De outro, principalmente nos meios impressos, maior ênfase em questões de administração e marketing dos veículos, com o objetivo de aumentar a vendagem (LAGO; ROMANCINI, 2007, p.177).

A década de 1980 ficou marcada ainda pelo uso cada vez maior de computadores nas empresas e, com isso, as organizações jornalísticas, ao visarem uma otimização da produção, informatizaram suas redações. Villaméa (2012, p.115) descreveu o difícil e moroso trabalho antes do uso dos computadores:

[...] as matérias produzidas pelos repórteres eram preparadas por redatores e editores. Com título e complementos colados, eram copiadas por digitadores em máquinas que emitiam uma fita perfurada e liberavam uma cópia em papel fotográfico. Essa cópia era reproduzida para que os revisores comparassem a versão original com a dos digitadores. Só depois de corrigidos possíveis erros, a cópia em papel fotográfico era colada numa página pelo *paste-up* e liberada para a impressão.

Em relação aos avanços tecnológicos e sua implantação no Brasil, Ribeiro (2001, p.50) salienta que:

Os jornais importam equipamentos cada vez mais sofisticados de edição e impressão, mas trombam cotidianamente com o baixo nível cultural de seus operadores; as empresas desenvolvem sistemas cada vez mais amplos e integrados de comunicação, mas tropeçam numa gestão frequentemente autocrática, de cunho familiar e personalista; computadores são disseminados pelas redações, mas muitos jornalistas apresentam um deficiente domínio da língua e se acomodam a bordões de escrever e de dizer que não trazem contribuição cultural para o público.

A partir de uma reformulação do produto, o trabalho jornalístico nos anos 1980 passou a ser medido pelo desempenho, deixando cada vez menos espaço para a ação individual do jornalista. A antiga direção das empresas jornalísticas foi substituída por administradores profissionais e engenheiros de produção, e as relações de proximidade e parentais sofreram drásticas reduções, representando um entrave maior na compreensão da profissão pelos jornalistas (RIBEIRO, 2001, p.53-54).

Os anos 1980 ficaram marcados pelo restabelecimento da liberdade de imprensa, pois a imprensa sofrera com a censura durante a Ditadura Militar, especialmente após a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que endureceu o regime militar vigente no país desde 1964. Embora sob censura, as organizações jornalísticas se viam em dependência econômica frente ao regime militar e, por isso, não criticavam abertamente a ditadura, adotando previamente a autocensura. Para conquistar a dependência das organizações jornalísticas, o regime militar

subsidiou a fabricação de papel e importação de maquinário de edição e impressão, veiculou anúncios em campanhas nos veículos das organizações jornalísticas aliadas e, em troca de apoio, ajudou em suas expansões.

Nesse período, as empresas de notícias desenvolveram sua dimensão empresarial-administrativa e encolheram no aspecto jornalístico, havendo um crescimento dos *press releases* e usina de declarações – o interesse dos jornalistas era saber qual autoridade havia feito a declaração ao invés de analisar seu conteúdo. Na reta final da ditadura e com a abertura política, as empresas jornalísticas voltavam seus olhares para o mercado real e estavam mais atentas às pressões sociais pela democracia (RIBEIRO, 2001, p.44-48).

A liberdade de imprensa foi sendo reconquistada paulatinamente após o processo de abertura política iniciado em 1974, no governo Geisel. Embora ainda sob censura, houve, no período, o florescimento de uma mídia alternativa e oposicionista ao regime militar (*Pasquim, Opinião, Movimento*) e, paralelamente, as grandes organizações jornalísticas foram também se movendo ao lado de oposição à ditadura, apoiando movimentos que lutavam pela redemocratização do país, como a Lei da Anistia em 1979 e as Diretas-Já em 1984.

A partir de 1985 com o período de transição iniciado pelo governo de José Sarney, a liberdade de imprensa foi ampliada e reconquistada plenamente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, aspecto relacionado ao próprio desenvolvimento democrático brasileiro. Entretanto, apesar desta tendência positiva, ocorreu uma maior concentração da propriedade dos meios de comunicação (LAGO; ROMANCINI, 2007, p.168) do que a vigente desde os anos 1960, período em que houve a suspensão da taxa preferencial de câmbio para importação do papel e queda do poder aquisitivo do público, resultando em uma maior concentração do poder econômico e colaborando para a configuração dos jornais sobreviventes como típicas empresas de notícias (RIBEIRO, 2001, p.46).

Em relação aos periódicos analisados na pesquisa, *OESP, JB* e *CP* foram fundados no final do século XIX, enquanto *OG*, na década de 1920, e a *FSP* e o *ZH*, nos anos de 1960. Em comum, todos possuem o aspecto de serem empresas familiares e, no caso de *OESP* e *OG*, de estarem sob o comando da mesma família desde a fundação. Com exceção do *CP*, que chegou a declarar falência em 1984 e retornar dois anos após sob novo proprietário, todos os veículos estão em circulação desde a fundação e, embora tivessem apresentado problemas financeiros, o que levou a vendas para outros proprietários – caso do *JB, FSP* e *ZH* –, não deixaram de circular ou de ser vistos como veículos influentes em suas localidades.

Sobre a propriedade ou empresa familiar, Gonçalves (2000, p.8) assinala algumas características desse tipo de empreendimento: propriedade de uma família, que detém a

totalidade ou maioria das ações ou cotas, possuindo seu controle econômico; a família possui a gestão da organização e define seus objetivos, diretrizes e políticas; a família é responsável pela administração da empresa, com a participação de um ou mais membros no mais alto nível executivo. Sobre sua importância na história brasileira, é possível afirmar que:

Até a década de 50, a empresa familiar brasileira teve presença quase absoluta em praticamente todos os segmentos da economia nacional, desde a atividade agrícola até o sistema financeiro, passando pela indústria têxtil, de alimentação, de serviços e de meios de comunicação. A partir daí, iniciado o grande projeto de desenvolvimento e modernização nacional, ela passaria a partilhar cada vez mais espaços com as empresas multinacionais e com as estatais (GONÇALVES, 2000, p.7).

Nesse sentido, os jornais se enquadram no tipo de empreendimento predominante no Brasil até os anos 1950, em que a gestão da organização estava exclusivamente a cargo da família, ainda que ocorressem pontualmente casos de profissionais contratados para ajudar na administração. Entretanto, não obstante todos os periódicos analisados sejam tomados como empresas familiares, cada um possui sua própria particularidade e não é possível observar uma história linear, sobretudo por terem sido criados em períodos distintos.

Com o nome *Província de São Paulo* e, após a Proclamação da República, *OESP*, o jornal foi fundado em 1875, em São Paulo, por um grupo liderado por Manuel Ferraz de Campos Sales e Américo Brasiliense de Almeida Melo. Dez anos após a fundação, Júlio César Ferreira de Mesquita ingressou no periódico e, pouco tempo após, se tornou diretor do veículo; desde então, a direção do jornal sempre permaneceu nas mãos da família Mesquita.

O *JB* foi fundado no Rio de Janeiro, dois anos após a Proclamação da República, por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco, e seu nascimento foi um avanço na concepção do jornalismo como empresa, apresentando uma preocupação moderna com a distribuição. No ano de 1895, em Porto Alegre, o *CP* foi fundado por Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior em companhia de José Paulino Azurenha e Mário Totta, surgindo dois meses após o término da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul.

O começo do século XX foi marcado pela fundação, no Rio de Janeiro, de *OG* por Irineu Marinho, em 1925, enquanto em São Paulo, no ano de 1921, Olívio Olavo de Olivas Costa – ex-redator de *OESP* – montou, com seus colegas, a *Folha da Noite*. Três anos após, Olívio lançou a *Folha da Tarde* e, no ano seguinte, a *Folha da Manhã*; os jornais se unificariam em 1962 com o nome de *FSP*.

Em Porto Alegre e dois anos após o surgimento da *FSP*, o *ZH* foi criado em substituição à edição gaúcha de *Última Hora (UH)*, que foi inaugurada em 1960 e dirigida por Ari de Carvalho desde o início. *UH* foi um jornal diário e vespertino fundado no Rio de Janeiro, em

1951, por Samuel Wainer, com objetivos de servir de respaldo ao getulismo junto à opinião pública, ser um veículo de oposição à classe dirigente e a favor de um governo que representava a tendência popular. Wainer, que sempre apoiou os políticos trabalhistas, inaugurou a edição gaúcha em 1960, mas com o golpe de 1964, teve seus direitos políticos cassados e se exilou na Europa. Com isso, a direção do jornal passou a Heriberto de Miranda Jordão, e o veículo adotou uma linha de não comprometimento político (LEAL, 2019, s.p.).

OG, JB, FSP e OESP eram jornais de circulação nacional – embora fosse maior em seus respectivos estados –, enquanto *ZH*⁷ e *CP*, regional (apenas no Rio Grande do Sul e sul de Santa Catarina). Por outro lado, deve ser destacado que os periódicos do eixo Rio-São Paulo se auto referenciavam como “jornais de circulação nacional”, visto não ser preciso afirmar que eram vendidos por todo o país, sobretudo nos centros mais afastados e pequenas cidades. Todavia, a autorreferência pode ser explicada pelo fato de estarem concentrados em prósperas regiões e no centro político do Brasil.

Inseridos plenamente no mercado capitalista nos anos 1980, os jornais competiam entre si na questão da concorrência, que, apesar de possuir assimilação maior das empresas jornalísticas a partir dos anos 1950, começou a ser estruturada anteriormente. Na passagem da década de 1920 à de 1930, o sistema de comunicação no Brasil apresentou amadurecimento e houve gradualmente sua modernização do ponto de vista capitalista, como resultado da confluência do progresso técnico, ampliação e diversificação mercadológica, acumulação de capitais e concorrência entre os periódicos (RIBEIRO, 2001, p.33).

A questão da concorrência – que pode ser regional e nacional – e busca pela liderança no mercado pode ser explicada na procura, cada vez maior, dos jornais em aumentarem suas tiragens, assinantes, anunciantes e buscarem circular em mais territórios. Sobre esse aspecto, a questão de não destacar o concorrente e realizar uma espécie de autopropaganda são adotados pelos periódicos, conforme destaca Ribeiro (2001, p.82):

Num mercado restrito e inelástico como o da imprensa brasileira, *ampliar a tiragem* significa arrebatar fatias de leitores à concorrência – daí a necessidade de negar-lhe existência, comercial ou editorial. Ao apresentar-se como o mediador mais qualificado, autoritariamente cada jornal omite a simples possibilidade de existirem outras versões, contrapostas à sua. Para reforçar sua autoridade como mediador, nas raras vezes em que cita um concorrente o tom mais frequente é de crítica. Os jornais realizam, assim, uma política de propaganda de si próprios, de estilo *eu me amo*.

⁷ Por outro lado, Galvani (1994, p.521) aponta que o *ZH* se mostrava fiel aos interesses da Rede Globo de Televisão – a qual a RBS era afiliada –, o que o “obrigava” a carrear de forma automática a influência do “centro do país” e, de forma mais objetiva, daquilo promovido pela Globo.

O jornal é vendido a dois mercados distintos, mas interligados: ao espaço publicitário e ao leitor. O segundo é representado através de uma média de 20% das receitas do periódico – assinatura ou venda avulsa –, mas os dados de circulação indicam as dimensões do mercado leitor que o jornal coloca à disposição do mercado publicitário – os seus 80% em fontes de receitas através dos anúncios e classificados. Nesse aspecto, os periódicos encaram os leitores como consumidores de suas edições diárias e dos produtos anunciados (RIBEIRO, 2001, p.86).

O mercado jornalístico carioca no final dos anos 1970 estava concentrado entre *OG*, *JB* e *O Dia*⁸, que juntos monopolizavam quase 90% dos leitores (RIBEIRO, 2003 *apud* BARBOSA, 2007, p.209). A liderança mercadológica estava com *OG* desde o final de 1979, quando o veículo ultrapassou a marca de 400 mil exemplares diários e, dez anos após, era o segundo jornal que mais vendia no Brasil durante a semana – 258 mil exemplares – e liderando nacionalmente as vendas aos domingos – 443 mil exemplares (CONTI, 1999, p.122).

Para ultrapassar o *JB*, que liderava o mercado carioca desde os anos 1950, *OG* realizou uma série de reformas estruturais a partir dos anos 1970, como a instalação do sistema *offset* de impressão, fim da estrutura policial da redação, fins do *copy-desk*⁹ como instituição interna, da padronização da linguagem do jornal e de sua estrutura única (cada editoria possuiria seus próprios redatores, descentralizando o *copy-desk*), além de melhoria do padrão salarial. O jornalista deveria ser profissional exclusivo da empresa, não possuindo outro emprego, além de não haver mais a hipótese de alguém ganhar um emprego público e permanecer no jornal (ABREU *et alli*, 2003, p.44).

O objetivo de Evandro Carlos de Andrade, que coordenou as transformações de *OG*, era fazer um jornal que desse todas as notícias e uma só opinião, a de Roberto Marinho. O periódico buscou leitores no subúrbio carioca ao perceber o crescimento da classe média, procurando conquistar os anunciantes vitais do *JB*: os classificados (CONTI, 1999, p.122). *OG* se beneficiou do crescimento da Rede Globo de Televisão, pois entre “as tardes de sábado e as manhãs de domingo, durante anos, a Globo pôs no ar dezessete anúncios da edição dominical de *O Globo*, uma campanha cujo custo real o *Jornal do Brasil* nem sequer podia sonhar despende em publicidade” (CONTI, 1999, p.123). Outro ponto que fez com que *OG* assumisse

⁸ Jornal fundado em 1951 por Chagas Freitas. De teor sensacionalista, tinha como público-alvo os grupos de menor poder aquisitivo, veiculando majoritariamente notícias policiais.

⁹ Trabalho editorial em que um redator ou revisor de textos realiza ao formatar mudanças ou aperfeiçoamento em textos.

a liderança de mercado foi a migração do público de outros periódicos que deixaram de circular no período ou entraram em franca decadência¹⁰ (BARBOSA, 2007, p.210).

Paralelamente ao crescimento de *OG*, o *JB* começou a apresentar problemas financeiros no final dos anos 1970, período em que sofreu boicotes econômicos do regime militar pelo tom de suas críticas, como a negação do governo em conceder ao *JB* canais de rádio em frequência modulada e problemas para conseguir uma concessão de canal televisivo. Os problemas financeiros se agravariam gradualmente e, no final da década de 1980, ocorreu de o estoque de papel ser suficiente apenas para imprimir duas edições e os fornecedores ameaçarem não abastecer o jornal da matéria-prima se as dívidas não fossem liquidadas.

No decorrer dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, o *JB* mostrou ser favorável ao parlamentarismo como sistema de governo e foi contra o mandato de cinco anos de Sarney. Por isso, o periódico passou a sofrer fortes pressões econômicas por parte do Governo Federal, que, em represália, ordenou ao Ministério da Fazenda que se fizesse uma devassa fiscal em todas as empresas do grupo, deixando sérias marcas nas finanças da organização (FERREIRA; MONTALVÃO, 2019, s.p.).

As dívidas se originaram a partir da criação de empresas-satélites por parte de José Antônio de Nascimento Brito, filho do proprietário do jornal. As empresas drenaram recursos do periódico, que passou a definhando e acumular dívidas, multiplicando-se ao não serem pagas no prazo, o que o levou a recorrer a empréstimos e entrar em uma bola de neve de débitos. “O jornal não investiu no incremento tecnológico e o seu parque gráfico envelheceu. A concorrência de *O Globo* era feroz. Anunciantes contaram a Nascimento Brito que o jornal de Roberto Marinho concedia descontos formidáveis, desde que não colocassem propaganda no *JB*” (CONTI, 1999, p.327).

Para solucionar os problemas financeiros, o *JB* contratou, em 1989, Victorio Bhering Cabral como superintendente geral. Ex-secretário de Administração de Moreira Franco no governo fluminense, Cabral teve carta branca para reestruturar as contas do jornal, contratando oito executivos muito bem remunerados e buscando mais recursos financeiros ao periódico. Entretanto, a situação do *JB* piorou, os salários atrasaram, jornalistas protestaram, e Cabral foi demitido (CONTI, 1999, p.318).

Exemplo de embates entre os dois principais jornais cariocas, o Caso Proconsult ilustra a disputa pela narrativa entre ambos. O episódio foi a tentativa de fraude eleitoral nas eleições estaduais do Rio de Janeiro de 1982, visando dar vitória ao candidato Moreira Franco (PDS)

¹⁰ *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Diário Carioca* e *O Jornal* deixaram de circular nos anos 1970, enquanto *UH* e *Tribuna da Imprensa* entraram em decadência (BARBOSA, 2007, p.197-198).

em detrimento de Leonel Brizola. A fraude descoberta pelo *JB*, e o responsável pela apuração do PDT – César Maia – consistia em transferir os votos brancos e nulos para o pedessista através de “erro” em programa computacional da Proconsult, empresa responsável pela totalização dos votos no pleito.

Apesar da apuração oficial estar a cargo do TSE, *OG*, *JB* e o PDT possuíam um sistema paralelo de apuração dos votos. *OG* apurava as votações de deputados estadual e federal, senador e governador, enquanto o *JB* apenas os dois últimos e, por isso, a apuração era mais rápida. Em contrapartida, os dados apurados pelo *OG* eram compartilhados com a Rede Globo de Televisão e, com isso, a emissora apresentava dados defasados e que projetavam Moreira Franco como o vitorioso do pleito, não obstante as apurações do *JB* e do PDT apontassem Brizola. Baseado nas discrepâncias dos dados apresentados pelos dois veículos, o candidato pedetista denunciou tentativa de fraude e, através de apuração conjunta de repórteres do *JB* com Maia, foi descoberto o “erro” no computador da Proconsult.

Com a denúncia de Brizola e a descoberta do “erro” no computador, *OG* corrigiu as projeções que indicavam a vitória do pedessista, destacando que o provável vitorioso seria o pedetista, ao mesmo tempo em que negava participação na tentativa de fraude eleitoral. Apesar das Organizações Globo terem sido acusadas indiretamente por Brizola e, nas entrelinhas, por Amorim e Passos (2005), como cúmplices na tentativa de fraude no pleito, a participação da empresa nunca foi comprovada.

Cerca de duas semanas após o pleito, o *JB* denunciou que um executivo da Proconsult estava pressionando o jornal insinuando que o modelo de apuração do *JB* estava incorreto. O executivo citava um “Diferencial Delta” para afirmar que o eleitor de Brizola acabaria se confundindo ao votar e anularia seu voto; com isso, previa-se uma vitória de Moreira Franco por 30 mil votos. O *JB* recusou essa pressão e decidiu continuar com seu próprio método, mas não buscou explorar a acusação de participação na fraude eleitoral por *OG*, preferindo se vangloriar por ter errado suas projeções em apenas 0,08%. Sobre a projeção praticamente correta, César Maia acreditava que o TSE tivesse se baseado nelas para anunciar o resultado oficial, pois estatisticamente tal tipo era praticamente impossível de ocorrer (AMORIM; PASSOS, 2005, p.159-165).

Em relação ao mercado paulista de grande circulação, *OESP* e *FSP* praticamente o monopolizavam, com o segundo passando o primeiro e liderando, em termos de circulação, a partir de 1984 (ABREU *et alli*, 2003, p.363). O principal ponto em que a *FSP* se avaliava era o número de vendas, entendendo que o aumento nos números de comercialização indicaria uma superior qualidade editorial, pois o leitor não gastaria o seu dinheiro em algo inferior ou que

não desejasse. Por outro lado, ter maior vendagem não era o maior objetivo do *OESP*, que procurava ser o jornal de maior influência e, para isso, a tradição e a história seriam os principais pontos, baseando-se no *New York Times*, jornal de maior influência nos Estados Unidos e que não liderava em número de vendas (RIBEIRO, 2001, p.84-86).

Ribeiro (2001, p.105-106) aponta que *OESP* sempre pretendeu ser um jornal que influenciasse as cabeças pensantes do país, e suas mudanças no pensamento político acompanharam as transformações da linha liberal, enquanto a *FSP* via a tiragem como indício de influência política e que mostrava a qualidade e aceitação pública do jornal. Embora o fato de estar na liderança de mercado remeter ao Projeto Folha, que remodelou as diretrizes gráficas e editoriais da *FSP*, a campanha das Diretas-Já e sua cobertura pelo jornal propiciou que aumentassem exponencialmente suas vendas e ficasse conhecido como o “Jornal das Diretas” (RIBEIRO, 2001, p.83-85).

Com o crescimento de seu principal concorrente e se vendo diante de uma estrutura organizacional lenta em relação às mudanças, *OESP* decidiu realizar gradualmente uma reforma gráfica e administrativa e, de olho no concorrente, lançou, em 1986, o “Caderno 2” dedicado ao noticiário social e cultural, visto a *FSP* ter caderno semelhante, a “Folha Ilustrada”. Na questão dos anúncios e classificados, *OESP* possuía preponderância em relação à *FSP*, especialmente aos domingos, pois superava o concorrente em tiragens nesse dia (embora perdesse no restante da semana). Para tentar fazer frente ao concorrente nesse quesito, a *FSP* lançou, em 1982, os *Classifolhas*, que ofereciam descontos progressivos, classificados por telefone e malas diretas (RIBEIRO, 2001, p.84-87). Em 1989, a *FSP* era o jornal de maior circulação nacional nos dias da semana – 308 mil exemplares – e com 382 mil exemplares aos domingos (CONTI, 1999, p.122); já *OESP* possuía uma média de tiragens, aos domingos, de 430 mil exemplares.

No caso dos periódicos cariocas e paulistas, a questão da concorrência não se restringia apenas ao aspecto regional, pois eram tomados como veículos de circulação nacional e, não obstante os jornais paulistas possuíssem uma circulação menor do que os cariocas no Rio de Janeiro – e vice-versa –, a concorrência entre eles possuía como foco a questão da influência. Os matutinos competiam entre si na busca pela reportagem exclusiva ou pelo furo jornalístico, o que representaria um ganho no número de leitores e na circulação, aumentando assim o prestígio desses veículos inseridos na lógica da concorrência capitalista.

Como exemplo de furo jornalístico de repercussão nacional, é possível destacar a descoberta, por parte do *JB*, dos autores do episódio do Riocentro, que foi um atentado terrorista ocorrido no centro de convenções Riocentro em 1981. Segundo versão oficial, a organização

do atentado partiu de grupos de esquerda, o que poderia impedir a continuidade do processo de abertura política. Entretanto, foi descoberto pelo jornal carioca que a organização partiu de ala radical da Ditadura Militar, visando endurecimento do regime. Como caso de repercussão nacional, a descoberta dos autores do atentado do Riocentro fez com que o *JB* fosse citado nacionalmente pelo furo jornalístico, inclusive por seus concorrentes.

Com circulação regional, *ZH* e *CP* eram os dois principais jornais gaúchos no final dos anos 1980. Tradicional veículo rio-grandense, o *CP* sempre se apresentou como um dos jornais gaúchos de maior circulação, mas a partir da compra do *ZH* pelo grupo RBS¹¹, começou a perder o posto para seu principal concorrente, que chegou a deter 86% do mercado gaúcho em 1986, ano de relançamento do *CP* sob novo proprietário¹². A partir de um plano de reestruturação, o veículo fundado por Caldas Júnior começou a equilibrar a concorrência com o jornal da RBS, possuindo 41% do mercado gaúcho em 1988. Com tiragem de 200 mil exemplares diários em Porto Alegre e 100 mil no interior gaúcho, além de 150 mil assinantes, o *CP* recebeu, naquele ano, o prestigiado prêmio “Top de Marketing” na categoria de melhor jornal gaúcho, fato que foi bastante celebrado pelo periódico e destacado por meio de pequena nota na primeira página nas edições diárias de 1989¹³.

Sexto jornal em circulação diária no país, o *ZH*, em edição comemorativa aos 25 anos de fundação do veículo, reportou que possuía uma base de 30 mil assinantes, tiragem de 130 mil exemplares nos dias de semana e 260 mil aos domingos, além de uma média de 4.100 páginas impressas ao mês, segundo informação de Marcos Dvoskin¹⁴. Apresentando ainda a evolução do periódico na gestão da RBS, a partir de 1970, destacou que anteriormente não havia uma base de assinantes, a tiragem diária era de 28 mil exemplares (não circulava aos domingos) e cerca de mil páginas ao mês eram impressas no início da gestão da RBS, procurando salientar o vertiginoso crescimento que o veículo apresentara em quase duas décadas de administração do novo grupo¹⁵.

Por outro lado, cabe salientar que não foi possível confrontar os dados extraídos das fontes, visto que, por terem sido elaborados pelos próprios jornais como uma espécie de “autopropaganda”, podem não corresponder totalmente à realidade. Todavia, ainda que não seja

¹¹ Sigla para Rede Brasil Sul, grupo empresarial fundado por Maurício Sirotsky Sobrinho, em 1957, com a aquisição da Rádio Gaúcha de Porto Alegre.

¹² *Correio do Povo*, Primeiro Caderno, 16 dez. 1988, p.II.

¹³ *Idem*.

¹⁴ *Zero Hora*, *ZH* 25 anos, 4 mai. 1989, p.23.

¹⁵ *Idem*.

possível apurar, com extrema precisão, permitem destacar a maior profissionalização dos jornais ao longo do tempo.

Em obra memorial, Schirmer (2003, p.72) afirma que, ao comprar o *ZH*, o grupo RBS percebeu que o passivo era maior do que o esperado e buscou vender o jornal ao dono do *CP*, Breno Caldas, que recusou a compra, dizendo que o seu veículo já se acostumara a ver desaparecer os jornais que lhe tentavam fazer concorrência. Schirmer assinala que esse foi o maior erro estratégico cometido por Caldas, pois paralelamente aos problemas financeiros que teria adiante, o grupo RBS desistiu de vender o *ZH* e buscou reestruturar o periódico, que ultrapassou seu concorrente e o viu falir em 1984.

Como empresas privadas e inseridas no mercado da concorrência, as organizações jornalísticas buscavam diversificar seus negócios, que incluíam lançamento de outros periódicos, concessões de rádio e televisão, gráficas, editoras e gravadoras. Com exceção do *ZH*, que, embora fundado unicamente como jornal, foi comprado pela RBS – que já detinha concessões de rádio e televisão –, os outros jornais começaram exclusivamente como periódicos e, com o sucesso, as respectivas organizações jornalísticas foram diversificando os seus negócios que eram relacionados à mídia.

Observando os seus jornais matutinos apresentarem sucesso, as organizações jornalísticas, com exceção de *OG* e *JB*, decidiram pelo lançamento de periódicos vespertinos¹⁶. Em São Paulo, estes eram a *Folha da Tarde* – em circulação entre 1949 e 1959, e após 1967 – e o *Jornal da Tarde* – publicado desde 1966 –, respectivamente pertencentes às organizações jornalísticas que editavam a *FSP* e *OESP*. Cabe considerar que a *Folha da Tarde* voltou a circular após o grupo concorrente ter lançado, um ano antes, o *Jornal da Tarde*.

No Rio Grande do Sul, o grupo RBS era o dono do *Diário Catarinense* – periódico lançado em 1986 com circulação em Santa Catarina –, enquanto a Empresa Jornalística Caldas Júnior foi proprietária também do vespertino *Folha da Tarde*, que deixou de ser publicado, em 1983, devido aos problemas financeiros da empresa. Com exceção dos jornais gaúchos, todos os outros periódicos possuíam suas agências de notícias, que são organizações jornalísticas especializadas em difundir informações e notícias diretamente das fontes para os veículos de comunicação. Essas agências vendiam as notícias para outros veículos de comunicação, incluindo o *ZH* e *CP*.

Diferentemente dos jornais, que podem ser criados por qualquer cidadão, o rádio e a televisão dependem de ondas eletromagnéticas para existirem e, como são públicas, no Brasil,

¹⁶ O jornal matutino chega às bancas logo cedo, enquanto os vespertinos, mais tarde e, além disso, atualizam acontecimentos reportados no matutino e são direcionados ao público que prefere comprar jornais a partir da tarde.

o governo concede à iniciativa privada o direito de explorar essas ondas por determinado período, portanto, emissoras de rádio e televisão são concessionárias de serviço público e estão sujeitas a cumprir determinadas regras para que possam operar o serviço. Teoricamente o governo pode conceder o direito de exploração a qualquer cidadão, entretanto o custo para montagem de uma emissora televisiva ou radiofônica é elevado, o que faz com que apenas um grupo seletivo tenha as condições necessárias para investir no negócio. As concessões eram cedidas, em sua maior parte, aos empresários proprietários de organizações jornalísticas, que viam nesse tipo de serviço a oportunidade para ampliação e diversificação de seus negócios, além de possuírem o capital necessário para o empreendimento.

Com custo menor do que a televisão e maior disponibilidade na concessão, todas as organizações jornalísticas eram proprietárias de emissoras de rádio AM e FM¹⁷, com exceção da *FSP*. No Rio de Janeiro, as Organizações Globo eram proprietárias da Rádio Globo e BH FM, fundadas respectivamente em 1944, no Rio de Janeiro, e 1977 em Belo Horizonte, enquanto o *JB* possuía, no Rio de Janeiro, a Rádio Jornal do Brasil e JB FM, e a Rádio Cidade em Niterói, fundadas respectivamente em 1935, 1973 e 1977. Em São Paulo, o Grupo Estado era dono, desde 1958, da Rádio Eldorado, enquanto em Porto Alegre, a Empresa Jornalística Caldas Júnior era proprietária da Rádio Guaíba, fundada em 1957.

Maior concessionário de rádio, o grupo RBS possuía duas redes, a RBS Rádio e a Rede Atlântida FM. Faziam parte da primeira rede: no Rio Grande do Sul, as rádios Gaúcha, Farroupilha, Cidade e Gaúcha FM; em Santa Catarina, a Diário da Manhã e a Itapema. Compunham a segunda: no Rio Grande do Sul, as rádios Atlântida Porto Alegre, Pelotas, Santa Maria, Passo Fundo, Rio Grande, Tramandaí e Santa Cruz do Sul; em Santa Carinha, as rádios Atlântida Florianópolis, Blumenau e Chapecó. Antes da compra do *ZH* em 1970, o grupo RBS era proprietário apenas da Rádio Gaúcha, desde 1957, e em Brasília, da Rádio Alvorada, que funcionou até 1982.

Criada a partir de grandes aportes de recursos, com exceção da *FSP*, *OESP* e *JB*¹⁸, as organizações jornalísticas investiram na montagem ou aquisição de emissoras televisivas. Líder em audiência no país, a Rede Globo de Televisão detinha a liderança absoluta com média de 78% de telespectadores e cobertura de 99,2% do território nacional (ALDÉ, 2019, s.p.). A

¹⁷ AM é a sigla para amplitude modulada e varia entre 540 kHz a 1.600 kHz, enquanto FM é a sigla para frequência modulada e varia 87,5 MHz a 108 MHz. A onda modulada AM varia em amplitude e a FM em frequência.

¹⁸ O *JB* tentou nos anos 1970 obter a concessão de canal de televisão, entretanto, sofreu boicotes do governo no período pela posição crítica do jornal em relação ao regime militar. A ditadura negou a concessão ao proprietário do *JB*, que alegou falta de legislação específica e preferiu abortar o projeto, direcionando os investimentos para o rádio. A concessão de canal de televisão foi concedida aos empresários Sílvio Santos e Adolpho Bloch, que fundaram respectivamente o SBT e a Rede Manchete de Televisão (FERREIRA; MONTALVÃO, 2019, s.p.).

emissora começou a funcionar a partir de 1965, embora a concessão do canal de televisão – canal 4 do Rio de Janeiro – tenha sido concedida por Juscelino Kubitschek em 1957.

Após conseguir concessões de canais em São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e Recife, a Rede Globo de Televisão começou a transmitir seus sinais a partir de emissoras afiliadas, portanto, passou a ser constituída de:

[...] cinco emissoras básicas, às quais se ligaram diretamente 30 retransmissoras, que, por seu turno, passavam seus programas a centenas de retransmissoras municipais, transformando-se desse modo na maior e mais poderosa rede de televisão do Brasil, com os mais elevados índices de audiência (CABRAL; FERREIRA, 2019, s.p.).

Breno Caldas conseguiu a concessão do canal 2 de televisão de Porto Alegre e fundou a TV Guaíba em 1979, o que exigiu investimento de US\$ 8 milhões, que logo triplicou devido à maxidesvalorização do cruzeiro em 1979 e fez com que a empresa acumulasse um enorme prejuízo na operação. Com a venda da Empresa Jornalística Caldas Júnior em 1984, o novo proprietário adquiriu todas as empresas fundadas pela empresa, incluindo a TV Guaíba. O grupo RBS era concessionário, desde 1962, do canal 12 de Porto Alegre, a TV Gaúcha¹⁹, que em 1967 foi a primeira emissora a ser afiliada da Rede Globo. A RBS passou a ter, a partir de então, uma série de emissoras televisivas, todas afiliadas da emissora carioca: RBS TV Caxias do Sul, Erechim, Pelotas, Santa Maria, Uruguaiana, Bagé, Cruz Alta, Rio Grande, Passo Fundo e Santa Cruz do Sul. O grupo expandiu suas operações para Santa Catarina a partir de 1979, quando adquiriu a TV Catarinense (renomeada de RBS TV Florianópolis); RBS TV Joinville, Blumenau e Chapecó são as outras emissoras do grupo no estado.

Com exceção do *JB*, *CP* e *ZH*, os outros periódicos buscaram uma diversificação ainda maior de seus negócios, contemplando desde gráficas até gravadoras. *OESP* e *FSP* eram os veículos proprietários de suas próprias gráficas, o que reduzia os custos de impressão e evitava atrasos na edição. A Gravadora Eldorado pertencia ao Grupo Estado, enquanto o Grupo Globo detinha o controle da Globo Discos e da Som Livre, esta fundada em 1969, sendo uma das principais gravadoras do país e responsável pelo lançamento de artistas consagrados como Tim Maia, Rita Lee, Gal Costa, Novos Baianos, Elis Regina, entre outros.

Além dessas organizações, as empresas jornalísticas detinham o controle de outros negócios, como: Banco ABC Roma, organização fundada em 1989 e com metades acionárias do Grupo Globo e *Arab Bank Corporation*; NEC do Brasil, empresa responsável pela montagem da infraestrutura em telecomunicações e pertencente ao Grupo Globo desde 1986; Editora Globo, fundada sob o nome de Rio Gráfica Editora, por Roberto Marinho, em 1952, e

¹⁹ Em 1983 passaria a se chamar RBS TV Porto Alegre.

com denominação corrente a partir de 1986, sendo responsável pela publicação de livros, revistas e histórias em quadrinhos; Telemontecarlo, emissora de televisão italiana sediada em Monte Carlo, Mônaco, detendo o Grupo Globo 90% das ações desde 1985; OESP Mídia, empresa fundada em 1984, responsável pela edição de lista telefônica e guias empresariais na cidade de São Paulo; Transfolha, organização fundada em 1988, responsável por transporte e distribuição de produtos editoriais; Datafolha, instituto de pesquisas fundado em 1983 como departamento da *FSP* e que, com o passar do tempo, foi se estabelecendo como entidade independente e responsável por pesquisas de opinião pública, como as eleitorais.

Além da diversificação dos negócios, as reformas gráficas e administrativas foram uma constante entre boa parte da mídia impressa nos anos 1980, pois, inseridas na lógica da concorrência capitalista, as organizações jornalísticas eram influenciadas por seus *stakeholders*²⁰ e, diante de suas cobranças por melhores serviços, avaliavam que tipo de mudanças seriam necessárias para se manterem competitivas no mercado. Procurando melhorias nos sistemas produtivos, as organizações jornalísticas realizavam investimentos como expansão do parque gráfico, reformulação administrativa, ampliação de sedes, otimização do *layout* do jornal²¹ e informatização das redações. Esta foi uma constante a partir da década de 1980 na imprensa brasileira, e jornais como *FSP* e *OG* foram pioneiros na instalação de computadores nas redações dos periódicos, enquanto seus concorrentes *OESP* e *JB* o realizaram no tardar da década.

Destacando a importância da informatização a partir do caso da *FSP*, Ribeiro (2001, p.68) assinala que, ao custo de US\$ 2 milhões, em 1983, ela possibilitou, ao matutino, a economia de 40 minutos no fechamento das edições. A automação resultou ainda na substituição de 72 revisores por apenas um encarregado de apontar os erros de português e digitação, reduzindo assim os custos produtivos. Embora a informatização tenha sido implementada com o objetivo de reduzir custos e melhorar a produção jornalística, problemas ocorreram nos veículos, como a dificuldade de adaptação de jornalistas – especialmente os mais experientes – à nova tecnologia, o que levou as organizações jornalísticas a substituírem, em seus quadros, esses profissionais por mais novos.

Investimentos em tecnologia significavam redução de custos, como o caso da *FSP* demonstra, além de impactos no funcionalismo da organização, especialmente através do

²⁰ Agentes interessados em uma organização, como consumidores, fornecedores, anunciantes, governos, etc.

²¹ A otimização do *layout* incluía a disponibilização de mais informações com menos espaço e melhoria do aspecto visual da apresentação do jornal.

*downsizing*²² aplicado. Sobre esse, o veículo buscou estruturar melhor a sua política de admissão, que seria próxima à realizada em concursos públicos, e paralelamente priorizou o aspecto quantitativo na administração da empresa. Com isso, funcionários mais antigos começaram a ser substituídos por mais novos e mais baratos, havendo casos de pessoas com 20 anos se tornando editoras (ABREU *et alli*, 2003, p.362).

Entre 1984 e 1987, foram registradas 474 demissões na *FSP* (SILVA, 1988, p.156), e Ribeiro (2001, p.66) ressalta que, mais do que antes, “os profissionais foram colocados numa linha de montagem, enquanto a direção da empresa, contraditoriamente, se confessava ou incompetente ou inapetente para promover um programa de treinamento *moderno*, dilapidando de forma selvagem seu *capital humano*”. O início do processo foi turbulento, mas o jornal passou a se estabilizar aos poucos, os salários foram aumentando, e o periódico apresentava situação mais sólida no final da década de 1980 (ABREU *et alli*, 2003, p.362).

O *JB* não realizou reformas gráfica e administrativa nos anos 1980, mas as fez em décadas anteriores. Pioneiro em amplas reformas, o matutino carioca as realizou entre as décadas de 1950 e 1960, servindo de inspiração para as subsequentes na imprensa brasileira. A reformulação do *JB* foi comandada por Odylo Costa Filho, e o novo estilo do periódico foi resultado da formação de uma nova equipe de jovens jornalistas egressos da *Tribuna da Imprensa* e *Diário Carioca*, como: Carlos Castelo Branco, Jânio de Freitas, Carlos Lemos, Ferreira Gullar, Wilson Figueiredo, Amílcar de Castro, Hermano Alves, Lúcio Neves, Luís Lobo e José Carlos de Oliveira (FERREIRA; MONTALVÃO, 2019, s.p.).

Dentre as transformações ocorridas no *JB* durante a década de 50, destacam-se o aumento do número de páginas, chamadas na primeira página (anteriormente ocupada por matérias inteiras e que usualmente continuavam em outras páginas), ampliação do noticiário, fotografia na primeira página e reestruturação desta – passou a ser ocupada pelo noticiário e apenas uma pequena faixa reservada aos classificados –, surgimento dos cadernos B (voltado às artes em geral, especialmente cinema e teatro) e C (classificados) (FERREIRA; MONTALVÃO, 2019, s.p.). A reformulação do *JB* foi consolidada com a entrada de Alberto Dines no veículo, que, entre 1961 e 1973, sistematizou as modificações e permitiu que a verdadeira reforma fosse completamente assimilada. Ainda nesse período, o periódico introduziu a função do editor, buscando dar maior unidade ao noticiário (RIBEIRO, 2001, p.47).

²² Termo proveniente da administração para indicar redução do tamanho da estrutura administrativa de uma organização a partir da redução de custos e do número de funcionários. Papel central é o investimento em tecnologia, como no caso da *FSP*, em que o novo aparato tecnológico desenvolve a mesma função que elevado número de pessoas, permitindo assim redução de custos para a empresa.

Como exemplo das mudanças implementadas por Dines, podem ser destacadas a introdução de reuniões regulares na redação, organização de editorias e criações do arquivo e departamento de pesquisa do jornal (BARBOSA, 2007, p.162). Sobre a reforma e a posição obtida pelo *JB*, Ferreira e Montalvão apontam que:

Essa reforma fez de fato com que o jornal passasse a ocupar outra posição no seio da imprensa carioca, ganhando uma nova estatura na formação da opinião política do país e estimulando a reestruturação gráfica dos demais periódicos. Apesar de tudo, porém, o *Jornal do Brasil* manteve os quatro atributos que sempre nortearam sua atuação, definindo-se como um órgão “católico, liberal-conservador, constitucional e defensor da iniciativa privada” (FERREIRA; MONTALVÃO, 2019, s.p.).

Não obstante o *JB* tenha mantido intacta sua linha editorial, o mesmo não pode ser destacado sobre a *FSP*, que iniciou, a partir de 1978, uma série de mudanças na estrutura interna da redação, criando o conselho editorial, cujo secretário-geral – Otávio Frias Filho – se tornou o principal responsável pela implementação do Projeto Folha. Formulado a partir de 1974, sob a direção de Cláudio Abramo²³, o projeto foi sendo gradativamente implementado e tinha o objetivo de consolidar a nova linha editorial do veículo, incorporando estratégias de *marketing* e de se fazer um jornalismo crítico, apartidário e imparcial.

O projeto procurou mostrar a ideologia jornalística do veículo como sendo a defesa da livre iniciativa e que o jornal deveria ser crítico, apartidário, independente e pluralista em termos de acolhimento de opiniões, havendo ênfase também no didatismo e serviços ao leitor (LAGO; ROMANCINI, 2007, p.163). Na concepção do projeto, o jornal deveria possuir o compromisso de revelar, ao público, os fatos sem se preocupar com a repercussão destes, o que configuraria uma liberdade de imprensa absoluta²⁴.

A reforma editorial se voltou mais, em seu início, à estratégia política a ser seguida pelo periódico na fase de redemocratização brasileira e, com ela, o jornal se aproximou de amplo setor da sociedade no país que tentava colocar fim ao regime autoritário vigente desde 1964. Com isso, a *FSP* passou a abordar mais questões ligadas às desigualdades sociais e aos movimentos reivindicatórios da sociedade civil organizada (COHN *et alli*, 2019, s.p.). O público que consome o jornal é composto por pessoas com diversas opiniões políticas, econômicas e sociais e, como a *FSP* não poderia prescindir de nenhum grupo, todos deveriam estar representados no noticiário. A partir disso, a lógica do posicionamento não seria ética ou política, mas mercadológica (RIBEIRO, 2001, p.90-91).

²³ Na direção do veículo, Abramo foi responsável, no início da década de 1970, por mudanças no jornal, como a criação de uma página de opinião, que deu voz aos líderes opositores do regime militar (LAGO; ROMANCINI, 2007, p.161).

²⁴ *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 01 dez. 1988, p.10.

Dentre as mudanças gráficas e editoriais estabelecidas pela *FSP*, podem ser destacadas: adoção de maior número de colunas; maior divisão em cadernos especializados; utilização de mais recursos gráficos (tabelas, quadros); restabelecimento do padrão de texto impessoal, descritivo, rigoroso e que não admite juízo de valor (texto noticioso), embora tal característica empobreça o texto; opiniões estariam restritas ao editorial, artigos e colunas (ABREU *et alli*, 2003, p.368). Buscando normatizar os procedimentos jornalísticos, a *FSP* lançou, em 1984, o Manual Geral da Redação, cuja coordenação cabia a Otávio Frias Filho, Carlos Eduardo Lins da Silva e Caio Túlio Costa e que consistia em:

[...] uma série de medidas rígidas em termos de normatização de procedimentos, despolitização, garantia de manifestação das diversas versões que comportam um fato, um acontecimento. O texto do jornal, a partir da introdução do manual, tornou-se impessoal, descritivo, rigoroso. Foram também introduzidos recursos gráficos nas matérias que passaram a contar com mapas, tabelas, gráficos (ABREU *et alli*, 2019, s.p.).

Ao mesmo tempo em que medidas como o Projeto Folha e o Manual Geral da Redação levaram a uma maior profissionalização nas atividades exercidas, geravam desgastes e atritos com profissionais que demoraram a compreender o projeto, além do perfeccionismo obsessivo exigido pelo periódico frente aos seus jornalistas, conforme Ribeiro (2001, p.121) aponta:

A partir da implantação do seu Projeto, a *Folha* notabilizou-se por um extremo rigor, um perfeccionismo obsessivo frente aos erros de seus jornalistas. Trata-se de um traço marcante da identidade do jornal e indício da sua incapacidade em lidar com a dimensão qualitativa dos fatos. [...] Incapaz de lidar com a qualidade, a *Folha* adotou com frequência uma atitude rígida frente a todo e qualquer erro; assim, a mera ausência de erros sofre uma distorção semântica e passa a significar excelência jornalística.

O Projeto Folha se tornou algo constante na busca da renovação e maior profissionalização do veículo, sendo responsável por sua liderança nas vendas no final dos anos 1980 no Brasil. Por outro lado, o jornal ficou “refém” da estratégia de mudança permanente e não se sentia satisfeito quando uma ampla mudança era implementada, conforme procederam veículos como o *JB*. No aspecto da mudança, Conti (1999, p.138) afirma que:

Com 331 jornalistas na redação, e quarenta na Agência Folha, a *Folha de S. Paulo* era o jornal brasileiro que mais vendia em 1989. No Projeto Editorial que divulgara no ano anterior, o jornal fazia a apologia da modificação permanente: Ao disseminar a ideia de que é preciso estar sempre mudando, sempre desconcertando, de surpresa em surpresa a Folha tornou-se vítima de sua própria estratégia: não lhe resta outro caminho senão continuar, não há tranquilidade que ela possa alcançar, nem descanso.

Como parte da renovação constante, a *FSP* foi pioneira, em 1989, na criação do cargo de *ombudsman*, profissional responsável pelo recebimento das queixas e sugestões dos leitores, crítica interna do periódico e que, através de uma coluna dominical, comparava a *performance* do jornal em relação aos concorrentes (COHN *et alli*, 2019, s.p.). Por outro lado, o primeiro

ocupante do cargo foi Caio Túlio Costa, profissional que se destacou pelo Manual Geral de Redação e por mudanças na *FSP*, por isso, Ribeiro (2001, p.69) levantou a hipótese de que o *ombudsman* tenha sido concebido como mais um agente de controle no jornal.

No mesmo ano, a *FSP* realizou uma reforma gráfica, tendo o objetivo de tornar a leitura mais cômoda, fácil e veloz com uma apresentação gráfica mais leve. Houve aumento de 10% da linguagem tipográfica e 15% do entrelinhamento, além do tipo de fonte ter se tornado o *Times* para o periódico como um todo, *Garamond* para os editoriais, *Bodoni* para títulos e *Futura* para serviços ao leitor. O jornal passou a utilizar modulação gráfica (apresentação do mesmo desenho básico) em todas as páginas e, com isso, os textos – que ficaram mais curtos – e fotos passaram a ser editados de acordo com espaços fixos e preestabelecidos, reduzindo tempo para edição das páginas e permitindo uma uniformidade e organização na apresentação visual. Para realizar essas mudanças, a *FSP* se baseou em pesquisa, que indicou que os leitores dedicavam cada vez menos tempo à leitura, mas que o conteúdo deveria permanecer o mesmo e ser aprofundado através de análises e críticas²⁵.

Observando o crescimento de seu principal concorrente e os bons resultados apresentados pelo Projeto Folha, o grupo Estado iniciou, em 1982, uma reforma estrutural em suas empresas, tendo como objetivo a compatibilização entre a sucessão em uma empresa familiar e a administração de um conglomerado moderno. Roberto Teixeira Costa, coordenador da reforma, propôs mudanças que envolvessem o processo decisório, maior confiabilidade nos dados contábeis e a reciclagem das chefias. Foi elaborado o acordo que resultou, em 1988, no lançamento de uma espécie de manual de negócios e na indicação de Francisco Mesquita como diretor-superintendente da organização. Ribeiro (2001, p.74) destaca que, no comando de cada unidade de negócios, estava um dos membros da quarta geração da família, junto com executivos assalariados, além do fato de os diretores passarem a prestar contas ao Conselho Consultivo.

Do ponto de vista estrutural e gráfico, o jornal apresentava como características ser menos permeável a mudanças, tendo como identidade e referência histórica a tradição e propriedade familiar, o que mudou com a chegada de Augusto Nunes ao veículo, que avaliava ser necessária drásticas transformações no *OESP*. Antes de sua chegada, o periódico não possuía um projeto de informatização (usava ainda laudas na , em 1988), cadernos, cores e não era publicado às segundas-feiras. Nunes tinha como objetivo mudar o público-alvo do jornal,

²⁵ *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 24 mai. 1989, p.5.

que era envelhecido e, por isso, fez gradualmente amplas reformas administrativa e gráfica, chegando a trocar até 160 funcionários do jornal.

Na reforma administrativa, houve a introdução do cargo de editor-executivo, embora parte da família Mesquita demonstrasse grande resistência ao projeto (ABREU *et alli*, 2003, p.307). Foram introduzidos no periódico, com sua chegada, cadernos, cores, computadores na redação, redesenho gráfico, páginas de opinião, sequência de editoriais, ordem de entrada dos assuntos mais coerentes, e o editorial passou a ser chamado na capa (ABREU *et alli*, 2003, p.303-317).

A informatização da redação foi mais lenta do que as outras transformações e não assumiu caráter de urgência ou luta pelo poder. Com isso, os jornalistas do *OESP* – maioria veteranos – assimilaram, sem maiores traumas, o uso dos computadores (RIBEIRO, 2001, p.184). Nunes possuía o objetivo de deixar o jornal o mais imparcial possível, especialmente no trato dado pelo veículo aos políticos. Cita que antes de sua chegada, *OESP* veiculava, com juízo de valor, determinados políticos, exemplificando que Brizola era chamado somente de caudilho. Com seu ingresso, todas as personalidades políticas passaram a receber tratamento equânime (RIBEIRO, 2001, p.77).

Em relação aos jornais gaúchos, o *ZH* era responsável por 36% do faturamento do grupo RBS no final dos anos 1980 (DILLENBURG; LEAL, 2019a, s.p.), além de possuir sólida estrutura administrativa no período, decorrente dos investimentos e reformas realizadas pela RBS a partir de 1970. Anteriormente sob a direção de Ari de Carvalho²⁶, o periódico possuía precária estrutura, decorrente principalmente do fato de o jornal ter herdado o que restou do *UH* a partir do golpe de 1964. O *ZH* recebeu de seu antecessor quatro jipes, vinte máquinas de escrever, confuso arquivo fotográfico e cinco motocicletas do tipo lambreta, além de continuar enfrentando a desconfiança de empresários e militares.

Aliada a essa pequena herança, Carvalho adquiriu uma rotativa e organizou os próprios serviços de tipografia e estruturação de pessoal, mas as dificuldades financeiras cresciam com atrasos dos salários dos funcionários e pagamentos dos fornecedores (DILLENBURG; LEAL, 2019a, s.p.). Com problemas financeiros, inicialmente Carvalho se associou a Maurício Sirotsky Sobrinho, mas com o tempo, o proprietário da RBS passou ao comando do *ZH*. Sobre o processo, Dillenburg e Leal (2019a, s.p) afirmam que:

²⁶ Apoiador do golpe civil-militar de 1964, Carvalho pediu ao comandante do III Exército cobertura para encampar o jornal e, com isso, se tornou proprietário do mesmo, mudando seu nome para *Zero Hora* e passando a defender o regime militar. O *ZH* herdaria de seu predecessor o formato tabloide, cor azul no logotipo, horário de vespertino e apelo popular e sensacionalista nos títulos de capa e contracapa (SCHIRMER, 2002, p.73).

Com o objetivo de evitar a falência da empresa, Ari de Carvalho associou-se a Maurício Sirotsky Sobrinho, primo de Samuel Wainer e proprietário da Rádio e Televisão Gaúcha, além de diretor da Mercur Publicidade. A encampação completa do jornal por Maurício Sirotsky se daria pouco tempo depois, quando passou a haver uma visão mais aberta de gerenciamento e elaboração do jornal. A direção passou a ser compartilhada por seu irmão Jayme Sirotsky e Fernando Ernesto Corrêa, com a colaboração de Lauro Schirmer. Em 31 de março de 1969 entrou em operação a rotativa Goss-Urbanite, que imprimia 15 mil exemplares por hora, com 64 páginas. O *Zero Hora* passou, então, a circular em 110 municípios gaúchos e, na ocasião, empregava duzentos profissionais. A redação e oficinas foram transferidas para um amplo prédio próprio, na avenida Ipiranga. Desde o início, a jornal preocupou-se em cobrir setores em que os concorrentes não atuavam, aproveitando-se da modernização do parque gráfico da empresa e do uso de pesquisas junto aos leitores como método corriqueiro de aferição do produto. O resultado foi que o *Zero Hora*, que tinha como concorrentes o *Correio do Povo*, a *Folha da Tarde*, o *Diário de Notícias* e o *Jornal do Comércio*, começou a firmar-se não apenas na capital, mas também no interior do estado. *Zero Hora*, que inicialmente era vespertino, passou a ser impresso cada vez mais cedo para chegar às bancas antes da *Folha da Tarde*, seu maior concorrente. Em 1970 passou definitivamente a sair pela manhã (DILLENBURG; LEAL, 2019a).

Os novos proprietários procuraram trazer ao jornal uma mentalidade moderna e criativa, que então se irradiava na publicidade e televisão, enquanto a maior parte da imprensa gaúcha ainda se apegava a velhas rotinas de modelos gastos; como exemplo, o periódico retirou seu logotipo azul e as notícias policiais das manchetes (SCHIRMER, 2002, p.73). *ZH* se apresentava, no início dos anos 1970, como um periódico em formato tabloide, moderno e dinâmico, além de ser dotado de recursos técnicos inovadores e que o ajudaram a consolidar a posição de liderança de mercado até o fim da década.

Sobre as reformas realizadas no veículo nos anos 1970, Dillenburg e Leal (2019a, s.p.) apontam que o “parque gráfico recebeu novos equipamentos, e seu sistema de distribuição, planejamento mercadológico e estrutura sólida o elevaram à situação de líder do mercado. Os anúncios classificados, um dos pontos fortes do *Correio do Povo*, passaram a ser publicados também em grande quantidade pelo *Zero Hora*”. Com isso, o jornal ficaria menos exposto às pressões de agências, grandes anunciantes e governos pelo número elevado de anúncios.

Madruga Duarte foi o responsável pelo projeto do *ZH Classificados* e assinalou alguns pontos que fizeram a empreitada ser bem-sucedida e virar modelo para veículos como *OG* e *FSP*: dar comissão para agências, vendedores autônomos, maior número possível de pontos de venda, telefone para anúncios e preço abaixo do concorrente (SCHIRMER, 2002, p.93-94). Sobre os procedimentos adotados pelo veículo e que possibilitaram a sólida estrutura no final de década de 1980, Lauro Schirmer assinala que:

A par de avanços tecnológicos, novos conceitos de marketing, pesquisa, comercialização, controle de qualidade e alterações gráficas, foram se incorporando e orientando os passos no desenvolvimento do projeto. Seja para o lançamento do bem-sucedido *ZH Classificados* – marco expressivo na evolução de *ZH*, coincidindo com a nova rotativa Goss Metro – ou dos muitos cadernos

editoriais que passaram a integrar o jornal, utilizando cada vez mais fotos coloridas em suas páginas, tornando-o o que hoje é²⁷.

Mesmo que boa parte da reforma gráfica e administrativa tenha ocorrido na década de 1970, o *ZH* continuou realizando-as de forma mais pontual na década posterior, como a reformulação, em 1989, da estrutura de suas edições, mudando e agrupando colunas com abordagens semelhantes, introduzindo nova arquitetura nos desenhos das páginas, utilizando tipologia mais leve – com mais gráficos e ilustrações –, buscando tornar a leitura mais fácil e atraente através de uma feição moderna, mais clara e elegante²⁸. No período, o jornal informatizou a redação com custo de US\$ 4 milhões e lançou o programa *Jornalista Anos 90* – com custo de US\$ 1 milhão –, que visava à preparação dos profissionais para áreas específicas da redação (DILLENBURG; LEAL, 2019a, s.p.).

Por sua vez, o *CP* iniciara os anos 1980 sob graves problemas financeiros decorrentes da construção de uma emissora televisiva, modernização do parque gráfico e aumento do número de funcionários no processo produtivo, o que o levou à insolvência no período (GALVANI, 1994, p.427-428). Seu maior credor era o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) e, por isso, Breno Caldas tentou negociar com o governador gaúcho, Jair Soares (PDS), o empréstimo de papel da imprensa oficial, mas, com a recusa, acusou-lhe de ter negado deliberadamente o pedido para favorecer o *Zero Hora* (DILLENBURG; LEAL, 2019b, s.p.).

Por outro lado, Galvani (1994, p.424-425) assinala que os sinais da crise estavam presentes desde 1974, mas Breno Caldas não deu importância; fora-lhe recomendado que seus outros periódicos fossem fechados, focando apenas no *CP*, mas também ignorou o alerta. Com isso, os jornais da Empresa Jornalística Caldas Júnior foram fechados em 1984, e a Rádio Guaíba continuou funcionando precariamente (DILLENBURG; LEAL, 2019b, s.p.). Sobre o pagamento da dívida e resolução da crise, Dillenburg e Leal (2019b, s.p.) destacam que:

Um grupo de empresários, liderado por Jorge Gerdau Johanpeter, propôs-se a cobrir os salários atrasados e comprar o papel para a volta do jornal. Enquanto isso, as ações da dívida do Banrisul seriam lançadas no mercado, a fim de captar mais dinheiro. [...] A Caldas Júnior seria desmembrada em parte gráfica e de editoria. Como a dívida aumentasse significativamente, o Banrisul acabou não mais concordando com a transação. Breno Caldas resolveu então negociar sozinho a crise, desfazendo-se da maior parte de seus bens e saldando a dívida com o Banrisul. O patrimônio do proprietário do jornal reduziu-se a 10% do original.

O *CP* ressurgiria em 1986 sob novo diretor, nova linha editorial e novo formato. Renato Bastos Ribeiro – plantador de soja e um dos homens mais ricos do Brasil – assumiria o controle da Cia. Jornalística Caldas Júnior, procurando manter a mesma linha editorial do período

²⁷ *Zero Hora*, ZH 25 anos, 4 mai. 1989, p.24.

²⁸ *Zero Hora*, Informe Especial, 21 ago. 1989, p.3.

anterior. Entretanto, com a volta do processo inflacionário após fracasso do Plano Cruzado, o jornal se viu diante de um vertiginoso aumento dos custos de produção – principalmente de papel –, acompanhados de aumentos salariais e de encargos e sem a necessária contrapartida das receitas. Além disso, o veículo possuía uma circulação pequena no Rio Grande do Sul, faixa etária elevada dos leitores e participação de apenas 13% no mercado de jornais porto-alegrenses. Dado o cenário adverso, o *CP* buscou executar, em 1987, um plano de *marketing* que revertesse o cenário e lhe propiciasse liderança de mercado²⁹.

O objetivo do *CP* era ser um jornal de grande circulação a preço barato (GALVANI, 1994, p.512) e a partir do plano de *marketing*, houve uma reformulação redacional do periódico

[...] com transformação do *Correio do Povo*, de um estilo discursivo, com notícias extensas e matérias detalhadas, em um jornal mais ágil, com notícias atuais e resumidas ao essencial, para perfeita compreensão da matéria. Tal reformulação também teria como objetivo a redução no número de páginas³⁰.

Do mesmo modo, o jornal mudou o seu formato de *standard* para tabloide (de tamanho menor e usual na imprensa gaúcha), a circulação passou de 50 mil exemplares diários para 200 mil, houve redução dos custos industriais mediante otimização na relação entre ampliação da circulação e manutenção dos custos de materiais para produção, criação de plano de assinaturas, ampliação do número de leitores e sua qualificação, redução da faixa etária de leitores de 45 para 33 anos e criação do Serviço de Atendimento ao Assinante do *Correio do Povo*. O matutino considerou satisfatória a implantação do plano de *marketing*, tendo em vista o aumento de circulação, crescimento de 182% do número de leitores – pertencentes às classes de maior poder aquisitivo –, aumento de 133% no volume de publicidade, participação de pouco mais de 40% no mercado jornalístico porto-alegrense e impressão simultânea em Porto Alegre, Carazinho e Caçapava do Sul³¹. Os custos e tamanho do jornal reduziram quatro vezes, tendo alcançado o objetivo de que o periódico fosse lido em poucos minutos e oferecesse um panorama geral dos acontecimentos, sem muito aprofundamento (GALVANI, 1994, p.510-527).

A reforma realizada pela nova direção do *CP* visava essencialmente à redução de custos, entretanto, não houve aperfeiçoamento no parque gráfico (realizado na década anterior) ou aquisição de máquinas mais modernas de impressão, pois seu novo proprietário salientava que as impressoras *Hoe* satisfaziam as necessidades do jornal e a aquisição de maquinário mais moderno elevaria os custos de produção (GALVANI, 1994, p.510-517). Sobre as máquinas de impressão, com exceção do *CP* que utilizava a rotativa *Hoe*, todos os outros periódicos

²⁹ *Correio do Povo*, Primeiro Caderno, 16 dez. 1988, p.II.

³⁰ *Idem*

³¹ *Ibidem*.

possuíam o maquinário mais moderno do período para impressão: a rotativa *Goss Metro*. Esta impressora *offset* se baseava em sistema eletrônico de fotocomposição e permitia, na média, a impressão de jornais coloridos de mais de 100 páginas a uma velocidade de 70 mil exemplares por hora.

Com exceção do *CP*, as organizações jornalísticas não se restringiam a suas cidades-sede e possuíam sucursais, que são filiais organizacionais e que respondem ao comando da empresa matriz. O *ZH* detinha apenas uma sucursal (Brasília), enquanto as outras organizações jornalísticas possuíam essas filiais em diversas cidades brasileiras e até no exterior. Os periódicos cariocas e paulistas detinham sucursais em São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, além de possuírem em: Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Recife e Salvador. Curitiba era sede da sucursal de *OG*, *FSP* e *OESP*, enquanto o ABC³², Campinas e Santos eram cidades das sucursais dos jornais paulistas; Juiz de Fora e Nova York (*OG*), Fortaleza (*JB*), Florianópolis e Londrina (*FSP*) apresentavam as filiais de apenas um dos matutinos.

A imprensa nos anos 1980 implementou a divisão das matérias em cadernos específicos, visando tornar a leitura mais cômoda, rápida e direcionada. Todos os veículos adotaram a mesma estrutura diária básica com três cadernos, enquanto subdivisões maiores variavam entre os periódicos. O “Caderno Principal” ou “Primeiro Caderno” destacava o noticiário político, nacional, internacional, ambiental, policial, etc. Nele eram veiculados os editoriais, artigos de opinião e análises e as notícias vistas como mais importantes segundo a ótica do veículo, e, por conter tal diversidade temática, constituía-se no caderno com maior número de páginas do periódico.

O “Segundo Caderno” destacava o noticiário social e cultural, sendo mais voltado ao entretenimento, apresentando notas e colunas sociais, programações artísticas e televisivas, dicas culturais, passatempos, etc. Esse caderno apresentava variações nas denominações nos jornais, sendo conhecido como “Segundo Caderno” (*OG* e *ZH*), “Caderno B” (*JB*) “Caderno 2” (*OESP*) “Folha Ilustrada” (*FSP*); no *CP*, a denominação era “Variedades” e circulava somente aos finais de semana. Todos os periódicos possuíam um caderno específico de anúncios, os “Classificados”, cuja circulação maior era aos domingos, dia de maior tiragem dos jornais. *OG*, *OESP* e *FSP* veiculavam ainda outros tipos de cadernos diários, como “Jornais de Bairro”³³

³² Sigla para três cidades que integram a região metropolitana da cidade de São Paulo: Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. A sucursal abrangia ainda outras cidades que pertenciam à região metropolitana, como Barueri, Diadema, Mauá, Cotia, Guarulhos, Osasco, etc.

³³ Noticiário de bairros e, a cada dia, dedicado à localidade específica da capital carioca.

(*OG*), “Economia” (jornais paulistas) e “Cidades” (*FSP*), que era dedicado ao noticiário da capital e do interior paulista; durante os dias de semana, a *FSP* apresentava o caderno “Negócios”, destacando o noticiário voltado ao ambiente empresarial.

Os cadernos de Economia possuíam o objetivo de informar o leitor sobre questões econômicas do período, em aspectos macro e microeconômico³⁴. Além de trazer artigos de economistas, o espaço permitiu a especialização de jornalistas voltados ao noticiário econômico, e alguns passaram a se tornar nomes conhecidos no jornalismo, como Joelmir Beting, que abordava assuntos como inflação, juros da dívida, investimentos, aplicações em ouro, etc. em linguagem mais acessível à população em geral e sem o aspecto técnico da economia.

Os periódicos apresentavam cadernos específicos e que eram veiculados em apenas um dia da semana conforme a temática, que ia desde noticiário esportivo até o dedicado ao público feminino. Veículos como o *JB* e o *CP* possuíam esses cadernos apenas aos domingos, enquanto o restante apresentava um ou mais, conforme o dia da semana³⁵; nesses dois veículos, os cadernos eram considerados especiais e dedicados a temáticas variadas, contendo reportagens mais detalhadas e, muitas vezes, sobre apenas um assunto específico, recebendo a denominação de “Especiais” no *JB* e “Documento” e “Mais Leitura no Domingo” no *CP*. O veículo da Caldas Júnior lançou ainda um caderno específico diário dedicado ao noticiário da eleição presidencial de 1989 denominado “Correio das Eleições” a 30 dias do pleito presidencial, enquanto, a 90 dias das eleições, a *FSP* lançou o seu caderno “Diretas-89”.

Outros cadernos específicos e com circulação em apenas um dia da semana abordavam diversas temáticas, como: esportes (veiculado em *OG* e *ZH* às segundas-feiras, destacando noticiário esportivo e resultados futebolísticos de jogos aos finais de semana); turismo (às quintas-feiras em *OG* e *FSP*, *OESP* às terças e *ZH* aos domingos); público feminino (aos sábados em *OG* e domingos no *OESP*); família (caderno com temáticas domésticas e comportamentais em *OG* aos domingos); televisão (em *ZH* e *OG* aos domingos, com noticiário e programação semanal televisiva e cujos maiores destaques eram sobre a Rede Globo de Televisão); público infantil (aos sábados na *FSP* e domingos em *OG*, *OESP* e *ZH*); agricultura (noticiário voltado ao produtor rural às terças-feiras na *FSP*, quartas no *OESP* e sextas em *ZH*); cultura (noticiário que buscava destacar o aspecto cultural como um todo, com circulação aos

³⁴ A macroeconomia busca abordar o funcionamento econômico em geral (país, estados, cidades), tendo como variáveis o Produto Interno Bruto, taxa de juros, inflação, nível de desemprego, impostos, etc. A microeconomia analisa o comportamento de cada ator econômico de forma individual (famílias, trabalhadores, empresas), possuindo como variáveis a lei de oferta e demanda, elasticidade de cada produto, nível de preços, etc.

³⁵ Os jornais circulavam em todos os dias da semana, com exceção do *OESP* que não saía às segundas-feiras.

sábados no *OESP*); economia³⁶; informática (às quartas-feiras na *FSP*); ciência (na *FSP* às sextas-feiras, com noticiário voltado ao mundo e a pesquisas científicas); literatura (aos sábados na *FSP*); assuntos diversos³⁷; veículos automotivos (às quartas-feiras no *ZH*); reportagem especial³⁸; localidades (no *ZH*, sob denominação de *ZH Zona Norte*, circulando às quartas-feiras nos bairros dessa região de Porto Alegre).

1.2 PRODUTORES, DIRIGENTES E JORNALISTAS

Embora as organizações jornalísticas apresentassem a característica de serem empresas familiares, em quatro dos seis jornais, os proprietários não possuíam vínculos com os fundadores ou famílias controladoras da instituição, como os casos do *JB*, *FSP*, *ZH* e *CP*. *OG* sempre esteve sob a propriedade da família Marinho, enquanto a família Mesquita controlava *OESP* desde 1885, ano em que o veículo ainda se chamava *Província de São Paulo*. O *ZH* era o único jornal em que a família que detinha o controle não possuía cargos no periódico, apenas na empresa controladora do matutino, a RBS. O veículo era comandado por jornalistas profissionais e que foram contratados com essa finalidade a partir da aquisição, em 1970, pelo grupo comandado por Maurício Sirotsky Sobrinho.

Como editor-redator-chefe de *OG*, Roberto Marinho estava no comando do veículo desde 1931 – seis anos após a fundação do jornal por seu pai, Irineu Marinho – e, anteriormente, exercera, no veículo, as atividades de repórter e *copy-desk*. Permaneceu exclusivamente no comando do jornal até 1973, quando passou a se dividir entre jornal e TV, assumindo cargo de presidente diretor-geral da emissora (ABREU *et alli*, 2003, p.41).

Uma das pessoas mais poderosas e influentes no Brasil, ao final da década de 1980, Marinho obteve o crescimento de seu poder conjuntamente com a expansão de seus negócios, e o exercia ao fazer e desfazer ministros ao mesmo tempo em que lutava para que políticos e militares não entrassem em seus domínios. Dentre os ministros nomeados por ele, ou que passaram por seu escrutínio, estão Antônio Carlos Magalhães (Ministério das Comunicações) e Maílson da Nóbrega (Ministério da Fazenda) no governo Sarney (CONTI, 1999, p.123-124).

Diretor-responsável do *OESP* nos anos 1980, Júlio de Mesquita Neto assumiu a função após a morte de seu pai em 1969, sendo o Mesquita da terceira geração no comando do jornal.

³⁶ *ZH* possuía caderno específico sobre economia que circulava aos domingos e com aprofundamento de assuntos econômicos. O noticiário econômico era destacado nos dias de semana no caderno principal.

³⁷ Aos domingos, na *FSP* e no *ZH*, recebendo a denominação de Folha D' e Revista ZH, respectivamente. Abordagem de assuntos diversos em formato tabloide e estrutura semelhante à de revistas.

³⁸ Aos domingos, no *ZH*, sob denominação de Caderno D. Idem ao Documento do *CP* e Especiais do *JB*.

Enquanto maior autoridade no periódico, foi responsável pelo considerável desenvolvimento da empresa, adquirindo nova maquinaria, construindo nova sede e ampliando as edições do veículo. A partir dos anos 1970, foi voz atuante, no país, pela liberdade de imprensa, integrando associações em sua defesa e recebendo diversas premiações em sua vida pela causa (FERREIRA, 2019, s.p.).

Otávio Frias e Carlos Caldeira Filho detinham o controle da *FSP*, quando a adquiriram, em 1962, de Nabantino Ramos, que, por sua vez, havia assumido a direção dos periódicos da Folha da Manhã S.A. a partir de 1945. Durante o seu comando, Ramos buscou reformar seus periódicos gráfica e editorialmente, criando novos cadernos, diversificando o conteúdo, publicando chamadas na primeira página, buscando padronização dos produtos através de diagramação prévia das páginas, aumentando a importância do *copy-desk* e parcelando tarefas ao estilo da linha de montagem industrial; foi ainda responsável, em 1960, pela junção dos nomes da *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite* em *Folha de S. Paulo* (RIBEIRO, 2001, p.57-59).

Caldeira Filho nunca se dedicou ao acompanhamento das atividades jornalísticas do veículo, voltando sua atenção às outras atividades empresariais e políticas que exercia. Nos anos 1980, Frias “começou a transferir a operação executiva do jornal para seus filhos Luís e Otávio, respectivamente nas funções de presidente e editor do Grupo Folha, sem, contudo, afastar-se da orientação e do dia-a-dia do órgão³⁹” (KUSHNIR, 2019a, s.p.). Frias realizava acompanhamento e controle do jornal, sendo consultado acerca das opiniões editoriais mais importantes e de maior peso político e econômico. Empresarialmente, fazia reuniões, era informado dos planos e acompanhava os orçamentos gerais da empresa (RIBEIRO, 2001, p.116).

Diretor-presidente do *JB* nos anos 1980, Manuel Francisco do Nascimento Brito passou a comandar o periódico ao lado da condessa Pereira Carneiro a partir do afastamento de seu sogro, conde Pereira Carneiro, do jornal, em 1953. Entusiasta da aviação, fez cursos de pilotagem nos EUA e integrou, como voluntário, a Força Aérea Brasileira (FAB), participando de operações militares realizadas no litoral brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial; após, tornou-se primeiro-tenente da reserva da FAB. No início da reforma do *JB*, Brito foi encarregado da compra do novo equipamento gráfico necessário à expansão e, em 1956, foi promovido a diretor executivo do jornal.

³⁹ Frias se dedicava à administração das empresas do grupo, delegando, em seu início, o comando do jornal e sua rotina ao jornalista Cláudio Abramo.

Com destaque na área cultural e da imprensa, Brito integrou diversos órgãos de representantes da imprensa, bem como foi agraciado com várias premiações ao longo de sua trajetória, especialmente durante os anos 1980, período no qual também foi presidente de renomada instituição, o Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio de Janeiro (KUSHNIR, 2019b, s.p.). Conti (1999, p.315) assinala que a interferência de Brito no noticiário era reduzida, restringindo-se à publicação de algumas notas na coluna *Informe JB*, que eram geralmente inócuas.

Com a morte de Maurício Sirotsky Sobrinho em 1986, seu irmão Jayme Sirotsky assumiu a presidência da RBS, detendo 41% do grupo⁴⁰. De formação metodista, Jayme teve uma rápida passagem pelo PCB em sua juventude, mas logo seguiu para carreira empresarial, onde se juntou ao irmão na administração da TV Gaúcha em 1962. Também em conjunto com Maurício, adquiriu o ZH em 1970 e passou a ser responsável pelas finanças e área comercial da RBS. Durante sua presidência (1986-1991), o grupo continuou crescendo e solidificando sua posição econômico-financeira, sendo criado um Conselho de Administração, um dos pioneiros de empresas familiares no Brasil a contar com conselheiros externos (SCHIRMER, 2002, p.136-139).

Economista de formação, Renato Bastos Ribeiro seguiu para o ramo do *agrobusiness*, sendo plantador de soja e um dos homens mais ricos do país em 1986, ano em que comprou as antigas empresas de Breno Caldas⁴¹ por US\$ 20 milhões, tornando-se o presidente do CP. “Renato Bastos Ribeiro comprou quotas que lhe deram 98% da Rádio Guaíba S.A., 99% da Televisão Guaíba e 68% da Empresa Jornalística Caldas Júnior. Mais tarde, adquiriu cotas de outros acionistas e, mais adiante ainda, fez um aumento de capital que pulverizou os que não tiveram condições de acompanhar” (GALVANI, 1994, p.508).

Brito, Frias e Caldeira Filho possuíam em comum o fato de realizarem aquisições de outros jornais em paralelo ao gerenciamento dos seus ou da criação de novos periódicos. Brito foi proprietário por breve período, nos anos 1960, de a *Tribuna da Imprensa* (vendeu posteriormente a Hélio Fernandes) e acionista majoritário de o *Diário de Minas* (vendeu suas ações em 1966), mas a partir de 1968, tornou-se vice-presidente executivo do *JB*, dedicando exclusivamente suas atividades jornalísticas a esse periódico (KUSHNIR, 2019b, s.p.).

⁴⁰ Com a morte de Maurício, a distribuição acionária da RBS passou a ser: Ione Pacheco Sirotsky (viúva de Maurício) e filhos, 51%; Jayme Sirotsky, 41%; Fernando Ernesto Corrêa, 8% (SCHIRMER, 2002, p.133-134).

⁴¹ Filho de Antônio Vieira Caldas Júnior, Breno Caldas assumiu a direção do CP em 1935, permanecendo no comando até a falência em 1984. Dois anos após, vendeu suas empresas (jornal, televisão, rádio) para Renato Bastos Ribeiro.

Frias e Caldeira Filho foram expandindo a Folha da Manhã S.A. e concentrando o patrimônio; entre 1965 e 1968, “a empresa comprou, criou, relançou e controlou seis outros jornais e duas gráficas, aproveitando a estrutura gráfica e de distribuição dessas empresas e conferindo-lhes maior produtividade” (RIBEIRO, 2001, p.61). Os empresários assumiram o controle da Fundação Cásper Líbero, que editava os jornais *A Gazeta* e *A Gazeta Esportiva* e, com isso, passaram a controlar 50% da venda avulsa de jornais na Grande São Paulo (RIBEIRO, 2001, p.61-62). Por outro lado, Taschner (1992, p.146) pontua que “não faltaram acusações públicas a estes empresários, segundo as quais teriam promovido deliberadamente o enfraquecimento da *Gazeta* e da fundação em benefício de seus próprios jornais”. Sobre o *modus operandi* dos empresários, que possibilitou a reestruturação financeira da *FSP*, Ribeiro (2001, p.62) aponta que:

Centralização operacional/diversificação de produtos: este foi o binômio que regeu a construção do conglomerado por Frias e Caldeira. Foram centralizadas a captação das informações (cada repórter da Agência Folha passou a produzir material para todos os jornais do grupo), a produção gráfica (com o novo equipamento, era possível imprimir quatro jornais simultaneamente), a distribuição, as vendas e a publicidade. Num mercado muito diferenciado, tornava-se mais eficiente trabalhar com publicações segmentadas. Daí caber à redação de cada jornal dar seu tempero próprio às informações fornecidas pelos repórteres da Agência Folhas. Dessa forma, cada jornal do conglomerado apresentava um custo adicional pequeno (além do principal) se comparado à receita marginal que poderia produzir, desde que as publicações do grupo não concorressem entre si.

A formação e carreira profissional dos proprietários das empresas jornalísticas não foi marcada por uma linearidade, indo desde profissionais que dedicaram a vida inteira ao jornalismo aos que não possuíam tino algum para a profissão. Brito e Mesquita Neto se formaram em Direito, mas pouco exerceram a profissão, destacando-se na carreira jornalística. O proprietário do *JB* exerceu a profissão por menos de uma década, pois a partir de 1953, passou a comandar o periódico ao lado de sua sogra (KUSHNIR, 2019b, s.p) e Mesquita Filho, durante a graduação na USP, integrou o movimento estudantil na luta contra o Estado Novo, mas após se graduar, optou pela carreira jornalística, começando no *OESP* como repórter e redator na seção de política do jornal, adquirindo experiência em diversas funções no matutino (FERREIRA, 2019, s.p.).

Embora fosse economista de formação, Ribeiro pouco se dedicou à profissão e se voltou a suas atividades empresariais, conquistando grande fortuna – ao ponto de se tornar um dos homens mais ricos do país nos anos 1980 – no plantio de soja no Rio Grande do Sul. Marinho, Frias, Caldeira Filho e os irmãos Sirotsky não realizaram cursos superiores, dedicando-se às atividades empresariais.

Ainda que não possuísse uma formação superior, Roberto Marinho se via como jornalista acima de ser empresário e costumava dizer: “Sou um jornalista, um homem de redação de jornal. Sou também um empresário e, como tal, sou um trabalhador, alguém que dedicou toda a vida ao trabalho diário, com o máximo das energias e a obsessão de construir⁴²”. Embora se visse mais como jornalista, Marinho se tornou uma das pessoas mais influentes do país a partir de suas atividades empresariais e especialmente após a criação da TV Globo em 1965.

Todavia, enfrentou problemas no início das atividades televisivas, como a denúncia de capital estrangeiro na organização – o que era proibido por lei. O empresário estava associado ao grupo norte-americano *Time-Life* e, após enfrentar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara dos Deputados, desligou-se do grupo estrangeiro e o indenizou. Marinho se aproveitou do plano de integração das telecomunicações no Brasil, a partir da Ditadura Militar, para expandir seus negócios, levando adiante a organização da Rede Globo de Televisão, o que lhe permitiu, a partir da década de 1970, tornar-se o empresário de comunicação mais influente no país e possuir ótimas relações com os governos durante as duas décadas posteriores.

Na eleição presidencial de 1989, Jânio Quadros era o candidato predileto de Marinho, mas acabou desistindo de concorrer. Ao mesmo tempo, o empresário possuía grande admiração por Orestes Quéricia (PMDB), governador paulista, mas, após ser sondado para concorrer, preferiu continuar em seu cargo vigente. Sem muitas opções, Marinho cogitou até apoiar Paulo Maluf (PDS), mas não via, no pedessista, força eleitoral para a vitória. O empresário acabou optando pelo apoio ao líder das pesquisas, Fernando Collor de Mello⁴³ (PRN), figura pouco conhecida no cenário político nacional e que se apresentava como o “Caçador de Marajás” pelo combate aos altos salários do funcionalismo público (GOMES, 2014, p.39-40), o que explica o posicionamento do jornal nas eleições presidenciais de 1989, como será detalhado no próximo tópico.

Embora nascido no Rio de Janeiro, Frias se mudou cedo para o interior paulista e, ainda jovem, alistou-se nas tropas da Revolução Constitucionalista de 1932. Sua vida profissional oscilou entre a estabilidade do setor público e atividades empresariais, caminho pelo qual optou a partir da década de 1940, ingressando em sociedade no Banco Nacional Imobiliário. Nos anos 1950, fundou empresa especializada na venda de ações ao público e organizou cursos de vendas

⁴²MEMÓRIA ROBERTO MARINHO. **Perfil**. 2019. Disponível em: <<https://robertomarinho.globo.com/biografias/perfil-perfil/>>. Acesso em: 16 dezembro 2019.

⁴³ No início de 1989, Brizola liderava as pesquisas, e Marinho considerava Jânio como o nome mais forte para combater o pedetista. Com a ascensão de Collor, viu nele as maiores chances de derrota do trabalhista (CONTI, 1999, p.126-128).

para equipes de vendedores. Associou-se ao empresário Caldeira Filho para construírem a Estação Rodoviária de São Paulo e comprarem a *FSP*, em 1962, de Nabantino Ramos, dedicando-se inicialmente na recuperação econômica do periódico, investindo em modernização industrial a partir da aquisição de novos equipamentos dos Estados Unidos (KUSHNIR, 2019a, s.p.). Empresário do ramo imobiliário, Caldeira Filho se associou a Frias na empresa Folha da Manhã S.A., na qual permaneceu como sócio por 30 anos. Foi ainda prefeito de Santos nomeado por Paulo Maluf (ARENA) em 1979, permanecendo menos de um ano à frente da prefeitura.

Filho de imigrantes russos que residiam em uma colônia judaica no interior gaúcho, Maurício Sirotsky Sobrinho começou sua trajetória como locutor radiofônico em Passo Fundo, mudando-se na sequência a Porto Alegre, onde continuou exercendo a profissão nas rádios Gaúcha, Difusora e Farroupilha. Maior nome do rádio gaúcho em 1956, adquiriu, em conjunto com Arnaldo Ballvé e Nestor Rizzo, a Rádio Gaúcha no ano seguinte, além de conseguir uma concessão para televisão, inaugurando, em 1962, a TV Gaúcha. Devido à crise financeira, Sirotsky Sobrinho vendeu a emissora televisiva ao grupo Simonsen (proprietário da TV Excelsior) em 1964, mas conseguiu recomprá-la em 1967. Ao assumir o controle do *ZH* em 1970, começou a se projetar como um dos grandes líderes da comunicação brasileira e teve a ideia pioneira de criar, no Brasil, emissoras geradoras de programação local em cidades do interior, segundo memórias de Schirmer (2002, p.22-30). Seu irmão, Jayme, o acompanhou nas atividades empresariais desde a aquisição da Rádio Gaúcha, que oficializou o início da RBS.

A diretoria do grupo gaúcho era composta pelos vice-presidentes Fernando Ernesto Corrêa e Nelson Pacheco Sirotsky, enquanto Carlos Melzer, Pedro Sirotsky e Marcos Ramon Dvoskin exerciam o cargo de diretores-superintendentes do grupo. Um dos fundadores da empresa em conjunto com Maurício e Jayme Sirotsky, Corrêa havia sido diretor do *Diário de Notícias*, periódico pertencente ao grupo de Assis Chateaubriand, e atuava mais na área administrativa e nas relações com Brasília pela RBS (SCHIRMER, 2002, p.138). Por sua vez, Nelson Sirotsky fora preparado desde cedo para suceder o pai, Maurício, no comando da empresa, tendo iniciado suas atividades na Rádio Gaúcha. Com o falecimento do pai em 1986, Nelson considerou que ainda não estava preparado para assumir o comando da empresa, que ficou a cargo de seu tio Jayme (SCHIRMER, 2002, p.153-156).

Cabe considerar que a diretoria da RBS cuidava da administração das empresas do grupo como um todo e, no caso do *ZH*, focava mais nas questões administrativas do periódico, que possuía equipe própria para o comando de suas atividades editoriais. O mais alto cargo na hierarquia do *ZH* pertencia a Christiano Nygaard, diretor executivo do jornal. Formado em 1974

no curso de Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Nygaard estava no comando do periódico da RBS desde 1987. Com exceção do *ZH*, que não possuía nenhum membro da família Sirotsky na hierarquia do jornal, todos os outros periódicos eram representados por membros familiares em seus organogramas, sem considerar o cargo de diretor-presidente (hierarquia máxima no jornal). O *JB* e o *CP* apresentavam apenas um membro da família na direção, sendo respectivamente Maria Regina do Nascimento Brito como diretora e Cleonice A. Merlin Ribeiro no cargo de vice-presidente.

Com um total de cinco pessoas, sendo quatro em cargos de diretoria e um como editorialista (exceto Mesquita Neto, diretor-responsável), *OESP* apresentava o maior número de membros familiares em funções diretivas de um periódico. Júlio César Mesquita era um dos diretores do jornal, enquanto Francisco Mesquita Neto possuía o cargo de diretor-superintendente e Rodrigo Mesquita o de diretor da agência Estado. Outros diretores eram Luiz Vieira de Carvalho Mesquita e Ruy Mesquita, com o primeiro sendo responsável por dirigir as reformas introduzidas nas empresas da família (foi Presidente do Conselho Administrativo) e ter presidido por 30 anos a Sociedade de Cultura Artística de São Paulo (VALADARES, 2006, p.269), enquanto o segundo exercia também a função de editorialista, supervisionava as notícias internacionais e discutia a forma e a linha do *OESP* antes de assumir o comando do *Jornal da Tarde*⁴⁴, periódico vespertino criado em 1966 pela família Mesquita (CONTI, 1999, p.297). Sobre os atritos familiares envolvendo as empresas do grupo, Conti (1999, p.298) destaca que:

Os atritos entre o *Estado* e a Agência Estado refletiam antagonismos da família Mesquita. Apesar do afastamento, Ruy e Mesquita Neto se entendiam e se respeitavam. Jamais se hostilizaram ou tornaram públicas eventuais divergências. Ambos tinham temperamento forte. [...] Na redação do *JT* e do *Estado* se percebia que os filhos de Ruy não se davam bem com o primo Júlio César. Referiam-se ao *Estadão* como “o jornal do vovô”, e não “do titio”. Diziam que as mudanças no *Estado* estavam sendo demasiado rápidas e poderiam descaracterizar o jornal, carro-chefe do Grupo. Júlio César, por sua vez, de quando em quando chamava os primos de “os Ruys”. Mesquita Neto e Ruy Mesquita tentavam pôr panos quentes nas querelas entre seus filhos.

Além de Roberto Marinho, a diretoria de *OG* era composta por outros três integrantes da família: João Roberto, Ricardo e Rogério. Filho de Roberto, João Roberto se formou em economia, mas escolheu o jornalismo como opção e por incentivo do pai, tendo sido repórter da editoria Geral aos 19 anos⁴⁵. Exerceu diversas funções no periódico, como a de diagramador do Segundo Caderno, repórter e subeditor na seção de esportes e subdiretor de economia. Em

⁴⁴ Conti (1999, p.297) destaca que Mesquita Filho criou o periódico para evitar que seus dois filhos, Mesquita Neto e Ruy, brigassem, pois avaliava ser impossível que *OESP* tivesse um comando duplo.

⁴⁵ MEMÓRIA ROBERTO MARINHO. **João Roberto Marinho**. 2019. Disponível em: <<https://robertomarinho.globo.com/biografias/joao-roberto-marinho-filhos/>>. Acesso em: 16 dezembro 2019.

1978, buscando entender melhor a estrutura e o funcionamento do jornal, deixou a redação e passou a trabalhar nas diversas áreas de produção do veículo, familiarizando-se com setores de oficinas, rotativas e composição. No ano seguinte se tornou diretor de produção – tinha sob seu comando a área industrial – e três anos após, tornou-se vice-presidente do jornal. João Roberto era também vice-presidente da Rede Globo de Televisão desde 1985⁴⁶.

Irmão de Roberto, Rogério possuía a função, durante os anos 1980, de vice-presidente de *OG*, veículo em que começou a trabalhar a partir de 1938, tendo como primeiras funções as seções esportivas sob orientação de Mário Filho. Dois anos após sua entrada, passou a trabalhar como redator no periódico, atuando em diversas áreas: críticas de cinema e ópera, colunas esportivas e reportagens variadas. Tornou-se diretor substituto do jornal em 1952, passando mais tarde a vice-presidente⁴⁷. Seu outro irmão, Ricardo, exercia, na década de 1980, o cargo de diretor-secretário de *OG*, jornal em que ingressou em 1933, pouco após se formar em direito. Com sólida formação cultural, passou por diversas funções no periódico: repórter, redator, *copy-desk* e diretor-secretário⁴⁸.

Já na *FSP*, os dois filhos de Frias exerciam funções no periódico, com Otávio Frias Filho como diretor de redação e Luiz Frias como presidente do Grupo Folha e em funções administrativas no jornal. Como diretor de redação, Frias Filho era o único proprietário e/ou herdeiro com essa função entre os veículos analisados, cargo que desempenhava desde 1984, sucedendo Boris Casoy. Formado em Direito pela USP, ingressou, em 1975, no jornal de seu pai escrevendo editoriais e assessorando o então diretor de redação, Cláudio Abramo.

A partir de 1978, Frias Filho começou a exercer a função de secretário do conselho editorial do jornal e, ao assumir o cargo de diretor de redação – que pensou ser temporário, pois tinha o desejo de ser professor universitário –, possuía como proposta a valorização de aspectos mais técnicos e profissionais do jornalismo em detrimento da politização e ideologização. Além disso, “sofreu uma forte resistência tanto interna, da redação, como da área jornalística, em geral, por ser membro da família proprietária do jornal. Chegou a ser processado por exercício ilegal da profissão, em 1985, por não ter o diploma de jornalismo. Essa resistência estava também ligada ao momento político e à mobilização sindical” (ABREU *et alli*, 2019, s.p.).

⁴⁶MEMÓRIA O GLOBO. **João Roberto Marinho**. Disponível em: < <http://memoria.oglobo.globo.com/perfis-e-depoimentos/joatildeo-roberto-marinho-9257568>>. Acesso em: 16 dezembro 2019.

⁴⁷MEMÓRIA ROBERTO MARINHO. **Rogério Marinho**. 2019. Disponível em: < <https://robertomarinho.globo.com/biografias/rogerio-marinho/>>. Acesso em: 16 dezembro 2019.

⁴⁸MEMÓRIA ROBERTO MARINHO. **Ricardo Marinho**. 2019. Disponível em: < <https://robertomarinho.globo.com/biografias/ricardo-marinho/>>. Acesso em: 16 dezembro 2019.

Frias Filho afirmou que teve que realizar uma série de demissões de caráter político para o jornal entrar no eixo, e a mais intensa oposição vinha do pessoal petista, com forte ligação ao Sindicato de Jornalistas de São Paulo. Apesar de se considerar uma pessoa com ideias de esquerda, ressaltou que as mudanças foram necessárias para implantar um maior grau de profissionalismo ao periódico e, a partir da implementação do Manual Geral da Redação em 1984, a resistência ao seu nome aumentou, chegando até a haver um abaixo-assinado pedindo sua revogação. Permaneceu firme na proposta e resolveu demitir os jornalistas que lhe faziam oposição, renovando assim o matutino (ABREU *et alli*, 2003, p.361-362).

Sobre o processo de mudanças no jornal, Frias Filho destacou que isso permitiu, no veículo, a racionalização e a industrialização do jornalismo, modernização no sentido weberiano (RIBEIRO, 2001, p.67), o que assinala o processo de profissionalização e modernização da imprensa brasileira nos anos 1980, período em que as organizações jornalísticas estavam completamente inseridas na lógica capitalista. A trajetória de seu irmão Luiz – que seguiu carreira na área empresarial e trabalhou em funções administrativas da *FSP* – permite destacar a inserção do jornal na lógica mercadológica, visto que, sob sua liderança, a partir de 1981, o matutino passou por totais reformulações da estrutura de *marketing* e da política de assinaturas (RIBEIRO, 2001, p.85), medidas essenciais para a maior profissionalização do periódico.

Nesse sentido, papel-chave era desempenhado pelo profissional responsável pelo comando das atividades cotidianas do jornal e que, recebendo denominações de diretor de redação, editor-chefe, editor-executivo ou diretor-editor, tinha a responsabilidade pelo conteúdo publicado pelo veículo, além de coordenar todas as etapas de produção e edição, definir as políticas editoriais, estilo, direção da apuração das matérias e coordenar o trabalho dos repórteres. O profissional é geralmente subordinado ao diretor-presidente – que exerce funções mais administrativas – e é o elo entre a diretoria e o corpo editorial no veículo. Além de Frias Filho, na *FSP*, a tarefa era desempenhada por profissionais contratados especificamente para a função e que não possuíam vínculo familiar com os proprietários das organizações jornalísticas.

Diretor de redação de *OG* nos anos 1980, Evandro Carlos de Andrade assumiu a função a partir de 1971 por indicação do banqueiro José Luís Magalhães Lins. Profissional experiente, iniciou no jornalismo em 1953, no periódico carioca *Correio Radical*, no qual permaneceu pouco tempo e foi demitido por ter participado de uma greve. Entrou no mesmo ano no *Diário Carioca*, que se tornou, no pós-guerra, o mais moderno jornal do país pela criação de uma nova linguagem jornalística e pelos equipamentos; no veículo, trabalhou com importantes nomes do

jornalismo do período, como Armando Nogueira, Pompeu de Souza, Jânio de Freitas e Carlos Castello Branco. Foi chefe da redação deste veículo e de *O Estado de S. Paulo*, além de ter sido repórter político do *Jornal do Brasil* e *A Tarde*. Sobre seu período à frente da redação de *OG*, Abreu (2019a, s.p.) assinala:

Durante os anos em que permaneceu à frente da redação de *O Globo*, fez reformas que permitiram transformá-lo em um dos maiores jornais em tiragem do país e adotou medidas que serviram de modelo para a imprensa do país. Durante a sua gestão fez o jornal circular aos domingos, introduziu o Caderno Vestibular, criou o Estandarte de Ouro para premiação das escolas de samba, estruturou a editoria de economia e ampliou a cobertura das notícias por meio do aumento do número de repórteres. Foi também durante a sua gestão que o jornal passou a ser impresso em máquinas *offset*.

Editor-executivo do *JB* desde 1985, Marcos de Sá Corrêa, filho do veterano repórter e colunista do periódico Villas-Boas Corrêa, graduou-se em História, mas optou por seguir carreira no jornalismo – anteriormente fora ainda fotógrafo –, área em que teve Élio Gaspari como mentor na *Veja* e no próprio *JB*. Não era tão centralizador quanto esse, mas possuía paciência reduzida para ensinar os editores ou repórteres; seus principais subordinados eram Flávio Pinheiro e Roberto Pompeu de Toledo (CONTI, 1999, p.98-99). Corrêa recebeu o Prêmio Esso de Jornalismo em 1977 pela histórica reportagem sobre a Operação Brother Sam, que foi montada pelo governo dos Estados Unidos de modo a apoiar o golpe militar no Brasil, em 1964 (ABREU, 2019b, s.p.).

Pinheiro era um experiente jornalista carioca e chegou a trabalhar no *Opinião*, semanário alternativo mantido por Fernando Gasparian nos anos 1970. Paulistano, Toledo trabalhou a maior parte de sua carreira em revistas, como a *Veja* (da qual foi editor-executivo e correspondente em Paris) e *IstoÉ*; no *JB*, foi o autor da ideia de se criar um quadrado na primeira página, onde um dos principais jornalistas do periódico comentaria uma notícia (CONTI, 1999, p.99-100).

Augusto Nunes foi contratado em 1988 por Mesquita Neto para ser diretor de redação do *OESP* e realizar profundas transformações gráfica e administrativa no periódico – recebendo carta-branca para isso –, e procurou aumentar a gama de assuntos cobertos, simplificar os textos das notícias e arejar a diagramação. Apesar de ser considerado um profissional jovem para o cargo (tinha 38 anos), Nunes teve uma passagem anterior de 13 anos na *Veja*⁴⁹ (foi repórter, redator, editor-assistente e redator-chefe) e buscava transformações no *OESP* inspiradas na

⁴⁹ Nunes ingressou no *OESP* em 1972 e se tornou, em pouco tempo, subchefe de reportagem e, no ano seguinte, repórter especial para a América Latina. Além da *Veja*, foi diretor-regional do *JB*, em São Paulo, entre 1986 e 1988 e, entre 1987 e 1989, foi apresentador do programa televisivo *Roda Viva*, da TV Cultura de São Paulo (KUSHNIR, 2019c, s.p.).

revista em que trabalhara, com matérias exclusivas e que contassem uma história completa (CONTI, 1999, p.297). Em busca de padronização do noticiário, Nunes entrou em atrito com a Agência Estado, conforme Conti (1999, p.298) retrata:

Na empresa, houve choques de Nunes com a Agência Estado, que controlava os repórteres de todas as sucursais e mandava as matérias deles para o *Estado* e o *Jornal da Tarde*. A Agência crescera: vendia serviços e entrara na era da automação. O uso da Agência pelos dois jornais levava a uma inevitável padronização do noticiário. Nunes queria ter repórteres só do *Estadão*, e de sua confiança, cobrindo determinadas áreas, como o governo.

Diretor-editor do *CP* desde 1987, Luiz José Biernfeld Figueiredo, cuja experiência anterior era ter sido chefe do departamento de notícias da Rádio Guaíba, foi designado por Renato Bastos Ribeiro como responsável por coordenar a mudança de formato do periódico em seu retorno sob nova administração, que passaria de *standard* para tabloide (dimensões de 28,5 por 35 cm) visando redução dos custos. Embora leitores tradicionais do veículo reclamassem do novo formato, o tipo tabloide foi mantido, pois Ribeiro não queria o desvio do objetivo de diminuir os custos (GALVANI, p.525-527). Figueiredo possuía como subordinado direto José Barrionuevo, que desempenhava os cargos de diretor-adjunto e editor de política, sendo responsável também pela publicação de coluna com seu nome na segunda página do *CP*, em que abordava notícias e bastidores da política.

Abaixo de Nygaard, na hierarquia do *ZH*, estavam Lauro Schirmer no cargo de diretor-editor e Carlos Fehlberg como editor-chefe. Schirmer começou a trabalhar no *ZH* a partir do momento da aquisição do veículo pela RBS, mas já possuía elevada experiência anterior na imprensa gaúcha, trabalhando previamente no jornal *A Hora* e como responsável pelo jornalismo nas TVs Piratini e Gaúcha e na Rádio Gaúcha. Vencedor do primeiro Prêmio de Reportagem de TV, criado em 1963 pela ARI (Associação Rio-grandense de Imprensa), foi conselheiro desta entidade, além de integrar, por vários anos, o júri do Prêmio Esso de Jornalismo. Relatou ainda, em obra memorial, a história da RBS desde sua fundação, focalizando mais nas trajetórias dos membros da família Sirotsky. No *ZH* desde 1974, Fehlberg, que anteriormente havia sido secretário de imprensa do governo Médici, assumiu, no início dos anos 1980, o cargo de editor-chefe do veículo, além de ser responsável por assinar a coluna intitulada “Política”, em que realizava análises de assuntos políticos; tinha como subordinados os subeditores-chefes Olyr Zavaschi e Núbia Silveira.

Enquanto Frias Filho possuía o cargo de diretor de redação da *FSP*, Carlos Eduardo Lins da Silva era seu diretor-adjunto, exercendo anteriormente, no jornal, as funções de secretário de produção e diretor de desenvolvimento, cargo pelo qual se tornou responsável por acompanhar as finanças, a publicidade e distribuição do veículo (RIBEIRO, 2001, p.55), além

de coordenar, juntamente com Frias Filho e Caio Túlio Costa, o lançamento do Manual Geral da Redação em 1984. O cargo de secretário de redação tinha a função de prestar assessoramento ao diretor de redação e era desempenhado, na *FSP*, por Mário Vitor Santos (anteriormente diretor da sucursal de Brasília), Leão Serva (no cargo desde 1988) e Nelson de Sá (na *FSP* desde 1985, tendo exercido anteriormente as funções de redator, editorialista e correspondente em Nova York), este como secretário-assistente ou adjunto. Frias Filho tinha como subordinados diretos os editores, que se dividiam de acordo com os cadernos ou temáticas específicas. Podem ser destacados alguns nomes como: Marcelo Beraba (política), Lenora de Barros (arte), Artur Ribeiro Neto (opinião) e Eleonora de Lucena (economia).

A *FSP* possuía ainda um conselho editorial desde 1978, órgão responsável por definir a linha editorial e opinativa que o veículo deveria seguir. O Conselho Editorial do veículo tinha a composição de: Frias Filho como secretário; os renomados jornalistas Luiz Alberto Bahia (na *FSP* desde 1977 e integrante do Conselho Editorial desde o início), Osvaldo Peralva (anteriormente editorialista e correspondente da *FSP* em Praga e Tóquio), Marcelo Coelho (participara da implementação do Projeto Folha) e Jânio de Freitas (desde 1980 na *FSP* e com trabalhos anteriores em jornais cariocas); os economistas Roberto Macedo (diretor da Faculdade de Economia e Administração da USP e presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo) e Carlos Alberto Longo⁵⁰; e o físico Rogério César de Cerqueira Leite⁵¹.

Por sua vez, os editoriais são espaços destinados à opinião do jornal sob determinado tema e, assim como os próprios periódicos, passaram por transformações com o passar do tempo. Anteriormente ao processo de inserção das organizações jornalísticas enquanto empresas capitalistas, o espaço era visto como a personificação da opinião do proprietário do veículo sob determinado assunto, muitas vezes sob narrativa pessoal e sem qualquer critério de impessoalidade. A partir da maior profissionalização da imprensa nos anos 1950, os textos editoriais passaram a adquirir a feição da impessoalidade e, mesmo que o tom fosse de ataque ou de críticas mais contundentes, o espaço era destacado como a opinião da organização jornalística sobre determinada temática.

Entretanto, alguns editoriais ainda eram vistos como a palavra do proprietário sobre algo, conforme Amorim (2015, p.324) ressalta sobre *OG*, cujos editoriais eram apontados como a opinião personificada de Roberto Marinho, mesmo que sem sua assinatura. Veiculados na

⁵⁰ Além de economista, exerceu as atividades de administrador de empresas, executivo financeiro, professor universitário e dirigente industrial.

⁵¹ Cientista reconhecido internacionalmente, lecionou no ITA e na Unicamp. Membro do Conselho Editorial da *FSP* desde o início.

quarta página do periódico, os editoriais de *OG* traziam a opinião do veículo sobre um assunto específico, entretanto, o jornal apresentava pequenos textos juntos às matérias do jornal, opinando sobre o noticiário do dia, embora não possuíssem frequência ou espaços fixos. Com isso, *OG* destacava suas opiniões sobre diversos temas, não se limitando exclusivamente ao espaço tradicional na quarta página.

No jornal, os editoriais eram elaborados pela equipe diretora do periódico, mas deveriam passar sempre pelo crivo de Marinho, que era o detentor da palavra final. Assuntos mais impactantes ou relevantes segundo o periódico eram destacados em editoriais na primeira página, reservada à chamada das notícias mais importantes na ótica do veículo. Como diretor-redator-chefe de *OG*, Marinho era o responsável por assinar alguns dos editoriais na primeira página, que eram vistos como exclusivamente a sua opinião⁵². Nesse caso, o veículo busca diferenciar a imagem e opinião do proprietário das que a organização jornalística possuía, embora, muitas vezes, elas se confundissem e se transpusessem.

Além de Roberto Marinho, todos os outros proprietários de organizações jornalísticas participavam da elaboração e/ou aprovação dos editoriais (com exceção do *ZH*, em que Jayme Sirotsky estava alheio ao processo), embora a atuação de Marinho tenha sido a mais explícita. Todos os periódicos possuíam editoriais que abordavam três assuntos distintos, com exceção do *CP*, em que apenas um assunto era abordado. Enquanto os editoriais na *FSP* tinham elaboração de editores e membros do conselho editorial, no *OESP* ficavam a cargo de membros da família Mesquita e, em casos em que não participavam da elaboração – como os elaborados por Augusto Nunes, por exemplo –, detinham a palavra final sobre os textos.

Destacadas como fundamentais em um jornal, as colunas são artigos redigidos por colunistas e normalmente assinados em determinado espaço do jornal, caracterizando-se por apresentarem a opinião do autor sobre determinado assunto. Nos periódicos analisados, se diferenciam em dois tipos: diárias e semanais. Além da frequência, a coluna diária é veiculada em espaço fixo e determinado, enquanto a semanal não possui espaço ou páginas fixas. Todos os periódicos dispõem de colunas diárias, cujos textos versam sobre análise e bastidores da política, análises e informações econômicas e colunas sociais.

Com exceção de *OG*, todos os periódicos possuíam colunas de análises políticas e assinadas por jornalistas. A *Coluna do Castello*⁵³ era a mais tradicional coluna de análise

⁵² Esses editoriais assinados por Roberto Marinho eram destacados como uma espécie de “recado” do empresário ao país. A linguagem dos textos era de orientação e direcionamento que atores sociais ou o país deveriam seguir. No período analisado, Marinho escreveu oito textos.

⁵³ O *CP* veiculava a mesma coluna em suas edições diárias.

política do *JB*, veiculada desde 1962 no periódico – lado esquerdo inteiro da segunda página, sendo assinada pelo jornalista Carlos Castello Branco, um dos mais importantes e experientes jornalistas políticos do país, presente no *JB* desde a grande reforma que o matutino realizara nos anos 1950. O *JB* detinha ainda outra coluna de análise política e que era assinada por Ricardo Noblat, denominada *Coisas da Política*.

A residência dos jornalistas determinava o tipo de acesso às fontes de que dispunham, e isso explica a diferença das análises realizadas por Castello Branco e Noblat, pois o primeiro residia no Rio de Janeiro, e o segundo, em Brasília. No *CP*, a análise política era realizada em coluna homônima assinada por Adroaldo Streck, jornalista com mais de 30 anos de experiência na Empresa Jornalística Caldas Júnior e deputado federal constituinte em 1986 pelo PDT, embora, em 1989, tenha ingressado no PSDB.

A FSP possuía três colunas de análises políticas, que eram denominadas de *São Paulo*, *Rio de Janeiro* e *Brasília* em referência às cidades nas quais o jornal possuía a sede e sucursais; entretanto, as análises não se limitavam às localidades. Clóvis Rossi e Mauro Lopes se revezavam ao assinar a coluna *São Paulo*, enquanto a *Rio de Janeiro* era assinada por Tales Faria e Newton Rodrigues (desde 1986 na FSP e responsável por essa coluna desde seu ingresso no jornal) e a *Brasília* por Josias de Souza (diretor da sucursal de Brasília) e Gilberto Dimenstein⁵⁴; ainda na FSP, Jânio de Freitas assinava coluna homônima de análise política.

Residente na capital federal, Eliane Cantanhêde era responsável por assinar coluna homônima no *OESP*, em que buscava destacar os bastidores do mundo político em Brasília e realizar análises políticas. Espaço semelhante ao de Cantanhêde, detinha Ana Amélia Lemos no *ZH*, jornalista que assinava a coluna *ZH Brasília*. Ainda no *ZH*, o jornalista, advogado e historiador Sérgio da Costa Franco assinava prestigiada coluna homônima na segunda página do jornal, em que, além de análises políticas, escrevia crônicas e abordava assuntos do cotidiano.

Os bastidores da política gaúcha eram destacados na coluna *Bastidores* assinada por João Carlos Terlera, que desde 1981 era o responsável por coordenar o espaço que o *ZH* detinha na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (ALERGS). Através de pequenas notas, todos os periódicos dispunham de colunas sobre notícias e bastidores do mundo político, e, com exceção do *ZH* e *OESP*, todas eram assinadas por nomes inteiros⁵⁵. Tereza Cruvinel era

⁵⁴ Desde 1980 na FSP, ganhou em 1988 o Prêmio Esso de Jornalismo na categoria principal pela reportagem “A lista da fisiologia”.

⁵⁵ Dispostas na terceira página de ambos os periódicos, *Informe Especial* não era assinada por nenhum jornalista no *ZH*, enquanto no *OESP*, a coluna *Canal 3* era assinada pelas iniciais LM.

a responsável, desde 1986, por assinar a coluna *Panorama Político* em *OG*, *Ancelmo Gois* por *Informe JB* e *Lance-livre* no *JB*, *André Singer* pelo *Painel* na *FSP* e *José Barrionuevo* por coluna homônima no *CP*.

As colunas sociais são espaços diários dedicados a trazer informações sobre personalidades famosas em uma localidade, cujo pioneiro foi o jornalista *Ibrahim Sued*, responsável por assinar coluna homônima em *OG* desde 1954. Outra coluna social prestigiada no veículo era a *Swann* (veiculada no Caderno Principal), criada pelo jornalista *Carlos Leonam* em 1974 e intitulada, até 1984, de *Coluna Carlos Swann*; *Fred Suter* foi responsável por assiná-la até abril de 1989 e, após, *Ricardo Boechat*. Desde 1964 no *JB*, o jornalista *Zózimo Barrozo do Amaral* assinava a prestigiada coluna *Zózimo* no Caderno B do periódico. Nos veículos paulistas, *Sônia Racy* assinava a *Coluna 2* em *OESP* e *Joyce Pascowitch* a coluna *Joyce* na *FSP*; nos jornais gaúchos, *Paulo Gasparotto* era responsável pela coluna *Gasparotto* no *ZH*, enquanto *Eduardo Connil* assinava aos finais de semana coluna homônima no *CP*.

A partir dos anos 1980, o jornalismo econômico passou a ganhar destaque no noticiário, e vários profissionais desse ramo foram tratados como “estrelas”, especialmente por conseguirem explicar, em linguagem mais simples, assuntos econômicos mais técnicos. Buscando explicar o impacto econômico no cotidiano, os jornalistas que se especializavam em assuntos econômicos passaram a aparecer em diversos meios de comunicação, ganhando especial destaque pelas aparições televisivas.

Pioneiro nesse tipo de jornalismo, *Joelmir Beting* era o profissional mais conhecido e requisitado do meio, sendo responsável por assinar tradicional coluna homônima na *FSP* desde 1968, que era publicada em diversos outros periódicos, como *OG*⁵⁶. Veiculadas em cadernos ou seções de economia, as colunas econômicas destacavam as notícias e os informes do mercado financeiro através de pequenas notas e, com exceção do *ZH* e *OESP*⁵⁷, os periódicos dispunham dessa coluna assinada pelo nome inteiro de um jornalista e que se intitulava *Informe Econômico* (com exceção da coluna homônima de *Joelmir Beting*). Em *OG*, *JB* e *CP*, assinavam respectivamente os jornalistas *George Vidor*, *Carlos Alberto Sardenberg* e *Políbio Braga*.

OG, *FSP* e *OESP* eram os jornais que possuíam colunistas semanais (escreviam em dias específicos da semana), não obstante os do periódico da família *Mesquita* só escrevessem nas edições dominicais. Com exceção dos colunistas da *FSP*, que estavam em diversos espectros

⁵⁶ Na televisão, *Beting* trabalhava na TV Globo desde 1985.

⁵⁷ Enquanto a coluna no *ZH* não possuía assinatura, em *OESP* era assinada pelas iniciais *VV*.

do campo político-econômico, em *OG* e *OESP*, os colunistas eram de linha liberal-conservadora, aspecto que será discutido com mais detalhes em tópico subsequente.

Embora a maior parte dos colunistas semanais escrevessem sobre política, o espaço era ocupado por outros artigos, como crônicas, textos religiosos e temas culturais. Prestigiado jornalista, escritor e membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), Otto Lara Resende escrevia crônicas desde 1977, em *OG*, aos sábados, dia em que o arcebispo de Mariana, Dom Luciano Mendes de Almeida publicava textos religiosos na *FSP*. Irmão do ex-ditador João Baptista Figueiredo, Guilherme Figueiredo, autor e dramaturgo, publicava, às quartas-feiras, colunas no matutino de Roberto Marinho, em que redigia crônicas e analisava o universo cultural.

Artigos políticos predominavam entre os colunistas semanais, cujas atividades eram diversas, como jornalistas, políticos, advogados e sociólogos. Com exceção do arcebispo Almeida que escrevia aos sábados, a coluna da segunda página da *FSP* era ocupada por políticos de diversas correntes ideológicas e partidos, como: Lula e Florestan Fernandes⁵⁸ (PT), Fernando Henrique Cardoso e José Serra (PSDB), Jorge Bornhausen (PFL), Delfim Neto (PDS) e Severo Gomes (PMDB). Cabe considerar a ausência de colunistas ligados ao PDT, sigla de centro-esquerda com maior representatividade na Assembleia Legislativa, conquanto tal fator possa ser explicado pela baixa penetração do partido no estado de São Paulo, cuja representação em Brasília era a dos deputados federais Adhemar de Barros Filho e Nelson Seixas.

Outros políticos que assinavam colunas semanais eram: Sérgio Cardoso de Almeida (ex-deputado federal pela ARENA e pelo PDS) em *OESP*, e Roberto Campos, Jânio Quadros e Luís Gonzaga do Nascimento Silva (advogado, fora Ministro do Trabalho e da Previdência Social na Ditadura Militar e embaixador na França) em *OG*, sendo todos políticos liberais-conservadores. Escreviam ainda semanalmente, sobre política, o jornalista Nertan Macedo e o advogado Geraldo Forbes em *OESP*, bem como o prestigiado sociólogo e ensaísta José Guilherme Merquior em *OG*.

Todos os periódicos possuíam articulistas colaboradores, que são pessoas que escrevem ao jornal conforme solicitadas ou sem uma frequência, não possuindo vínculo formal com a organização jornalística nem remuneração pelas publicações em comparação aos colunistas. *OG* e *FSP* eram os dois matutinos com maior número de revezamento entre os colaboradores, cujas publicações ocorriam geralmente quando solicitadas pelo jornal.

⁵⁸ Em virtude da disputa do pleito, Lula foi substituído, na coluna, por Florestan Fernandes, destacado sociólogo e, à época, deputado federal pelo PT.

No caso do jornal carioca, a maioria dos colaboradores se constituíam de jornalistas, economistas, políticos, advogados e empresários, sendo em grande parte situados no campo liberal-conservador. Durante o período analisado, foram observados, apenas em raríssimas ocasiões, colaboradores situados na esfera progressista ou ligados a partidos de esquerda, como o deputado estadual fluminense Milton Temer (PSB) e o deputado federal do Rio de Janeiro Brandão Monteiro (PDT), cujos artigos eram de resposta quando os nomes apareciam citados em matérias que lhes desagradassem. A *FSP* possuía espaço para os colaboradores denominado *Tendências/debates*, cujas publicações eram mais plurais em termos de opinião política. O matutino apresentava ainda, no espaço, opiniões contrárias sobre determinados assuntos, o que, segundo o veículo, ajudava o leitor a formar sua própria opinião e afastava a ideia de jornal parcial.

O *JB*, *OESP*, *CP* e *ZH* possuíam colaboradores mais frequentes em relação aos outros dois jornais, com frequência quinzenal ou mensal de publicação. O espaço dos colaboradores era denominado *Opinião* em todos os periódicos, com exceção de *OESP*, cuja seção era designada de *Espaço Aberto*, uma das colunas mais antigas e prestigiadas na segunda página do periódico. Escreviam, sobre política, no veículo da família Mesquita, prestigiados nomes da sociedade civil e cuja orientação política era liberal-conservadora⁵⁹, como os jornalistas José Nêumanne, Mauro Chaves, Fernando Pedreira e Benedicto Ferri de Barros (redigia sobre política, literatura, economia, filosofia e sociologia); o físico e ex-reitor da USP José Goldemberg (escrevia sobre política, ciência e meio ambiente), os políticos Roberto Campos e João Mellão Neto; e o cientista político Aloysio Azevedo.

Dentre os colaboradores mais assíduos e que escreviam sobre assuntos políticos no *CP*, a frequência maior era a de políticos⁶⁰ e jornalistas (destacavam-se respeitados nomes da imprensa gaúcha, como Jurandir Soares, Percival Puggina, Alberto André e José Antônio Vieira da Cunha), enquanto o *ZH* possuía uma diversificação maior nos quadros, como juristas (nome mais destacado era o do então ministro do Supremo Tribunal Federal, Paulo Brossard), filósofos⁶¹, historiadores⁶², cientistas políticos (ligado ao PMDB, Leônidas Xausa redigia sobre política), além de jornalistas (colaborador assíduo, Cândido Norberto era um prestigiado

⁵⁹ Personalidades de outras linhas políticas escreviam com menor frequência e geralmente como resposta à citação em alguma matéria ou a convite do jornal.

⁶⁰ Podem ser destacados o deputado estadual gaúcho Carrion Jr. (PDT) e o deputado federal Jarbas Lima (PDS) como colaboradores.

⁶¹ Luiz Pilla Vares, à época secretário de Cultura de Porto Alegre, governada por Olívio Dutra (PT). Escrevia sobre política e assuntos da pasta.

⁶² Voltaire Schilling, que escrevia sobre política e assuntos históricos. Também historiador, além de jornalista e escritor, Carlos Reverbel abordava assuntos políticos e culturais em seus artigos.

jornalista gaúcho e escrevia sobre política) e políticos (nome mais conhecido era o de Delfim Neto).

No *JB*, a maior parte dos colaboradores era composta por renomados jornalistas, que escreviam sobre assuntos políticos, como Villas-Boas Corrêa (desde 1978, no *JB*, e com 50 anos de profissão), Ricardo Setti (diretor da sucursal de Brasília), Wilson Figueiredo (desde 1957, no *JB*), Barbosa Lima Sobrinho⁶³, Moacir Werneck de Castro (também escritor, abordava assuntos literários em seus textos) e Josué Montello (teatrólogo, escritor e membro da ABL, redigia preferencialmente sobre assuntos literários e culturais). O periódico ainda possuía, em seu quadro, como colaboradores o humorista, escritor, dramaturgo e apresentador de televisão Jô Soares, cuja coluna era predominada pelo tom humorístico, além dos arcebispos Marcos Barbosa, Lucas Moreira Neves e Eugênio Sales.

Cabe considerar que o *JB* era o periódico que mais abria espaço para textos religiosos, e isso pode ser explicado pela ligação de seu falecido proprietário Ernesto Pereira Carneiro com a Igreja Católica, instituição à qual era bastante ligado e, em 1919, foi agraciado pela Santa Sé com o título de conde papal, passando a ser conhecido como conde Pereira Carneiro. Este, que comprara o *JB* em 1918, buscou resolver os problemas financeiros do veículo e valorizar as seções literária e artística, além de abrir espaço aos textos clericais (FERREIRA; MONTALVÃO, 2019, s.p).

Todos os jornais dispunham de charges ao lado de seus respectivos editoriais, as quais ilustravam assuntos relevantes do dia. As charges são desenhos que têm por objetivo satirizar, por meio de uma caricatura, algum acontecimento ou personagens envolvidas. São elaboradas pelos chargistas ou cartunistas, que, com exceção do *CP*⁶⁴, se revezavam nas publicações ilustrativas. Assinavam as charges, nos periódicos, os cartunistas: Chico, Claudius e Hippert em *OG*; Ique, Millôr Fernandes, Lan e Luís Fernando Veríssimo⁶⁵ no *JB*; Hilde, Carlinhos e Negreiros em *OESP*; Glauco e Spacca na *FSP*; Marco Aurélio e Sampaolo no *ZH*.

Os matutinos dispunham de espaço aberto aos leitores, que enviavam cartas aos jornais tecendo comentários sobre matérias, acontecimentos e sugestões. Cabe considerar que os jornais selecionavam os comentários a serem publicados e, por isso, não é possível observar, com precisão, a recepção que o periódico possuía de seu público leitor. *JB*, *FSP* e *ZH*

⁶³ Prestigiado jornalista, cuja profissão exercia desde 1921. Foi ainda advogado, escritor, ensaísta e político, estando à época como presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e membro da ABL desde 1937. Além de assuntos políticos, abordava temas jurídicos e da imprensa em sua coluna.

⁶⁴ O periódico possuía apenas um chargista, que assinava os desenhos através do nome Schröder.

⁶⁵ Prestigiado cartunista e escritor gaúcho, Veríssimo publicava charges também no *OESP*, além de ter espaço diário em que escrevia crônicas no *ZH*.

publicavam opiniões diversas sobre um assunto ou acontecimento, bem como críticas e sugestões a eles, enquanto *OG* e *OESP* noticiavam apenas comentários que fossem ao encontro da linha editorial do veículo, ou seja, opiniões liberais-conservadoras; o *CP* não possuía espaço ao leitor.

1.3 POSICIONAMENTOS HISTÓRICOS

O objetivo deste tópico é destacar o posicionamento dos jornais analisados em relação aos assuntos veiculados na campanha presidencial de Brizola, abarcando desde a Revolução de 1930 e início do governo Vargas até a promulgação da Constituição Federal de 1988. Embora a trajetória política de Brizola tenha início a partir do final dos anos 1940, o período anterior a esse analisado é destacado na veiculação da campanha do pedetista, pois o trabalhista buscava rememorar os governos de Getúlio Vargas e procuraria se posicionar perante o eleitor como o herdeiro legítimo da tradição varguista e trabalhista. Cabe salientar que não é o objetivo deste tópico realizar uma discussão historiográfica ou análise mais aprofundada das temáticas aqui destacadas, mas apenas assinalar o comportamento dos jornais em relação aos assuntos veiculados na campanha de Brizola. Por isso, a própria bibliografia utilizada possui esse objetivo de ressaltar os acontecimentos históricos em linhas gerais e sem um maior aprofundamento.

As eleições presidenciais de 1930 foram disputadas entre o candidato paulista Júlio Prestes (apoiado pelo então presidente Washington Luís) e por Getúlio Vargas, candidato gaúcho da Aliança Liberal⁶⁶. Mesmo com a grande popularidade atingida pela frente oposicionista, as eleições foram vencidas por Prestes, que detinha a máquina eleitoral paulista e o apoio do presidente, que mobilizara uma estrutura de fraude nas urnas, coerção e compra de votos.

Insatisfeitos com o resultado, integrantes da Aliança Liberal passaram a buscar alternativas para o caso e chegaram a articular uma saída revolucionária, mas que necessitaria de apoio dos militares para se efetivar. O estopim para o apoio veio com o assassinato de João Pessoa e que se transformou em alavanca para uma revolução com ações militares ocorrendo em diversos pontos do país, além de apoio popular aos revolucionários. A Aliança Liberal conseguiu o poder no final de outubro de 1930, após Washington Luís ser deposto, e Vargas,

⁶⁶ Visando acabar com o domínio de São Paulo e Minas Gerais, políticos do Rio Grande do Sul, Paraíba, Pernambuco e Rio de Janeiro formaram uma frente denominada Aliança Liberal. Presidente do estado gaúcho, Vargas encabeçava a chapa, enquanto o paraibano João Pessoa era o vice.

líder articulador da revolução, ficou incumbido de organizar um novo governo de caráter provisório, cujo objetivo maior era desintegrar a estrutura política oligárquica⁶⁷ (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.351-361).

Os jornais *CP* e *OG* apoiaram a eclosão da Revolução de 1930⁶⁸, enquanto *OESP* buscou se manter neutro, embora tivesse apoiado a candidatura de Júlio Prestes. O *JB* fez oposição à candidatura de Vargas, bem como ao movimento revolucionário e, por isso, sofreu fortes represálias que culminaram na invasão e no empastelamento⁶⁹ de sua sede (FERREIRA; MONTALVÃO, 2019, s.p.). Apoiadores da Revolução de 1930, *OG* e *CP* tiveram comportamentos distintos em relação ao governo Vargas até o golpe do Estado Novo em 1937, pois ao passo que o primeiro buscava se manter neutro no período – além de procurar conservar boa relação com o governo –, o segundo se movia lentamente ao campo, exigindo democracia, e passou a sofrer violento boicote do interventor gaúcho Flores da Cunha; entretanto, durante o governo constitucionalista (1934-1937) de Vargas, o periódico voltou a nutrir boas relações com o governo.

Mesmo que tenha sofrido represália e visto sua sede ser empastelada, o *JB* procurou manter boas relações com o governo Vargas, mas sem demonstrar apoio. Já *OESP* passou a se distanciar do governo provisório chefiado por Getúlio Vargas e criticá-lo cada vez mais, dando total endosso ao Movimento Constitucionalista de 1932⁷⁰ e, com sua derrota, seus proprietários Júlio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita se exilaram, mas retornaram ao país um ano depois (BASTOS *et alli*, 2019, s.p.).

O golpe de 1937, que deu origem ao Estado Novo – período ditatorial marcado pelo centralismo de poder em torno de Vargas, além de autoritarismo e censura – foi visto pelo *JB* como uma alternativa viável para a resolução da crise política e o afastamento dos comunistas. No decorrer desse período, o jornal adotou uma política conciliatória, mantendo relações cordiais com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e demonstrando simpatia para com a legislação trabalhista e a política econômica varguista (FERREIRA; MONTALVÃO, 2019, s.p.). Posição semelhante teve Roberto Marinho, que, embora possuísse restrições ao Estado Novo, viria a ser membro do Conselho Nacional de Imprensa do DIP entre 1940 e 1945,

⁶⁷ A Revolução de 1930 marcou o fim do período conhecido como República Velha (1889-1930), em que grupos oligárquicos de São Paulo e Minas Gerais detinham o poder no Brasil.

⁶⁸ *OG* apoiou de forma moderada, enquanto o *CP* declarou amplo apoio à candidatura de Vargas, bem como ao movimento revolucionário. Na véspera e no dia das eleições em 1930, o matutino gaúcho chegou a dedicar integralmente a primeira página à chapa Getúlio Vargas-João Pessoa (GALVANI, 1994, p.275).

⁶⁹ Imposição do silêncio de um jornal ou publicação noticiosa através da destruição dos equipamentos do veículo.

⁷⁰ Também conhecida como Revolução de 32, foi o movimento armado liderado pelo estado de São Paulo, buscando depor o governo provisório de Vargas e convocar uma Assembleia Nacional Constituinte.

por isso a posição de seu jornal, no período, foi marcada pela neutralidade (CABRAL; FERREIRA, 2019, s.p.); posição similar à do periódico carioca foi a do *CP*, embora Breno Caldas, em entrevista concedida a Wianey Pinheiro, considerasse a censura do estado de exceção arbitrária, desarrazoada e fundamentada em perseguições pessoais⁷¹.

Por sua vez, *OESP* se opôs ao golpe do Estado Novo e, a partir disso, passou a sofrer censuras do regime ditatorial, vendo suas publicações de conteúdos políticos serem reduzidas. Em 1938, Mesquita Filho foi preso três vezes e se exilou novamente; dois anos após, o jornal sofreu intervenção estadual (articulada por Vargas) e, durante cinco anos, permaneceu alinhado aos interesses situacionistas (BASTOS *et alli*, 2019, s.p.). Com o declínio do Estado Novo, todos os periódicos passaram a apoiar os movimentos de redemocratização e foram contrários ao queremismo⁷², embora, com exceção do *OESP*, não se afiliassem a nenhuma sigla partidária surgida no período⁷³.

Com a volta democrática de Getúlio Vargas (PTB) ao poder em 1950, o *CP* demonstrou apoio ao seu segundo governo, enquanto o *JB* buscou se manter neutro, e *OG* e *OESP* fizeram intensa oposição. Em vista dos interesses regionais e pelo fato de Vargas se declarar defensor do Rio Grande do Sul, o *CP* o apoiou nas eleições de 1950, ainda que criticasse seu extremado nacionalismo e suas restrições à entrada de capital estrangeiro. O periódico gaúcho acompanhou, com seriedade e clara simpatia pelo presidente Vargas, toda a crise que fervilhava em 1953, desembocando nos terríveis dias de agosto do ano seguinte e no suicídio do presidente. A morte de Vargas gerou intensa comoção popular em Porto Alegre com ataques às empresas estrangeiras e aos veículos da rede associada de Assis Chateaubriand: Rádio Farroupilha e *Diário de Notícias*, cujas edições seguintes foram impressas nas máquinas do *CP* (GALVANI, 1994, p.382-393).

O *JB* buscou manter uma posição neutra em relação ao governo e, embora condenasse o atentado da rua Toneleros⁷⁴, absteve-se de opinar sobre o *impeachment* de Vargas ou as denúncias apaixonadas de Carlos Lacerda, não sofrendo, portanto, com a fúria da multidão após o suicídio do presidente (FERREIRA; MONTALVÃO, 2019, s.p.). Por outro lado, *OG* sofreu

⁷¹ *Correio do Povo*, Primeiro Caderno, 11 set. 1989, p.I.

⁷² Movimento civil e majoritariamente conduzido por trabalhadores, cujo objetivo era defender que Getúlio Vargas permanecesse no poder e reconduzisse o processo de redemocratização.

⁷³ *OESP* passou a apoiar a União Democrática Nacional (UDN), organização partidária formada por opositores de Vargas e do Estado Novo. Proprietário do veículo, Júlio de Mesquita Filho foi um dos principais quadros da UDN paulista.

⁷⁴ Atentado contra Carlos Lacerda, cuja vítima foi seu acompanhante, major-aviador Rubens Vaz. O acusado de ter sido mandante do atentado foi Gregório Fortunato, então chefe da guarda pessoal de Vargas. O atentado e a possível ligação com Vargas agravaram a crise do governo e, cerca de 20 dias após o episódio na Toneleros, Vargas se suicidou.

com a ira popular pela morte do líder do país, teve sua sede apedrejada pela multidão e caminhões de entregas do jornal queimados. O que levou ao ocorrido foi o fato de o jornal ter se juntado à oposição e encampado a tese de *impeachment* contra o presidente, realizando ampla cobertura do atentado na Toneleros e episódios decorrentes que agravariam a crise, culpando sempre Vargas pelos incidentes. Anteriormente, o periódico de Roberto Marinho fizera intensa oposição ao governo do trabalhista, realizando violenta campanha contra a criação da Petrobrás e considerando nefasto o aumento de 100% do salário mínimo pelo então ministro do Trabalho, João Goulart (LEAL; MONTALVÃO, 2019, s.p.).

OESP foi o outro veículo que realizou intensa oposição ao governo do petebista, temendo implementação de uma república sindicalista no país aos moldes do que Juan Domingo Perón estava realizando na Argentina. O jornal acusou o atentado da Toneleros de ser obra do governo, responsabilizava Vargas pela crise e passou a defender sua saída, fosse por renúncia ou *impeachment* (BASTOS *et alli*, 2019, s.p.).

Sete anos após o suicídio de Getúlio Vargas, o país se viu envolvido em outra crise de grandes proporções e ameaças de rompimento constitucional. Nesse sentido, o governador gaúcho Leonel Brizola (PTB) liderou a Campanha da Legalidade, que foi um movimento em defesa da posse do vice-presidente eleito constitucionalmente, João Goulart (PTB), após renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto. A campanha iniciada por Brizola recebeu total adesão popular no Rio Grande do Sul e, através de pronunciamentos e discursos do governador na rádio instalada nos porões do Palácio Piratini, ganhou apoio nacional, o que permitiu a posse de Jango.

A resistência a Goulart e a busca pelo impedimento de sua posse vieram através de manobras de parte dos ministros militares, que alegavam que Jango era comunista, sobretudo por estar em viagem oficial no período à China então sob regime comunista. Os militares ameaçavam prender Goulart assim que voltasse ao Brasil e, juntamente com a campanha popular por sua posse, o então representante do PSD, Tancredo Neves, costurou com os militares e Jango uma saída para a situação, que seria a adoção do regime parlamentarista, tendo Goulart como presidente e o próprio Tancredo como primeiro-ministro⁷⁵.

A maior parte da imprensa brasileira apoiou a Campanha da Legalidade, embora veículos como *OG*, *OESP* e *CP* se opusessem, sendo o último por razões do andamento do movimento e não por questões ideológicas. *OESP* e *OG* iam ao encontro das teses defendidas

⁷⁵ O parlamentarismo teria fim após plebiscito realizado no ano seguinte e que contou com ampla campanha de Brizola para retorno ao presidencialismo, o que ocorreu no início de 1963 e permitiu que Jango retomasse seus plenos poderes presidenciais.

pelos militares que buscavam impedir a posse de Jango, que seria sua associação ao comunismo. Entretanto, divergiram na questão parlamentarista, com o veículo carioca apoiando a iniciativa, enquanto o paulista a via com desconfiança.

A oposição do veículo gaúcho à posse de Jango se deveu ao conflito entre Brizola e Breno Caldas na questão da tomada da Rádio Guaíba, pois os militares deram ordens para fechamento de todas as rádios, o que dificultaria a informação do povo diante do ocorrido e facilitaria a implementação do estado de exceção. Sabendo disso, Brizola determinou que a Brigada Militar apreendesse todo o material da Rádio Guaíba e o trouxesse ao Palácio Piratini, sede do governo estadual. Com o material da rádio em mãos, o trabalhista passou a transmitir, à população, os informes do golpe de Estado em andamento, bem como pedir sua mobilização em defesa da posse de Jango. A importância da apreensão é que a transmissão iniciada por Brizola alcançou outros estados, que foram replicando os sinais de rádio advindos do Piratini, permitindo assim que a mensagem se espalhasse por território nacional em uma série de cadeia de rádios, pelo que ficou conhecida como a Rede da Legalidade.

Garantida sua posse, ainda que sob regime parlamentarista, o governo Goulart enfrentou intensa oposição de todos os periódicos, incluindo a *FSP* sob administração de Frias e Caldeira Filho, especialmente por apresentar um caráter nacionalista, defender o fim da remessa de lucros ao exterior e lutar pela implementação das reformas de base⁷⁶, propostas estas que se opunham ao ideário liberal-conservador defendido pelos proprietários das organizações jornalísticas. O jornal que realizou menor oposição em comparação aos demais – notadamente no início do governo – foi o *JB*, que se mostrou simpático a várias propostas do governo Goulart, como as reformas de base, plebiscito do retorno ao presidencialismo, política externa independente e Plano Trienal na economia⁷⁷ (FERREIRA; GOMES, 2014, p.153).

Não obstante assumisse posições progressistas no nível político, ao demonstrar apoio a diversas medidas do governo Goulart, o *JB* mantinha concepções ortodoxas e monetaristas no plano econômico, advogando inclusive medidas de austeridade para combate à inflação. Entretanto, com o fracasso do Plano Trienal e a aproximação do governo com as esquerdas, o jornal foi para a oposição e apoiou o golpe civil-militar de 1964, afirmando que a legalidade

⁷⁶ Conjunto de reformas estruturais defendidas pelos trabalhistas, incluindo reformas agrária, bancária, fiscal, urbana e universitária. Sustentava-se ainda a necessidade de conceder o direito de voto aos analfabetos e patentes subalternas das forças armadas, maior intervenção estatal na economia e maior controle dos investimentos estrangeiros no país.

⁷⁷ O Plano Trienal foi um plano econômico elaborado pelo ministro do Planejamento, Celso Furtado, que buscava estabelecer regras e instrumentos rígidos para controle do déficit público e refreamento do processo inflacionário. A maior oposição ao plano foi das esquerdas lideradas por Brizola, que protestavam contra as medidas de arrocho salarial que o plano traria.

estava com os opositores do governo, e não com o caudilho aliado do comunismo⁷⁸ (FERREIRA; MONTALVÃO, 2019, s.p.). No campo de inteira oposição ao governo Goulart, *OG* criticou o projeto de reforma agrária proposto pelo governo – ainda que fosse feito com indenização, pois considerava o minifúndio economicamente prejudicial – e o plebiscito que possibilitou o retorno ao parlamentarismo, que deveria ser realizado dois anos após, conforme determinação da lei.

O veículo de Marinho foi um dos que realizaram maior oposição ao governo do trabalhista, notadamente pela criação da Rede da Democracia e incentivo à Marcha da Família com Deus pela Liberdade. A primeira foi uma rede de rádios criada por Marinho, Nascimento Brito e João Calmon (Rádio Tupi, pertencente aos *Diários Associados*), cujo objetivo era denunciar o perigo comunista, a política econômica do governo e o próprio presidente (FERREIRA, 2003, p.374-375). Já a marcha foi organizada como resposta ao Comício da Central do Brasil – que marcara simbolicamente a aliança de Jango com as esquerdas – e reuniu os setores conservadores contra a ameaça comunista representada pela atuação da esquerda radical e pelo discurso de Goulart no comício. Como sistemático opositor do governo Jango, *OG* pode ser apontado como um dos principais veículos que conspiraram para a derrubada do presidente eleito constitucionalmente.

O outro periódico que pode ser apontado como um dos principais conspiradores contra o governo trabalhista foi *OESP*, que já tinha recebido Jango com hostilidade em seu início e se opôs de forma imediata à atuação pública de Leonel Brizola, denunciando aumento da infiltração comunista e pendores ditatoriais de Goulart. As reformas de base foram tachadas de demagógicas e combatidas, bem como o plebiscito sobre retorno ao presidencialismo. *OESP* denunciava sistematicamente o avanço das esquerdas, e seus principais dirigentes⁷⁹ começaram a participar das articulações golpistas para derrubada do presidente. O jornal comemorou euforicamente o golpe de 1964, e seus editoriais exaltavam o movimento militar, ressaltando sobretudo a participação paulista no movimento (BASTOS *et alli*, 2019, s.p.). Com novos proprietários, a *FSP* modificou sua linha editorial – que era mais neutra sob o comando de Nabantino Ramos – e se tornou um veículo francamente antijanguista e pró-mobilização para o movimento que culminou nos acontecimentos de 1964, ainda que suas articulações no período fossem inferiores às do concorrente (COHN *et alli*, 2019, s.p.).

⁷⁸ Referência a Goulart, então tachado pejorativamente de caudilho, uma espécie de líder centralizador e autoritário.

⁷⁹ “Mesquita Filho redigiu o documento posteriormente conhecido como *Roteiro da revolução*, o qual, segundo o periódico, teria inspirado e orientado algumas das primeiras medidas tomadas pelo movimento político-militar de 31 de março de 1964” (BASTOS *et alli*, 2019, s.p.).

No Rio Grande do Sul, o *CP* combateu sistematicamente a política de Goulart⁸⁰, especialmente nos meses finais de seu governo. Sobre a atuação do *CP* no governo Goulart, Brizola afirmou que o veículo estava atrelado aos interesses do capital monopolista (DILLENBURG; LEAL, 2019b, s.p.). O que deteriorou a relação do veículo com o governo trabalhista foram os insistentes ataques de Brizola a Breno Caldas, que chegou até a escrever artigo em resposta, o que raramente fazia (GALVANI, 1994, p.408).

O *CP* participou das conspirações contra Jango e foi um dos principais entusiastas do golpe de 1964 e, sobre esse, Galvani (1994, p.411) afirma que o “apoio foi tão ostensivo que o jornal se deu ao trabalho de explicar em editoriais por que os militares estavam certos e aquele era o único caminho para ‘salvar o Brasil’”. Por sua vez, Breno Caldas ressaltou que o veículo possuía a tradição de não se posicionar politicamente, exceto em momentos especiais, e 1964 foi um destes⁸¹. Embora sob direção de Ari de Carvalho, a edição gaúcha de *UH* seguia a linha editorial estabelecida pelo seu proprietário, Samuel Wainer, que era de apoio aos governos trabalhistas; isso mudou com o golpe de 1964 e o exílio de Wainer, com Carvalho, simpático ao movimento militar, assumindo a propriedade do jornal e modificando seu nome para *ZH*.

Apoiadores do golpe civil-militar de 1964, todos os periódicos foram favoráveis aos primeiros atos, como o Ato Institucional nº 1 (AI-1)⁸² e a eleição presidencial indireta de Humberto Alencar Castelo Branco. Os jornais começaram a apresentar comportamentos distintos conforme os militares foram se alongando no poder, e estes não foram lineares em todos os matutinos. Veículos como *OESP* logo se moveram ao campo oposicionista ao regime, enquanto outros como *OG* deram total apoio à ditadura até o seu final. No meio termo, *FSP*, *JB*, *CP* e *ZH* procuraram manter boas relações com o governo ao mesmo tempo em que buscavam se manter neutros em termos políticos e editoriais, ainda que elogiassem medidas econômicas do regime.

Esses jornais se moveram gradualmente ao campo oposicionista à medida que o regime perdia forças e o país caminhava para uma redemocratização, processo este iniciado a partir de 1974 com o ditador Geisel. Mesmo assim, o movimento não foi linear a todos, pois enquanto *FSP* e *JB* se engajavam na redemocratização e apoiavam acontecimentos como a Anistia e as Diretas-Já, os jornais gaúchos mostravam desejo pelo retorno democrático, mas em tons mais

⁸⁰ Galvani (1994, p.410) destaca que Breno Caldas possuía estima e até certa amizade com Jango, mas isso não impediu que pesadas críticas fossem feitas contra seu governo e que o *CP* fosse entusiasta do golpe de 1964.

⁸¹ *Correio do Povo*, Primeiro Caderno, 11 set. 1989, p.I.

⁸² Ato assinado por junta militar do autodenominado Comando Supremo da Revolução e que tinha como objetivo legitimar o novo regime e afastar qualquer tipo de oposição. Foram cassados por 10 anos nomes oposicionistas e de maioria do PTB, como Jango, Brizola e Darcy Ribeiro.

moderados. Embora em tons de moderação, o comportamento dos veículos rio-grandenses se deve a explicações distintas. No período final da ditadura, o *CP* estava envolvido em sérios problemas financeiros e, diante disso, procurava manter boas relações com o governo. O comportamento do *ZH* pode ser explicado pela linha editorial da RBS, que era de sempre buscar manter um bom relacionamento com o governo.

OESP foi gradualmente se movendo ao campo oposicionista, especialmente pela preocupação com a excessiva militarização e o autoritarismo que o regime militar vinha tendo, além do aumento do estatismo, o que entrava em contraste com seus ideais liberais. O jornal chegou a ter suas edições apreendidas e começou a sofrer com a censura a partir de publicação de editorial extremamente crítico ao arbítrio do regime militar, tendo isso ocorrido pouco antes da promulgação do AI-5. “*O Estado de S. Paulo*, a partir dessa época, deixou de publicar seu primeiro editorial na composição tradicional de duas colunas em corpo oito, substituindo-o pela nota diária de comentário dos acontecimentos internacionais” (BASTOS *et alli*, 2019, s.p.).

O jornal permaneceu sob censura⁸³ em todo o governo Médici, que seria suspensa apenas em 1975, já no governo Geisel. No início da década de 1980, *OESP* manteve, de acordo com o ponto de vista diretivo, uma linha editorial independente, alternando manifestações de apoio ao governo – projeto de liberalização do regime – com críticas, estas expressadas a partir de pontos de dissensão. O periódico se mostrou extremamente favorável ao movimento das Diretas-Já, embora não acreditasse na aprovação da emenda Dante de Oliveira (que garantiria eleições diretas) por manobras governamentais (BASTOS *et alli*, 2019, s.p.).

Por outro lado, *OG* apoiou todo o regime militar, e o governo Médici (1969-1974) foi o que recebeu sua maior adesão, transformando-se gradualmente no mais governista dos jornais, chegando ao ponto de até deixar lentamente sua posição favorável à privatização das empresas e encampar, a partir do governo Geisel (1974-1979), a tese da estatização⁸⁴. Cabe considerar também a influência da Rede Globo de Televisão no apoio à Ditadura Militar, especialmente pela ampla expansão que a emissora televisiva alcançou durante o período e que seguramente contribuiu para o apoio do jornal de Roberto Marinho ao governo militar.

Todavia, tanto a emissora quanto o jornal receberam a alcunha de governistas no período, e seus noticiários eram vistos como declarações oficiais do regime. *OG* apoiou a lenta, gradual e segura abertura política e elogiou a anistia política concedida pelo governo

⁸³ Por outro lado, Mino Carta salientou que a censura em *OESP* foi um jogo de cena com o regime militar (AMORIM, 2015, p.156). Embora sob censura, *OESP* ressaltava que o governo era muito pobre no aspecto político, mas elogiava a situação econômico-financeira do país (BASTOS *et alli*, 2019, s.p.).

⁸⁴ Embora sempre fosse um tradicional inimigo da Petrobrás, *OG* passou a apoiá-la durante o governo Geisel (LEAL; MONTALVÃO, 2019, s.p.).

Figueiredo⁸⁵ (1979-1985), mas não se mostrou favorável, de início, às manifestações populares por eleições diretas. No Colégio Eleitoral que elegeu o sucessor de Figueiredo, *OG* apoiou a chapa peemedebista de Tancredo Neves e José Sarney (LEAL; MONTALVÃO, 2019, s.p.).

Já o *JB* se opôs ao nome do sucessor de Castelo Branco, Costa e Silva, entendendo que poderia endurecer o regime, o que ocorreu principalmente após a promulgação do AI-5, ao qual o jornal mostrou total repúdio. Nesse período, as críticas do matutino se dirigiam ao governo, não atingindo, porém, o regime militar. O apoio ao governo voltou com a ascensão do general Médici ao poder, inclusive na política econômica comandada pelo ministro da Fazenda, Antônio Delfim Neto. Entretanto, na esfera política, o periódico mantinha uma posição menos comprometida com o governo, a despeito das pressões e censura constantes⁸⁶.

A linha editorial do *JB* permanecia de apoio ao regime militar, mas críticas eram apresentadas em colunas de Carlos Castello Branco e Alceu Amoroso Lima. Em tom liberal, o jornal começou a apresentar divergências com o governo Geisel, especialmente pela linha estatizante do ditador, mas, por outro lado, recebeu com entusiasmo o governo Figueiredo, notadamente pela promessa de normalização democrática e abertura política. O periódico apresentou ainda posição moderada em relação às Diretas-Já e apoiou abertamente a candidatura de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral (FERREIRA; MONTALVÃO, 2019, s.p.).

Por sua vez, a *FSP* se definiu como liberal e democrática a partir do golpe de 1964, reafirmando a convicção de que a função da imprensa é formar a opinião pública; nesse sentido, buscou dar ênfase a cadernos mais variados e ecléticos, além do noticioso. O público-alvo do jornal era a classe média, e isso lhe forneceu a “base ideológica para tornar-se editorialmente mais abrangente e comercialmente mais agressiva; em contrapartida, essa proximidade envolveu o jornal em contradições típicas de seu público referencial” (RIBEIRO, 2001, p.117).

O relacionamento do veículo com o regime militar era ambíguo, ora de apoios (como a gestão de Delfim Neto no Ministério da Fazenda), ora de críticas, como a falta de liberdade de imprensa⁸⁷. A *Folha da Tarde* tinha uma linha de esquerda agressiva no seu início, mas isso redundou na prisão de toda a redação e, após, passou a ter gente ligada ao regime militar e policiais na redação, atuando como um veículo porta-voz e colaborador da ditadura. A *FSP*, por outro lado, tinha pessoas de direita e esquerda em sua redação e permaneceu neutra entre 1969-

⁸⁵ Mesmo que tenha apoiado a liberalização do regime militar, *OG* não pode ser colocado do lado oposicionista em que os outros periódicos se posicionavam, especialmente pelo fato de não confrontar a ditadura e seus posicionamentos estarem alinhados aos da ditadura, ainda que estivesse em declínio.

⁸⁶ Mino Carta afirmou que o *JB* foi um dos poucos veículos que não sofreu com a censura durante a Ditadura Militar (AMORIM, 2015, p.156).

⁸⁷ Mino Carta, por outro lado, afirmou que a *FSP* não sofreu censura durante a Ditadura Militar (AMORIM, 2015, p.156).

75, quando seus editoriais – que eram anódinos – foram suspensos. A linha editorial da *FSP* seria reformulada a partir de 1975 na direção da distensão política traçada pelo general Golbery; com isso, a *Folha da Tarde* baixou o tom (RIBEIRO, 2001, p.62-63).

O relacionamento ambíguo da *FSP* com a ditadura tinha a premissa mercadológica como norte, buscando sempre direcionar sua linha editorial conforme o caminho para o qual o país apontava. Logo, começou a se mover ao campo oposicionista a partir do início do declínio do regime militar, e esse movimento, de acordo com as tendências, fazia parte da estratégia da *FSP*, conforme Taschner (1992, p.193) aponta:

Jogando sempre dos dois lados no campo político nos marcos do capitalismo e, na medida de suas possibilidades, diversificando a linha de produtos, mesmo com alguns desacertos do ponto de vista de segmentação, o grupo consolidou seu império. Para qualquer tendência de mercado e da política que se esboçasse, ele tinha um produto pronto para ser ativado. Nos momentos de opacidade apostava nos dois lados. Tinha montado um aparato para seguir os ventos e tirar proveito deles, qualquer que fosse a sua direção.

Já a maior crise com o regime militar foi em 1977, quando o jornalista do matutino, Lourenço Diaféria, foi preso por escrever uma crônica considerada ofensiva à figura de Duque de Caxias. Na sequência, o veículo foi acusado pelo secretário de Segurança do Estado de São Paulo, Antônio Erasmo Dias, de ter, em seus quadros, elementos bastante subversivos e foi ameaçado de ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional. “Em virtude desses fatos, o proprietário do jornal, Otávio Frias de Oliveira decidiu pelo afastamento de Cláudio Abramo do posto de editor-chefe e sua substituição por Bóris Casoy⁸⁸, como também pela extinção da coluna ‘Jornal dos Jornais’, escrita aos domingos pelo jornalista Alberto Dines” (COHN *et alli*, 2019, s.p.).

A linha editorial estabelecida pela *FSP* na redemocratização consistia em aproximação com a sociedade civil emergente e, durante o governo Figueiredo, o jornal passou a ser identificado com esse tipo de sociedade, bem como com o movimento de defesa das liberdades democráticas, dos direitos humanos, da anistia, sendo que esses fatores desaguarão na campanha das Diretas-Já em 1984, à qual o veículo, além do apoio, realizou a maior cobertura em relação aos outros periódicos.

Pelo endosso e pela cobertura, a *FSP* foi destacada como a porta-voz das Diretas-Já, e Frias Filho afirmou que os meios de comunicação em geral eram contra o restabelecimento das eleições diretas, mas o momento delicado fez parecer ter chegado o momento de apostar nas

⁸⁸ Abramo era visto como um jornalista de esquerda, enquanto Casoy, mais conservador. Frias Filho afirmou que a gestão de Casoy ficou marcada pela liberdade e que os funcionários acreditavam que o próximo passo seria a autogestão (ABREU *et alli*, 2003, p.360).

massas (MARCONDES FILHO, 1986, p.168), o que coincide com o apontamento de Taschner (1992, p.193) sobre a estratégia do jornal. Com a derrota da emenda Dante de Oliveira, o matutino teve uma cobertura mais distanciada na eleição indireta de 1985, não aderindo (como praticamente toda imprensa) à campanha de Tancredo, embora também não apoiasse Paulo Maluf no Colégio Eleitoral (ABREU *et alli*, 2003, p.359-363).

Por sua vez, os periódicos gaúchos tiveram relação semelhante com a Ditadura Militar, procurando manter boas relações com o governo ao mesmo tempo em que buscavam manter uma linha editorial neutra em relação ao regime militar. Em relação à censura imposta, adotaram o procedimento da autocensura, evitando publicar matérias que desagradassem ao regime ou que seriam barradas pelo censor. O que explica a busca da neutralidade e evitar o conflito é a relação econômica dependente que os jornais mantinham em relação ao regime militar, bem como o fato de não possuírem estrutura financeira para lidar com retaliações da ditadura caso houvesse críticas mais contundentes ao governo, o que, por outro lado, veículos como *OESP* possuíam. Breno Caldas manteve o apoio ao regime militar durante todo o período em que fora vigente e, sobre a censura, via-a como algo inevitável e que não era exclusiva ao seu periódico. O proprietário, à época, do *CP* salientou que o movimento de 1964 possuía um propósito, mas que se esgotou com o tempo e se autodestruíu⁸⁹.

Após 17 anos sem eleições estaduais, o país veria o seu retorno em 1982, período em que o regime militar se apresentava em declínio, e a oposição (PMDB, PDT, PT e PTB) ganhava cada vez mais força. Em vista disso, a ditadura instituiu o voto coligado, em que o eleitor deveria votar no mesmo partido para todos os cargos (deputados estadual e federal, senador e governador), caso contrário seu voto seria anulado. Por trás da medida, estava o interesse do regime em enfraquecer a oposição (que estava mais fragmentada e desorganizada) e favorecer o partido do governo (PDS) que, por sua organização e tamanho, poderia apresentar candidatos viáveis em todos os cargos. Além disso, a eleição era estratégica para a ditadura no médio prazo, visto eleger os deputados que chancelariam, no Colégio Eleitoral, o sucessor de Figueiredo.

No Rio de Janeiro, *OG* apoiou a candidatura de Moreira Franco – incluindo pedido de voto ao pedessista, em editorial, na véspera do pleito⁹⁰ –, destacando que seu principal oponente, Leonel Brizola, não passava de um fenômeno populista, que era a soma do oposicionismo generalizado com a habilidade política em explorar as dificuldades econômicas do povo (LEAL; MONTALVÃO, 2019, s.p.). Após a posse de Brizola, o jornal realizou ainda

⁸⁹ *Correio do Povo*, Primeiro Caderno, 11 set. 1989, p.I.

⁹⁰ *O Globo*, Primeiro Caderno, 14 nov. 1982, p.I.

intensa oposição ao seu governo (1983-1986) e, segundo BONES *et alli* (2004, p.153), superestimou demasiadamente os problemas enfrentados pelo estado fluminense:

Durante todo o primeiro governo Brizola, de 1983 a 1986, o jornal *O Globo* e os telejornais da Rede Globo foram implacáveis na divulgação sobre os números da violência no Rio. Parecia, a alguém desavisado, que a cidade, antes dele, era uma ilha de paz e tranquilidade, mas, em 1982, assaltos, como se a cidade já não enfrentasse este problema crônico e o tráfico de drogas há muito tempo.

A oposição de *OG* ao governo Brizola persistiu nas eleições estaduais posteriores em 1986, em que o pedetista Darcy Ribeiro concorreu contra Moreira Franco – dessa vez no PMDB – e enfrentou duras críticas do veículo de Roberto Marinho na campanha, conforme Leal e Montalvão (2019, s.p.) pontuam:

As eleições para os governos estaduais, em novembro de 1986, representaram um capítulo a mais nas desavenças entre Roberto Marinho e Leonel Brizola. Em nota oficial, divulgada pouco antes das eleições, o governador acusou o ex-presidente João Figueiredo, o presidente José Sarney e as Organizações Globo de estarem conspirando juntos contra o seu governo. Como resposta, *O Globo* publicou, em 10 de novembro de 1986, um editorial que tratava essas acusações como uma fábula narrada por alguém “que não dispõe de um mínimo de argumentos para justificar o dramático fracasso de sua administração”, além de pedir à população um voto de repúdio ao governo do PDT. Dias depois, em 13 de novembro, ao focalizar o último comício do candidato apoiado por Brizola, o vice-governador Darcy Ribeiro, no editorial “O terrorismo moreno”, afirmava o jornal: “No desfile organizado pelos banqueiros do bicho, na avenida Rio Branco, para encerramento da campanha eleitoral a que ora se dedicam no sentido de organizar o continuísmo da sua impunidade, não poderia faltar um carro alegórico. Uma elefanta, com um cartaz em que se lia o número 12 — que corresponde ao do animal no jogo do bicho e ao do candidato Darcy Ribeiro na cédula eleitoral — constitui-se no símbolo da grande aliança entre a marginalidade e o governo estadual”.

Eleito pelo PMDB no Colégio Eleitoral, Tancredo Neves faleceu antes de ser empossado presidente e coube a seu vice, José Sarney, assumir o cargo de mandatário do país. Todos os periódicos demonstraram apoio inicial ao novo governo – embora fossem distintos – e, se por um lado, *OG* considerou Sarney como o sucessor legítimo de Tancredo e demonstrou total apoio durante todo o seu governo, por outro, a *FSP* defendeu que o novo presidente deveria realizar de forma mais rápida possível a transição para a democracia, com convocações, em 1986, de eleições presidenciais diretas e de uma nova Assembleia Nacional Constituinte.

A inflação foi o principal problema herdado da ditadura e, como medida de combate a ela, o governo Sarney lançou, em 1986, o Plano Cruzado, que foi recebido com entusiasmo e esperança pelos periódicos – com exceção da *FSP*, que o apoiou somente no alto de sua popularidade, mas, mesmo assim, defendendo ajustes –, visto ter sido destacado como uma ferramenta necessária e correta ao combate inflacionário. Entretanto, com seu fracasso, ao final do mesmo ano, e volta do processo inflacionário, o governo Sarney passou a sofrer intensa oposição dos periódicos (com exceção de *OG*, que sempre apoiou o governo), sobretudo por

apresentar altos índices inflacionários, corrupção e excessiva intervenção estatal na economia, segundo a ótica dos jornais, que pregavam maior liberalismo econômico.

Além desses pontos, os periódicos gaúchos – mais explicitamente o *CP* – criticavam o tratamento recebido pelo Rio Grande do Sul do Governo Federal, que segundo eles, excluía o Estado de assuntos estratégicos em detrimento do eixo Rio-São Paulo e do Nordeste, região de Sarney⁹¹. Destacada como principal acontecimento do governo do pemedebista, a instalação da Assembleia Nacional Constituinte em 1987 foi recebida com entusiasmo pelos jornais, mas, por outro lado, criticaram o texto resultante dela – Constituição Federal de 1988 –, vista como demasiadamente estatista, especialmente na economia.

OG reprovou a prodigalidade nociva dos capítulos referentes aos direitos sociais, buscando demonstrar que haveria uma elevação do custo de produção industrial (LEAL; MONTALVÃO, 2019, s.p), enquanto *OESP* criticou o excessivo tamanho estatal durante todo o governo Sarney, defendendo sua drástica redução e, nesse ponto, o texto constitucional elaborado seria um empecilho a mais para um estado mínimo (BASTOS *et alli*, 2019, s.p.). Já a *FSP* observou a promulgação da Constituição como o encerramento da transição democrática e que a carta do país tinha pontos positivos – ampliação de direitos individuais, ao resguardar o cidadão contra o poder estatal, e negativos, como o estatismo que conduziria o país ao atraso, direito irrestrito de greve, nacionalização dos minérios, tabelamento dos juros, restrições à entrada de capital estrangeiro e ampliação do mandato de Sarney (COHN *et alli*, 2019, s.p.).

⁹¹ *Correio do Povo*, Primeiro Caderno, 10 mar. 1989, p.1.

2 O CANDIDATO BRIZOLA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1989

2.1 PRÉ-CAMPANHA

Após a realização das eleições municipais em novembro de 1988, as atenções se voltaram ao pleito presidencial, que passou a ser veiculado com maior atenção na imprensa nacional. O período que abarca o dia seguinte às eleições municipais até o dia 30 de junho de 1989 será considerado como o da pré-campanha, fase em que os candidatos que postulavam ao Planalto se prepararam, buscaram alianças e composições de chapa, bem como apresentaram, enquanto pré-candidatos, as suas ideias gerais ao país. Por outro lado, a campanha em si e o pedido de voto ao eleitor se daria a partir de julho de 1989, correspondente às apresentações dos planos de governo dos candidatos. As eleições municipais de 1988 elegeram os prefeitos e vereadores de todos os municípios brasileiros e foram o primeiro pleito a ser realizado após a promulgação da Constituição Federal em outubro daquele ano. As principais siglas partidárias que elegeriam a maioria dos prefeitos no Brasil, especialmente nas capitais, eram: PMDB, PFL, PDS, PSDB, PT e PDT.

O governo Sarney enfrentava elevados índices de impopularidade, especialmente após o fracasso, em 1987, do Plano Cruzado, o que ocasionou o retorno de altos índices de inflação e aumento da dívida externa do país. Ao mesmo tempo, havia conseguido aprovar, na Assembleia Nacional Constituinte, uma emenda que ampliava para cinco anos o mandato de presidente, tendo como efeito o acréscimo de um ano do governo do pemedebista e a realização da eleição presidencial somente em 1989. A associação ao Governo Federal fez com que o PMDB e o PFL, os dois principais partidos do país e que compunham a base de apoio de Sarney, sofressem acachapante derrota no pleito de 1988, que também reduziu a influência do PDS, sigla opositora ao presidente, mas ligada ao regime militar que se encerrara sob grave crise em 1985.

Nas principais capitais vistas como locais estratégicos para o pleito de 1989, o PMDB fora bem-sucedido em apenas duas: Fortaleza e Salvador. Mesmo assim, as razões para a vitória passaram longe da adesão do Governo Federal, pois Ciro Gomes foi eleito na capital cearense a partir do apoio do bem-avaliado governador do Ceará, Tasso Jereissati, enquanto Fernando José foi eleito em Salvador por receber o endosso do também bem-sucedido prefeito da capital, Mário Kertész. O PFL conseguiu eleger, em Recife, o ex-prefeito da capital, Joaquim Francisco e, em João Pessoa, Wilson Braga, embora tenha se filiado ao PDT após ser eleito. O PDS conquistou apenas a prefeitura de Florianópolis com Esperidião Amin e viu o principal quadro

do partido, Paulo Maluf, ser derrotado na eleição paulistana após liderar as pesquisas por toda a campanha⁹².

Identificadas como as principais siglas oposicionistas, PSDB, PT e PDT conquistaram a maioria das prefeituras das capitais consideradas importantes e influentes no país. Com o governo Sarney desgastado, o eleitor buscou dirigir o seu voto ao candidato identificado como o mais oposicionista, beneficiando assim as siglas de centro-esquerda, que herdaram uma espécie de “voto de protesto” do eleitorado. Essas agremiações partidárias também se destacavam por possuírem candidatos de consenso no partido, sendo respectivamente, Mário Covas, Lula e Brizola.

O PSDB surgiu como agremiação em 1988 a partir da oposição de membros mais à esquerda do PMDB ao governo Sarney, tendo como principais lideranças nomes destacados na política nacional, como: Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Franco Montoro, José Richa, Afonso Arinos e Pimenta da Veiga, tendo este conquistado a importante prefeitura de Belo Horizonte em 1988. Cabe considerar que a maior parte das lideranças do partido eram oriundas de São Paulo e Minas Gerais, os dois maiores colégios eleitorais do país e vistos como decisivos em uma eleição presidencial⁹³.

Fundado após o retorno ao pluripartidarismo em 1980, o PT foi formado após união de sindicalistas, intelectuais, artistas, membros ligados à Igreja Católica e militantes antigos da esquerda brasileira – parte exilada e parte ligada à luta armada. A conquista das prefeituras de São Paulo por Luiza Erundina e de Porto Alegre por Olívio Dutra colocaram a agremiação liderada por Lula em ascensão e apontada como uma das principais postulantes ao Planalto, especialmente por sua aguerrida e organizada militância. Identificada como uma sigla radical de esquerda e secundária no espectro ideológico em relação ao PDT e à liderança de Brizola, o PT obteve os melhores resultados de sua história nesse pleito e, antes observada como uma legenda de apoio ao líder pedetista no pleito presidencial – inclusive pelo próprio Brizola –, passou a ser vista como principal rival e ameaça concreta ao partido trabalhista⁹⁴.

Sob a liderança-mor de Leonel Brizola, o PDT apresentara crescimento constante nos anos 1980 e, embora tenha visto o PT crescer e ser apontando como rival, conquistara expressivos resultados em 1988, com as vitórias de Marcelo Alencar no Rio de Janeiro, Jaime

⁹² Consulta às edições diárias publicadas no período 15 nov.1988/dez.1988 pelos jornais *FSP*, *OESP* e *OG* – encontradas nos respectivos acervos digitais de cada periódico –, *JB* – disponíveis no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (RJ) –, *CP* – depositadas no acervo próprio – e *ZH* – arquivadas no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (RS). Doravante, para referências similares, seguirão o padrão: datação das edições consultadas e nomes dos periódicos.

⁹³ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 15 nov.1988/dez.1988.

⁹⁴ *Idem*.

Lerner em Curitiba, Wilma de Faria em Natal e Jackson Lago em São Luís, além do ingresso do pefelista Wilson Braga. Não obstante estivesse fortalecido no Rio de Janeiro, Brizola observara o PT sair vitorioso em Porto Alegre, tradicional território trabalhista, em que o prefeito pedetista Alceu Collares não conseguira eleger Carlos Araújo como seu sucessor⁹⁵.

A partir do resultado das eleições municipais, Brizola afirmou que o PDT fora o grande partido vitorioso no país, especialmente por ser a agremiação com maior número de conquistas de prefeituras nas capitais. Em contraponto ao líder trabalhista, através de artigo ao *OG*, Milton Temer salientou que Brizola saíra como o grande derrotado do pleito ao lado da “direita arcaica”, sobretudo por não monopolizar mais o discurso à esquerda e pelo considerável crescimento do PT e de Lula⁹⁶.

Em editorial com o título de “Falso crescimento do PDT”, *OESP* rebateu a declaração de Brizola, pontuando que as vitórias nas capitais haviam ocorrido, em sua maioria, devido a amplas alianças e que o PDT não apresentara crescimento no Rio de Janeiro desde 1982: “Como se sabe, Brizola costuma enxergar tudo o que o cerca – sejam inimigos ou aliados – com lentes de aumento. Assim, da mesma forma que vê conspirações e manobras soezes em qualquer crítica que lhe é democraticamente feita, Leonel Brizola pode, como agora, operar o milagre da multiplicação dos votos⁹⁷”.

Em razão do expressivo resultado obtido pelo PT nas eleições municipais, o principal assunto das colunas políticas dos seis jornais foi a polarização entre Brizola e Lula após a realização desse pleito, sobretudo pelo fato do PT passar a concorrer com o PDT no domínio do campo da centro-esquerda. Os jornais assinalavam que, em um possível confronto direto entre as duas lideranças de esquerda, seria o pedetista quem se beneficiaria, notadamente pelo fato de que a agremiação de Lula possuía uma característica revolucionária marxista, enquanto Brizola, visto como mais moderado do que o líder do PT, se moveria ao centro do espectro político. Nesse sentido, o jornalista Castello Branco publicou – em sua renomada coluna, uma das mais lidas e comentadas da imprensa há muito tempo –, uma análise mais ponderada sobre os possíveis pontos em que Brizola levaria vantagem no confronto com Lula, sem deixar, entretanto, de destacar e considerar elementos do passado político mais distante do pedetista; expediente de que depois vários jornais se serviriam, como tratado detalhadamente no terceiro capítulo desta dissertação. Castello Branco, então, se manifestara da seguinte forma:

Há quem conteste ao Sr. Leonel Brizola a legítima expressão da esquerda, dado o corte caudilhesco da sua liderança. A política trabalhista do Rio Grande do Sul

⁹⁵ *Ibidem*.

⁹⁶ *O Globo*, Opinião, 26 nov. 1988, p.4.

⁹⁷ *O Estado de S. Paulo*, Editorial, 26 nov. 1988, p.3.

sempre sofreu dessa ambiguidade, fruto da personalidade do seu chefe, Getúlio Vargas, que oscilou da direita à esquerda ao longo da sua vida pública. Jango herdou-lhe a ambivalência do final dos seus dias e Brizola não deixa de ser fruto do mesmo estilo, embora como definição ideológica mais nítida. O ex-governador do Rio tem todavia uma proposta de social-democracia, de modelo australiano e vagamente europeu, mediante a qual pretende conciliar sua postura com a realidade de poder no país⁹⁸.

O reflexo da polarização entre o pedetista e o petista foi a pesquisa de intenção de votos do Datafolha realizada no início de dezembro, em que Brizola liderava com 24% das intenções de voto, seguido por Lula, com 17%, e Mário Covas com 10%, evidenciando que era a centro-esquerda quem saía fortalecida do pleito municipal, ao passo que candidatos posicionados no espectro conservador não conseguiam atingir os dois dígitos nessa pesquisa⁹⁹. Por outro lado, cabe destacar que o Datafolha era um instituto de pesquisas da *FSP* e, portanto, suas pesquisas de intenção de votos eram reproduzidas e comentadas exclusivamente neste jornal, enquanto o restante dos periódicos se baseavam nas pesquisas realizadas pelos tradicionais institutos de pesquisa Ibope e Gallup.

Sobre a pesquisa Datafolha, Tales Faria afirmou que os dois partidos possuíam a consciência de que somente um deles iria ao segundo turno e, ainda que um apoio mútuo fosse provável no turno final, a disputa seria amplamente acirrada; o jornalista pontuou que, nessa “briga”, ambos se enfraqueceriam mutuamente, o que favoreceria uma outra candidatura¹⁰⁰. Em relação ao embate entre o pedetista e o petista, *OESP* – seguindo a sua linha conservadora e antiesquerda – foi o único veículo a ressaltar como benéfica a autodestruição dos dois candidatos esquerdistas e incentivou a contenda, conforme destacado em editorial “Briga de comadres, à vista (ou a prazo)”:

A verdade é uma só: PDT e PT são como vinhos da mesma pipa. Que se digladiem, estarão prestando serviço assinalado ao País; e, se a briga for do tipo de comadre, caminharão juntos, no segundo escrutínio do próximo pleito presidencial, como caminharam para sufragar d. Luiza Erundina. Mas aí já terão perdido a face perante a opinião pública – para bem de todos e felicidade geral¹⁰¹.

Visto isso, as principais notícias sobre política dos periódicos analisados eram em relação à busca dos partidos por um candidato centrista que pudesse evitar a polarização entre Brizola e Lula, destacada como algo que poderia agravar a crise brasileira e levar à fuga de investimentos no país. O centro político não possuía candidato de consenso, e os nomes em que apostava não decolavam nas pesquisas, como Ulysses Guimarães (PMDB), Aureliano Chaves

⁹⁸ *Jornal do Brasil*, Coluna do Castello, 16 de nov. 1988, p.2.

⁹⁹ *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 04 dez. 1988, p.1.

¹⁰⁰ *Folha de S. Paulo*, Rio de Janeiro, 05 dez. 1988, p.2.

¹⁰¹ *O Estado de S. Paulo*, Editorial, 21 dez. 1988, p.3.

(PFL) e até mesmo Jarbas Passarinho (PDS). Nomes adicionais e que poderiam ocupar esse espaço eram vistos com desconfiança, como o próprio Mário Covas, Orestes Quércia, Waldir Pires, Pedro Simon, Miguel Arraes, Íris Rezende, Antônio Ermírio de Moraes, Jânio Quadros e Sílvio Santos. Paralelamente, políticos como Fernando Collor, Álvaro Dias, Paulo Maluf, Ronaldo Caiado e Guilherme Afif procuravam se posicionar como candidatos de consenso ao centro, mas eram vistos, pelos jornais, como fracos eleitoralmente e sem possibilidades de alianças. Por outro lado, o nome de Brizola passara a ser considerado, em último caso, para evitar a ascensão de Lula¹⁰².

Quadros destacados na política nacional, Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves eram apontados pelos jornais como candidatos naturais de seus partidos e tratados como nomes quase certos em um possível segundo turno das eleições (especialmente por suas siglas serem as maiores do país), entretanto, possuíam baixíssimos índices de intenção de votos na pesquisa Datafolha¹⁰³, fator que pode ser explicado pela associação ao governo extremamente impopular de Sarney, conforme revelou outra pesquisa do mesmo instituto¹⁰⁴. Não obstante tentassem se distanciar do Governo Federal, continuavam a sofrer a associação e herdariam a rejeição do presidente, pois foram seus principais fiadores, notadamente no Plano Cruzado. Como presidente da Câmara dos Deputados e do PMDB, Ulysses Guimarães não conseguira se dissociar da figura de Sarney, visto ter sido a liderança que garantiu a sustentação de praticamente todo o governo, enquanto Aureliano Chaves exercia o cargo de Ministro de Minas e Energia, ao qual renunciou em dezembro de 1988¹⁰⁵.

Uma das principais lideranças associadas à Ditadura Militar, Jarbas Passarinho exercia, desde 1987, o cargo de senador e era destacado pelos jornais como um hábil e experiente articulador político e, por essa razão, poderia ser o candidato de consenso no centro; entretanto, enfrentava baixíssimos índices no Datafolha¹⁰⁶ e obstáculos em seu partido, especificamente através de Paulo Maluf. Derrotado por Luiza Erundina nas eleições municipais, o ex-governador paulista sofrera a terceira derrota na sequência – perdera para Tancredo Neves no Colégio Eleitoral em 1985 e fora derrotado, nas eleições estaduais paulistas, no ano seguinte – e sua candidatura ao Planalto era vista com desconfiança e com alta probabilidade de fracasso.

¹⁰² Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 15 nov.1988/dez.1988.

¹⁰³ *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 04 dez. 1988, p.1.

¹⁰⁴ *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 26 dez. 1988, p.1.

¹⁰⁵ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 15 nov.1988/dez.1988.

¹⁰⁶ *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 04 dez. 1988, p.1.

Além disso, o político possuía extrema dificuldade em posicionar sua imagem ao centro, pois fora quadro importante e extremamente ligado ao regime militar¹⁰⁷.

Mesmo que historicamente mais próximo aos governos militares do que Paulo Maluf, Jarbas Passarinho era destacado pelos jornais como um nome com maior trânsito entre os políticos e de fácil composição em uma chapa centrista como vice-presidente¹⁰⁸. Nesse sentido, é possível considerar que a hipótese de associação com a ditadura, por parte de Maluf, inviabilizar seu nome ao centro não se sustentava, sendo mais correto afirmar que a desconfiança era em relação às suas sucessivas derrotas eleitorais.

Apesar de estar ideologicamente posicionado no campo da centro-esquerda, Mário Covas era considerado como uma alternativa viável ao centro caso Brizola e Lula polarizassem a campanha e nenhum outro nome centrista decolasse. Apesar de ser um respeitável político, realizando uma boa administração na prefeitura de São Paulo e ter sido o senador mais votado do país em 1986, o tucano era visto com desconfiança por pessoas mais conservadoras e liberais – especialmente *OG* e *OESP* – por ter defendido posições consideradas estatistas durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte; por sua vez, os outros jornais não possuíam maiores objeções ao seu nome e, ainda que não o promovessem diretamente, também não utilizavam expedientes jornalísticos para sua depreciação¹⁰⁹.

Os pemedebistas Orestes Quércia, Íris Rezende, Waldir Pires, Pedro Simon, Miguel Arraes e Álvaro Dias possuíam a mesma dificuldade para serem candidatos: Ulysses Guimarães, principal liderança do partido e amplo favorito em uma disputa na convenção partidária. As primeiras páginas do noticiário político dos veículos analisados até abril de 1989 consistiam nas articulações no PMDB sobre quem seria escolhido na convenção. Mesmo que fosse o principal nome do partido, Ulysses Guimarães não apresentava crescimento nas pesquisas de intenção de votos (Datafolha e Ibope, que divulgaria sua pesquisa em março de 1989, conforme será discutido adiante) e observava articulações para que um outro nome lhe tomasse o posto de presidenciável pemedebista.

O PMDB possuía duas grandes alas: progressistas – sob liderança de Ulysses Guimarães – e moderados, cujo principal nome era Íris Rezende. O grupo progressista era composto por políticos historicamente ligados ao MDB e de oposição ao regime militar, enquanto os moderados ganharam força a partir do retorno ao pluripartidarismo e ingresso de políticos mais conservadores e ligados aos partidos da ditadura, como a ARENA e o PDS. Ala majoritária no

¹⁰⁷ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 15 nov.1988/dez.1988.

¹⁰⁸ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 15 nov.1988/fev.1989.

¹⁰⁹ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 15 nov.1988/jun.1989.

diretório pemedebista, os progressistas dispunham de inúmeros presidenciáveis, mas que esbarravam em um possível confronto direto com Ulysses Guimarães. Um dos governadores mais bem avaliados do país, o baiano Waldir Pires enfrentava resistências adicionais por ter pouca influência fora de seu estado e ser um nome mais à esquerda no partido. Cenário semelhante se apresentava ao governador pernambucano Miguel Arraes, liderança histórica à esquerda e um dos principais nomes que retornaram ao país com a Lei da Anistia de 1979. Adicionalmente, ambos eram cortejados para serem candidatos a vice em uma chapa de esquerda, sobretudo a de Brizola¹¹⁰.

Também da ala progressista, Pedro Simon era visto com menor força em uma convenção partidária, embora somente o *CP* e o *ZH* o apontassem como um possível presidenciável¹¹¹. Originário do antigo PTB, o gaúcho se tornara a principal liderança trabalhista no estado após o golpe de 1964 e consequente exílio de Jango e Brizola. Por outro lado, Pedro Simon decidiu não ingressar no PTB que Brizola buscara reorganizar após retorno ao país, decidindo permanecer no PMDB, o que o levou ao rompimento com o líder trabalhista e que, mesmo residindo no Rio de Janeiro, exercia grande influência na política do estado e era uma liderança de maior destaque do que o próprio Simon. Nesse sentido, era altamente improvável que seu nome fosse o escolhido na convenção pemedebista, visto que nem controlava totalmente seu estado e era menos influente até do que Brizola, que não mais residia no Rio Grande do Sul desde o pré-1964.

Líder dos moderados, o ministro da Agricultura Íris Rezende se apresentava como um hábil articulador político e teria uma difícil missão de unir os nomes conservadores no partido para barrar a histórica liderança de Ulysses Guimarães. Por sua vez, ainda que realizasse uma gestão com aprovação popular no Paraná, Álvaro Dias era destacado pelos jornais como um azarão na disputa, notadamente por sua influência estar restrita ao seu estado. Nome que transitava entre as alas, o governador paulista Orestes Quércia era destacado pelos periódicos como o mais identificado ao centro e com maior força em uma disputa eleitoral, especialmente por estar no comando do estado mais rico do país. Por outro lado, somente governar São Paulo não garantiria uma vitória, sobretudo por sua gestão dividir opiniões e por temer conflito direto com Ulysses Guimarães¹¹². Para o governador paulista, uma candidatura em 1989 seria extremamente arriscada, pois teria que renunciar ao cargo sem uma garantia de vitória e não

¹¹⁰ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 15 nov.1988/mar.1989.

¹¹¹ Consulta às edições diárias do *CP* e *ZH* publicadas no período de jan.1989/abr.1989.

¹¹² Consulta às edições diárias nos seis jornais enfocados publicadas no período de jan.1989/abr.1989.

possuía o amplo comando do partido; nesse aspecto, uma candidatura em 1994 e com domínio completo do PMDB lhe parecia o cenário ideal.

O ex-presidente Jânio Quadros era apontado pelos jornais e por lideranças políticas como um possível nome a chegar ao segundo turno das eleições presidenciais, especialmente através de sua liderança carismática e discurso moralista. Por outro lado, apresentava-se como um político pouco afeito a compromissos partidários – acabara de se desligar do PTB ao terminar sua gestão como prefeito de São Paulo, a qual fora reprovada pela população – e alianças políticas. O seu histórico de não permanecer por muito tempo em uma sigla partidária, bem como sua intempestiva renúncia à Presidência da República, em 1961, caracterizavam-no como um homem público imprevisível e pouco confiável. Tal ponto pode ser simbolizado pelo abandono da prefeitura paulistana após Luiza Erundina ser eleita (não chegou a transmitir o cargo à sucessora) pela viagem a Londres na sequência, desprezando acordos políticos ao mesmo tempo em que se declarava candidato ao Planalto¹¹³.

Um dos homens mais ricos do Brasil, o empresário Antônio Ermírio de Moraes era cogitado como presidenciável e, caso concorresse, passaria a ser visto pelos setores mais conservadores como um centrista ideal para barrar o avanço da esquerda, notadamente por possuir os maiores recursos em uma campanha e a imagem pública de um bom gestor. A legenda mais provável para abrigar sua candidatura era o PTB, sigla pela qual disputara o governo de São Paulo em 1986 e fora derrotado por Orestes Quércia. Cabe destacar a questão simbólica de sua candidatura por um partido historicamente ligado aos trabalhadores ainda que, após o pluripartidarismo, a sigla tenha se afastado de seu posicionamento histórico em defesa da classe trabalhadora, conforme será discutido mais adiante. Essa derrota se tornara o principal empecilho para a candidatura presidencial do empresário, notadamente por ter liderado as pesquisas em praticamente toda a campanha e ter sido ultrapassado pelo pemedebista na reta final, o que despertava dúvidas sobre o preparo para uma campanha ainda maior do que a estadual. Adicionalmente, o fato de abandonar a gestão de suas empresas para se lançar candidato despertava dúvidas em diversos atores políticos¹¹⁴.

O apresentador de televisão e proprietário do SBT, Sílvio Santos, possuía o seu nome disposto como candidato nas pesquisas de intenção de voto, embora nunca se assumisse como presidenciável. Considerado, na sociedade, uma das pessoas mais influentes do país e popular perante as classes mais baixas, o comunicador dividia a liderança do Datafolha com Brizola¹¹⁵

¹¹³ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 15 nov.1988/mar.1989.

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 04 dez. 1988, p.1.

e, caso decidisse concorrer, seria um forte candidato ao segundo turno. Apesar de ser um nome visto ao centro pelos jornais, o comunicador, que era filiado ao PFL, enfrentaria uma provável disputa contra Aureliano Chaves na convenção partidária pefelista e, assim como Antônio Ermírio, era pouco provável que abandonasse a gestão de suas empresas para concorrer¹¹⁶.

Ainda que filiados a partidos estruturados e com destaque nacional, Antônio Ermírio de Moraes e Sílvio Santos eram figuras que estavam acima de seus partidos e suas candidaturas eram tomadas como viáveis não pela estrutura partidária de que dispunham, mas por serem empresários nacionalmente conhecidos. Os líderes do Grupo Votorantim e do SBT, respectivamente, eram reconhecidos como gestores competentes e seus partidários apontavam esse exemplo como o de provável sucesso enquanto administradores públicos. Todavia, cabe destacar que a administração pública é bem diferente da privada, e o sucesso em uma área não é garantia de boa gestão em outra. Além do mais, embora bem-sucedidos na área privada, os dois empresários não possuíam experiência alguma no setor público, ainda que sempre tivessem estado próximos do estado para a realização de seus negócios.

Buscando se posicionar ao centro, nomes como o de Fernando Collor, Guilherme Afif e Ronaldo Caiado não empolgavam os setores conservadores e pouco se destacavam nas pesquisas de intenção de votos. Governador de Alagoas, Collor possuía um discurso moralista e buscava se apresentar nacionalmente como o “Caçador de Marajás” por combater o salário do alto funcionalismo público, mas possuía limitada aliança política. Fundador do Partido Liberal (PL), Guilherme Afif exercia o mandato de deputado federal por São Paulo, e seus discursos possuíam como foco o liberalismo econômico e encontrava apoio maior nas classes socioeconômicas mais altas, mas com pouca penetração nas massas. Líder da União Democrática Ruralista (UDR), o goiano Ronaldo Caiado possuía um discurso liberal na economia e se destacava por ter comandado os ruralistas na Assembleia Nacional Constituinte e também pelos calorosos embates com a esquerda. Nesse aspecto e por ser de uma classe abertamente conservadora, Caiado não conseguia se posicionar ao centro político, sendo apontado pelos seis jornais como um político de direita e até mesmo de extrema-direita¹¹⁷.

Não obstante esses três nomes possuíssem um discurso liberal que encontrava eco nos setores conservadores e nos seis jornais, não dispunham de uma estrutura partidária consistente e com limitadas alianças políticas, eram destacados como nomes pouco prováveis para liderar o centro. Todavia, pode ser considerado que o principal limite para suas candidaturas era o fato

¹¹⁶ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 15 nov.1988/mar.1989.

¹¹⁷ Idem.

de serem nomes pouco conhecidos nacionalmente e de obrigatoriamente dependerem de uma estrutura partidária sólida, diferentemente de Antônio Ermírio de Moraes e Sílvio Santos que utilizavam apenas as próprias imagens e seus recursos financeiros para impulsionar suas candidaturas.

Além da busca por um candidato que unisse o centro e as disputas internas no PMDB, a polarização e os ataques mútuos entre Brizola e Lula marcaram os primeiros meses da pré-campanha no noticiário político dos seis jornais analisados. Conforme destacado, o pedetista trabalhava com o cenário de receber o apoio do PT nas eleições e até cogitava Lula para ser seu vice, mas o resultado do pleito municipal e a ascensão da sigla petista mudaram seus rumos. Brizola trabalhava com a ideia de que o segundo turno das eleições seria entre um candidato conservador e um progressista ou popular. Nesse aspecto, Lula seria o seu grande rival no campo popular, entendendo que somente um dos dois iria ao turno final das eleições e não acreditava na hipótese dos conservadores não encontrarem ninguém para ocupar o espaço (que seria denominado de centro)¹¹⁸.

Os ataques mútuos entre os dois candidatos de esquerda começaram após as eleições municipais, quando Brizola ressaltou que o PT estaria tendo um comportamento arrogante e se negando a conversar com outras siglas. Pouco após, Lula comparou o autoritarismo de Sarney ao de Getúlio Vargas, ao passo que o trabalhista respondeu que o petista se equivocara e não tinha conhecimento da importância histórica do ex-presidente¹¹⁹. Brizola se utilizava do passado histórico para criticar o comportamento de Lula e do PT, que desconheciam a importância histórica de Getúlio Vargas e sua luta pela classe trabalhadora, bem como do fato da agremiação liderada pelo petista considerar que temas como reforma agrária e movimento sindical passaram a ter importância somente com a fundação do partido, ignorando as diversas lutas e questões históricas desses temas.

Outras críticas de Brizola eram sobre a proximidade do PT com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a chamada Igreja Progressista, ressaltando que sofreu dura oposição dos católicos no pré-64, utilizando-se assim do recurso da recuperação histórica como forma de procurar legitimar o seu discurso perante os eleitores como sendo o mais coerente. Em questões recentes, o líder trabalhista ainda salientava que o PT não era um partido e com programa de governo, mas apenas uma frente composta por diversos grupos. Por sua vez, as principais críticas de Lula e petistas a Brizola eram de que o trabalhista seria um caudilho, populista,

¹¹⁸ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 15 nov.1988/abr.1989.

¹¹⁹ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 15 nov.1988/dez.1988.

político ultrapassado por não se conformarem de ver a ascensão de uma sigla moderna de esquerda, pois sempre quiseram ter seu monopólio¹²⁰. Nesse sentido, a associação de Brizola com o passado histórico possuía um significado negativo, e este mesmo passado, tomado pelo trabalhista como fundamental para o entendimento das questões do presente, era visto como algo desnecessário e a ser eliminado segundo os petistas, cujo principal norte era a importância de uma esquerda moderna e atenta exclusivamente aos problemas momentâneos.

Ainda que os entrevistos entre Brizola e Lula tenham se acentuado a partir do início da pré-campanha, o desencontro entre os líderes partidários decorria desde o retorno do trabalhista ao país em 1979. Buscando reorganizar o trabalhismo brasileiro – especificamente centrado no PTB –, o político gaúcho observava com interesse o movimento sindical do ABC e a figura de seu líder, que ajudariam a fortalecer a corrente trabalhista em São Paulo, local de baixa penetração histórica do movimento iniciado a partir de Getúlio Vargas. Ainda de forma paralela, Brizola procurava atrair para a reorganização do PTB os trabalhistas filiados ao PMDB, além de socialistas, comunistas e lideranças oposicionistas que ascenderam durante o regime militar (BRIGAGÃO; RIBEIRO, 2015, p.210).

Por outro lado, Lula e o grupo político que originariam o PT não tinham em Vargas a mesma identificação que Brizola possuía, minimizando ainda aspectos anteriores ao golpe de 1964, como o movimento sindical e a reforma agrária. Nesse sentido, Brigagão e Ribeiro destacam, a partir de relato de Cibelis Viana, economista ligado ao PDT e amigo íntimo de Brizola, o primeiro encontro entre Lula e o líder trabalhista, cuja procura fora em vista de formação de uma aliança política:

Esse primeiro encontro com Lula não foi nada amistoso. Na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Lula aguardava Brizola sentado em sua mesa de trabalho. Brizola falou sobre as tradições trabalhistas, sobre Getúlio. Lula o interrompeu, dizendo: “Getúlio ferrou o trabalhador”. A partir daí, o ambiente tornou-se constrangedor. Brizola o contradisse e a conversa terminou ali mesmo. Brizola se retirou, sem que Lula tivesse a gentileza de o acompanhar até a saída; permaneceu sentado em sua mesa (BRIGAGÃO; RIBEIRO, 2015, p.212).

Após o encontro inicial, o relacionamento entre Brizola e Lula, e consequentemente entre suas siglas, foi marcado pela alternância entre elogios e críticas mais contundentes. Os dois líderes se destacaram na oposição ao regime militar e como figuras importantes nas Diretas-Já, e pouco após o movimento, Lula proferiu uma frase repercutida nacionalmente, que deixou Brizola profundamente irritado – especialmente por não ter se desculpado –, ao afirmar que o pedetista pisaria no pescoço da própria mãe para chegar à Presidência da República. No primeiro governo Brizola no Rio de Janeiro, o PT seria uma das principais siglas oposicionistas à sua gestão,

¹²⁰ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 15 nov.1988/15 nov.1989.

direcionando a maior parte de suas críticas aos CIEPs, vistos como um desperdício de dinheiro público e com função educacional desvirtuada ao oferecer banho e refeição aos alunos carentes¹²¹.

Nas eleições estaduais de 1986, partidos como PMDB, PFL e PTB se uniram em torno da candidatura de Moreira Franco, enquanto o PT contribuiu para deixar o PDT ainda mais isolado ao lançar a candidatura de Fernando Gabeira (obteve 8% dos votos válidos), o que fez com que Darcy Ribeiro fosse derrotado mais facilmente no pleito. Com isso, Brizola havia perdido um importante palanque, tendo em vista as próximas eleições presidenciais, mas acabou ainda sendo beneficiado pela reprovação das gestões de Moreira Franco e Sarney, o que os tornava alvos fáceis para as críticas do pedetista¹²².

O governo Sarney tinha a reprovação de 65% da população, segundo pesquisa Datafolha¹²³, e boa parte dessa rejeição era por conta dos altos índices inflacionários – chegara à taxa mensal de 28,8% em dezembro de 1988. O chamado Plano Verão, um conjunto de medidas econômicas destinadas a controlar a inflação, seria comandado pelo ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega e foi lançado pelo governo em janeiro de 1989, tendo sido a terceira tentativa de controle inflacionário de sua gestão, que vira o fracasso dos planos Cruzado (em 1986 e sob o comando do ministro Dílson Funaro) e Bresser (sob o comando de Bresser Pereira), sobretudo por atacarem exclusivamente os mecanismos de propagação da inflação e sem obter apoio político para enfrentar o problema do déficit público (CARDOSO, 2020, s.p.). Sobre as medidas adotadas e os objetivos do Plano Verão, Cardoso (2020, s.p.) destaca:

O plano pretendia conjugar medidas heterodoxas e ortodoxas, mas dando ênfase a estas últimas. Do lado heterodoxo, adotou-se o congelamento de preços e da taxa de câmbio por prazo indeterminado; criou-se um fator de conversão de créditos aplicável a obrigações e títulos emitidos antes do lançamento do plano com valores nominais prefixados; aboliu-se o uso das obrigações do Tesouro Nacional (OTNs) como indexador oficial. Os salários foram convertidos pela média dos últimos 12 meses, acrescidos da variação da Unidade de Referência de Preços (URP) — indexador criado pelo Plano Bresser — de 26,1% de janeiro, e eliminou-se o mecanismo de correção de salários baseado na URP. A desindexação salarial era mais ambiciosa do que a dos planos anteriores, pois não embutia nenhuma regra de correção futura. Com esta medida, o plano pretendia estimular a livre negociação entre empregados e patrões. Do lado ortodoxo, desvalorizou-se a taxa de câmbio em 18%, passando um dólar a valer mil cruzados e, em seguida, criou-se uma nova moeda, o cruzado novo, equivalente a mil cruzados; reajustaram-se tarifas públicas (telefonias: 35%, energia elétrica: 14,8%, gasolina: 19,9%); adotou-se uma rígida política monetária, com limitações ao crédito e taxas reais de juros que atingiram cerca de 14% no primeiro mês; prometeu-se um ajuste fiscal amplo com extinção de ministérios, demissão de servidores, privatizações e controle de despesas em regime de caixa.

¹²¹ Idem.

¹²² Ibidem.

¹²³ *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 26 dez. 1988, p.1.

O novo plano econômico recebeu o endosso dos seis veículos analisados, que viam como válidas as tentativas de combate à inflação e redução do déficit público¹²⁴, ainda que algumas dessas medidas fossem prejudiciais à classe trabalhadora. Em relação aos presidentiáveis, a maior parte demonstrou apoio ao plano (exceções foram Brizola, Lula e Roberto Freire), e as bancadas de seus partidos o aprovaram no Congresso, embora tenham recebido total oposição do PDT e PT. Assim como no Plano Cruzado, Lula e Brizola foram contrários ao plano econômico, entendendo que não atacaria as verdadeiras causas da inflação¹²⁵.

Mesmo com aprovação no Congresso e respaldo de empresários e veículos de imprensa, o Plano Verão fracassou, em quatro meses, com o retorno inflacionário, e Sarney se dedicaria, até o fim de seu governo, apenas à administração do convívio com a inflação, deixando ao próximo governo a solução desse problema. A razão do fracasso se deveu às elevadas taxas de juros não impedirem o consumo, à aprovação pelo Congresso de uma lei de reposição salarial e à greve geral dos trabalhadores em que o governo concedeu reposição salarial após o seu fim (CARDOSO, 2020, s.p.).

Com as perdas salariais devido ao Plano Verão, as centrais sindicais organizaram, para março de 1989, uma greve geral no país. Embora com diversas organizações sindicais, as duas principais eram a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) – sob liderança de Luiz Antônio de Medeiros – e a CUT, liderada por Jair Meneguelli. Enquanto a primeira praticava o chamado sindicalismo de resultados e privilegiando os ganhos econômicos em uma negociação, a segunda (que detinha maior proximidade com o PT) colocava o ganho político na frente do econômico, conforme salientou Ricardo Noblat ao buscar diferenciar as duas centrais sindicais¹²⁶.

O mês de abril ficou marcado pelas negociações entre o governo e as centrais sindicais e, ao passo que a CGT aceitou o acordo de reposição parcial dos salários, a CUT recusou, desejando que fosse integral. Com isso, a central ficou isolada nas negociações e passou a incentivar a organização de outras greves gerais, tendo como resultado a rejeição popular pelo seu prolongamento. Nesse ponto, a candidatura de Lula foi afetada por sua ligação com a CUT, e o líder petista começou a cair nas pesquisas de intenção de votos (Datafolha, Ibope e Gallup),

¹²⁴ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em jan.1989.

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ *Jornal do Brasil*, Coisas da Política, 31 mar. 1989, p.2.

saindo de uma polarização com Brizola na liderança para o bloco intermediário e longe dos líderes¹²⁷.

O Ibope divulgou a sua primeira pesquisa eleitoral em 1989 no final de março, destacando a polarização entre Brizola (17% das intenções de voto) e Lula (15%). A surpresa ficou por conta de Collor, que desconhecido do grande público, sem grandes alianças políticas e ingresso em um pequeno partido (PRN), atingiu um índice de 8% das intenções de voto, superior a nomes como Orestes Quércia, Ulysses Guimarães, Mário Covas, Paulo Maluf e Jânio Quadros, que atingiam, no máximo, 7%¹²⁸, o que alarmava ainda mais os que buscavam desesperadamente um nome de centro confiável e demonstrava que a busca dos setores conservadores por um candidato centrista ideal não estava surtindo efeito. Nesse mês, nomes que poderiam ocupar esse espaço desistiram oficialmente de concorrer, como Antônio Ermírio de Moraes e Sílvio Santos¹²⁹, excluindo assim os dois candidatos que não precisariam de uma sólida estrutura partidária para concorrer e teriam amplos recursos à disposição, conforme já destacado.

Pouco após a divulgação dessa pesquisa Ibope, Roberto Marinho lançou mão de editorial, na primeira página de *OG*, denominado “Convocação”, pedindo que o centro político – especialmente o PMDB e o PFL – encontrasse rapidamente um candidato que pudesse barrar o avanço das esquerdas (PDT e PT) e que, se não fosse possível, a crise se agravaria demasiadamente em um futuro governo esquerdista¹³⁰. Cabe considerar ainda que o empresário não via o nome de Collor como confiável e possuía a preferência por Orestes Quércia e Jânio Quadros, sendo este seu amigo pessoal (GOMES, 2014, p.39).

No editorial, Roberto Marinho não mencionou diretamente Brizola e Lula, mas se referiu a estes através dos termos “caudilho” e “agitador”¹³¹, respectivamente, conforme pode ser subentendido como referência indireta aos dois candidatos. A menção de Brizola como caudilho será destacada com maiores detalhes no próximo capítulo, enquanto Lula era ressaltado como agitador pelo fato de ser uma das principais lideranças sindicais à frente da CUT, então tachada, por setores conservadores, como uma organização agitadora e de desordem por sua atuação em movimentos grevistas.

¹²⁷ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de abr.1989/jun.1989.

¹²⁸ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 25 mar.1989/26 mar.1989. Cabe destacar que a pesquisa Ibope foi noticiada com amplo destaque em todos os jornais, com exceção da *FSP*, que a destacou em pequena nota. Isso pode ser explicado pelo fato do jornal contar com o Datafolha, cujas pesquisas de intenção de votos eram veiculadas com amplo e exclusivo destaque no jornal de Frias.

¹²⁹ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em mar.1989.

¹³⁰ *O Globo*, Primeiro Caderno, 02 abr. 1989, p.1.

¹³¹ *Idem*.

A partir de abril, o candidato do PRN apresentaria um crescimento vertiginoso nas pesquisas eleitorais, chegando a possuir 32% das intenções de voto no Ibope em maio¹³², atingindo o ápice em junho, com 43% das intenções de voto no mesmo instituto¹³³. Polarizando com Brizola, Lula caíra abruptamente, em parte por ser associado às greves da CUT e também por disputar diretamente com Collor o mesmo eleitorado que desejaria votar em algum candidato novo e moderno. Os demais presidenciais se mantiveram estáveis nessas pesquisas eleitorais (Datafolha, Ibope e Gallup), incluindo Brizola, que, apesar de leve queda, estava em segundo com boa vantagem em relação aos demais opositores¹³⁴. Nesse caso, os jornais salientavam que o pedetista continuava polarizando a campanha, mas tendo no candidato do PRN o seu principal adversário; ainda assim, colunistas políticos de todos os jornais analisados destacavam que a ascensão da candidatura de Collor era algo passageiro e não se sustentaria no longo prazo, sendo mais provável que Ulysses Guimarães e o PMDB se fortalecessem e roubassem o seu posto¹³⁵.

É possível assinalar que os aparentes liberalismo e modernidade de Collor não atraíram inicialmente a atenção dos seis jornais, que colocavam em xeque a sua capacidade de alianças e se preocupavam com sua inexperiência política, visto ter atuação restrita ao estado de Alagoas. Ainda que não evocasse o liberalismo e fosse o presidencial mais velho da disputa, Ulysses Guimarães era destacado pelos matutinos como um candidato com maior força do que Collor, sobretudo por sua experiência política e liderança nacional; todavia, pesava-lhe contra a enorme divisão que o PMDB apresentava, conforme será discutido mais adiante.

A ascensão de Collor foi especialmente através de sua participação em três programas partidários televisivos – PRN, PTR e PSC – e seus incisivos ataques contra Sarney. Em relação aos programas na televisão, ocorriam semanalmente e possuíam duração de uma hora, sendo que cada partido tinha o direito de exibir um durante o semestre. Em seu tijolaço, Brizola criticou a aparição do candidato de Alagoas em três programas, que seriam uma espécie de “drible” nas regras da Justiça Eleitoral, visto que cada partido possuía direito a um, pedindo ainda que Collor cobrisse os custos dos programas em que havia participado¹³⁶.

Cabe destacar que o “tijolaço” era o nome popular das colunas pagas por Leonel Brizola e seus partidários nos principais jornais do Rio de Janeiro e do país. Sempre sob o título “Leonel Brizola”, eram publicadas aos domingos (mas sem frequência pré-determinada) no *JB* e

¹³² Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 22 mai.1989/23 mai.1989.

¹³³ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 11 jun.1989/12 jun.1989.

¹³⁴ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de abr.1989/jun.1989.

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ *Jornal do Brasil*, Leonel Brizola, 04 jun. 1989, p.6.

republicadas, três dias após, na *FSP* e no *CP*. No espaço, o trabalhista abordava os principais assuntos políticos do momento e transmitia seus recados aos partidários e simpatizantes. A coluna paga era o único meio de que Brizola dispunha para ter espaço nos principais meios de comunicação, visto que não era proprietário de nenhum veículo de imprensa e nem possuía colunas em jornais ou programas em rádio e televisão. Nesse espaço, o líder pedetista ainda buscava apresentar um contraponto às acusações e aos discursos de seus opositores, bem como frequentemente se valia do recurso de recuperar o seu passado histórico como forma de legitimar o seu discurso.

Ao observar o crescimento de Collor, Brizola o comparou a um pneu velho de corrida que estouraria assim que a corrida (campanha) começasse. Salientou que o candidato do PRN repetiria Sandra Cavalcanti nas eleições estaduais fluminenses de 1982¹³⁷ e que, embora Collor buscasse se mostrar em uma roupagem nova e moderna, era um candidato conservador e ligado ao regime militar. O pedetista destacou ainda que o alagoano seria o candidato da Rede Globo e de Roberto Marinho, visto ser proprietário de emissora afiliada em Alagoas (TV Gazeta)¹³⁸. Por sua vez, Marinho chamou as declarações do trabalhista de ridículas, afirmando que não costumava levar a sério o que Brizola dizia, conforme publicou a *FSP*¹³⁹.

Collor respondeu as declarações de Brizola chamando-o de “Escadinha da política¹⁴⁰” e “F.D.P.”, desafiando-lhe ainda a explicar a razão de ter propriedades no Uruguai e não no Brasil, além de apresentar seu plano de governo¹⁴¹. Após essa resposta, Collor foi criticado, pelos impropérios proferidos, por editoriais e colunistas políticos de todos os jornais, exceto *OG*, e alertado por sua assessoria de que uma polarização com Brizola não seria benéfica à sua candidatura em ascensão¹⁴². Em razão disso, o alagoano evitaria entrar em confronto ou responder as declarações do pedetista, que, ao contrário, buscaria a polarização, chamando insistentemente Collor, em suas declarações, de novo rosto da direita, candidato da Rede Globo e filhote da ditadura¹⁴³.

¹³⁷ A candidata do PTB disparou inicialmente nas pesquisas, mas com o decorrer da campanha foi caindo e terminou o pleito em quarto lugar. Brizola não era o único que traçava a comparação, presente também nas análises políticas dos seis jornais.

¹³⁸ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 18 abr.1989.

¹³⁹ *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 18 abr. 1989, p.6.

¹⁴⁰ Referência ao traficante de drogas e fundador do Comando Vermelho, José Carlos dos Reis Encina, cujo apelido era Escadinha. A associação se deve às críticas recebidas pelo pedetista em razão de sua política de direitos humanos no governo do Rio de Janeiro, que teria sido branda no combate do crime organizado. Além disso, membros do governo foram acusados de envolvimento e de acobertarem traficantes e contraventores, conforme será discutido no próximo capítulo.

¹⁴¹ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 19 abr.1989.

¹⁴² Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 20 abr.1989/30 abr.1989.

¹⁴³ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de abr.1989/15 nov.1989.

Esse entrevero elucidava o início da polarização entre Brizola e Collor, que duraria até o mês de outubro, quando a nova polarização seria novamente entre o pedetista e Lula, conforme será destacado no próximo tópico. Ainda que desafeto público de Roberto Marinho desde o começo dos anos 1980, foi a partir da ascensão de Collor que Brizola direcionaria de forma mais frequente seus ataques ao proprietário das Organizações Globo, que, em sua visão, era o principal fiador da candidatura do alagoano. Todavia, ainda que *OG* não tenha censurado os impropérios de Collor, não é possível afirmar que o candidato do PRN fosse, no momento, o preferido de Roberto Marinho, que, assim como os setores conservadores e liberais de que fazia parte, possuía ainda suas desconfianças em relação ao ex-governador de Alagoas. Nesse sentido, a omissão de censura aos impropérios pode ser entendida não como um apoio a Collor, mas sim como um endosso às declarações que atingiam Brizola, então desafeto público do empresário.

Embora não respondesse as asseverações de Brizola, Collor se viu envolto, com o pedetista, em uma disputa, nos noticiários, pela viagem de ambos à Europa e encontros com líderes dos principais países do continente. Nesse aspecto, o trabalhista saiu em vantagem e ocupou o maior espaço nos noticiários dos jornais (exceto *OG*), visto ser um dos vice-presidentes da Internacional Socialista e político reconhecido internacionalmente, enquanto Collor era figura desconhecida fora do país. Amigo pessoal de vários líderes europeus, Brizola teve encontros destacados com os presidentes da França e de Portugal, respectivamente François Mitterrand e Mário Soares, além do primeiro-ministro espanhol Pedro González, cuja recepção nessas visitas foi semelhante ao de um Chefe de Estado. Por outro lado, Collor teve visitas mais simples e discretas, encontrando-se apenas com o presidente português, além dos primeiros-ministros de Portugal (Cavaco Silva) e Reino Unido (Margaret Thatcher)¹⁴⁴.

Sobre o espaço menor dedicado a Brizola por parte de *OG* em comparação aos outros cinco veículos analisados, é possível destacar que foi a partir de junho de 1989 que a candidatura de Collor passou a receber maior atenção de Roberto Marinho, que viu seus dois presidenciáveis prediletos – Orestes Quécia e Jânio Quadros – desistirem de concorrer em maio, conforme será discutido adiante. Ainda que não totalmente fechado com o candidato do PRN, Marinho diminuía suas desconfianças em relação ao alagoano e passava a considerá-lo como uma opção válida para derrotar Brizola¹⁴⁵. Nesse sentido, a viagem de Collor pela Europa era veiculada

¹⁴⁴ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em jun.1989.

¹⁴⁵ Consulta às edições diárias do *JB*, *OESP*, *FSP* e *CP* publicadas em jun.1989. Sobre *OG* e *ZH*, as notas sobre Roberto Marinho eram sempre em tons elogiosos e de premiações recebidas, sendo veiculadas em maior grau no jornal carioca, e em pequeno, no gaúcho. Como proprietário de *OG*, somente seriam publicadas as notas e matérias

nas primeiras páginas de *OG* como a matéria principal da página, enquanto as visitas do pedetista eram publicadas em pequenas matérias e no final da página. Mesmo que o candidato do PRN ainda não tivesse o apoio explícito de Marinho, é possível considerar que o principal objetivo do empresário, no momento, era procurar evitar a ascensão de Brizola e, nesse aspecto, procuraria dar o menor destaque possível à bem-sucedida viagem internacional do trabalhista, veiculando em maior espaço, por outro lado, a viagem de seu principal opositor no momento.

Sobre a polarização entre o candidato do PRN e Brizola, Marcelo Pontes, ocupando interinamente a *Coluna do Castello*, destacou que os candidatos tinham mais semelhanças do que diferenças, visto possuírem traços personalistas, centralizadores, serem donos de partidos sem qualquer consistência ideológica e sem quadros competentes para um futuro governo¹⁴⁶. Por outro lado, Sérgio da Costa Franco criticou a comparação, destacando a importância do passado histórico de Brizola e ressaltando que o comentário evidenciava má vontade com o trabalhista, que não mereceu linha sequer de análise por seu passado político e administrativo. Embora a assinatura do texto coubesse a Marcelo Pontes, o jornalista gaúcho se referiu erroneamente a Castello Branco e destacou que:

Bastaria que Castello viesse ao Rio Grande do Sul para certificar-se de que o conceito atribuído a Brizola como administrador não pode ser posto em linha de cotejo com o conceito milagrosamente alcançado por Collor em dois anos e meio de governo em Alagoas. De resto, a comparação entre o PRN e o PDT foi outra manifestação de miopia do famoso comentarista político. Enquanto um é rótulo (e não mais que um rótulo) de gestação recente, arranjado apenas para a disputa presidencial deste ano, o PDT é agremiação que funda suas raízes no antigo PTB, e que conquistou pelo voto o governo de várias capitais e cidades de expressão demográfica e política, além de possuir, sobretudo no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, um quadro significativo de militantes e simpatizantes qualificados¹⁴⁷.

A polarização entre os candidatos do PDT e do PRN persistiria até a reta final da campanha, influenciando ainda as convenções partidárias de diversas siglas, que se iniciaram a partir de abril. Por outro lado, as alianças partidárias, escolha dos vices e homologação das chapas teriam agosto como prazo final, mas boa parte dos partidos as realizaram previamente. Cabe considerar que partidos como PDT, PT, PRN e PSDB fizeram as convenções apenas como forma de oficializar as candidaturas de Brizola, Lula, Collor e Covas, respectivamente, há bastante tempo definidas e consolidadas extraoficialmente; entretanto, as alianças e escolhas dos vices demandaram mais tempo. Em oposição, agremiações partidárias como PMDB, PDS

favoráveis sobre si no próprio veículo, enquanto é possível destacar que o *ZH* era integrante da RBS, cujas televisões eram afiliadas da Rede Globo e, portanto, buscava evitar veicular notas desfavoráveis a Marinho.

¹⁴⁶ *Jornal do Brasil*, Coluna do Castello, 17 ago. 1989, p.2.

¹⁴⁷ *Zero Hora*, Sérgio da Costa Franco, 19 ago. 1989, p.2.

e PFL tiveram disputas entre vários candidatos em suas convenções, mas com maior tranquilidade para as alianças e escolhas dos vices.

A convenção do PMDB foi a mais disputada entre a de todos os partidos, concorrendo para a indicação nomes como Ulysses Guimarães, Íris Rezende, Waldir Pires e Álvaro Dias. Posicionado como um nome que poderia fazer frente ao de Ulysses Guimarães, Orestes Quécia decidiu não concorrer – visto o cenário ser imprevisível, pois teria que renunciar ao governo paulista caso fosse candidato – e apoiou o nome da principal liderança pemedebista, que, conforme esperado, saiu candidato¹⁴⁸. O nome de Waldir Pires passou a ser discutido como vice após ter uma boa votação na convenção e terminar em segundo, e sua oficialização como companheiro de chapa de Ulysses Guimarães ocorreu dez dias após a convenção e, em teoria, o partido possuiria uma das chapas mais fortes e com lideranças destacadas. Cabe considerar que Waldir Pires vinha de uma gestão com aprovação popular na Bahia e, ao sair como candidato a vice, teve que renunciar ao cargo, com Nilo Coelho (PMDB) passando a ser o novo governador baiano¹⁴⁹.

Por outro lado, a candidatura de Ulysses Guimarães se manteve estagnada nas pesquisas eleitorais (Datafolha, Ibope e Gallup), e o PMDB começou a apresentar rachas internos cada vez maiores. O líder pemedebista passou a reclamar que seus partidários não estavam se engajando ou aderindo à sua candidatura, conclamando que a vitória seria certa se todo o PMDB estivesse unido. Mesmo assim, importantes lideranças e governadores do partido, como Tasso Jereissati, Álvaro Dias e Miguel Arraes mostravam desconforto com a candidatura de Ulysses Guimarães e sinalizavam apoio a outros candidatos¹⁵⁰. É possível assinalar que foi a partir da estagnação nas pesquisas, a partir de maio, e do descontentamento de importantes líderes pemedebistas com sua candidatura que o nome de Ulysses Guimarães passou a ser considerado pelos setores conservadores como pouco provável de ir ao segundo turno, tendo como consequência direta o aumento gradual do apoio direcionado a Collor.

Após a desistência de Jarbas Passarinho¹⁵¹, a convenção do PDS estaria centrada em torno de dois nomes: Paulo Maluf e Esperidião Amin. O ex-governador paulista fora o escolhido pelo partido e, com isso, o PDS apresentou um racha com a renúncia de diversos integrantes da executiva, entre eles Passarinho¹⁵². O vice selecionado foi o deputado federal pedessista Bonifácio de Andrada, descendente do patriarca da Independência, José Bonifácio

¹⁴⁸ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período em 01 mai.1989.

¹⁴⁹ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 11 mai.1989.

¹⁵⁰ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de mai.1989/jul.1989.

¹⁵¹ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 22 mar.1989.

¹⁵² Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 17 mai.1989.

de Andrada e Silva. O racha pedessista foi destacado em pequenas matérias nos jornais carioca e paulista, enquanto os veículos gaúchos o veicularam em maior espaço e como matérias principais das páginas. Isso pode ser explicado pelo fato de que a candidatura de Maluf não empolgava os setores conservadores – conforme foi destacado a partir de suas sucessivas derrotas eleitorais –, bem como de que o PDS era um partido de menor influência no espectro conservador no Rio de Janeiro e em São Paulo, diferentemente do Rio Grande do Sul, em que era a segunda maior agremiação, atrás apenas do PMDB, o que assinala o maior espaço dedicado ao episódio por parte do *CP* e *ZH*.

A convenção do PFL seria disputada entre Aureliano Chaves, o senador pernambucano Marco Maciel e a deputada federal Sandra Cavalcanti, com o primeiro sendo o vitorioso, e Cláudio Lembo, ex-secretário de Jânio Quadros na prefeitura de São Paulo, sendo o indicado a vice¹⁵³. Entretanto, o ex-ministro de Sarney continuava com baixíssimos índices nas pesquisas eleitorais – não passava de 1% das intenções de voto em qualquer instituto de pesquisa – e, por isso, foi especulada a sua renúncia enquanto candidato, mas o próprio Aureliano Chaves manteve firme a decisão de prosseguir adiante¹⁵⁴; o que complicava ainda mais o seu cenário era o fraco apoio dos pefelistas, que preferiam direcioná-lo a Collor e Brizola. Nesse sentido, é lapidar destacar que assim como Ulysses Guimarães, Aureliano Chaves também sofria com a associação de seu nome ao governo Sarney e, embora principais lideranças dos dois principais partidos e fiadores da Nova República, os tradicionais políticos enfrentavam deserções e rachas em suas siglas, que outrora vistas como imbatíveis e fundamentais em um pleito, pouco influenciavam no momento.

Após abandonar a prefeitura de São Paulo e viajar a Londres (onde permaneceria até maio de 1989), Jânio Quadros disse que seria candidato ao Planalto e, a partir de março, começou a lançar mão de comunicados e textos sobre a situação do país e de um futuro governo seu. Ao mesmo tempo, permanecia alheio às disputas partidárias e entendia que sua candidatura poderia ser lançada em qualquer partido. Nesse aspecto, membros do PTB (sua sigla durante a gestão paulistana e da qual não era mais filiado) começaram a organizar o seu reingresso no partido, mas o próprio ex-presidente o menosprezou¹⁵⁵.

Jânio Quadros voltaria ao país em maio, afirmando que a situação do país era pré-anárquica (especialmente pelas greves) e que um pacto pela democracia deveria ser estabelecido, fato que, nos seis jornais analisados, foi elogiado exclusivamente por Roberto

¹⁵³ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 30 mai.1989.

¹⁵⁴ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 21 jun.1989.

¹⁵⁵ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de jan.1989/abr.1989.

Marinho no *OG*¹⁵⁶. O ex-presidente ingressou no PSD – pequena sigla criada pelo político cearense César Cals, cujo objetivo era ser uma continuidade da tradicional sigla homônima do pré-64 –, mas, sem apoios e, observando a ascensão de Collor – que possuía seu mesmo discurso moralista e era mais jovem –, desistiu de ser candidato, alegando para isso estar doente e quase cego¹⁵⁷.

Sobre Jânio Quadros, Brizola afirmara à *FSP* que sua candidatura nunca passou de uma piada e somente Roberto Marinho teria acreditado nela¹⁵⁸. Pouco após sua desistência, o ex-presidente foi convidado por Marinho a ser colunista dominical em *OG* e passou a escrever sobre política, no espaço oferecido, cujos textos versavam geralmente sobre liberalismo e moralismo. Jânio Quadros ainda ingressaria, na sequência, no PFL e, com Aureliano Chaves apresentado baixos índices em todas as pesquisas eleitorais realizadas, o seu nome passou a ser cogitado novamente, mas o ex-ministro resistira a uma desistência e, em agosto, o ex-presidente afirmou, de forma definitiva, que não seria mais candidato¹⁵⁹.

Em relação ao fato de Marinho ter considerado o ex-presidente como uma alternativa viável ao centro demonstra o seu grau de desespero em encontrar um candidato que pudesse fazer frente a Brizola, sobretudo pelo fato de Jânio Quadros ter sido um político já testado e que não apresentou resultados (seja como presidente do Brasil seja como prefeito de São Paulo), além de pouco afeito ao cumprimento de compromissos e programas assumidos. Adicionalmente, a candidatura do ex-presidente sempre foi vista com enormes ressalvas nos setores conservadores e nos outros cinco jornais, sendo possível ressaltar que a afirmação de Brizola sobre Roberto Marinho ter sido o único a acreditar na candidatura (que para os outros não passava de uma “piada”) é corroborada com a análise das edições dos outros jornais. Mesmo *OESP*, o mais conservador e liberal dos jornais, nunca endossou Jânio Quadros e teceu pesadas críticas sobre sua gestão paulistana.

O apoio de Roberto Marinho parece algo ainda mais peculiar quando é possível caracterizar o ex-presidente como uma das principais lideranças populistas do pré-64 assim como Brizola (questão detalhada e discutida no próximo capítulo), que o empresário identificava como maior ameaça para a qual buscava alguém oposto – especialmente tido como moderno – que lhe fizesse frente, o que seguramente não era o caso de Jânio Quadros. Já o ex-presidente, embora sofresse com problemas de saúde e os tivesse alegado para desistir de sua

¹⁵⁶ *O Globo*, Primeiro Caderno, 12 mai. 1989, p.3.

¹⁵⁷ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 28 mai.1989.

¹⁵⁸ *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 29 mai. 1989.

¹⁵⁹ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 17 ago.1989.

candidatura, havia sido ultrapassado por uma versão mais jovem de si próprio – Collor, com discurso liberal e moralista – e não encontrava mais espaço (além do apoio pessoal de Marinho) para sua candidatura, sendo mais preciso afirmar que este fora o principal motivo da renúncia de sua pretensão presidencial.

Por sua vez, com a desistência de Jânio Quadros, o empresário ficava sem candidato para fazer frente a Brizola e começou a olhar mais atentamente para o presidenciável do PRN, que, com sua juventude e plataforma liberal, era alguém que poderia barrar o avanço do trabalhista; inicialmente, Marinho era apenas simpático a Collor, mas a partir de julho, o seu endosso se tornou mais explícito, conforme será destacado no próximo tópico que abordará aspectos da campanha.

Enquanto candidato de consenso do PSDB, Mário Covas passou a buscar apoios ao seu nome e um vice, cujas maiores especulações foram em torno de Waldir Pires, Tasso Jereissati e José Richa. Inicialmente, o partido anunciou o ex-governador de Pernambuco Roberto Magalhães (egresso do PTB) como seu companheiro de chapa, mas após resistências internas ao nome do político conservador, o próprio Magalhães acabou desistindo, e Almir Gabriel, senador paraense e egresso do PMDB, foi o escolhido¹⁶⁰.

Processo semelhante ao dos tucanos ocorreu com o PT, sendo Lula o candidato de consenso, com o partido buscando o apoio de outras siglas de esquerda (PSB, PCdoB e PV), formando a Frente Brasil Popular. O nome mais cotado para a vaga de vice, na chapa, era o do jornalista e escritor Fernando Gabeira (PV), entretanto o PSB oferecia resistências ao seu nome, considerando que em nada agregaria e que um político mais influente deveria ser o escolhido. A partir disso, o PT recuou em relação a Gabeira e escolheu o senador gaúcho José Paulo Bisol (PSB), que deixaria o PSDB para se filiar ao partido socialista¹⁶¹.

Nesse sentido, a escolha de um vice do Rio Grande do Sul tinha como objetivo fortalecer a candidatura petista no estado em que Brizola – concorrente direto no campo popular – levava ampla vantagem, conforme será destacado no tópico 2.3. Na questão regional, é possível afirmar que dois nomes considerados pelos jornais como de centro-esquerda – Mário Covas e Lula – eram oriundos politicamente de São Paulo, o maior colégio eleitoral do país, e disputariam no estado o mesmo tipo de eleitorado progressista; por sua vez, Brizola teria enormes dificuldades de penetração no território paulista, conforme será discutido também no tópico 2.3.

¹⁶⁰ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de jun.1989/jul.1989.

¹⁶¹ Idem.

O Partido da Juventude (PJ) passaria a ser chamado de Partido da Reconstrução Nacional (PRN) em 1989 e abrigaria a candidatura de Collor ao Planalto. Inicialmente com pouco apoio, o alagoano passou a buscar o nome de Márcia Kubitscheck (filha de JK) como sua vice e, com sua recusa – embora tenha se filiado ao partido –, o nome escolhido foi o do senador mineiro Itamar Franco. Com seu crescimento nas pesquisas, passaria a angariar apoio de nomes como o de Renan Calheiros, do empresário carioca Rubem Medina, Esperidião Amin (após ser derrotado por Maluf na convenção do PDS), o senador pefelista gaúcho Carlos Chiarelli, Antônio Carlos Magalhães e Roberto Marinho (este de forma direta a partir de julho)¹⁶².

É possível considerar que, embora buscasse se posicionar como um candidato moderno, Collor também procurou utilizar o passado histórico para fortalecer sua imagem e passar maior credibilidade política. Isso é comprovado pela busca de aliança com Márcia Kubitscheck, o que sinalizava que o alagoano procurava utilizar a imagem do histórico ex-presidente em sua campanha, notadamente pelos grandes feitos de JK em cinco anos de governo. Entretanto, o candidato do PRN possuía um discurso liberal, enquanto o ex-presidente fora um dos principais políticos desenvolvimentistas, cujos fundamentos teóricos, na economia, se contradizem com o liberalismo; nesse aspecto, é possível afirmar que Collor procurava se apropriar apenas da imagem de bom gestor de JK e de sua aprovação popular, ignorando a ideologia e os discursos do ex-presidente. Collor continuou olhando ao passado para busca de seu vice, e a escolha do senador mineiro Itamar Franco comprova isso, especialmente pelo fato do político possuir cerca de 30 anos de vida política e ter sido um importante quadro do MDB.

Além da questão histórica, o candidato do PRN conseguiu a adesão de adversários regionais de Brizola, notadamente no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, estados em que o trabalhista possuía larga vantagem sobre os adversários. No estado fluminense, o apoio veio do influente empresário e político Rubem Medina, então proprietário da agência de publicidade Artplan em conjunto com seu irmão Roberto Medina, criador do festival *Rock In Rio*; filiado ao PFL, Rubem Medina fora um dos principais apoiadores de Moreira Franco, nas eleições em que derrotara Darcy Ribeiro, e profundo crítico da gestão brizolista. Já no estado gaúcho, Carlos Chiarelli era um dos principais opositores do trabalhismo gaúcho (presente em maior parte no PDT e em menor, no PMDB de Pedro Simon) e representava, para Collor, a chance de obter maior votação em um estado em que Brizola liderava com folga as pesquisas eleitorais, conforme será discutido no tópico 2.3.

¹⁶² Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de fev.1989/jul.1989.

Por sua vez, Leonel Brizola era considerado pelos seis jornais como presidenciável desde 1962, ano em que se elegeu deputado federal pela Guanabara com a maior votação à época (quase 260 mil votos), e buscava se posicionar como um dos possíveis sucessores de João Goulart, ainda que fosse impedido de concorrer, pela Constituição vigente, devido ao grau de parentesco com o presidente. Com o golpe civil-militar de 1964 e consequente exílio, sua candidatura foi abolida, sendo retomadas as tentativas a partir do retorno ao país em 1979 e da refundação do trabalhismo; nesse aspecto, sua candidatura era tomada como certa por diversos atores sociais na primeira eleição democrática a ser realizada, ainda que não se soubesse com precisão quando ocorreria. Como líder-mor do PDT, a busca seria ampliar as suas alianças políticas e encontrar um candidato a vice (de preferência de outro partido) que pudesse trazer votos em regiões em que possuía fraco desempenho eleitoral, como São Paulo, Minas Gerais e Nordeste¹⁶³.

Brizola procurou diversos nomes, como: Miguel Arraes, Waldir Pires, o ex-governador mineiro Hélio Garcia (PMDB), Marco Maciel, Itamar Franco e políticos do PTB como Roberto Magalhães, Luiz Antônio de Medeiros e o ex-governador cearense Gonzaga Mota. Por outro lado, caso alianças com outros partidos ou políticos não prosperassem, os mais fortes nomes do PDT a ocupar a vaga de vice eram o de Fernando Lyra (coordenador político da campanha de Brizola e ex-ministro da Justiça de Sarney), Darcy Ribeiro, o ex-secretário de Habitação de seu governo fluminense, e um dos líderes do Movimento Negro do PDT, Carlos Alberto de Oliveira (Caó)¹⁶⁴.

Cabe destacar o amplo leque de políticos considerados por Brizola para a vaga de vice, ainda mais quando o próprio líder pedetista declarou que somente o teria por exigência da legislação eleitoral e que não concordava com a escolha do companheiro de chapa somente por acordo político e para aumentar exclusivamente a votação. Nesse aspecto, salientava que seu vice deveria possuir um cargo ou ministério de governo, lembrando que Darcy Ribeiro fora seu companheiro de chapa na gestão fluminense e também Secretário de Educação e coordenador do projeto dos CIEPs; caso não pudesse dar um cargo ao vice, Brizola sinalizou que era melhor nem possuir um, visto que somente seu nome já seria o suficiente¹⁶⁵.

Não obstante tenha afirmado não escolher o vice para exclusivamente aumentar sua votação, a procura por um companheiro de chapa através de um amplo leque sinaliza o contrário de sua afirmação, ainda mais quando diversos dos nomes cogitados teriam unicamente como

¹⁶³ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 15 nov.1988/jun.1989.

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 20 mar.1989.

objetivo aumentar sua influência e votação em determinadas regiões. O caso mais explícito foi o do sindicalista da CGT Luiz Antônio de Medeiros, que embora não fosse ideologicamente próximo a Brizola, lhe permitiria uma maior penetração no sindicalismo paulista, até então dominado politicamente pela CUT e por Lula, seu principal adversário à esquerda. Também distantes na forma ideológica, os nomes de Roberto Magalhães, Marco Maciel e Gonzaga Mota permitiriam o fortalecimento de sua candidatura no Nordeste. Sucessor de Tancredo Neves em Minas Gerais, Hélio Garcia possibilitaria a Brizola uma maior votação em um estado com baixa penetração, assim como Itamar Franco¹⁶⁶.

Por sua vez, Miguel Arraes e Waldir Pires eram próximos ideologicamente de Brizola e poderiam desempenhar papel semelhante ao de Darcy Ribeiro no Rio de Janeiro, além do fato de serem populares no Nordeste. Com ambos, o líder trabalhista sinalizaria ainda mais ao pré-64, visto que Arraes fora uma das principais lideranças populares no período anterior ao golpe e companheiro de Brizola na luta pela aprovação das reformas de base, além de cassado politicamente e exilado após aquele golpe. Já Waldir Pires fora Consultor-Geral da República no governo Goulart e, assim como Brizola, um dos primeiros políticos a sofrerem com a cassação e o exílio após a deposição de Jango. Dentre os nomes pedetistas cogitados a vice, somente o de Fernando Lyra poderia significar uma aliança estratégica, visto que o ex-ministro possuía boa base eleitoral em Pernambuco e havia ingressado há pouco tempo no PDT; já os nomes de Darcy Ribeiro e Caó não lhe agregariam apoios políticos, mas fortaleceriam ainda mais a base ideológica pedetista e seus grupos internos.

Apesar de os nomes cogitados a vice de Brizola variarem durante o período da pré-campanha, as suas conversas com o PTB perduraram durante todo esse tempo, conforme os seis jornais destacaram¹⁶⁷. Brizola e PTB tomaram caminhos distintos após o grupo ligado a Ivete Vargas deter o comando da sigla, o que fez com que o partido fosse base de sustentação do ditador Figueiredo. Entretanto, após as eleições estaduais de 1986 e as municipais de 1988, a ex-sigla de Brizola apresentaria vertiginoso crescimento, atraindo importantes lideranças partidárias e se posicionando ao centro no espectro político. Adicionalmente, o partido possuía precioso tempo de televisão para o Horário Eleitoral Gratuito, o que tornava a agremiação cobiçada para alianças (PMDB, PSDB e PRN buscaram coligação com o partido).

Por questões estratégicas, Brizola sinalizou ao PTB que estaria disposto a realizar uma aliança com a agremiação e ofereceria a vaga de vice, cuja sondagem mais forte e cobiçada era

¹⁶⁶ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 15 nov.1988/jun.1989.

¹⁶⁷ Idem.

a do sindicalista da CGT Medeiros, que seria um contraponto a Lula e à CUT em São Paulo. A coligação ficou mais perto de ocorrer quando Antônio Ermírio desistiu de ser candidato, Jânio Quadros recusou retorno à sigla, e articuladores, como o deputado federal paulista Gastone Righi passaram então a trabalhar para que a união entre os partidos ocorresse¹⁶⁸.

O objetivo das articulações comandadas por Gastone Righi era o apoio do PTB e o cargo de vice na chapa com o PDT, formando a chamada “União Trabalhista”, na qual, após o pleito e com a vitória de Brizola, o PDT seria integrado ao PTB, cuja liderança caberia ao próprio líder pedetista. Entretanto, destacados líderes petebistas como Paiva Muniz e Affonso Camargo se opuseram ao acordo, salientando que Brizola menosprezara a sigla anteriormente e tomaria o controle da agremiação para si. Conjuntamente com manobras de Jânio Quadros e Collor para enfraquecer o líder trabalhista na campanha, o acordo não ocorreu, e o PTB acabou por lançar candidato próprio, que seria o senador e ex-ministro de Sarney, Affonso Camargo¹⁶⁹.

Cabe destacar que as manobras do ex-presidente e do alagoano eram no sentido de postergar a convenção petebista para após a do PDT, o que dificultaria ainda mais a coligação; aliado a isso, o partido se encontrava dividido entre os que defendiam uma aliança com Brizola, os que pregavam liberdade para alianças com qualquer candidato e aqueles que desejavam candidatura própria. Com maioria do diretório desejando um nome próprio, o do ex-ministro do Trabalho de Sarney fora o escolhido e, mesmo que distante dos ideais trabalhistas desde o começo dos anos 1980, o PTB ainda assim teria um nome que pudesse evocar a defesa da classe trabalhadora; nesse cargo, Affonso Camargo foi o responsável pela regulamentação do vale-transporte, fato que seria sua principal vitrine na campanha presidencial.

Com o fracasso de uma coligação com o PTB, o nome de Fernando Lyra foi homologado como o de vice de Brizola e, ainda que fosse um quadro novo no partido e despertasse dúvidas nos partidários históricos, tinha a seu favor a possibilidade de ampliar a votação de Brizola no Nordeste, bem como de ter sido o responsável pelas alianças políticas do trabalhista. Sobre a convenção que homologou a chapa pedetista, o seu caráter foi mais o de confraternização entre pedetistas espalhados pelo país e de orientação por parte de Brizola aos correligionários sobre os rumos da campanha¹⁷⁰. Nesse sentido, *OESP* foi o único jornal analisado que criticou a convenção e, em editorial denominado “A farsa personalista”, salientou que o evento fora uma dissimulação, pois não houve disputas entre candidatos (como as do PMDB, PDS e PFL), e que

¹⁶⁸ *Ibidem*.

¹⁶⁹ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de jun.1989/jul.1989.

¹⁷⁰ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período em 26 jun.1989.

Brizola perseguia o “Planalto há três décadas” e sempre foi o “caudilho de seu partido”. Em relação à liderança de Brizola e seu comando no partido, o jornal destacou:

Brizola é um líder político personalista e não foi escolhido pelo partido para concorrer à eleição presidencial, mas, ao contrário, criou um partido próprio, para se capacitar legalmente à disputa. [...] Por ter um proprietário, o PDT não pode ser definido como um partido, mas apenas como legenda, usada por seu dono para tornar viável a escalada a cargos e posições por ele desejados. [...] A convenção nacional do PDT reafirmou antigos hábitos daninhos do personalismo na política nacional. Os baixos índices de preferência popular da mais antiga e renitente de todas as candidaturas presidenciais, contudo, evidenciam o fato inquestionável de que o eleitorado brasileiro já começa a rejeitar esse tipo de tradição política. A sociedade quer mudar, e não apenas o governo, mas também essas práticas personalistas antigas e daninhas, substituindo-as por outras mais modernas, democráticas e arejadas¹⁷¹.

Esse editorial do *OESP* permite assinalar a influência histórica do antigetulismo presente no jornal, desde quando o periódico sofrera intervenção direta no Estado Novo, e Brizola, como seguidor de Vargas, herdava a pesada oposição que o conservador veículo possuía em relação ao getulismo trabalhista. Não foi observada, no período analisado, a extensão da crítica pelo jornal a outros partidos que apenas chancelaram o postulante ao Planalto em suas convenções partidárias, como foi o caso do PSDB e do PT, então agremiações de centro-esquerda.

Ao assinalar que Brizola era proprietário de seu partido e, destacando sua agremiação apenas como uma legenda formal para abrigar sua candidatura, o periódico omite o fato de que o PDT fora formado por quadros ideológicos e seguidores do trabalhismo de Vargas, sendo que vários nomes do partido foram importantes políticos do PTB pré-64, como Darcy Ribeiro, Bocayuva Cunha e Doutel de Andrade. Além disso, *OESP* toma o caudilhismo como prática negativa e não há consenso sobre a questão, conforme será discutido no terceiro capítulo. Por outro lado, Brizola sempre fora tomado como um nome acima do partido e, mesmo que a legenda possuísse destacados quadros, sua liderança se sobressaía e lhe valiam as críticas de ser personalista, ainda mais que sempre fora também eterno presidente do PDT.

Conjuntamente com a corrente trabalhista, a comunista voltaria a lançar um candidato a presidente após 44 anos, quando Yedo Fiúza fora escolhido em 1945. Cabe considerar que, embora fundado em 1922, o PCB ficara boa parte de sua história na clandestinidade e, em 1947, teve seu registro partidário cancelado, com seus membros adentrando em outros partidos. A legenda voltaria à legalidade a partir da Constituição de 1988, e seu principal quadro, no momento, o deputado federal Roberto Freire, seria escolhido como candidato ao Planalto, tendo o médico sanitário Sérgio Arouca como vice. Por sua vez, o candidato do PCB pouco abordava

¹⁷¹ *O Estado de S. Paulo*, Editorial, 27 jun. 1989, p.3.

a importância histórica de sua sigla e dirigentes, direcionando seu discurso para os problemas à época do Brasil e se baseando na atuação do dirigente soviético Mikhail Gorbatchov¹⁷².

Liderança histórica comunista, Luís Carlos Prestes rompeu com o PCB em seu retorno do exílio em 1979, não concordando com as diretrizes do grupo que comandava o partido, cuja maior liderança era a de Roberto Freire. Em 1982, apoiou a candidatura de Brizola no Rio de Janeiro e, embora não fosse filiado ao PDT, recebeu o título de presidente de honra do partido. Voltaria a apoiar Brizola em 1989, considerando que o líder trabalhista era a alternativa mais confiável da classe operária ao mesmo tempo em que tecia críticas a Roberto Freire por não saber interpretar corretamente o marxismo e o anseio das classes populares, conforme destacou em entrevista ao caderno Diretas-89, publicado pela *FSP*¹⁷³.

Cabe destacar ainda que, diferentemente de 1945, quando estavam unidos em torno de Yedo Fiúza, os comunistas se apresentavam mais dispersos em 1989, dividindo-se no endosso a Roberto Freire, Brizola e Lula, este apoiado pelo PCdoB. Ainda que fosse o candidato da sigla mais antiga do Brasil, é possível destacar que Freire não se baseava no passado histórico da sigla em sua campanha, ignorando a importância de figuras como Gregório Bezerra, Carlos Marighela e o próprio Prestes na história brasileira e conquista de direitos trabalhistas; pelo contrário, buscava enfatizar a questão moderna do comunismo, sobretudo tomando como referências à *Perestroika*, políticas adotadas por Gorbatchov no sentido de maior liberalização da economia soviética.

Confirmado como candidato pelo PL no final de 1988¹⁷⁴, as articulações de Guilherme Afif se voltaram à busca pelo vice, e o escolhido seria o farmacêutico e ex-ministro da Cultura de Sarney, Aluísio Pimenta, pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Inicialmente, esse partido abrigaria a candidatura de Ronaldo Caiado, mas lideranças destacadas do partido como Mauro Borges e José Maria Eymael se opuseram ao acordo e a agremiação acabou optando pela coligação com o PL. Por sua vez, Ronaldo Caiado se filiaria ao PSD, após desistência de Jânio, e teria como vice o ex-presidente do Banco do Brasil Camilo Calazans¹⁷⁵. Cabe destacar que Mauro Borges e José Maria Eymael buscavam conservar a ideologia do partido de negar a candidatura ao líder da UDR, então tomado como o nome mais à direita na campanha. O PDC era destacado pelos seis jornais enfocados nesta dissertação como uma sigla ideológica de centro e, durante o pré-64, chegou a ter, em seus quadros, nomes mais progressistas como

¹⁷² Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 15 nov.1988/jun.1989.

¹⁷³ *Folha de S. Paulo*, Diretas-89, 20 out. 1989, p.3.

¹⁷⁴ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período em 07 dez.1988.

¹⁷⁵ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de fev.1989/jul.1989.

Franco Montoro e Plínio de Arruda Sampaio, e mesmo com nomes mais conservadores após o pluripartidarismo, o nome de Ronaldo Caiado ainda assim destoava da ideologia do partido.

A respeito de 22 candidatos concorrerem ao Planalto, a metade foi composta por pretendentes dispostos em pequenos partidos e sem os mesmos recursos que a outra parte, cujos candidatos eram políticos destacados e filiados às principais agremiações partidárias do país. Com espaço reduzido nos noticiários e pequeno tempo no Horário Eleitoral Gratuito (30 segundos diários), esses pretendentes ficaram conhecidos como “microcandidatos” e eram: Fernando Gabeira (PV), Enéas Carneiro (PRONA), Celso Brandt (PMN), José Marronzinho (PSP), Paulo Gontijo (PP), Zamir José Teixeira (PCN), Livia Maria Pio (PN), Eudes Oliveira Mattar (PLP), Antônio dos Santos Pedreira (PPB), Manoel de Oliveira Horta (PDCdoB) e Armando Corrêa (PMB).

Destes nomes, Fernando Gabeira e Celso Brandt eram personalidades mais destacadas, com o primeiro tendo lançado a destacada obra “O que é isso, companheiro?”, em que relatava o sequestro do embaixador americano Charles Elbrick, em 1969, do qual fizera parte. Por sua vez, Celso Brandt fora ministro da Educação no governo JK e teve seus direitos políticos cassados com a promulgação do AI-1. Outros três candidatos saíram do pleito mais conhecidos: Enéas Carneiro, Antônio Pedreira e Armando Corrêa. O candidato do PRONA se destacou a partir do Horário Eleitoral Gratuito através de sua fala rápida, enérgica, sua longa barba e o bordão “Meu nome é Enéas!”, enquanto Antônio Pedreira usou o seu espaço na televisão para atacar nomes como Collor e Brizola, o que levantou a suspeita de que sua candidatura serviria à de Paulo Maluf, de quem era aliado próximo. Por sua vez, o pastor evangélico Armando Corrêa ficaria nacionalmente conhecido por abdicar de sua candidatura, na reta final da campanha, em favor da de Sílvio Santos¹⁷⁶, o que levou à impugnação da candidatura do comunicador e à exclusão do PMB por irregularidade, conforme será discutido com maiores detalhes no próximo tópico.

2.2 CAMPANHA OFICIAL

Não obstante a homologação das chapas e a campanha de rua oficial tenham se iniciado em agosto, o mês de julho será considerado, na pesquisa, como o início efetivo, especialmente por todas as candidaturas já estarem definidas desde o mês anterior – alguns partidos ainda não dispunham de vices, entretanto – e os debates televisivos, que marcariam o encontro entre os

¹⁷⁶ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 15 nov.1988/15 nov.1989.

principais presidenciáveis, terem se iniciado no sétimo mês do ano. Com a ascensão de Collor e a diferença de cerca de 30 pontos percentuais em relação a Brizola no Datafolha, Ibope e Gallup¹⁷⁷, o candidato alagoano passou a ser veiculado com maior destaque em comparação aos outros candidatos nos veículos analisados, e os noticiários sobre sua campanha eram geralmente manchetes e matérias principais das páginas.

Cabe considerar que todos os jornais, com exceção de *OG*, veiculavam os aspectos positivos (popularidade, apoios recebidos) e negativos (declarações polêmicas, escândalos no governo alagoano) da campanha de Collor. É possível assinalar ainda que *OG* e *FSP* estavam em lados opostos nesse sentido, pois enquanto o veículo de Roberto Marinho somente destacava a ascensão e as virtudes do candidato (especialmente a partir de julho), o matutino de Otávio Frias veiculava majoritariamente as denúncias de sua gestão em Alagoas, bem como ações que conflitavam com o seu discurso moralista e de “Caça aos Marajás”¹⁷⁸.

O cerne do discurso do candidato do PRN era o combate à corrupção e insistentes críticas contra o governo Sarney, ao passo que o próprio Planalto mandou que se realizasse uma investigação sobre a sua gestão em Alagoas¹⁷⁹; por sua vez, Collor entregou, na sequência, ao ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, um dossiê contendo denúncias de corrupção do Governo Federal¹⁸⁰. O candidato buscava se posicionar perante o eleitorado como o “anti-Sarney”, visto o baixíssimo índice de aprovação do governo, razão pela qual o presidente era seu alvo principal de críticas; na reta final da campanha, Sarney ainda lhe processaria¹⁸¹ e estaria por trás da manobra de lançar a candidatura de Sílvio Santos, conforme será discutido posteriormente.

Mário Covas foi a última tentativa de conservadores e empresários buscarem um candidato centrista ideal, conforme destacado pelos jornais, e o reflexo disso foi o seu discurso na Tribuna do Senado, em que, a partir de tom inflado, criticava a situação do país e apontava que a nação precisava de um “choque de capitalismo” para sair da crise¹⁸². Entretanto, apesar da alocução ter sido exibida na íntegra no “Jornal Nacional” e o tucano passar a ser veiculado com maior frequência em todos os jornais analisados durante os dias subsequentes – incluindo o discurso, as viagens e os apoios recebidos –, sua candidatura continuava estagnada nas pesquisas Datafolha, Ibope e Gallup divulgadas em julho. Por isso, o nome de Collor passou a ser considerado de vez o mais viável a ocupar o espaço no centro e evitar a ascensão das

¹⁷⁷ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em jul.1989.

¹⁷⁸ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de jul.1989/15 nov.1989.

¹⁷⁹ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 14 jul.1989.

¹⁸⁰ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 25 jul.1989.

¹⁸¹ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 07 nov.1989.

¹⁸² Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 29 jun.1989.

esquerdas – sobretudo de Brizola, pois Lula caía nessas mesmas pesquisas eleitorais e não representava mais uma grande ameaça¹⁸³.

Cabe destacar que o discurso sobre o “choque de capitalismo” representou uma grande inflexão na trajetória política de Mário Covas, então destacado pelos setores conservadores como um político estatista e avesso ao liberalismo, fato este corroborado por sua atuação na Assembleia Nacional Constituinte em que defendia uma maior participação do estado na economia. Enquanto políticos esquerdistas sinalizavam que o tucano havia aderido ao neoliberalismo, os conservadores e liberais (incluindo os jornais analisados) olhavam seu discurso com desconfiança, sobretudo por sua atuação política recente indicar uma prática política oposta. O fato é que apesar de todos os jornais terem dedicado enorme espaço ao tucano e seu discurso durante as edições seguintes dos periódicos, sua fala em favor de maior liberalismo não surtiu efeito nas pesquisas realizadas em julho pelos três principais institutos; com isso, o candidato do PSDB era rejeitado de vez pelos conservadores e liberais como uma opção válida a fazer frente a Brizola.

Com o descarte de Mário Covas, o nome de Collor foi apontado pelos jornais como o de principal candidato ao centro e que enfrentaria Brizola, sobretudo por estar há três meses nas lideranças das pesquisas eleitorais, ter demonstrado possuir uma candidatura sólida e que não repetiria o mesmo desempenho de Sandra Cavalcanti em 1982. Nesse sentido, Roberto Marinho aderiu de vez ao candidato do PRN a partir de julho. Dali em diante, os noticiários sobre a campanha do alagoano em *OG* seriam somente favoráveis. Já os outros jornais possuíam um olhar mais distanciado sobre Collor, noticiando também os fatos que lhe eram desfavoráveis. Conforme destacado, a *FSP* foi o único veículo a enfatizar os aspectos negativos do candidato do PRN – conforme será discutido com mais detalhes adiante –, enquanto *CP*, *ZH*, *JB* e *OESP* possuíam um tratamento mais imparcial sobre sua candidatura¹⁸⁴.

Os debates televisivos se iniciaram em julho e foram realizados pela Rede Bandeirantes de Televisão (BAND), contando com a presença de: Brizola, Lula, Mário Covas, Roberto Freire, Paulo Maluf, Guilherme Afif, Aureliano Chaves, Ronaldo Caiado e Affonso Camargo, com Ulysses Guimarães e Collor se ausentando. O líder pemedebista optou por outros compromissos partidários e afirmou que compareceria em debates futuros, enquanto o candidato do PRN possuía a estratégia de não comparecer aos eventos para evitar desgaste e ataques, visto liderar com folga as pesquisas eleitorais¹⁸⁵.

¹⁸³ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em jul.1989.

¹⁸⁴ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de jul.1989/15 nov.1989.

¹⁸⁵ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 19 jul.1989.

O principal ponto do evento inicial foi a troca de acusações entre Brizola e Ronaldo Caiado, com o pedetista criticando duramente a UDR (“entidade marginal”, “centro de conflito e tensões”), ao passo que o candidato do PSD acusou-o de demagogo e de possuir propriedades no Uruguai ao invés de no Brasil¹⁸⁶. Cabe destacar que todos os jornais veicularam o acontecimento como as matérias principais de suas primeiras páginas, exceto *OG*, que o destacou em pequena matéria na oitava página de sua edição, sob o título “Ausência de Collor esvazia debate na TV”, enfatizando assim que o principal ponto do evento fora a ausência do líder das pesquisas¹⁸⁷.

Com isso, é possível assinalar que o jornal procurava não realçar um acontecimento relevante da campanha que ocorrera na concorrente da Rede Globo, o que demonstra que os órgãos de imprensa não devem ser tomados de forma isolada e como a concorrência se entrelaça entre eles, sobretudo – conforme destacado no tópico 1.1 – pelo fato de que os proprietários das organizações jornalísticas diversificavam seus negócios e possuíam outros meios de comunicação. Além disso, o título da matéria indica o fato de que Roberto Marinho havia aderido de vez a Collor a partir de julho, conforme já ressaltado, visto que *OG* optou por trazê-lo como o principal personagem de um evento destacado da campanha, ocorrido sem sua presença, ainda que fosse em uma pequena matéria no final da seção de política.

Em relação ao desempenho dos candidatos, os mais bem avaliados segundo pesquisa Datafolha com o telespectador foram Covas e Brizola¹⁸⁸, entretanto, a *FSP* avaliou que o desempenho do pedetista não foi satisfatório, especialmente por ter apresentado um raciocínio simplista e não ter apresentado “uma visão minimamente articulada dos impasses atuais da economia brasileira”, ao passo que não teceu críticas ao desempenho do tucano¹⁸⁹. Com exceção de *OG* que não avaliou criticamente o evento da BAND, os outros jornais destacaram a importância do debate e o bom nível da discussão, mas a análise mais criteriosa foi feita por Castello Branco¹⁹⁰, que pontuou o bom nível do evento e que os candidatos tiveram bastante espaço para apresentarem suas ideias; suas críticas foram direcionadas a Lula (esperava-se mais por sua liderança), Aureliano Chaves (perdido no formato do programa) e Affonso Camargo (sem ideias e se comportando como figurante).

Cabe destacar que a crítica do renomado jornalista político foi a mais criteriosa e objetiva observada nos seis jornais, visto que tratou de forma equânime todos os participantes

¹⁸⁶ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 18 jul.1989.

¹⁸⁷ *O Globo*, Primeiro Caderno, 19 jul. 1989, p.8.

¹⁸⁸ *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 19 jul. 1989, p.1.

¹⁸⁹ *Folha de S. Paulo*, Editorial, 19 jul. 1989, p.2.

¹⁹⁰ *Jornal do Brasil*, Coluna do Castello, 19 jul. 1989, p.2.

e foi o mais impessoal possível em sua análise, diferentemente de todas as outras apreciações observadas, que não tratavam igualmente os participantes do programa e utilizavam a linha editorial do veículo ou o posicionamento político do avaliador como balizador do desempenho.

Além do destacado editorial da *FSP*, é salutar ressaltar a avaliação do consultor político Gaudêncio Torquato no *OESP* sobre o desempenho de Brizola e dos demais candidatos, ressaltando que o pedetista “falou muito e não disse nada¹⁹¹”; isso contrasta com a avaliação de Castello Branco sobre o trabalhista, entendendo que fora o “mais aguerrido do debate” e que conseguira explicar suas propostas, embora não tenha havido tempo hábil para esclarecer sobre as perdas internacionais¹⁹². Nesse aspecto, pode-se salientar que análises mais criteriosas e distanciadas foram minoria nas colunas avaliadas nos seis jornais, sendo possível afirmar que além de Castello Branco, jornalistas como Jânio de Freitas, Villas-Boas Corrêa, Clóvis Rossi e Ricardo Noblat eram responsáveis por análises mais ponderadas.

A BAND realizou novamente os debates em agosto, mas dessa vez dividindo os candidatos em duas rodadas. Os principais pontos da primeira rodada foram os embates entre Brizola e Guilherme Afif na questão da apresentação de plano governo – o liberal cobrou do trabalhista um plano de governo, ao passo que este salientou que a ferramenta seria tecnocrática e o elaboraria em contato com o povo – e a discussão entre Roberto Freire e Paulo Maluf na questão estatismo versus liberalismo econômico; houve ainda, na primeira rodada, a fala de Brizola chamando Collor de “ladrão público” e a crítica ao monopólio da Rede Globo, endossada por Aureliano Chaves¹⁹³. A segunda rodada ficou marcada por um tom mais morno em relação à primeira, e o momento de maior destaque foi a discussão entre Lula e Ronaldo Caiado sobre reforma agrária e propriedade privada¹⁹⁴, opondo-se nas temáticas.

Cabe considerar que *OG* foi o único jornal analisado que não veiculou a primeira rodada do debate e destacou a segunda através de pequena matéria ao final da página, ressaltando apenas a discussão entre os candidatos do PT e PSD¹⁹⁵. Assim como no evento anterior, é possível assinalar a questão da concorrência pelo fato do periódico ter dado o mínimo destaque possível ao acontecimento. Por sua vez, seu principal concorrente (*JB*) veiculou as duas rodadas em sua primeira página (de forma mais resumida) e com maiores detalhes em suas primeiras páginas. Com isso, é possível, mais uma vez, assinalar a influência da concorrência entre os

¹⁹¹ *O Estado de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 19 jul. 1989, p.4.

¹⁹² *Jornal do Brasil*, Coluna do Castello, 19 jul. 1989, p.2.

¹⁹³ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 15 ago.1989.

¹⁹⁴ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 16 ago.1989

¹⁹⁵ *O Globo*, Primeiro Caderno, 16 ago. 1989, p.3.

jornais na veiculação de um acontecimento, pois enquanto um praticamente o omitiu, o outro o publicou no espaço mais visto pelo leitor, que é a primeira página de uma edição.

É possível afirmar ainda que, conforme destacado pelos jornais, esses debates opuseram os candidatos na questão ideológica, notadamente entre conservadores e progressistas; ainda assim, todos os matutinos (exceto *OG*, que não veiculou a primeira rodada) reportaram uma concordância entre presidenciáveis opostos na ideologia: Aureliano Chaves e Brizola. Ao endossar a crítica do trabalhista sobre o monopólio da Rede Globo, é possível assinalar que o pefelista procurava sair do ostracismo apresentado por sua candidatura (não ultrapassava 1% dos índices de votos em qualquer pesquisa) para rivalizar com o pedetista nos ataques à principal emissora televisiva do Brasil. Entretanto, sua estratégia não surtiria efeito, pois não ultrapassaria seu índice de votos e sobretudo pelo fato de que Brizola antagonizava com as Organizações Globo e Roberto Marinho desde o começo dos anos 1980, conforme será discutido no tópico 3.3; nesse sentido, não seria a crítica de um político sem histórico de confronto com Marinho e suas empresas quem retiraria de Brizola o “posto” de principal opositor de uma das pessoas mais poderosas do país.

Cobrada pelos candidatos (exceto Collor) para realização de um debate, a Rede Globo optou por fazer uma entrevista individual com cada presidenciável em programa chamado “Palanque Eletrônico”, cuja duração seria de 90 minutos; aos moldes do programa “Roda Viva” da TV Cultura, o candidato responderia a diversas perguntas feitas por jornalistas da emissora e um representante da sociedade civil (na maioria dos programas, o escolhido foi o sociólogo e ativista Betinho). A mediação do evento caberia ao jornalista da empresa Alexandre Garcia e teria início por volta das 22h, logo após o programa de maior audiência da emissora, a telenovela “Tieta”. Com isso, a expectativa era de elevado número de telespectadores no início do programa, que, por ter longa duração, deveria terminar com uma audiência menor¹⁹⁶.

Com exceção dos “microcandidatos” e de Affonso Camargo (que não alcançava 1% na pesquisa eleitoral do Ibope), o canal televisivo realizou entrevistas com os 10 candidatos mais bem posicionados na pesquisa Ibope, sendo que as mais destacadas nos jornais analisados foram a de Collor e Brizola – *OG* reproduziu a íntegra somente desses dois candidatos, sendo que dos outros, eram destacados pequenos trechos¹⁹⁷. Em sua entrevista, o pedetista cobrou que a emissora promovesse um debate, esta aceitou e firmou compromisso público de realizá-lo¹⁹⁸. Todavia, por decisão de Roberto Marinho, a Rede Globo voltou atrás em sua decisão e decidiu

¹⁹⁶ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em ago.1989.

¹⁹⁷ *O Globo*, Primeiro Caderno, 10 set. 1989, p.11-16.

¹⁹⁸ *O Globo*, Primeiro Caderno, 10 set. 1989, p.15-16.

não mais promover o evento, entendendo que o “Palanque Eletrônico” havia cumprido a função de disponibilizar o espaço para propostas dos candidatos, além de considerar o debate de outubro na BAND de baixo nível e temer que o mesmo se repetisse na emissora¹⁹⁹.

Pode-se destacar que, ao reproduzir a íntegra da entrevista dos dois mais bem posicionados na pesquisa Ibope, *OG* procurava enfraquecer a acusação proferida por Brizola de que as Organizações Globo e Roberto Marinho somente favoreciam Collor em seus meios de comunicação. Ao veicular também a íntegra da entrevista de Brizola, incluindo o trecho em que cobrara a Rede Globo pela realização do debate, o jornal buscava mostrar uma imagem de maior imparcialidade perante a opinião pública e seus leitores, embora o oposto ocorresse de fato e o periódico somente publicasse notícias favoráveis ao candidato do PRN e em suas principais páginas. Pode-se afirmar também que a busca por transmitir ao público uma imagem de isenção era o que estava por detrás das Organizações Globo ao aceitar a cobrança de Brizola sobre a realização de um debate pela emissora, procurando evidenciar, ao seu telespectador, que a empresa era democrática e disponibilizaria o mesmo espaço a todos os candidatos; tal raciocínio se aplica também à promoção do “Palanque Eletrônico²⁰⁰”.

Com a participação de Brizola, Lula, Mário Covas, Guilherme Afif, Paulo Maluf, Ronaldo Caiado e Roberto Freire, a BAND realizou uma terceira edição dos debates em outubro, sendo o que gerou maior repercussão na campanha. Brizola foi o candidato envolvido nos maiores atritos no debate, tendo ríspidas discussões com Maluf, Caiado, Lula e com a mediadora Marília Gabriela. O confronto com o candidato do PDS foi o mais notável e repercutido por todos os jornais, tendo surgido após o ex-governador paulista citá-lo indiretamente como um político desequilibrado, especialmente por interferir demasiadamente na fala dos outros participantes. Nisso, Brizola pediu aparte e, por Maluf ter negado, chamou-o de “filhote da ditadura” e que “não tem coragem de defender seus chefes”, ao passo que foi titulado de “desequilibrado” e “que passou 15 anos no estrangeiro e não aprendeu nada”; após aplausos da plateia para a fala de Maluf, Brizola chamou-a de “malufistas”, “filhotes da ditadura” e “todos engordaram na ditadura”, enquanto a mediadora pedia calma e chamava desesperadamente o intervalo comercial²⁰¹. Cabe destacar que Maluf vinha insistentemente atacando-o no mês anterior e já haviam chegado a ter ríspidas discussões, conforme será destacado mais adiante.

¹⁹⁹ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 31 out.1989.

²⁰⁰ Cabe ressaltar que a legislação eleitoral ainda não obrigava as emissoras televisivas (serviço de concessão pública) a promover debates.

²⁰¹ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 18 out.1989.

Após Ronaldo Caiado citar as propriedades no Uruguai, mas sem mencionar Brizola, o trabalhista o acusou de covarde e pediu que fosse direto nas colocações, iniciando assim uma discussão com o líder da UDR. O líder pedetista acusaria o vice de Lula de ter usado o cargo de senador para obter financiamento especial no Banco do Brasil para adquirir terras, o que o configuraria como um latifundiário e afetaria ainda a imagem moralista da sigla petista; por sua vez, José Paulo Bisol e Lula negariam as acusações. No final do programa, o trabalhista ainda teria uma contenda com a mediadora, que lhe pediu que concluísse o raciocínio, pois já havia estourado o tempo de fala sete vezes, ao passo que Brizola iniciou uma discussão argumentando que todos os candidatos haviam ultrapassado esse limite²⁰².

O candidato do PSD fora ainda responsável, no debate, por acusação contra o PT no que ficou conhecido como “Caso Lubeca”, em que o vice-prefeito de São Paulo Luiz Eduardo Greenhalgh teria cobrado US\$ 200 mil em propina da empreiteira Lubeca para aprovação de um projeto imobiliário na capital paulista²⁰³. O episódio seria amplamente noticiado pelos seis jornais nos últimos 20 dias da campanha, a ponto do próprio Lula ter afirmado que isso o prejudicara²⁰⁴; entretanto, não o impediu de chegar ao segundo turno, mas se transformou em arma de Collor no confronto final com o petista.

O nível do debate na BAND foi criticado por todos os seis jornais, sempre na linha de que o programa foi mais de enfrentamento e bate-bocas do que de discussões de ideias²⁰⁵. Sobre as participações dos candidatos, o mais criticado pelos jornais carioca e paulista foi Brizola e, dentre esses veículos, *OG* proferiu o mais incisivo ataque no comentário de matéria intitulada “Baixo astral”:

Brizola foi o candidato que descumpriu todas as regras de antemão combinadas entre os participantes. Foi o primeiro a fazer insinuações depreciativas em relação a concorrente. O primeiro a reagir aos gritos, interrompendo a fala de concorrente que lhe dava resposta à altura. O único a agredir a plateia. O único a avançar sistematicamente além do tempo que lhe estava concedido e a ignorar sistematicamente as advertências da mediadora. E o único a maltratá-la, ao fim do programa, quando ela se viu obrigada a interrompê-lo após 12 tentativas sucessivas e vãs de levá-lo a encerrar a arenga final²⁰⁶.

É possível assinalar que o terceiro debate na BAND foi noticiado com amplo destaque em todos os periódicos (incluindo *OG*), sempre com chamadas na primeira página da edição e como matéria principal nas primeiras páginas do matutino. Isso já ocorria em cinco dos seis jornais analisados e o fato de *OG* ter noticiado junto aos demais nessa terceira edição do evento

²⁰² Idem.

²⁰³ Ibidem.

²⁰⁴ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 05 nov.1989.

²⁰⁵ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 19 out.1989.

²⁰⁶ *O Globo*, Primeiro Caderno, 18 out. 1989, p.3.

foi que o embate propiciou vários “fatos noticiosos” e que fugiram da “normalidade” dos outros encontros, geralmente marcados pela apresentação de propostas e discussões ideológicas. Já neste debate, o tom foi de ríspidas discussões – tendo em Brizola elemento central presente em todas as contendidas – e sérias acusações de corrupção, como as direcionadas à candidatura petista por parte do líder pedetista e de Ronaldo Caiado. Em relação às denúncias de corrupção, o objetivo dos acusadores era questionar a imagem moralista presente no PT, que buscava transmitir ao eleitor uma imagem de modernidade e ética e, nesse aspecto, qualquer acusação de malversação do dinheiro público poderia afetar essa ideia, mesmo que nada fosse provado contra.

Sobre as alterações de Brizola, pode-se destacar que seu objetivo foi ser o personagem principal do debate e se posicionar como o candidato ideal para se opor a Collor e aos conservadores, além de buscar minar o crescimento petista na base da esquerda. Conforme destacado, sua candidatura se encontrava estagnada nas pesquisas eleitorais desde que fora ultrapassado por Collor e, com seu movimento agressivo, previa frear o avanço de um presidenciável que pudesse superá-lo e também criar algum fato novo em sua campanha para que pudesse ascender nas pesquisas e garantir vaga no turno final. Nesse sentido, realizou as acusações contra a candidatura petista e interveio ao ser citado indiretamente por Ronaldo Caiado e Paulo Maluf. É possível salientar sobretudo o passado histórico presente na discussão com o pedetista, que rememorou seu período de exílio e o acusou de não ter mudado nada desde que saíra do Brasil em 1964; por sua vez, Brizola acusou Maluf de ter crescido politicamente durante o período autoritário e de, com seu declínio, não possuir mais coragem para defendê-lo.

Todos os jornais destacaram o baixo nível do debate na BAND, mas em se tratando das críticas à agressividade de Brizola, o *CP* e *ZH* não as realizaram, diferentemente dos outros quatro jornais. Nesse sentido, é possível assinalar que os periódicos rio-grandenses evitavam tecer críticas sobre o candidato trabalhista em suas edições, sobretudo pelo fato de que era o único presidenciável gaúcho na disputa e de que consideravam que o Rio Grande do Sul estava à margem em comparação com as regiões do Sudeste e Nordeste, conforme será detalhado no próximo tópico.

Por sua vez, as críticas contra o pedetista eram direcionadas pelos veículos carioca e paulista (embora com razões distintas) e ainda que todos tenham desaprovado a participação de Brizola no programa, as críticas não foram da mesma intensidade. Nesse aspecto, *OG* foi o mais incisivo nos ataques conforme destacado acima, sobretudo por ter ressaltado que o candidato do PDT foi exclusivamente o principal responsável pelo baixo nível do programa, omitindo,

por outro lado, que outros candidatos também participaram das alterações e provocaram o líder trabalhista; por isso, é possível afirmar que considerando a oposição do jornal em relação ao pedetista, o maior destaque do evento da BAND pelo veículo carioca não foi apenas pelos “fatos noticiosos”, mas também como críticas ao comportamento e à candidatura de Brizola.

A BAND realizaria seu último debate a dez dias do pleito, marcado pelos ataques dos candidatos à candidatura de Sílvio Santos – vista como ilegal –, conforme será destacado posteriormente. Lula e Ronaldo Caiado tiveram mais um embate sobre o Caso Lubeca, com o petista acusando-o de ter apresentado uma denúncia sem provas; outro ponto do debate repercutido pelos jornais foi o discurso emocionado de Brizola alertando o eleitor sobre as candidaturas de Collor e Sílvio Santos²⁰⁷. O *JB* foi o único jornal analisado a ter reproduzido seu discurso na íntegra, em edição dois dias após o evento e, na alocução, o líder pedetista responsabilizou Sarney e a elite dirigente do país por impedirem o desenvolvimento autônomo do Brasil com as duas candidaturas conservadoras, conforme ressaltado no trecho abaixo selecionado:

[...] forças poderosas e o próprio governo Sarney trabalham para colocar esses dois pilantras no segundo turno. Esses dois oportunistas, esses dois candidatos fabricados por essas duas grandes redes. O grave é que se trata de um concessionário de serviço público que cinicamente diz que não, que é apenas sócio, que ele não dirige. Isto vai ser tratado pela Justiça Eleitoral. Ele teria que se descompatibilizar há muito tempo [...] Eles estão aí para te enganar. A pátria brasileira está em perigo. Estão entregando o nosso país. Estão entregando o nosso país para continuar nas mãos de irresponsáveis. Esses dois, Collor e Sílvio Santos, são dois instrumentos da liquidação dos sonhos do nosso país, de ter um destino próprio²⁰⁸.

Pode-se afirmar que todos os jornais foram contrários à candidatura de Sílvio Santos e que esse fora o principal motivo pela veiculação do último debate, na BAND, nas principais páginas de suas edições. Isso incluía *OG*, sobretudo pelo fato de que o comunicador era o proprietário do concorrente da Rede Globo e era de interesse de Roberto Marinho que sua candidatura fosse indeferida, o que levou o seu jornal a noticiar exclusivamente as críticas contra a candidatura de Sílvio Santos²⁰⁹. Embora todos os jornais tenham destacado o discurso emocionado de Brizola, o *JB* foi o único a reproduzi-lo na íntegra e, ainda que o pedetista tenha criticado Sílvio Santos por ser um concessionário de serviço público, repreendeu Collor pelo mesmo motivo, que tinha o fato adicional de estar a serviço de Roberto Marinho. Por isso, é possível assinalar que a veiculação do discurso do trabalhista na íntegra não ocorreu com o

²⁰⁷ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 07 nov.1989.

²⁰⁸ *Jornal do Brasil*, Primeiro Caderno, 07 nov. 1989, p.3.

²⁰⁹ *O Globo*, Primeiro Caderno, 06 nov. 1989, p.5.

objetivo de promovê-lo ou fazer coro às denúncias de “entrega do país”, mas de alfinetar seu concorrente, ainda que de forma indireta.

Na polarização Collor-Brizola, os militantes de ambos chegaram às vias de fato em Niterói durante o mês de agosto, com cerca de 500 pessoas participando da briga na cidade fluminense. O enfrentamento ocorreu após o candidato do PRN ser acompanhado de protestos em sua visita ao município, o que levou ao acirramento de ânimos e ao confronto generalizado. Não foi possível afirmar precisamente quem iniciou o confronto pelo fato dos partidários de Collor acusarem os brizolistas de terem arremessado pedras e objetos, enquanto os adeptos de Brizola acusaram os “colloristas” de terem começado as agressões físicas. O candidato do PRN culpou o líder pedetista pelo ocorrido e o chamou de fascista, enquanto o trabalhista o acusou de ter provocado sua militância e afirmou que não seria recebido por flores após seus ataques aos pedetistas, além de ter culpado os “colloristas” por terem iniciado a provocação para, na sequência, culparem os brizolistas²¹⁰.

O episódio foi amplamente noticiado nos jornais cariocas e paulistas – incluindo análises dos colunistas e editoriais –, enquanto o *ZH* e o *CP* o destacaram em pequenas matérias e notas, sem muito aprofundamento. Além do repúdio ao ato, os veículos cariocas e paulistas criticaram duramente Brizola e seus partidários sobre o ocorrido, comparando os brizolistas às brigadas fascistas. Dos editoriais publicados, o da *FSP* foi o mais moderado em críticas ao líder pedetista e seus militantes, não responsabilizando Brizola diretamente pelo ocorrido, além de ter criticado em linguagem mais suavizada os brizolistas salientando que não poderiam reagir daquela forma à liderança de Collor nas pesquisas²¹¹.

Nas críticas mais contundentes, *OESP* afirmou que “a formação de bandos não é uma novidade na tática eleitoral de Brizola. Desde o tempo dos grupos dos 11, de triste lembrança, o caudilho gaúcho tem demonstrado certa propensão à utilização do desforço físico como elemento de reforço à argumentação de palanque²¹²”, enquanto o *JB* comparou o ato dos brizolistas aos praticados pelos nazistas, salientando que “a inferioridade do brizolismo na campanha retirou a capa que encobria a violência armazenada pela intolerância²¹³”.

OG foi o matutino que realizou a maior cobertura do episódio, enfocando especialmente o caráter agressivo dos brizolistas, cujo comportamento remetia ao dos nazifascistas. Sobre os brizolistas, o periódico pontuou: “Seus discípulos frequentam o local com assiduidade religiosa,

²¹⁰ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período em 10 ago.1989.

²¹¹ *Folha de S. Paulo*, Editorial, 10 ago. 1989, p.2.

²¹² *O Estado de S. Paulo*, Editorial, 11 ago. 1989, p.3.

²¹³ *Jornal do Brasil*, Editorial, 11 ago. 1989, p.10.

exaltando entre si as virtudes do PDT e, invariavelmente, não permitem apartes aos quais não concordem. As discussões são desprovidas de lógica. Tentar dialogar na Brizolândia²¹⁴ [...] é impossível. São fatos e não interpretações que permitem esta conclusão²¹⁵”. Já no tradicional espaço de editorial, o jornal criticou duramente Brizola e minimizou a responsabilidade de Collor pelo ocorrido:

Os brizolistas partiram, armados de paus e pedras, para a agressão física: queriam, e conseguiram, fazer correr sangue. [...] De certa maneira, tão reveladora quanto essas palavras são as declarações do próprio candidato Leonel Brizola, ao tentar – por “intuição”, como disse – culpar o próprio Collor de Mello pela agressão, e ao buscar inocentar as tropas de choque do PDT com a alegação de que não passariam de “pessoas entusiasmadas”. Seria preciso muita ingenuidade para aceitar esse “entusiasmo” de pedras na mão. Só recorre à violência quem não dispõe de outras armas, e como as pesquisas apontam para derrota inevitável, o pedetista busca criar fatos novos que produzam brusca e radical alteração nesse quadro. E a introdução da violência na campanha, se não resulta em votos, certamente produz abalos e traumas de imprevisíveis consequências. E quem se debate contra o inevitável pode ceder à tentação de fabricar o imprevisível. Indiscutivelmente, uma tática de desespero. De quem não tem mais o que tentar²¹⁶.

Cabe considerar o diferente teor das críticas dos quatro jornais sobre o ocorrido e a participação de Brizola e seus militantes, indo desde simples desaprovação e sem maior censura pela *FSP* a contundentes e incisivas críticas pelo *OG*. Por sua vez, *OESP* e *JB* se utilizaram de exemplos históricos para criticar o acontecimento, sobretudo o caráter agressivo dos brizolistas. O jornal paulista comparou os militantes pedetistas com o grupo dos Onze, organização civil idealizada por Brizola no pré-64 em defesa da democracia e aprovação das reformas de base, conforme será discutido no tópico 3.2. Nesse aspecto, a afirmação do periódico de que o grupo tinha o objetivo de utilizar a força física para atingir os objetivos é apenas a interpretação do matutino sobre essa organização que, por outro lado, fora formada como maneira de organizar os setores populares em torno de objetivos democráticos, e não de utilizar meios antidemocráticos para uma ruptura institucional.

Já a comparação por parte do *JB* dos brizolistas com os grupos nazistas também não encontra correspondência em uma análise mais criteriosa pelo fato de que os partidários de Hitler visavam a utilização da força física como meio de exterminar grupos opostos, algo totalmente inverso aos militantes pedetistas, que possuíam unicamente o objetivo de defender os ideais de Brizola e que, de nenhuma forma, poderiam ser caracterizados como

²¹⁴ Local de aglomeração dos brizolistas na capital carioca, especificamente na região da Cinelândia. O espaço passou a ser ocupado pelos partidários de Brizola após as eleições estaduais de 1982. Concomitantemente, partidos de esquerda como PT, PSB, PCB e PCdoB possuíam militantes no local, embora em número inferior aos brizolistas.

²¹⁵ *O Globo*, Primeiro Caderno, 10 ago. 1989, p.9.

²¹⁶ *O Globo*, Editorial, 11 ago. 1989, p.4.

antidemocráticos ou que pregassem o extermínio de opositores; além disso, eram grupos opostos ideologicamente, sendo um de extrema direita e outro de esquerda.

Por sua vez, o fato de ter sido o veículo que realizou a maior cobertura do episódio e criticando (não somente em editorial) o comportamento de Brizola e de seus partidários evidenciam o grau em que *OG* se opunha à candidatura do trabalhista. Conforme observado na análise de suas edições, o jornal carioca tratava exclusivamente o candidato do PDT e seus militantes como responsáveis pelo ocorrido e procurava induzir o leitor a considerar suas afirmações como verdadeiras e conclusivas, conforme o trecho “São fatos e não interpretações que permitem esta conclusão”. Nesse sentido, o matutino afirma convictamente o caráter nazifascista e messiânico do brizolismo, cujos seguidores seriam autoritários, fanáticos religiosos e desprovidos de racionalidade. Já em seu editorial, *OG* isenta Collor e seus partidários pelo ocorrido, diferentemente dos outros três jornais, que os responsabilizaram pelas provocações que levaram ao confronto. Pode-se destacar que isso corrobora a ideia de que *OG* era favorável ao candidato do PRN, em seu noticiário, e amplamente crítico a Brizola, sobretudo por ter sido o único matutino analisado que isentou o alagoano pelo ocorrido e responsabilizou exclusivamente o trabalhista.

Em relação ao confronto em Niterói ter recebido pequena atenção dos jornais gaúchos em comparação aos outros analisados, pode-se destacar a questão regional como principal fator para explicar a diferença de tratamento no episódio. Isso é corroborado através da observação das publicações do *CP* e *ZH* às visitas dos presidentiáveis ao Rio Grande do Sul, merecedoras de longas matérias – geralmente em suas primeiras páginas – e análises, mesmo que fossem candidatos com baixíssimos índices de intenção de votos, como Roberto Freire e Ronaldo Caiado. Os dois jornais porto-alegrenses reproduziam parte de seu noticiário político a partir de agências de notícias (sobretudo de *OG*, *JB* e *OESP*) e as matérias mais detalhadas, nessa questão, ocorriam quando o estado gaúcho fazia parte do acontecimento reportado. Nesse aspecto, matérias do eixo Rio-São Paulo eram publicadas com menor destaque em comparação aos jornais dessa região, sendo possível afirmar que o inverso também ocorria. O confronto em Niterói foi amplamente noticiado pelo *JB*, *OG*, *FSP* e *OESP* por ter ocorrido dentro do principal eixo econômico e de influência no Brasil, fator que também explica a razão desses periódicos serem tratados como de influência nacional, conforme ressaltado no tópico 1.1.

Pouco após o ocorrido em Niterói, outro fato polêmico destacado na campanha foi a fala de Paulo Maluf em evento na Universidade Federal de Minas Gerais: “O que fazer com um camarada que estuprou uma moça e matou? Tá bom [...] Tá com vontade sexual, estupra, mas não mata!”. Todavia, ao contrário do confronto entre “colloristas” e brizolistas, a fala de Maluf

foi pouco repercutida nos jornais analisados (publicada especialmente em pequenas notas e matérias), merecendo destaque maior, bem como repúdio por parte apenas do *JB* que, sob o título “Desastres da Campanha”, na sua primeira página, censurou a fala do pedessista²¹⁷.

É possível assinalar que o fato da alocução do candidato do PDS ter sido criticada apenas pelo *JB* contrasta com o teor moralista da época e permite questionar se a reação seria a mesma caso Brizola ou Lula a tivessem proferido; isso se deve ao fato de que os candidatos esquerdistas eram opostos ideologicamente aos seis jornais analisados (liberais-conservadores), embora com diferentes graus.

Pelos impropérios proferidos por Paulo Maluf e as insistentes críticas à sua pessoa por parte do candidato do PDS, Brizola criticaria a *FSP* ao afirmar que sua direção era malufista e não publicava denúncias ou matérias contrárias aos interesses do pedessista, conforme matéria veiculada somente no jornal de Otávio Frias²¹⁸. Por sua vez, em resposta ao pedetista, o matutino destacou: “Políticos populistas não compreendem a função de uma imprensa livre, crítica e apartidária na democracia. No caso de Brizola isso não é novidade, como atestam seu passado golpista, sua atitude de caudilho e sua prática de mistificação e demagogia política – características que fazem do peronismo brasileiro uma peça melancólica de museu²¹⁹”. Entretanto, após as declarações do trabalhista, o jornal passou a publicar matérias mais críticas a Maluf, sobretudo na questão moralista²²⁰.

É possível assinalar que as críticas de Brizola sobre a *FSP* foram corroboradas a partir da análise das edições do jornal até a data do comentário do pedetista, sobretudo pelo fato de que o periódico publicava constantemente reportagens de teor moralista e malversação do erário público dos principais presidenciáveis (exceto os que atingiam até 2% no Datafolha, como Aureliano Chaves, Ronaldo Caiado, Roberto Freire e Affonso Camargo), com exceção de Paulo Maluf; nesse sentido, até mesmo sua declaração sobre o estupro fora pouco destacada pelo jornal, conforme ressaltado acima.

A crítica de Brizola contrastava fortemente com o lema do jornal de ser imparcial, plural, apartidário e crítico e, vendo-se questionada em seus princípios, a *FSP* respondeu duramente ao candidato trabalhista, fugindo inclusive de seu tom predominantemente moderado. Adicionalmente, procurou ressaltar os seus princípios e publicou matérias contrárias aos interesses de Maluf, especialmente na reta final da campanha. Para o leitor despercebido, a

²¹⁷ *Jornal do Brasil*, Primeiro Caderno, 23 ago. 1989, p.1.

²¹⁸ *Folha de S. Paulo*, Diretas-89, 24 out. 1989, p.4.

²¹⁹ Idem.

²²⁰ Consulta às edições diárias da *FSP* publicadas em nov.1989.

veiculação das denúncias enfatizava o lema do jornal, entretanto, para aquele que tivesse um olhar mais cuidadoso e observasse o passado recente, as críticas de Brizola faziam sentido, o que assinala que o jornal não estava agindo de acordo com os princípios defendidos e somente os seguiu após ser flagrado na contradição.

Paulo Maluf ultrapassaria Lula, nas pesquisas eleitorais Datafolha, Ibope e Gallup, em agosto e assumiria o terceiro lugar, tendo o objetivo de alcançar Brizola, que se encontrava estagnado na segunda colocação e, por esse motivo, direcionaria de forma insistente seus ataques ao trabalhista. A partir dessa ascensão, suas notícias da campanha seriam veiculadas com maior destaque em todos os seis jornais, embora fosse *OESP* o único matutino que publicava as matérias a seu respeito nas primeiras páginas (assim como Collor)²²¹.

Pode-se destacar que, embora tivesse suas ressalvas ao passado do ex-governador paulista – especialmente por ter sido próximo à Ditadura Militar –, era de interesse do conservador jornal que sua candidatura superasse a de Brizola, sobretudo quando salientado que o pedetista defendia o legado de Vargas e que *OESP* era abertamente antigetulista. Ainda que não promovesse Maluf ou endossasse seu passado, era mais confortável ao jornal ter duas candidaturas conservadoras no segundo turno (entendendo que Collor lá estaria) do que um político que defendia abertamente o legado do maior opositor histórico do periódico.

Visando ultrapassar Brizola nas pesquisas eleitorais, o ex-governador de São Paulo chegou a afirmar, em tom irônico, que lhe ofereceria o ministério do jogo do bicho, procurando associá-lo à contravenção penal²²². Por essa declaração, Brizola recusou-se a cumprimentá-lo em debate promovido pela Federação dos Supermercados do Rio de Janeiro e, com o dedo em riste a Maluf, pediu que lhe “respeitasse, ao menos, os seus cabelos brancos”; ainda no evento, um malufista provocou Brizola ao acusá-lo de ter saído do Brasil em 1964 vestido de mulher, ao passo que o pedetista acusou a plateia – que havia aplaudido a fala do partidário de Maluf – de ser fascista e remanescente de um período ditatorial²²³. Cabe destacar que a acusação de que Brizola teria saído do Brasil em 1964 vestido de mulher não encontra corroboração com a bibliografia consultada sobre o trabalhista, segundo a qual é possível afirmar que ele fugiu ao Uruguai vestido com o uniforme da Brigada Militar gaúcha (LEITE FILHO, 2008, p.287-292).

No dia seguinte ao embate com Paulo Maluf, Brizola voltaria a ser questionado por repórter do SBT sobre a fuga vestido de mulher e afirmou, em tom irônico, que tomara emprestado as calcinhas dela. Na mesma entrevista, foi indagado sobre o demasiado aumento

²²¹ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em ago.1989.

²²² Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 22 ago.1989.

²²³ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 31 ago.1989.

do tráfico de drogas em sua gestão fluminense e, irritado, afirmou: “Ora, minha filha, eu também ouvi dizer que você gosta de pó. Eu não posso crer que uma moça como você possa fazer isso”²²⁴; cabe ressaltar que a entrevista não fora exibida inicialmente no SBT, mas no *Jornal Hoje*, noticiário televisivo da Rede Globo no início da tarde, conforme publicou o *JB*²²⁵. O pedetista publicaria nota, no dia seguinte à declaração, pedindo desculpas à repórter (noticiada nos seis jornais), e o veículo de Nascimento Brito foi o único matutino que teceu elogios ao gesto, pontuando que Brizola conseguira virar o jogo em 24 horas com esse aceno de nobreza, diferentemente de Maluf com sua declaração sobre estupro e que não fora objeto de reparação²²⁶.

Sobre essa declaração de Brizola, *OG* publicou que o líder pedetista havia perdido as estribeiras pelo fato da repórter ter feito perguntas que não lhe agradaram; entretanto, o jornal omitiu, na matéria, as perguntas da jornalista, destacando apenas as declarações de Brizola²²⁷. Na *FSP*, a repreensão à fala foi veiculada na coluna *Brasília* através de Gilberto Dimenstein, que ressaltou a falta de educação do candidato trabalhista com a repórter²²⁸. Já *OESP* foi o único, dentre os periódicos analisados, que teceu críticas mais contundentes, afirmando:

A frase, machista e de mau gosto, revela despreparo de um político que se mostra inábil ao enfrentar as dificuldades naturais do contato com os meios de comunicação num regime aberto, no qual devem prevalecer o pluralismo e a tolerância. [...] O episódio serve para mostrar algo que Brizola buscava ocultar, que é a personagem do caudilho provinciano e truculento, permanentemente disposto a responder a um argumento contrário com uma bofetada ou mesmo a utilizar a violência física como meio de persuasão política. [...] A imperdoável grosseria do candidato contra a repórter do SBT em Campo Grande reflete o desespero de alguém que se considera líder messiânico e que vê tornar-se miragem sua pretensão de governar e “salvar” o Brasil, pela decisão majoritária da sociedade interessada nos destinos deste país. Por isso, pode até ser explicada. Mas é impossível justificá-la, pois o mínimo que se espera de um cidadão é que tenha educação²²⁹.

Por sua vez, os jornais gaúchos não teceram críticas ao trabalhista sobre o episódio, mas apenas o *CP* procurou informar ao leitor se o rumor de que Brizola havia fugido vestido de mulher era verdadeiro. Como matéria principal, na segunda página de sua edição dominical, o periódico destacou, através de depoimentos de amigos de Brizola que o ajudaram a sair do país,

²²⁴ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 01 set.1989.

²²⁵ *Jornal do Brasil*, Primeiro Caderno, 02 set. 1989, p.1.

²²⁶ *Idem*.

²²⁷ *O Globo*, Primeiro Caderno, 01 set. 1989, p.3.

²²⁸ *Folha de S. Paulo*, Brasília, 02 set. 1989.

²²⁹ *O Estado de S. Paulo*, Editorial, 02 set. 1989, p.3.

que o político vestira uniforme da Brigada Militar na fuga²³⁰; já o *ZH* destacou, em pequena matéria informativa, o incidente com a repórter e sem apresentar juízo de valor²³¹.

Em relação ao comportamento dos jornais sobre o episódio, pode-se afirmar que apenas o *CP* utilizou o passado histórico para responder ao questionamento, procurando fontes próximas ao trabalhista em sua fuga ao Uruguai para elucidar a questão. Por sua vez, ao omitir a pergunta da repórter, *OG* induziu o leitor a pensar que Brizola perdera a calma sem motivo aparente e que era algo típico de seu comportamento agressivo e imprevisível, o que não era condizente com o cargo de presidente do Brasil. Já o elogio do *JB* às suas desculpas foi um contraponto ao comportamento de seu concorrente, visto que a Rede Globo exibiu, em primeira mão, as imagens da entrevista e não dedicou o mesmo espaço e tempo (televisivos) para a retratação do trabalhista; com isso, o *JB* buscou transmitir ao leitor uma imagem de imparcial, visto que publicara a resposta de Brizola em espaço semelhante à da entrevista que gerou o ocorrido.

Por sua vez, *OESP* foi o mais incisivo nas críticas e generalista nos ataques, tomando como referência que a grosseria de Brizola exemplificava todo o seu comportamento e histórico político, algo não condizente com o cargo pretendido. Diferentemente do *JB*, *OESP* não utilizou o mesmo espaço editorial para destacar a retratação do pedetista e nem “o perdoou”, visto que afirmara ter se tratado de “imperdoável grosseria”. Ao tachar Brizola de “caudilho provinciano e truculento”, o periódico sinalizava que o trabalhista estava totalmente ultrapassado e com um comportamento típico do pré-64, que não seria mais condizente com a “modernidade” dos novos tempos.

Após um mês de agosto marcado por confrontos e discussões entre os candidatos, em setembro, teria início o Horário Eleitoral Gratuito, com dois programas diários na televisão e no rádio. Com 22 minutos diários (11 por programa), Ulysses Guimarães seria o candidato com maior tempo para expor suas ideias, fruto da legislação eleitoral existente que garantia o tempo de cada partido pelo número de parlamentares que a agremiação possuía. Por outro lado, os candidatos cujos partidos não dispunham de parlamentares (especialmente os “microcandidatos”) possuiriam 30 segundos diários no espaço. Os primeiros colocados nas pesquisas eleitorais até então – Collor e Brizola – teriam o mesmo tempo diário de 10 minutos²³². Nesse espaço, os candidatos apresentavam suas propostas ao país, criticavam seus opositores e destacavam os comícios e apoios recebidos por todo o Brasil. Parte importante dos

²³⁰ *Correio do Povo*, Primeiro Caderno, 10 set. 1989, p.2.

²³¹ *Zero Hora*, Primeiro Caderno, 01 set. 1989, p.10.

²³² Consulta às edições diárias nos seis jornais enfocados publicadas em set.1989.

programas eram os *jingles* eleitorais, destacando-se especialmente os de Brizola²³³ (interpretado por Beth Carvalho) e Lula²³⁴ (composta por Hilton Acioli e interpretada por artistas como Marieta Severo, Chico Buarque, Malu Mader, Betty Faria, Hugo Carvana, etc).

Todos os jornais veiculavam os programas televisivos eleitorais, destacando os principais pontos apresentados pelos candidatos que dispunham de mais de 30 segundos diários. Nesse sentido, o *JB* foi o único matutino a reservar um espaço para avaliação crítica diária dos programas, que ficou a cargo do jornalista e analista de campanhas eleitorais Marcelo Medeiros. Segundo o crítico, os programas televisivos mais bem elaborados eram o de Lula, Collor e Paulo Maluf, sendo o do petista o mais bem avaliado de acordo com o especialista, sobressaindo-se por suas criativas produções, participações de artistas e pelo quadro “Rede Povo”, paródia da Rede Globo de Televisão, que salientava em tom bem-humorado os principais pontos da campanha petista. Os programas de Collor apresentavam um visual moderno, jovial e comunicativo, enquanto os de Maluf se destacavam pela produção de uma telenovela em que o candidato era um dos personagens envolvidos e apresentava suas propostas. Por outro lado, o programa de Brizola não era bem-avaliado pelo crítico, notadamente por apresentar longas falas do pedetista em detrimento de produções mais elaboradas, além de focar insistentemente nas crianças e CIEPs²³⁵.

Ainda que produzisse um programa eleitoral televisivo elogiado, Collor começaria a cair em todas as pesquisas eleitorais no final de setembro, e Guilherme Afif – posicionado no seu mesmo espectro ideológico – veria seus índices de intenção de votos aumentarem, alcançando o terceiro lugar e ameaçando Brizola na disputa de uma vaga ao segundo turno. Não obstante fosse mais fácil o pedetista ser ultrapassado pelo liberal, o candidato que mais perdeu com a subida de Afif foi Collor, sobretudo por disputarem o mesmo tipo de voto e Brizola possuir seu eleitorado cativo²³⁶.

Pelo crescimento nas pesquisas, o candidato do PL seria alvo dos ataques do alagoano, que, apesar de não comparecer aos debates, desafiou-o a um embate direto²³⁷. Por sua vez, o liberal procurou evitar a polarização com Collor e se voltou aos comícios e carreatas,

²³³ A letra da canção era: “Lá, lá, lá, lá, Brizola/Lá, lá, lá, lá, Brizola/Brizola presidente só pode nos trazer/Um tempo bem melhor pra se viver”.

²³⁴ Denominada de Lula Lá/Sem medo de ser feliz, a canção possuía a seguinte letra: “Lula lá, brilha uma estrela/Lula lá, cresce a esperança/Lula lá, o Brasil criança/Na alegria de se abraçar/Lula Lá, com sinceridade/Lula lá, com toda certeza/Pra você meu primeiro voto/Pra fazer brilhar nossa estrela”.

²³⁵ Consulta às edições diárias do *JB* publicadas no período de set.1989/out.1989.

²³⁶ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de set.1989/out.1989.

²³⁷ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 08 out.1989.

oportunidades em que apresentava seu plano de governo à população²³⁸. Todavia, sua estratégia não surtiu efeito e, com os ataques de Collor e um desempenho considerado aquém das expectativas no debate de outubro na BAND – especialmente por parte de um candidato ascendente –, Afif começou a cair em todas as pesquisas eleitorais e não voltaria mais a subir, terminando o pleito em sexto lugar²³⁹.

Embora ideologicamente próximos, Collor e Guilherme Afif se diferenciavam no enfoque das propostas e na imagem perante o eleitorado. O candidato do PRN, mesmo que com propostas liberais, colocava-as em segundo plano nos seus discursos, que eram predominantemente sobre moralismo – “Caça aos Marajás” – e ataques ao presidente Sarney, alvo fácil para críticas devido à sua baixíssima popularidade; por sua vez, Afif focalizava o discurso liberal na economia e necessidade de redução do tamanho do estado. Já na imagem perante o eleitorado, ambos se assemelhavam ao procurar transmitir uma jovialidade e modernidade, entretanto o candidato do PL apresentava uma imagem mais de empresário e tecnocrata, enquanto o alagoano era uma personalidade política mais carismática. Todavia, para Brizola, ambos não passavam de “filhotes da ditadura” e “novos rostos da direita”, visto que foram integrantes do PDS no passado e apoiadores do regime militar²⁴⁰; com isso, o trabalhista procurava desconstruir a imagem de modernidade e jovialidade dos dois adversários, sobretudo por terem feito parte de um passado ultrapassado e fracassado que foi a Ditadura Militar.

Nome respeitado da direita conservadora, Aureliano Chaves não ultrapassava o 1% em todas as pesquisas eleitorais divulgadas, sendo visto como fora da disputa e, por essa razão, passou-se a especular que o PFL o trocaria por um candidato mais viável eleitoralmente (a legislação eleitoral permitia essa troca), tendo sido Sílvio Santos o mais cotado; entretanto, o candidato pefelista se recusou a renunciar²⁴¹. Com o governo reprovado pela maioria da população, Sarney estava alheio ao processo eleitoral, não apoiando especificamente nenhum candidato à sua sucessão²⁴², embora respondesse às críticas que recebia dos candidatos, sendo a maioria de Collor. A partir disso, o presidente começou a planejar o lançamento de uma candidatura que pudesse fazer frente à do alagoano e que não necessitasse de seu endosso público, o que poderia até ser prejudicial. Com Brizola estagnado nas pesquisas eleitorais e

²³⁸ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em out.1989.

²³⁹ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de out.1989/ 15 nov.1989.

²⁴⁰ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de set.1989/out.1989.

²⁴¹ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 23 out.1989.

²⁴² Por não apoiar nenhum candidato, Sarney “liberou” seus ministros a endossarem candidaturas que preferissem, sendo que a maioria optou por Covas. Chefe da família mais poderosa do Maranhão, o presidente – através de seus correligionários, cuja maior representação era através de Sarney Filho – apoiava Brizola no estado, visto que seu maior opositor – João Castelo (PRN) – endossava Collor.

sendo ainda um ferrenho opositor do Governo Federal, Sarney procurou Sílvio Santos, designando para a tarefa os seus mais hábeis e confiáveis articuladores, os senadores pefelistas Marcondes Gadelha, Edison Lobão e Hugo Napoleão²⁴³.

No momento em que Aureliano Chaves se recusou a abandonar sua candidatura, o Planalto procurou outra sigla para o comunicador, chegando-se assim ao acordo de uma substituição a Armando Corrêa no minúsculo PMB, tendo ainda Marcondes Gadelha como vice. O anúncio oficial de sua candidatura, em 31 de outubro, levou os principais candidatos e todos os jornais analisados a criticarem a manobra patrocinada pelo Planalto e denunciada como irregular²⁴⁴. O comunicador passou a liderar todas as pesquisas eleitorais, tirando voto de todos os candidatos – Collor (já em queda nas pesquisas) e Lula (em ascensão) foram os mais prejudicados, enquanto Brizola (estagnado) foi pouco afetado – e embolando ainda mais a campanha, visto ter grandes chances de ir ao segundo turno contra estes três citados²⁴⁵. Sua candidatura foi alvo de pedidos de impugnação de diversos partidos, o que ocorreu em 9 de novembro, quando, por 7 votos a 0, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a julgou irregular por entender que o proprietário do SBT era inelegível por ser concessionário de televisão e o PMB ser inexistente segundo a legislação eleitoral²⁴⁶.

A candidatura do apresentador foi responsável por repúdios em todos os jornais, sendo que o de maior oposição foi *OG*, gerando rumores do rompimento das relações entre Roberto Marinho e Sarney, o que faria com que o empresário se movesse ao campo oposicionista após mais de 25 anos (última vez, havia sido no governo Jango); por outro lado, *OG* negou que isso tivesse ocorrido e afirmou que Marinho e o presidente ainda mantinham uma antiga e sólida amizade²⁴⁷. Sobre o ataque unânime da imprensa à candidatura de Sílvio Santos, Caio Túlio Costa foi o único jornalista analisado que questionou se isso não seria exagerado pelo fato da inexperiência política e origem do comunicador e se o mesmo seria feito caso os candidatos fossem Antônio Ermírio de Moraes ou Jânio Quadros²⁴⁸.

Cabe ressaltar que esse foi o único acontecimento da campanha com reação uniforme de repúdio em todos os seis jornais, visto que nos outros fatos analisados, pelo menos um dos veículos se isentou ou minimizou o ocorrido; mesmo assim, a maior cobertura da candidatura do comunicador, sempre em tom crítico e denunciando a irregularidade, foi feita pelo *OG*.

²⁴³ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em out.1989.

²⁴⁴ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 01 nov.1989.

²⁴⁵ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 01 nov.1989/08 nov.1989.

²⁴⁶ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 10 nov.1989.

²⁴⁷ *O Globo*, Primeiro Caderno, 10 nov. 1989, p.1.

²⁴⁸ *Folha de S. Paulo*, Ombudsman, 05 nov. 1989, p.5.

Pode-se afirmar que a candidatura de Sílvio Santos ia de encontro aos interesses de Roberto Marinho, visto que era um de seus principais concorrentes e também porque afetava diretamente Collor – ameaçado de não ir ao segundo turno –, então apoiado por ele. O pior cenário para o proprietário das Organizações Globo seria um turno final entre o dono do SBT e Brizola, o que configuraria uma derrota certa a ele. Entretanto, os motivos eram diferentes: com Sílvio Santos, o problema era exclusivamente comercial, de um concorrente dos negócios, enquanto com Brizola, a questão era ideológica, de desafeto pessoal e também com implicações comerciais; nesse aspecto, cabe ressaltar que o trabalhista ameaçava questionar a concessão da Rede Globo se eleito presidente, conforme será discutido no tópico 3.3.

Após perder a liderança para Collor, nas pesquisas eleitorais em abril, o trabalhista oscilou entre 11% e 16% nos índices de intenção de votos, o que levava todos os colunistas políticos dos seis jornais a destacarem que ele possuía grandes chances de ir ao segundo turno, visto ter um “voto cristalizado” (quando o eleitor votaria com certeza em um candidato). Por outro lado, sua campanha era destacada, por esses mesmos colunistas, como estagnada e que corria sério risco de não ir ao turno final caso surgisse uma candidatura em ascensão. A maior parte de sua votação se devia aos elevados índices de intenção de votos que apresentava nos estados em que fora governador, Rio de Janeiro (50%) e Rio Grande do Sul (60%), conforme será discutido com maiores detalhes no próximo tópico. Era unânime entre os candidatos e os seis jornais que Brizola seria o vitorioso nessas localidades, e a estratégia de seus adversários era disputar os votos que não iriam ao pedetista²⁴⁹.

Por outro lado, todas as pesquisas eleitorais indicavam que o trabalhista não obteria mais do que 3% dos votos válidos em São Paulo e 6% em Minas Gerais, os dois principais colégios eleitorais do país. Com isso, o próprio Brizola buscou concentrar os seus maiores esforços, na campanha, nessas localidades, mas, na reta final, observou que não conseguira concretizar alianças nesses estados e sua votação seria muito baixa, buscando então direcionar seus esforços ao Nordeste e ampliar a sua base eleitoral nos estados fluminense e gaúcho²⁵⁰.

Concomitante à estagnação de Brizola, a candidatura de Lula começou a apresentar ascensão em todas as pesquisas eleitorais a partir de outubro, sobretudo por causa da campanha de rua realizada por sua aguerrida militância e dos programas eleitorais televisivos do PT. Paralelamente, o partido começou a se afastar do discurso radical que apresentara no início da campanha e direcionava seus alvos a Brizola, buscando salientar que o pedetista era

²⁴⁹ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de jul.1989/15 nov.1989.

²⁵⁰ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de out.1989/15 nov.1989.

ultrapassado, realizava alianças com a direita, enquanto o PT seria algo novo e não faria acordos com conservadores. A partir desses esforços, Lula assumiu o segundo lugar em todas as pesquisas eleitorais no final de outubro, embora poucos dias depois, Brizola o ultrapassasse novamente, indicando que a disputa entre os dois, pela vaga ao turno final, perduraria até o dia do pleito²⁵¹.

No final do décimo mês do ano, Guilherme Afif denunciou ao *OESP* a chamada “Operação Deodoro²⁵²”, cujo objetivo era sacrificar sua candidatura para frear a queda de Collor, ao mesmo tempo em que Lula seria inflado em detrimento de Brizola, visto ser mais fácil ao candidato do PRN derrotar o petista em um segundo turno do que o trabalhista. Segundo relato do jornal, Afif não teria aceitado fazer parte da operação, cujo comando coube a Jorge Serpa, a pedido de seu cliente advocatício, Roberto Marinho, que lhe incumbiu inicialmente de impedir a ascensão de Brizola. Baseado em pesquisa de perfil de candidato (jovem, boa aparência e não ligado à política tradicional), Serpa apostou em Collor, enquanto a esquerda liderava as pesquisas e, com a sua ascensão, buscou articulações para uma segunda candidatura conservadora no segundo turno. O advogado pensou em Mário Covas (que não decolou após o discurso sobre “choque de capitalismo”) e, na sequência, em Afif. A partir da estagnação do liberal e subida de Lula, a estratégia foi apostar em crescimento artificial do petista, que fora ajudado, sem saber, com o incentivo para o aumento da participação popular nos comícios do PT²⁵³.

Cabe considerar que, apesar de não serem acusações despropositadas, não foi possível encontrar nada que provasse que a “Operação Deodoro” realmente existiu, ainda mais que *OESP* foi o único jornal analisado que a revelou. Mesmo que a armação afetasse diretamente Brizola e, em menor grau, Guilherme Afif, o fato de ter sido publicada em um jornal extremamente crítico ao trabalhista é algo que contrasta com o comportamento do veículo em relação à campanha do pedetista, visto que o conservador matutino foi responsável por incisivos ataques contra seu nome, sobretudo por questões ideológicas. Entretanto, o próprio periódico não se aprofundou sobre as denúncias de Afif (inclusive não publicou comentários de Brizola sobre a operação) e, como o próprio ocorrido não foi veiculado em nenhum dos outros jornais analisados ou não foi encontrado algo a respeito que o provasse, não é possível assinalar que a “Operação Deodoro” realmente existiu.

²⁵¹ Idem.

²⁵² Nome em alusão ao marechal Deodoro da Fonseca e aos cem anos da Proclamação da República.

²⁵³ *O Estado de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 22 out. 1989, p.11.

Todavia, as acusações do liberal não são despropositadas, pois o “objetivo” da operação se concretizou, conforme demonstra a análise dos jornais, sobretudo pela rápida ascensão de Lula e abrupta queda de Guilherme Afif em todas as pesquisas simultaneamente. Além disso, todos os jornais passaram a publicar, em maior quantidade, notícias sobre a campanha petista e, ainda que algumas não lhe fossem favoráveis (como o Caso Lubeca), o fato é que, a partir de outubro, a candidatura de Lula seria destacada de forma mais abundante do que em comparação com os meses anteriores.

Por sua vez, pode-se alegar que isso foi apenas o efeito do crescimento de sua campanha – programa destacado no horário eleitoral gratuito, engajamento de artistas, aumento de comícios –, mas a menor publicação, ao mesmo tempo, de notícias sobre a campanha do candidato do PL, em todos os seis jornais, permite colocar em dúvida a não existência da “Operação Deodoro”, ainda que não haja nada que a comprove. O fato da operação ter sido idealizada por Roberto Marinho, ferrenho opositor de Brizola e que, segundo Amorim e Passos (2005), foi um dos responsáveis por buscar fraudar as eleições estaduais fluminenses de 1982 no Caso Proconsult (ainda que não se tenha provas sobre a participação do empresário no episódio), permite assinalar que não são despropositadas as acusações de Afif.

Mesmo que nunca tenha comentado sobre essa operação, Brizola sinalizava para sua existência ao afirmar que a candidatura de Lula estava sendo inflada pelos conservadores e pela imprensa para que pudesse ir ao turno final e Collor o derrotasse mais facilmente. O trabalhista afirmava que o candidato petista seria um alvo fácil para o alagoano e que o confronto final exigiria alguém com mais experiência e história, algo que Lula e o PT não possuíam em comparação com ele. Nesse aspecto, a reta final da campanha ficou novamente marcada pela polarização entre Brizola e Lula, e todos os colunistas políticos afirmavam ser incerto apontar quem estaria garantido no turno final e, mesmo que cada um possuísse seus argumentos para indicar o favoritismo de um ou outro, o cenário final do possível adversário de Collor era totalmente incerto²⁵⁴; cabe ressaltar que não está sendo considerada a “candidatura relâmpago” de Sílvio Santos para essa observação, salientando apenas a disputa entre os dois esquerdistas.

Em relação às análises dos colunistas políticos, é possível assinalar o comentário de Castello Branco que, através de uma perspectiva mais criteriosa e comparativa, destacou os pontos fracos e fortes dos candidatos esquerdistas na disputa pela vaga ao segundo turno. Ele salientou que Brizola possuía bases irremovíveis, mas era Lula quem parecia ter maior mobilidade e crescimento homogêneo no país. Na sua análise, o petista ainda possuiria a

²⁵⁴ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de out.1989/15 nov.1989.

capacidade de sensibilizar mais amplas camadas populares do que o trabalhista pelo fato do discurso de oposição e antissistema cair melhor no PT do que no PDT. Por sua vez, ressaltou que o empresariado tinha ainda o temor de uma vitória de Lula e das mudanças radicais em um futuro governo de sua legenda, mas, por outro lado, estimularia o seu crescimento pelo fato de ser mais fácil Collor derrotá-lo, no segundo turno, do que Brizola. Sobre o pedetista, Castello Branco assinalou ainda “sua taxa de periculosidade definida por sua passagem pelo governo de dois estados e, apesar do temperamento que o empurra para o radicalismo”, vinculando-o “a valores mais próximos daqueles que pretendem preservar”. E concluía, “Brizola, afinal, é proprietário rural e sabe se compor politicamente com forças que seriam ainda fator de estabilidade social²⁵⁵”.

Pela análise de Castello Branco, é possível afirmar que, na lógica eleitoral e da campanha, era Lula quem parecia ter mais força para chegar ao segundo turno, especialmente pelo crescimento homogêneo que apresentava. Por outro lado, era perceptível que Collor e os setores conservadores possuíam a preferência de um turno final contra Lula, visto que Brizola era hábil em se favorecer diante de uma polarização, ainda mais diante de um candidato com base em discurso moralista e de passado ligado ao regime militar e a políticas conservadoras. Não obstante Collor pudesse invocar a questão da modernidade e tachar Brizola de ultrapassado, a estratégia era arriscada, e um confronto com Lula se tornava preferível, sobretudo pela pouca experiência política do petista.

Aliado a isso, são lapidares os trechos em que Castello Branco resalta que Brizola já possuía sua “taxa de periculosidade definida” e que sabia “se compor politicamente com forças que seriam ainda fator de estabilidade social”, o que sinalizava que o trabalhista não era mais uma ameaça como fora no pré-64 e que pragmaticamente poderia dialogar com setores conservadores; adicionalmente, Brizola defendia aliança com o que denominava de “conservadores lúcidos”, conforme será discutido com mais detalhes no item 3.2. Por outro lado, Lula era o desconhecido, e seu discurso radical gerava temor nos setores conservadores e empresariais, sobretudo por não observarem a possibilidade de diálogo em um futuro governo petista; entretanto, esses mesmos setores que o temiam, pouco apostavam em sua eleição como presidente, o que o transformava, ao mesmo tempo, no melhor candidato para ir ao turno final e ser derrotado mais tranquilamente por aquele tido, no momento, como o nome mais adequado ao setor conservador e empresarial, que era Collor.

²⁵⁵ *Jornal do Brasil*, Coluna do Castello, 20 out. 1989, p.2.

Com o mesmo objetivo de ir ao turno final, as provocações entre os candidatos de esquerda se tornaram mais frequentes na reta final, e Brizola salientou que sempre tratara bem Lula, mas que este o atacava quando “bebia umas canas²⁵⁶”, ao passo que o petista respondeu que o trabalhista vinha apresentando um desequilíbrio emocional e psicológico²⁵⁷. Conforme destacado em tópico anterior, as críticas do trabalhista ao petista eram direcionadas à inexperiência de seu partido, ao desconhecimento histórico da sigla (sobretudo na política sindical e questão agrária), aparelhamento da CUT e à Igreja progressista, ao moralismo e à ausência de um programa partidário aplicável, visto o PT ter sido formado por um conjunto de grupos e até mesmo contraditórios entre si.

Por sua vez, as principais críticas de Lula ao petista eram sobre Getúlio Vargas – figura da qual Brizola se considerava o principal herdeiro vivo de seu legado –, comparando o ex-presidente a Mussolini, citando ainda as semelhanças entre a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a *Carta del Lavoro* italiana. O líder petista salientava ainda que o petista não permitiria ocupação de terras improdutivas ou desejaria a organização dos trabalhadores, bem como se tratava de um político ultrapassado, populista e caudilho, notadamente por dirigir com mãos de ferro o PDT.

Ao mesmo tempo em que criticava Lula, Brizola elogiava a organização do PT e suas ideias, procurando não causar rompimento entre as siglas, com vistas ao turno final. Para isso, enaltecia as qualidades de Lula, mas ressaltava que o petista não possuía experiências em cargos administrativos e que, para adquiri-las, seria necessário um “treinamento”, o que lhe proporcionaria oferecendo um ministério; por outro lado, não foram observados, nos seis jornais, elogios de Lula ao candidato trabalhista, mas somente críticas de que o seu rival na esquerda era um político ultrapassado²⁵⁸.

Nesse aspecto, é possível considerar que o candidato petista considerava o passado histórico como algo sem importância, e somente a luta real e momentânea da classe trabalhadora seria importante; o oposto entendia Brizola, para quem esse mesmo passado era peça fundamental na concepção das soluções para os problemas do momento e a desconsideração das lutas históricas dos antepassados – que teve origem no trabalhismo de Vargas, segundo o seu entendimento – dificultava, em muito, o atendimento das demandas da classe trabalhadora que permaneciam não sendo atendidas.

²⁵⁶ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 23 out.1989.

²⁵⁷ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 24 out.1989.

²⁵⁸ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de out.1989/15 nov.1989.

Ainda que Brizola e Lula fossem os favoritos a conquistar a vaga final ao segundo turno diante de Collor, a última pesquisa eleitoral (Datafolha, Ibope e Gallup) antes da votação do primeiro turno indicava um empate técnico entre os dois esquerdistas com Covas e Maluf²⁵⁹. Com base nisso, os esforços dos candidatos estariam em mobilizar as suas militâncias para o chamado trabalho de “boca de urna”, em que os partidários se movimentariam para conseguir influenciar o voto do eleitor – especialmente o indeciso – em determinado candidato. A mobilização para a “boca de urna” foi maior no PDT e PT, especificamente por esses partidos possuírem as militâncias mais organizadas. Nesse aspecto, o partido de Lula levaria ainda vantagem sobre o de Brizola, pois tinha uma militância de base maior e mais organizada por todo o país, incluindo militantes civis, parlamentares e artistas. Importante, nesse trabalho, era a vestimenta usada, sendo toda vermelha por parte dos petistas e azul e branca pelos pedetistas, além destes repetirem o uso do lenço vermelho no pescoço igual Brizola²⁶⁰.

No dia 15 de novembro de 1989, o povo brasileiro se dirigiu às urnas para escolher o futuro presidente da República no primeiro turno das eleições presidenciais. O país conheceria o sucessor de José Sarney (PMDB) se algum candidato obtivesse a maioria dos votos válidos na votação – 50% + 1 voto – e, caso contrário, retornaria às urnas, 30 dias após, para escolher os dois mais bem votados no primeiro turno. Na reta final da campanha, todos os seis jornais publicaram que Brizola afirmava constantemente que seria o primeiro a subir no palanque de Lula caso não chegasse ao segundo turno, mas duvidava que o oposto ocorresse²⁶¹.

2.3 REGIONALIZAÇÃO DOS VOTOS AO CANDIDATO PEDETISTA

Conforme indicado nas pesquisas eleitorais, Collor foi o primeiro colocado com 32,47% dos votos, tendo vencido em 23 das 27 federações. Apesar de ter sido vitorioso apenas no Distrito Federal, Lula ficou em segundo com 16,69%, cerca de 450 mil votos a mais do que Brizola, que teve 16,04%. O trabalhista foi vitorioso nos outros três estados – Rio de Janeiro (52,09%), Rio Grande do Sul (62,66%) e Santa Catarina (26,22%) –, mas ficou atrás do petista pelo fato dele possuir uma votação mais homogênea no país, além de seus baixíssimos índices em São Paulo (1,51%) e Minas Gerais (5,40%). O quadro a seguir destaca a votação geral dos nove candidatos mais votados no primeiro turno:

²⁵⁹ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 15 nov.1989.

²⁶⁰ Idem.

²⁶¹ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 01 nov.1989/15 nov.1989.

Quadro 01 – Votação geral dos 9 candidatos mais votados na Eleição Presidencial de 1989

Candidato	Partido	Votos	Proporção
Fernando Collor	PRN	22.611.011	32,47%
Lula	PT	11.622.673	16,69%
Leonel Brizola	PDT	11.168.228	16,04%
Mário Covas	PSDB	7.790.392	11,19%
Paulo Maluf	PDS	5.986.575	8,60%
Guilherme Afif	PL	3.272.462	4,70%
Ulysses Guimarães	PMDB	3.204.932	4,60%
Roberto Freire	PCB	769.123	1,10%
Aureliano Chaves	PFL	600.838	0,86%

Fonte: BRITO, Marcelo. **Atlas das eleições presidenciais no Brasil**. 2020. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/atlasleicoespresidenciais/>>. Acesso em: 15 junho 2020.

Conforme destacado nesse quadro, a disputa entre Lula e Brizola pela vaga no segundo turno foi extremamente parelha, confirmando as pesquisas Datafolha, Gallup e Ibope que indicavam empate técnico. Nesse sentido, uma possível interpretação é de que o fator decisivo ao candidato petista foi o papel da “boca de urna” desempenhado por sua militância, então mais organizada e homogênea por todo o país em comparação com a pedetista. Sobre a derrota do trabalhista para Lula, o cientista político David Fleischer afirmou que:

[...] Brizola perdeu para Lula no primeiro turno em função da baixa penetração do candidato do PDT nos pequenos e médios municípios fora do seu eixo Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, e da boa penetração de Lula nessas áreas. Finalmente, os votos que Brizola contava como certos em Pernambuco, aparentemente foram “desviados” para Lula na última hora (FLEISCHER, 1990, p.21).

Sobre os votos em Pernambuco, Fleischer se refere ao apoio de Miguel Arraes, que desembarcara da candidatura de Ulysses Guimarães. Todavia, o governador não indicou apoio a nenhum candidato no primeiro turno, ainda que os seis jornais especulassem para quem seria. Nesse sentido, o autor entende que Brizola contava com o apoio de Arraes e seus partidários, mas não foi possível corroborar sua afirmação com base nas fontes. O segundo quadro destaca a votação dos candidatos em Pernambuco:

Quadro 02 – Votação em Pernambuco

Pernambuco			
Candidato	Partido	Votos	Participação
Fernando Collor	PRN	1.066.723	37,74%
Lula	PT	950.083	33,62%
Leonel Brizola	PDT	265.511	9,39%
Mário Covas	PSDB	101.047	3,58%
Paulo Maluf	PDS	43.513	1,54%
Guilherme Afif	PL	70.082	2,48%
Ulysses Guimarães	PMDB	89.982	3,18%
Roberto Freire	PCB	98.619	3,49%
Aureliano Chaves	PFL	19.585	0,69%
Outros		121.159	4,29%
Total válidos		2.826.304	

Fonte: Brito, Op. cit.

Pode-se inferir que, embora Miguel Arraes não tenha indicado apoio a nenhum candidato no primeiro turno, a votação de seus partidários foi dirigida a Lula, sobretudo pela ampla distância entre o petista e Brizola. Nesse sentido, a afirmação de Fleischer de que “os votos que Brizola contava como certos em Pernambuco, aparentemente foram ‘desviados’ para Lula na última hora” é insuficiente para destacar que esse fora o principal motivo do petista ter se sobressaído ao trabalhista; para uma análise mais acurada sobre a perda da vaga ao turno final por parte de Brizola, é preciso verificar sua votação nos dois principais colégios eleitorais do país, conforme os quadros três e quatro destacam:

Quadro 03 – Votação em Minas Gerais

Minas Gerais			
Candidato	Partido	Votos	Participação
Fernando Collor	PRN	2.800.546	36,12%
Lula	PT	1.792.281	23,11%
Leonel Brizola	PDT	418.782	5,40%
Mário Covas	PSDB	798.859	10,30%
Paulo Maluf	PDS	275.593	3,55%
Guilherme Afif	PL	502.804	6,48%
Ulysses Guimarães	PMDB	459.093	5,92%
Roberto Freire	PCB	99.635	1,28%
Aureliano Chaves	PFL	226.974	2,93%
Outros		379.578	4,90%
Total válidos		7.754.145	

Fonte: Brito, Op. cit.

Quadro 04 – Votação em São Paulo

São Paulo			
Candidato	Partido	Votos	Participação
Fernando Collor	PRN	4.080.754	24,39%
Lula	PT	2.920.569	17,46%
Leonel Brizola	PDT	252.484	1,51%
Mário Covas	PSDB	3.801.106	22,72%
Paulo Maluf	PDS	3.931.422	23,50%
Guilherme Afif	PL	807.401	4,83%
Ulysses Guimarães	PMDB	330.802	1,98%
Roberto Freire	PCB	140.480	0,84%
Aureliano Chaves	PFL	69.243	0,41%
Outros		394.948	2,36%
Total válidos		16.729.209	

Fonte: Brito, Op. cit.

No estado mineiro, Brizola amargou o sexto lugar, atrás até de nomes como Guilherme Afif e Ulysses Guimarães; cabe ressaltar a pífia votação de Aureliano Chaves em seu local de origem, o que demonstra o fracasso de sua campanha e, embora disposto em um dos principais partidos do país, não conseguiu angariar apoios e terminou em oitavo lugar no estado em que fora governador. Já Brizola nunca passou dos 8% de intenções de votos em Minas Gerais, no Datafolha, Ibope e Gallup durante todo o período analisado e, diante do baixo índice apresentado no estado, preferiu abandoná-lo na reta final da campanha e direcionar seus esforços para outras localidades.

Segundo análise da historiadora Lucília de Almeida Neves sobre o trabalhismo, publicada no *JB*, a explicação para os baixos índices de intenção de votos de Brizola no estado mineiro é histórica, pois a corrente ideológica originada a partir de Getúlio Vargas nunca foi forte ou prosperou na localidade. Neves afirmou que, no pré-64, partidos como PSD e UDN dominavam a política mineira e o PTB avançava mais lentamente em função da tardia industrialização do estado, que começou a se acelerar nos anos 1960. Com o golpe de 1964, os segmentos que estavam no entorno de Tancredo Neves – herdeiro do getulismo no estado – migraram para o MDB e ali permaneceram. Nesse sentido, o PMDB ainda era a principal sigla em Minas Gerais e elegeu o próprio Tancredo Neves ao governo do estado em 1982, bem como Newton Cardoso em 1986. Além disso, Neves destacou que, ao buscar reorganizar o PTB no estado, Brizola constatou que os antigos líderes trabalhistas haviam morrido e os trabalhadores foram buscar outro interlocutor, o PT²⁶².

Já em São Paulo, o maior colégio eleitoral do Brasil, Brizola amargou um sétimo lugar na disputa e sem conseguir atingir os 2% dos votos válidos. Por ser o estado com o maior de número de candidatos, todos os colunistas políticos dos seis jornais destacavam que o trabalhista poderia se beneficiar da distribuição de votos entre os presidenciáveis paulistas para conseguir compensar a baixa votação que provavelmente teria no estado. Cabe ressaltar que o pedetista nunca ultrapassara os 5% das intenções de votos em todas as pesquisas eleitorais realizadas durante o período analisado, o que indicava que teria uma pequena votação em São Paulo. Adicionalmente, o estado paulista era ainda o principal reduto eleitoral de seus dois maiores adversários no campo progressista – Lula e Mário Covas –, que tiveram juntos 40% dos votos válidos.

Em análise sobre os baixos índices de intenção de votos de Brizola em São Paulo, Castello Branco ressaltou a histórica rejeição do estado mais rico brasileiro ao trabalhismo e que a principal liderança na localidade fora Ivete Vargas, política gaúcha, de orientação pragmática e longe de expressar a orientação doutrinária trabalhista. O jornalista salientou que a má imagem deixada pelo PTB pré-64 no estado e o fato das lideranças paulistas de origem populista terem sido Adhemar de Barros e Jânio Quadros (com altas taxas de rejeição) contribuíram para a dificuldade de Brizola penetrar São Paulo²⁶³.

Por sua vez, a socióloga Maria Victoria Benevides (1989, s.p.) assinala que não era de interesse das lideranças nacionais do partido (maior parte rio-grandenses) que o PTB fosse forte

²⁶² *Jornal do Brasil*, Primeiro Caderno, 14 ago. 1989, p.4.

²⁶³ *Jornal do Brasil*, Coluna do Castello, 15 jul. 1989, p.2.

em São Paulo, o que ameaçaria a hegemonia gaúcha no controle da sigla; adicionalmente, a socióloga destaca outras questões que impediram o fortalecimento da agremiação no estado, como: personalismo e caciquismo dos dirigentes (especialmente Ivete Vargas e Hugo Borghi) que impediram ascensão de verdadeiras lideranças populares, divisões no movimento sindical e constante indefinição programática (BENEVIDES, 1989, s.p.).

Nesse sentido, é possível afirmar que a questão histórica foi a principal razão para o baixo índice de votos de Brizola em São Paulo, visto que, ainda que não estivesse no PTB, o político era destacado como a principal liderança trabalhista no país, o que lhe conferia também uma enorme rejeição no estado mais rico do Brasil. Conforme consulta aos seis jornais, todos os analistas políticos indicavam que Brizola deveria compensar sua possível baixa votação em São Paulo com expressivas vitórias no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, considerados seus redutos eleitorais.

Todavia, o pedetista teve uma votação no estado paulista menor do que as pesquisas eleitorais indicavam – Brizola nunca esteve abaixo dos 2% das intenções de votos no Datafolha, Ibope e Gallup –, o que permite assinalar que o seu sufrágio em São Paulo foi o principal motivo para não ir ao segundo turno, visto que seu principal oponente, Lula, teve 2,7 milhões de votos a mais. Além disso, pode-se destacar que a votação obtida por Guilherme Afif – que, embora não fosse seu concorrente ideológico, obteve sufrágio semelhante ao indicado a Brizola pelas pesquisas eleitorais – seria o suficiente para que o trabalhista se classificasse ao segundo turno, embora isso não pudesse ser previsto antes do resultado final.

Em relação ao posicionamento da *FSP* e de *OESP* sobre a candidatura de Brizola, é possível destacar que esses jornais apresentaram comportamento crítico em relação ao trabalhista – conforme pode ser observado nos tópicos 2.1 e 2.2 e com maior detalhamento no próximo capítulo –, mas isso é insuficiente para justificar a baixa votação obtida pelo pedetista em São Paulo, sobretudo porque o mesmo tipo de posicionamento foi observado nos periódicos cariocas e Brizola obteve expressiva vitória no Rio de Janeiro, conforme é destacado no quinto quadro:

Quadro 05 – Votação no Rio de Janeiro

Candidato	Partido	Votos	Participação
Fernando Collor	PRN	1.189.385	16,07%
Lula	PT	904.223	12,22%
Leonel Brizola	PDT	3.855.561	52,09%
Mário Covas	PSDB	643.786	8,70%
Paulo Maluf	PDS	115.656	1,56%
Guilherme Afif	PL	191.751	2,59%
Ulysses Guimarães	PMDB	124.752	1,69%
Roberto Freire	PCB	154.021	2,08%
Aureliano Chaves	PFL	48.640	0,66%
Outros		173.728	2,35%
Total válidos		7.401.503	

Fonte: Brito, Op. cit.

No estado em que fora governador pela segunda vez, Brizola nunca deixou de estar à frente em todas as pesquisas eleitorais, variando sempre entre 48% e 53% dos índices de intenção de votos no Datafolha, Ibope e Gallup durante todo o período analisado. Por sua vez, seu oponente mais próximo, Collor, atingiu o ápice, nessas pesquisas eleitorais, durante o mês de julho, quando obteve cerca de 25% das intenções de votos; todavia, o alagoano seguiu sua tendência nacional e foi gradualmente declinando até obter 16% dos votos válidos no primeiro turno, no estado fluminense.

É possível afirmar que o índice de intenção de votos de Brizola foi fruto da base pedetista/brizolista no estado, bem como da rejeição a Moreira Franco; nesse sentido, cabe ressaltar que o maior índice de votos obtido pelo PDT no estado fluminense foi em 1986, quando Darcy Ribeiro obteve 35,88% dos votos válidos, cerca de 1,5 ponto percentual a mais do que o próprio Brizola obtivera em 1982. Segundo destacado pelos colunistas políticos do *JB* e *OG* durante todo o período analisado, a base de apoio a Brizola era composta por cidadãos de baixa renda e moradores de regiões mais pobres como a Zona Oeste carioca e a Baixada Fluminense, região que comportava cidades como Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Belford Roxo e Nilópolis.

Todavia, não foi observada nenhuma explicação, em *OG* e no *JB*, durante todo o período analisado, sobre o porquê Brizola possuía cerca de 15 pontos percentuais a mais do recorde obtido pelo PDT em 1986, o que permite inferir que seu índice médio de 50% de intenção de votos nas pesquisas eleitorais foi obtido a partir de sua base eleitoral acrescida dos eleitores insatisfeitos com o governo Moreira Franco e que passaram a valorizar as realizações da gestão

brizolista ou concordar com suas propostas ao país. Nesse aspecto, a razão de o *JB* e *OG* não explicarem os índices de votos de Brizola em 1989 pode ser no sentido de não ressaltarem o fracasso, à época, do governador pemedebista (especialmente *OG*, visto que Roberto Marinho fora um dos principais apoiadores do candidato do PMDB), conforme será discutido com maiores detalhes no item 3.3. Adicionalmente, a expressiva votação de Brizola no Rio de Janeiro pode ser explicada pelo fato de que o pedetista era o único candidato com passagem pela política no estado e, embora nascido no Rio Grande do Sul, se elegera deputado federal pela Guanabara em 1962 e, desde seu retorno ao Brasil, estava envolvido diretamente na política fluminense. Por sua vez, a rejeição a Moreira Franco pode ser exemplificada através do baixíssimo índice de votos de Ulysses Guimarães, a quem o governador fluminense manteve o apoio durante toda a campanha²⁶⁴.

Além de vitorioso no Rio de Janeiro, Brizola foi o candidato mais votado em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, conforme pode ser destacado nos dois próximos quadros:

Quadro 06 – Votação em Santa Catarina

Santa Catarina			
Candidato	Partido	Votos	Participação
Fernando Collor	PRN	566.990	23,52%
Lula	PT	255.015	10,58%
Leonel Brizola	PDT	632.170	26,22%
Mário Covas	PSDB	177.980	7,38%
Paulo Maluf	PDS	236.151	9,79%
Guilherme Afif	PL	206.957	8,58%
Ulysses Guimarães	PMDB	242.757	10,07%
Roberto Freire	PCB	13.965	0,58%
Aureliano Chaves	PFL	10.101	0,42%
Outros		68.976	2,86%
Total válidos		2.411.062	

Fonte: Brito, Op. cit.

²⁶⁴ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 15 nov.1988/15 nov.1989.

Quadro 07 – Votação no Rio Grande do Sul

Candidato	Partido	Votos	Participação
Fernando Collor	PRN	480.842	9,23%
Lula	PT	350.062	6,72%
Leonel Brizola	PDT	3.262.925	62,66%
Mário Covas	PSDB	249.384	4,79%
Paulo Maluf	PDS	309.406	5,94%
Guilherme Afif	PL	178.311	3,42%
Ulysses Guimarães	PMDB	185.433	3,56%
Roberto Freire	PCB	45.475	0,87%
Aureliano Chaves	PFL	19.290	0,37%
Outros		126.061	2,42%
Total válidos		5.207.189	

Fonte: Brito, Op. cit.

A vitória no estado catarinense pode ser explicada pela proximidade e influência do Rio Grande do Sul, local em que Brizola obteve o seu maior êxito proporcional. Por sua vez, o triunfo no estado rio-grandense foi o segundo maior da eleição em proporção, atrás apenas de Collor em Alagoas, com 64,38%. Cabe destacar que durante todo o período analisado, Brizola nunca esteve abaixo dos 50% das intenções de voto e, à medida que o pleito se aproximava, o trabalhista via seu índice aumentar nas pesquisas Datafolha, Ibope e Gallup realizadas no estado gaúcho.

Chama a atenção a sua expressiva votação no Rio Grande do Sul, ainda mais considerando que o político estava afastado politicamente do estado desde 1962, ano em que findara seu governo e se elegera deputado federal pela Guanabara. Após, suas maiores atuações políticas no estado gaúcho foram na tentativa de organizar uma resistência civil e repetir a Campanha da Legalidade contra o golpe dirigido a Jango e seu retorno ao Brasil, após 15 anos de exílio, quando escolheu São Borja – terra natal de Getúlio Vargas e João Goulart – para marcar o regresso ao país.

Cabe ressaltar que seu governo rio-grandense foi marcado por expressivos feitos – encampação de empresas estrangeiras, reforma agrária, massiva construção de escolas, implantação da Aços Finos Piratini e Refinaria de Petróleo Alberto Pasqualini, criação da Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, etc. – sendo o mais notável o movimento que garantiu a posse de Jango, a Campanha da Legalidade, conforme será discutido no tópico 3.2; por outro lado, Brizola não conseguiu eleger seu sucessor e viu o governo do estado cair nas mãos de seu principal rival político, Ildo Meneguetti (PSD).

Além disso, o PDT era bem organizado no Rio Grande do Sul e tinha conquistado a prefeitura de Porto Alegre em 1985 com Alceu Collares; cabe ressaltar que a agremiação se declarava como a legítima sucessora do trabalhismo de Vargas e Jango e que o estado gaúcho fora a localidade em que essa corrente ideológica mais prosperou, sobretudo pela liderança, no pré-64, dos ex-presidentes gaúchos, além de Brizola, Alberto Pasqualini e Fernando Ferrari. Destes, apenas Brizola ainda era vivo em 1989 e, desde a morte de Jango em 1976, se tornara a principal referência trabalhista.

Não obstante a tradição trabalhista pudesse ser destacada no Rio Grande do Sul, ela é insuficiente para explicar a expressiva votação de Brizola em 1989, no estado. O mesmo raciocínio se aplica às realizações passadas do pedetista em seu governo gaúcho (por mais bem avaliadas que fossem) ou à sua atuação na Campanha da Legalidade, pois ocorreram em um passado histórico mais distante. Além do mais, caso isso fosse verdadeiro, o PDT seria a força dominante no estado e teria facilmente eleito os governadores em 1982 e 1986. O fato de se autodeclarar o sucessor legítimo de Vargas e Jango também é insuficiente, pois, por mais que fossem idolatrados no Rio Grande do Sul – especialmente Getúlio –, foram políticos com atuações em um passado histórico mais distante.

Em relação ao comportamento do *CP* e *ZH* em relação à candidatura de Brizola, foi observado, durante todo o período analisado, que esses veículos não o endossaram, embora também não o detrassem ou buscassem posicionar, de forma negativa, sua candidatura para seus leitores, conforme foi observado nos jornais de São Paulo e Rio de Janeiro. Nesse sentido, a campanha do trabalhista foi veiculada de forma mais distanciada e recebia maior atenção durante suas visitas ao estado, assim como em relação aos outros candidatos. Conforme observado nos dois jornais gaúchos, durante todo o período analisado, o governo Sarney colocava o Rio Grande do Sul em segundo plano em relação aos estados do Sudeste e Nordeste, fato que foi bastante criticado pelo *ZH* e *CP* nas edições analisadas; nesse sentido, a manchete “O patético Sarney²⁶⁵” do *CP* ilustra a questão e, embora seu concorrente não tenha utilizado tais termos em suas manchetes para definir a atuação do presidente, seus editoriais eram extremamente críticos ao mandatário da nação e suas políticas, que menosprezavam o estado gaúcho. Adicionalmente, ambos destacavam, em seus editoriais, que após o fim do segundo governo Vargas, o estado passou a ser gradualmente ignorado pelo Governo Federal, incluindo as gestões dos gaúchos Médici e Geisel²⁶⁶.

²⁶⁵ *Correio do Povo*, Primeiro Caderno, 09 abr. 1989, p.1.

²⁶⁶ Consulta às edições diárias do *CP* e *ZH* publicadas no período de 15 nov.1988/15 nov.1989.

Nesse sentido, a ausência de críticas desses dois jornais a Brizola pode ser entendida no sentido de que o pedetista representava uma esperança de retomada da grandeza do Rio Grande do Sul, visto que o político nunca negara suas origens e mesmo que não residisse há quase 30 anos por lá, ainda era muito ligado à região e seu povo e afirmava constantemente, em suas visitas, que faria o estado retomar sua grandeza como nos tempos de Getúlio Vargas²⁶⁷. Nesse aspecto, é possível afirmar que o *CP* e *ZH* não endossavam Brizola por serem veículos liberais – algo oposto à ideologia do trabalhista –, mas também não utilizavam expedientes discursivos para criticá-lo, notadamente pelo fato de que o que estava em jogo era a retomada do protagonismo do Rio Grande do Sul.

Por ser também o único candidato gaúcho, Brizola se posicionava como o favorito no estado e não foi observado, durante o período analisado, nenhuma declaração de seus opositores sobre “roubar sua liderança”, mas apenas sobre conquistar os votos restantes. Nesse aspecto, pode-se afirmar que o Rio Grande do Sul teve duas eleições paralelas: uma era a de Brizola e consistia apenas em saber qual seria sua votação máxima, enquanto a outra disputa se ampliava aos candidatos restantes (que pegariam as “sobras” de voto do trabalhista) e, nesse sentido, foi mais parelha – ninguém atingiu os 10% dos votos válidos – e Collor se saiu vitorioso, embora extremamente distante de Brizola.

O fato de que o pedetista era o único presidenciável gaúcho pode ser destacado como principal razão de sua expressiva votação no estado rio-grandense; isso pode ser simbolizado através do mote lançado por seus partidários: “gaúcho vota em gaúcho”, o que permite assinalar que a tradição gaúcha e o fato de Brizola simbolizar essa questão fossem o fator preponderante para explicar sua ampla vitória em seu estado natal. Por sua vez, o “deslocamento” do Rio Grande do Sul em relação aos outros estados por parte do Governo Federal, o trabalhismo enquanto tradição política – sobretudo pelo fato de se posicionar como legítimo herdeiro de Vargas e Jango – e sua expressiva atuação na política gaúcha no pré-64 devem também ser considerados na análise de seu êxito, embora por si só não expliquem corretamente o acontecimento.

Em relação aos apoios conquistados dos outros candidatos no turno final, Collor conseguiu a adesão dos conservadores como Paulo Maluf, Guilherme Afif e Ronaldo Caiado, enquanto Lula teve o apoio de políticos mais progressistas, como Brizola, Mário Covas e Roberto Freire; com o PMDB dividido, Ulysses Guimarães indicou apoio ao petista, que

²⁶⁷ Idem.

recusou sua adesão. O maior apoio conquistado por parte de Lula foi o do líder pedetista, entretanto não foi fácil conquistá-lo, conforme destaca Guilherme (2016, p.103):

Quem parece não ter assimilado a derrota no primeiro turno foi Leonel Brizola: num primeiro momento, não reconheceu a vitória de Lula sobre ele, lançou dúvidas sobre a apuração e pediu recontagem, acusou a Igreja católica de ter feito campanha por Lula e contra ele e sugeriu que Lula e ele renunciassem em benefício à ida de Covas para o segundo turno. Foram quase duas semanas de negociações entre petistas e pedetistas. Brizola declarou apoio a Lula, gravou inserções para a TV e subiu no palanque, desde que José Paulo Bisol, candidato a vice, não estivesse presente.

Embora o apoio do trabalhista viesse após duas semanas de negociações, foi decisivo para Lula, especialmente por ter ocorrido uma das maiores transferências de votos da história (FLEISCHER, 1990, p.18), em que o candidato do PT sairia de 12,22% no Rio Grande Sul para uma votação, no turno final, de 72,92%, assim como no Rio de Janeiro, onde passaria de 6,72% para 72,92%. Nesse aspecto, é salutar destacar o carisma político do trabalhista que, mesmo após criticar duramente Lula na campanha e expor suas divergências com a agremiação petista, ainda conseguiu transferir seus votos ao candidato em praticamente sua totalidade. Mesmo assim, o petista seria derrotado no confronto com Collor, que obteve 53,03% dos votos para se tornar o novo presidente da República.

3 PASSADO POLÍTICO DE LEONEL BRIZOLA NA CAMPANHA DE 1989

3.1 PROPOSTAS DE LEONEL BRIZOLA

Leonel Brizola apresentou, durante todo o período analisado, as suas propostas e ideias ao país sempre em linhas gerais, sendo contrário à elaboração de um programa de governo definido, entendendo que isso seria típico de candidato tecnocrata que não compreendia o Brasil e que o seu seria organizado durante a campanha e debatido com a sociedade. A cobrança de elaboração de um plano de governo era feita especialmente por empresários e setores conservadores, e isso pode ser exemplificado através do editorial “Candidato sem futuro”, em que *OESP* o criticou por não apresentar um programa ao eleitorado, assinalando que o motivo era não possuir a mínima ideia do que fazer e que somente a sua vitória bastaria para dar um rumo ao país. Apontou ainda que o trabalhista buscava mostrar apenas seu currículo, revestindo-o de adjetivos pomposos e autoindulgência, ignorando que o eleitor desejava um candidato que mostrasse projetos e fosse capaz de liderar²⁶⁸; por esse texto, é possível afirmar que o jornal paulista destacava que o líder trabalhista era um político com olhar exclusivo ao passado e sem preparo para a modernidade daquele momento.

Ainda que não fosse elaborar um programa de governo para ser distribuído aos eleitores conforme Collor, Lula, Mário Covas e Guilherme Afif faziam²⁶⁹, Brizola incumbiu Darcy Ribeiro de coordenar, por todo o país, um fórum de debates em que fosse possível ouvir a sociedade e preparar propostas para um futuro governo pedetista; nesse espaço, estariam reunidos todos os representantes da sociedade civil, como intelectuais, cientistas, acadêmicos e que dariam suas sugestões para ajudar a estruturar as ideias trabalhistas.

Segundo Darcy Ribeiro afirmou aos jornais gaúchos em Porto Alegre, o objetivo dos fóruns era realizar um diagnóstico dos problemas então atuais, buscar alternativas e estimular o surgimento de novos quadros. Salientou que o PDT já possuía um programa completo e que seria o único partido que não precisaria elaborá-lo, visto representar a continuidade da linha histórica de Getúlio Vargas, mas que, mesmo assim, Brizola lhe pedira que fossem mobilizados quadros da sociedade para enfrentar os problemas à época. O antropólogo ainda ressaltou a importância de um projeto popular ao país, sobretudo pela crise do momento ser culpa das classes dominantes, que sempre tiveram planos estreitos e medíocres²⁷⁰.

²⁶⁸ *O Estado de S. Paulo*, Editorial, 01 jul. 1989, p.3.

²⁶⁹ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 15 nov.1988/jun.1989.

²⁷⁰ Consulta às edições diárias do *CP* e *ZH* publicadas no período de 21 jul.1989/22 jul.1989.

O responsável por ajudar na elaboração das diretrizes e sistematização teórica do trabalhismo no Brasil foi o advogado gaúcho Alberto Pasqualini. As influências mais marcantes em seu pensamento eram da doutrina expressa nas encíclicas papais e o trabalhismo inglês, sintetizadas em alguns princípios gerais que o próprio enumerou:

[...] a) o trabalho é a fonte principal e originária de todos os bens produzidos; b) a coletividade humana é um sistema de cooperação; c) a forma de cooperação é um intercâmbio de trabalho. Quem de útil nada produz, nada tem para permutar; d) o poder aquisitivo deve ser a contrapartida do trabalho socialmente útil; e) o objetivo fundamental do trabalhismo deve ser a diminuição crescente da usura social e alcançar uma tal organização da sociedade onde todos possam realizar um trabalho socialmente de acordo com as suas tendências e aptidões, devendo a remuneração graduar-se pelo valor social desse trabalho com a garantia de um número dentro dos padrões da nossa civilização para as formas de trabalho menos qualificadas (PASQUALINI *apud* LEMOS, 2020, s.p.).

O pensamento de Pasqualini exerceu forte influência no segundo governo Vargas e, após a morte do presidente, a linha reformista começou gradualmente a ocupar maior espaço no trabalhismo, cujas principais lideranças seriam Jango, Brizola e San Tiago Dantas. Essa corrente seria simbolizada através da luta pela aprovação das Reformas de Base e duraria até o golpe civil-militar de 1964. Após, o trabalhismo brasileiro, enquanto organização doutrinária, permaneceu inativo por 15 anos, visto suas principais lideranças estarem no exílio e partidários restantes do PTB terem ingressado no MDB, cuja atuação seria de oposição consentida ao regime militar.

O trabalhismo brasileiro seria repensado a partir das articulações para a recriação do PTB em 1979, ano em que foi elaborada a Carta de Lisboa, documento contendo as principais diretrizes trabalhistas. A carta seria criada a partir do encontro entre trabalhistas em Portugal, sendo assinada por nomes como: Brizola, Darcy Ribeiro, Doutel de Andrade, José Gomes Talarico, Neiva Moreira, Moniz Bandeira, Betinho, Alfredo Sirkis, Flávio Tavares, Lysâneas Maciel, Moema São Thiago, etc. O documento fora elaborado tomando como referência os princípios básicos do trabalhismo sistematizados por Pasqualini, mas atualizando-os aos problemas então atuais, como a redemocratização do Brasil, reimplantação da liberdade sindical, direito de greve e direitos humanos básicos. Cabe destacar a influência da social-democracia europeia na carta, fruto dos encontros de Brizola com os principais líderes dessa corrente, como Mário Soares, François Mitterrand, Felipe González, Willy Brandt e Olof Palme.

O contato do, à época, líder-mor do trabalhismo com os principais políticos na Europa teve início a partir de sua expulsão do Uruguai em 1977 por influência da ditadura brasileira²⁷¹. Vendo-se sem destino e com prisão decretada no Brasil, Brizola pediu exílio nos Estados Unidos e teve sua entrada permitida no país através da política de direitos humanos do governo Jimmy Carter. Estabelecendo-se em Nova York provisoriamente, o trabalhista recebeu asilo permanente do primeiro-ministro português Mário Soares, o que o levou a se mudar para a Europa e, por influência do mandatário de Portugal, conhecer os líderes social-democratas europeus e a Internacional Socialista, organização internacional que buscava a divulgação e implementação do socialismo democrático e cujos partidos membros estavam fora do bloco soviético de influência²⁷².

Sobre a social-democracia e sua influência no trabalhismo, Carrion Jr. destacou, em artigo publicado no *CP*, que a ideologia buscava o socialismo democrático sem passar pela ditadura do proletariado e que optou, no âmbito econômico, pela socialização do capitalismo vigente, com diminuição das desigualdades sociais via impostos e menores diferenças salariais, manutenção do sistema de mercado, controle dos oligopólios e aceitação da propriedade privada dos meios de produção nos limites de sua função social²⁷³.

Após perder o direito da sigla petebista ao grupo liderado por Ivete Vargas, Brizola procurou organizar seus correligionários para a fundação de uma sigla trabalhista, criando, em 1980, o PDT. Nesse aspecto, o trabalhismo estaria dividido em três partidos: PDT, PTB e PMDB. A legenda comandada por Brizola reuniria os trabalhistas históricos e ideológicos, entre eles boa parte dos signatários da Carta de Lisboa, que juntamente com a Carta-Testamento de Vargas seriam o norte da sigla. O PTB abrigaria o grupo ligado a Ivete Vargas, cuja maior composição era de dirigentes paulistas e que se caracterizavam pelo fisiologismo partidário. A sigla teria como partidários nomes como o de Jânio Quadros, a ex-udenista Sandra Cavalcanti e Paiva Muniz, este ingresso no partido por não concordar com o comando do trabalhismo estar com Brizola. A legenda petebista não guardaria alusão ao trabalhismo de Pasqualini, visto ter sido base de sustentação do ditador Figueiredo em seu final de mandato.

²⁷¹ As articulações para sua expulsão do Uruguai foram comandadas pelo Ministro do Exército Sílvio Frota, representante da linha-dura do regime militar. Postulando-se como sucessor do ditador Geisel no comando do país, Frota temia que por estar próximo do Rio Grande do Sul, Brizola pudesse organizar uma resistência ao regime e com apoio popular iniciado a partir do estado gaúcho, tomar o poder. Pouco após a expulsão do trabalhista, Geisel demitiu Frota e apontou Figueiredo – de linha mais moderada e de abertura do regime – como seu sucessor (LEITE FILHO, 2008, p.339-349).

²⁷² O PDT foi a primeira sigla brasileira a se tornar membro da organização e Brizola foi eleito um de seus vice-presidentes em 1989. O comando da instituição era do ex-chanceler alemão Willy Brandt.

²⁷³ *Correio do Povo*, Opinião, 25 jun. 1989, p.4.

Boa parte dos trabalhistas gaúchos permaneceriam no PMDB sob o comando de Pedro Simon, que devido à liderança exercida na sigla no estado preferiu não ingressar em um partido conduzido por Brizola. Apesar da reverência dos pemedebistas gaúchos a Getúlio Vargas, a legenda não guardaria alusão ao trabalhismo, pois não seguia os postulados de Pasqualini ou da Carta de Lisboa. O trabalhismo, enquanto doutrina no Rio Grande do Sul, se encontrava no PDT, cujas lideranças estaduais mais notórias eram Alceu Collares, Carlos Araújo e Carrion Jr.

Darcy Ribeiro foi um dos principais teóricos responsáveis pela formação partidária do PDT e atualização do pensamento trabalhista. Antropólogo reconhecido internacionalmente, foi um dos idealizadores da Universidade de Brasília (UnB) em conjunto com Anísio Teixeira, tendo sido ainda o primeiro reitor da instituição. Ligou-se ao PTB ao assumir o comando do Ministério da Educação durante o governo parlamentarista de João Goulart e, com o retorno ao regime presidencialista, assumiu como ministro-chefe da Casa Civil, cargo em que permaneceu até o golpe de 1964.

Adequando-se ao socialismo democrático, o trabalhismo brasileiro não teria mais em Pasqualini a sua única referência teórica, pois Darcy Ribeiro passaria a “dividir” o posto com o antigo intelectual trabalhista, sobretudo após o início da gestão de Brizola em 1982, no Rio de Janeiro, que teria na figura do antropólogo uma de suas bases de apoio, notadamente pela coordenação assumida do projeto educacional e implementação dos CIEPs. Darcy Ribeiro ainda seria responsável por buscar adaptar o socialismo democrático à realidade brasileira e, nesse aspecto, a sua expressão “socialismo moreno” ganhou força para explicar o novo projeto de governo popular. Sobre a alcunha, afirmou:

A posição socialista é a posição dos que querem passar o Brasil a limpo, no sentido de fazer com que o Brasil se torne habitável, para que todos os brasileiros tenham os mínimos indispensáveis. Mínimos a partir dos quais nós passaríamos a existir como povo civilizado entre outros. Esse mínimo é o socialismo brasileiro. E um socialismo brasileiro surgirá de nossa história, com a nossa carne e com a nossa cor, moreno. Um socialismo brasileiro começa por assumir o povo moreno que nós somos, mas sobretudo a nossa pobreza. Assumir esta pobreza sabendo que ela dá lucro para muita gente. Muita gente quer que o país continue assim. Nós somos contra isso (RIBEIRO, 1984 *apud* SENTO-SÉ, 2004, p.60).

Embora adepto do “socialismo moreno”, Brizola não defendia o fim do capitalismo, mas a sua humanização, entendendo que, no país, o tipo de capitalismo existente era o mais cruel, selvagem e colonial – principalmente por submeter o Brasil às pressões estrangeiras. O pedetista citava a Austrália como exemplo de país capitalista e com justiça social, cujo governo era social-democrata. Apontava para o fato de que a nação da Oceania possuía características semelhantes às do Brasil e que tal modelo poderia ser replicado por aqui, visto o país australiano possuir inflação baixíssima, taxa de desemprego desprezível e salário mínimo de US\$ 200.

Brizola entendia ainda que a economia da Austrália derrubava a ideia de que uma alteração do *status quo* abriria necessariamente o caminho ao comunismo²⁷⁴.

Após suas declarações, a Bovespa realizou um estudo sobre o país oceânico e que apresentou resultados opostos ao que afirmava. O estudo indicou que os índices econômicos e sociais da Austrália foram obtidos a partir de medidas liberais na economia, como controles do déficit público e inflação, câmbio livre, liberdade total para investimento estrangeiro, desregulamentação do setor financeiro – medidas que contrastavam com o estatismo de Brizola²⁷⁵. Em relação à comparação entre Brasil e Austrália feita por conta de Brizola, o *JB* foi o único jornal dos seis consultados a rejeitá-la, assinalando:

É profundamente penoso para o cidadão ver um candidato que foge do seu passado oferecer-lhe o exemplo de um país de formação anglo-saxônica, com 15 milhões de habitantes, capitalista e aberto ao capital estrangeiro. E oferecido por um político obsoleto que sempre pensou o contrário. A única semelhança entre o Brasil e a Austrália é se localizarem no hemisfério sul. A Austrália é antípoda geográfico do Brasil e antípoda político de Brizola²⁷⁶.

Esse texto editorial do *JB* permite assinalar a ideologia liberal do veículo, que endossou o estudo da Bovespa mais acima mencionado. Ao afirmar que Brizola era um “político obsoleto que sempre pensou o contrário”, ou seja, nunca foi adepto dos princípios liberais, o jornal associava o pensamento econômico liberal à modernidade e que, por não o aceitar, o trabalhista era um político ultrapassado em seus velhos ideais. Entretanto, o próprio líder pedetista afirmava que não pretendia extinguir o capitalismo ou todos os princípios liberais, ressaltando também que não tinha o objetivo de trocar o sistema capitalista pelo socialismo, mas colocar fim ao “capitalismo colonial”, que era o principal responsável por pagar um dos salários mais baixos do mundo; nesse aspecto, pontuava que não cercearia a iniciativa privada, mas que buscava fortalecer as empresas nacionais e evitar concessões estrangeiras²⁷⁷.

Na questão histórica, é possível destacar que a partir da crise financeira global no final dos anos 1970 e do questionamento do modelo estatal de bem-estar social em algumas nações, o liberalismo econômico passou novamente a entrar em voga, desta vez através da denominação de neoliberalismo. O pressuposto por trás dessa corrente ideológica era de que o estado deveria ser mínimo e com tarefas restritas às áreas básicas como saúde, educação e segurança pública, cabendo à administração privada o comando das outras atividades. Nesse sentido, medidas como controle do gasto público (incluindo pagamento de servidores e benefícios sociais),

²⁷⁴ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 15 nov.1988/abr.1989.

²⁷⁵ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 06 abr.1989.

²⁷⁶ *Jornal do Brasil*, Editorial, 22 abr. 1989, p.10.

²⁷⁷ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 15 nov.1988/jun1989.

privatização de empresas públicas, redução de impostos, desregulamentação do setor financeiro e incentivo ao capital estrangeiro tinham como objetivo diminuir a participação do estado na economia, cuja liderança principal caberia à iniciativa privada, vista como mais eficiente e rápida do que a administração pública.

Os principais países que seguiam a cartilha neoliberal eram os Estados Unidos, comandado por Ronald Reagan, e o Reino Unido, dirigido por Margaret Thatcher. No comando de suas nações, foram responsáveis por reduzir o déficit público e a inflação, embora tenha ocorrido aumento da desigualdade social e pobreza, sobretudo pela redução de políticas sociais que reduziam as disparidades entre as classes. Na área de influência norte-americana, os governos latino-americanos começaram a seguir a cartilha neoliberal, mesmo que eleitos em partidos social-democratas, como Carlos Menem na Argentina, Carlos Andrés Pérez na Venezuela, e Carlos Salinas no México. Anteriormente, países como a Bolívia e o Chile já seguiam esse modelo econômico, considerado de sucesso pelos principais economistas e empresários liberais. No caso boliviano, o presidente Víctor Paz Estenssoro fora responsável por eliminar elevada inflação do país, enquanto o ditador chileno Augusto Pinochet era elogiado pelo fortalecimento da economia de seu país e expansão do PIB, ainda que ao custo de uma feroz ditadura e aumento considerável da desigualdade de renda.

Houve, no Brasil, um expressivo crescimento do estado durante o regime militar e que se seguiu durante o governo Sarney. Com elevado número de servidores públicos, empresas estatais e inflação galopante, era consenso entre a imprensa brasileira e os grandes empresários que o modelo deveria ser mudado e que havia necessidade de se reduzir o tamanho do estado. Além disso, a corrupção era outro problema considerado como derivado do excessivo tamanho estatal, cabendo reduzir o cartorialismo ou Estado Cartorial, que pode ser definido como:

[...] um Estado caracterizado pelo fato de que as funções públicas, embora se apresentando como atividades orientadas para a prestação de determinados serviços à coletividade, ou seja, determinados serviços públicos são, na verdade, utilizadas, se não mesmo concebidas, para assegurar empregos e vantagens específicas a determinadas pessoas e grupos. O Estado cartorial é o resultado típico da política de clientela quando esta atinge amplas proporções e permeia o Estado em seu conjunto (JAGUARIBE, 2020, s.p.).

Nesse aspecto, a principal discussão econômica na campanha de 1989 foi o tamanho e a participação do estado na economia. Todos os periódicos analisados defendiam os princípios liberais – ainda que os mais contundentes fossem *OESP* e *OG* – e redução estatal na economia, entendendo que o desenvolvimento do país viria com o estado utilizando os recursos necessários em tarefas básicas e a iniciativa privada sendo a responsável por outras atividades, incluindo transporte, energia, comunicação, cultura, etc.

As propostas econômicas dos candidatos que defendiam redução do estado – Collor, Guilherme Afif e Paulo Maluf – eram elogiadas pela imprensa, cujas críticas maiores se dirigiam ao estatismo defendido por Lula, Brizola e Ulysses Guimarães, este fiador do governo Sarney e que levou ao problema então atual. Por outro lado, Mário Covas foi criticado pela defesa da maior participação estatal na economia durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, mas sinalizava ao liberalismo com o discurso de “choque de capitalismo” e a defesa de preceitos liberais por parte de importantes tucanos como José Richa, José Serra e Afonso Arinos; nesse sentido, o peessedebista recebia críticas mais moderadas dos seis jornais analisados e era destacado por estes como um candidato que poderia adotar medidas liberais se eleito.

No caso brasileiro, o incentivo ao capital externo era apontado pelos jornais analisados como ponto central no discurso liberal, notadamente pelo fato do país possuir pequena poupança interna, elevada dívida externa e caso se autofinanciasse para o desenvolvimento, o cenário de hiperinflação se tornaria corriqueiro. Nesse ponto, o capital estrangeiro era defendido por esses veículos como medida necessária ao crescimento brasileiro e para atrair os investidores internacionais; privatizações e desregulamentações eram tomadas como fundamentais.

Herdeiro da tradição nacionalista de Getúlio Vargas, Brizola entendia que o capital estrangeiro era nocivo ao país, caso fosse preponderante, e que nação alguma se desenvolveria e atingiria sua autonomia com recursos externos. Em entrevista concedida ao *JB*, Brizola exemplificou os recursos necessários ao desenvolvimento brasileiro, destacando que o capital externo deveria ser algo acessório e restrito a algumas atividades econômicas (servindo para capitalizar alguns setores e com transferência tecnológica), mas que o estado precisaria ser o principal responsável por administrar áreas estratégicas e básicas, como energia, recursos minerais, indústrias de base, comunicação, transporte, saúde, educação, segurança pública, etc²⁷⁸.

Como contraponto à opinião do trabalhista a respeito do capital estrangeiro, a *FSP* destacou que, ao afirmar que um país não poderia se desenvolver sem seus próprios recursos, Brizola retrocedia a um vocabulário dos anos 1950 e ignorava que ganhava cada vez mais força no mundo a tendência de integração internacional²⁷⁹. *OESP* convergia com seu concorrente nesse ponto, salientando que as críticas do trabalhista ao capital externo eram infundadas, pois

²⁷⁸ *Jornal do Brasil*, Primeiro Caderno, 17 jun. 1989, p.4.

²⁷⁹ *Folha de S. Paulo*, Editorial, 01 mar. 1989, p.2.

o PIB brasileiro estava estacionário há uma década, o que não permitia investimentos de fora²⁸⁰. Cabe ressaltar a concordância de opinião dos dois jornais concorrentes em relação ao capital externo e especialmente o ponto de vista da *FSP* (visto que *OESP* sempre se posicionou como um veículo liberal-conservador), já que não possuía um posicionamento ideológico-político claro, como exemplificado no item 1.3 sobre sua atuação durante a Ditadura Militar; conforme destacado, a tendência político-econômica do momento sinalizava em direção ao liberalismo e nesse sentido, o jornal o seguia tomando como referência a questão mercadológica.

Esse raciocínio de “tendência ao liberalismo” pode ser exemplificado também no editorial “Estatismo de Brizola”, em que a *FSP* teceu críticas às encampações das empresas de ônibus realizadas no governo fluminense do trabalhista e que não trouxeram benefício à população, segundo a opinião do jornal, ressaltando que esse exemplo demonstrava a falácia de intervenção estatal em atividades que a iniciativa privada administra melhor. Em relação ao estatismo do trabalhista, o jornal assinalou que:

Insistindo, com crescente ênfase, na defesa deste gigantismo, a campanha de Leonel Brizola à Presidência da República demonstra cada vez mais a inadequação de seu discurso às necessidades da economia brasileira e ao próprio ambiente internacional, onde as exigências de modernização e eficácia econômica passam necessariamente, até nos países socialistas, por uma redução da presença do Estado na economia²⁸¹.

Em relação à redução estatal, Brizola não se posicionava de forma a impedi-la e, em entrevista concedida ao *ZH*, afirmou que o tamanho do estado brasileiro era excessivo e algumas medidas para diminuição deveriam ser tomadas, como combate aos empresários cartoriais e funcionários fantasmas, mas que, ao contrário do apregoado pelos liberais, demissão geral de servidores públicos poderia ocasionar um aumento da taxa de desemprego e que o necessário seria realocações em outras áreas²⁸².

O trabalhista pregava que a livre iniciativa seria a regra e o Estado, a exceção, notadamente agindo em setores nos quais a administração privada fosse incapaz de atuar – excluindo-se áreas estratégicas e básicas que deveriam permanecer sob gestão estatal. Na dicotomia estatização versus privatização, Brizola a destacava como um falso dilema e, em entrevista ao *JB*, afirmou que “[...] no fundo, cada um encobre interesses políticos ou materiais. Devemos buscar o interesse público e aplicar a regra da livre iniciativa das pessoas, dos grupos e das comunidades, e fazer com que a presença do Estado ocorra onde haja o interesse

²⁸⁰ *O Estado de S. Paulo*, Editorial, 02 mar. 1989, p.3.

²⁸¹ *Folha de S. Paulo*, Editorial, 30 set. 1989, p.2.

²⁸² *Zero Hora*, Primeiro Caderno, 19 out. 1989, p.12.

público²⁸³”. Já em entrevista concedida ao *OESP*, Brizola pontuou ainda que seu pensamento era consonante com o trabalhismo e que “[...] na doutrina trabalhista, na boa doutrina trabalhista de Alberto Pasqualini: é este o socialismo democrático. Só que as sociedades modernas são muito complexas e há setores que têm de ser assumidos pelo poder público, como, por exemplo, o transporte de massa nas grandes cidades²⁸⁴”.

Não obstante apontasse o falso dilema, Brizola criticava as privatizações que aconteceram no país, denunciando ainda o sucateamento ocorrido para posterior venda de estatais estratégicas como a Companhia Siderúrgica Nacional²⁸⁵. O trabalhista tecia críticas, em suas visitas ao Rio Grande do Sul, à privatização de estatais gaúchas fundadas em seu governo, como a Aços Finos Piratini (empresa siderúrgica) e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), que fora criado em conjunto com os governadores de Santa Catarina e Paraná para fomentar o desenvolvimento da região. Em relação ao BRDE, criticou o governo Pedro Simon pela quebra e perda de liquidez da instituição ocorrida após operação sem planejamento com o banco estadual de Alagoas no governo Collor²⁸⁶.

Diferentemente de Lula, que defendia a estatização do sistema financeiro, Brizola pregava a necessidade de uma intervenção estatal temporária, pois acreditava que o Banco Central estava entregue aos bancos privados e que era dever do poder público garantir o seu funcionamento; paralelamente, defendia ainda o fortalecimento do Banco do Brasil e de bancos regionais para redução do oligopólio do sistema financeiro²⁸⁷. Por outro lado, conforme publicado por *OG*, banqueiros criticaram sua proposta de intervenção no sistema financeiro, salientando que estatizaria a economia, o que não deu certo em alguns países e gerou fuga de capitais na França e em Portugal²⁸⁸.

O que estava por trás de boa parte dessas discussões era a dívida externa brasileira e, ainda que estivesse presente em boa parte da história econômica do país, começou a apresentar crescimento mais acentuado a partir do final da década de 1970, o que acarretou a maior parte dos problemas econômicos que o país teria na década posterior, como desvalorização cambial e inflação. O endividamento do Brasil no final desse período ocorreu devido ao II Plano Nacional de Desenvolvimento implementado pelo governo Geisel, cujo objetivo era acelerar o processo industrial no país e estimular a produção de insumos básicos, bens de capital, energia

²⁸³ *Jornal do Brasil*, Primeiro Caderno, 17 jun. 1989, p.4.

²⁸⁴ *O Estado de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 06 ago. 1989, p.5.

²⁸⁵ *Jornal do Brasil*, Primeiro Caderno, 17 jun. 1989, p.4.

²⁸⁶ Consulta às edições diárias do *CP* e *ZH* publicadas em 16 ago.1989.

²⁸⁷ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 15 nov.1988/15 nov.1989.

²⁸⁸ *O Globo*, Primeiro Caderno, 27 dez. 1988, p.2.

e alimentos. O plano foi financiado, em sua maior parte, com recursos externos, o que ocasionou a explosão da dívida externa brasileira no final da década devido ao segundo choque do petróleo e à maxidesvalorização do cruzeiro (ABREU, 2020, s.p.).

Em 1988, a dívida externa brasileira atingiu o seu maior valor até então, com US\$ 113 bilhões. O serviço da dívida correspondia a 66,4% das exportações e 7,3% do PIB do país, enquanto os juros em relação às exportações eram de 31% (MATTOS, 2006, p.8-9). O problema da dívida não era exclusivamente brasileiro e atingia a maior parte dos países do chamado Terceiro Mundo, por isso foi lançado, em 1989, o Plano Brady, que:

[...] consagrava a inviabilidade do pagamento integral da dívida externa dos países em desenvolvimento. Apresentado pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, o novo plano ofereceu o patrocínio do governo americano junto aos organismos financeiros internacionais e ao sistema bancário privado, no sentido de um perdão parcial da dívida que permitisse uma solução definitiva para a questão. A proposta conjugava um processo de securitização com a aplicação de um deságio sobre o valor de face da dívida, ou, alternativamente, um abatimento equivalente na taxa de juros. A securitização fazia com que a dívida passasse a se expressar em bônus, facilitando a sua negociação. Os bancos, que a essa altura já tinham base de capital suficiente para suportar o deságio, poderiam vender os novos bônus nos mercados secundários e aliviar suas carteiras contra países em desenvolvimento, melhorando a sua avaliação nos mercados de capitais. [...] A base de descontos para a troca de dívida por bônus foi estabelecida na faixa dos 30 a 35% (FREITAS, 2020, s.p.).

Sobre o Plano Brady, Brizola o chamou de esmola e forma deprimente de ajuda externa, ressaltando que o maior problema não era o volume da dívida, mas sim a abusiva taxa de juros. O pedetista se juntava aos demais candidatos – com exceção de Lula – na questão de que a moratória externa não seria uma medida adequada, mas que o Brasil deveria renegociar os termos dos pagamentos da dívida. O trabalhista ressaltou que uma de suas primeiras medidas em seu governo seria uma auditoria da dívida, cujo objetivo seria verificar os termos de pagamentos impostos ao país. Pontuava que, nos juros, estavam as cláusulas coloniais – com conluio de grupos estrangeiros e nacionais – e que, ao pagar, o Brasil deveria descontar do principal da dívida o total de juros já pagos. Em relação ao prazo da dívida, Brizola defendia uma previsão de pagamento em um período de 40 a 50 anos e que deveria se tornar explícita a responsabilidade dos governantes, empresários e banqueiros na questão²⁸⁹.

Em depoimento na Comissão da Dívida Externa no Senado, Brizola responsabilizou os ex-ministros da Fazenda do período militar, Roberto Campos, Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen pelo elevado volume da dívida externa e afirmou que deveriam ser colocados no banco dos réus para responderem por seus atos prejudiciais ao país²⁹⁰; por sua vez, Campos rebateu o pedetista, destacando que, em sua gestão, a dívida externa fora reduzida

²⁸⁹ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 15 nov.1988/jun.1989.

²⁹⁰ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 06 mai.1989.

ligeiramente²⁹¹. Em relação à resposta de Campos, *OG* criticou Brizola: “Os fatos arrasam a calúnia. E servem de alerta para o eleitor. Quem mente com tanta facilidade, não mente uma vez só, nem sobre um assunto só²⁹²”; cabe lembrar que Campos possuía prestigiada coluna dominical em *OG* e era um dos principais economistas liberais do país.

Nesse aspecto, ao defender a resposta do liberal e afirmar que o trabalhista seria um mentiroso, o jornal procura induzir ao leitor a pensar que essa era uma prática corriqueira de Brizola; todavia, omitia, por outro lado, que o pedetista estava correto ao ter afirmado que Delfim Netto e Simonsen foram os principais responsáveis pela elaboração das políticas econômicas que levaram ao aumento da dívida externa, políticas estas que receberam o endosso do matutino à época, visto que o periódico apoiou todo o regime militar.

Sobre as dívidas dos estados e municípios, Brizola defendeu que a União as assumisse, pois representaria, no máximo, 15% do total da dívida do país²⁹³. *OG* foi o único jornal a ter criticado esta proposta, destacando que o Executivo não possuía poder, recursos ou razão para fazer isso e que “[...] a ausência de programa não é para Brizola luxo, mas necessidade: não há forma possível de convivência entre um conjunto racional de metas e prioridades e esse festival de demagogia com que ele tenta seduzir fatias do eleitorado²⁹⁴”. Já o *JB* destacou, ao final de sua matéria sobre a fala de Brizola, que consultara técnicos do Ministério da Fazenda e que estes afirmaram que a proposta era inviável e poderia levar à quebra do Tesouro²⁹⁵.

Pode-se afirmar que a resposta do *OG* exemplifica, mais uma vez, sua oposição ao candidato trabalhista, sobretudo por generalizar essa proposta como se todas as outras apresentadas por Brizola fossem também “demagógicas”. Por outro lado, seu principal concorrente também criticou a ideia, mas sem atribuí-la ao comportamento político do trabalhista, ressaltando apenas a opinião de especialistas de que era algo inviável. Esse exemplo amplia ainda mais a afirmação de que *OG* foi intenso opositor à candidatura de Brizola, mas também reforça a ideia de que seu principal concorrente não endossou necessariamente sua candidatura, preferindo avaliar mais crítica e distantemente os acontecimentos da campanha de Brizola em comparação ao jornal de Roberto Marinho.

Atrelada à dívida externa, estava a inflação e, próxima aos 1000% no final de 1988, seria o principal assunto econômico da campanha presidencial destacado pelos seis jornais. Com a elaboração do Plano Verão no início de 1989, a expectativa de empresários e

²⁹¹ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 09 mai.1989.

²⁹² *O Globo*, Primeiro Caderno, 10 mai. 1989, p.6.

²⁹³ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 20 jul.1989.

²⁹⁴ *O Globo*, Primeiro Caderno, 21 jul. 1989, p.5.

²⁹⁵ *Jornal do Brasil*, Primeiro Caderno, 20 jul. 1989, p.3.

conservadores era de que ela pudesse ser controlada e politicamente propiciasse o fortalecimento de um candidato centrista e o enfraquecimento das esquerdas; caso fracassasse, era certo que Brizola e Lula sairiam fortalecidos. Entretanto, a candidatura de Collor conseguiu preencher o espaço ao centro mesmo com o fracasso do plano econômico. Com o retorno da inflação a partir de maio, o governo Sarney teria a tarefa de apenas administrá-la até o final de seu governo, em março de 2020, cabendo ao futuro governo a elaboração de um plano de combate inflacionário. Vista como uma gestão acabada, a renúncia do presidente ou antecipação da posse do novo eleito – como ocorreu na Argentina, com problema inflacionário semelhante ao brasileiro – ganharam forças, entretanto o próprio mandatário da nação negou a hipótese.

Cabendo ao futuro governante resolver a questão da inflação, todos os candidatos apresentaram suas propostas para erradicação do problema, variando, entretanto, as medidas a serem adotadas²⁹⁶. Em linhas gerais, os liberais-conservadores defendiam redução do estado – privatização, demissão de servidores – para diminuir o déficit público, entendendo que o principal responsável pelo problema era o poder público. Por outro lado, os candidatos mais à esquerda pregavam que controle de preços, revisão de subsídios, combate ao cartorialismo, maior participação dos trabalhadores e reformulação do sistema financeiro sanariam o problema²⁹⁷.

Brizola entendia que a verdadeira causa da inflação era o que chamava de perdas internacionais – excessiva saída de capital do país através de elevados juros da dívida externa e contando com a cumplicidade de agentes nacionais privados. Em seu tijoloço, afirmou que o que ocasionava o problema era quando uma nação possuía mais recursos saindo do que entrando, salientando que países desenvolvidos apresentavam o oposto e não tinham processo inflacionário. O trabalhista destacava que o objetivo da elite era preservar o modelo econômico vigente, para isso, venderia, a qualquer preço, o fruto do trabalho brasileiro, as riquezas naturais e o necessário para se viver, somente para pagar a dívida e conseqüentemente gerando inflação. Com isso, buscava ressaltar que o país possuía elevado número de exportação e que os recursos oriundos eram destinados para benefício de poucos, deixando o povo na miséria²⁹⁸.

Em sua visão, a inflação era agravada deliberadamente pelo governo, que baixava pacotes e produzia choques para então transferir renda em prejuízo dos salários dos trabalhadores. Criava-se assim um cenário em que era preciso fazer sacrifícios para acabar com

²⁹⁶ Única medida unânime era a renegociação da dívida externa. Embora defendesse a moratória, o PT passou a pregar a renegociação no andar da campanha.

²⁹⁷ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 15 nov.1988/15 nov.1989.

²⁹⁸ *Jornal do Brasil*, Leonel Brizola, 22 jan. 1989, p.6.

a inflação, e o governo se apresentaria como o “salvador da Pátria”. Em relação ao papel governamental na crise inflacionária, Brizola ressaltou que ele “manipula a inflação, utilizando-a como instrumento de poder, para manter-se e fazer eleitoralismo e, o que é pior, para aprofundar o modelo econômico e, com isso, preservar o privilégio das castas dominantes²⁹⁹”.

A definição de perdas internacionais não era algo recente no discurso de Brizola, pois conforme Vainfas (2007, p.498) afirma, o termo era a atualização do conceito de processo espoliativo utilizado pelo trabalhista desde o final dos anos 1950. Em conferência realizada na cidade paulista de Presidente Prudente, em 1961, Brizola detalhou o que seria a causa responsável pela perda de riquezas do país:

Mas o que significa processo espoliativo? É um complexo de relações: umas perceptíveis, outras insensíveis. Ele pressupõe no país em que atua, a existência de uma estrutura econômico-social modelada à sua imagem. Nas nações como o Brasil, a estrutura interna é dualista, isto é, ao lado de uma economia moderna, em contato com o exterior, subsiste, em larga escala, uma economia semifeudal que aprofunda suas raízes aos capilares do organismo nacional. Esse dualismo é um dos traços característicos de todas as sociedades subdesenvolvidas, submetidas ao processo espoliativo. Uma complementa a outra. E como age o processo espoliativo? Ele opera da seguinte forma: através da penetração de certo tipo de capital estrangeiro adquire o controle próprio ou remoto da faixa econômica mais desenvolvida. Como, porém, nesses países subdesenvolvidos os empresários industriais e comerciais, os empresários das grandes empresas e os proprietários de bancos, são também proprietários rurais e, em tais países, a sociedade rural típica é a latifundiária, temos que o capital estrangeiro embutido nas grandes empresas modernas é também um fator decisivo na manutenção do latifúndio. Por que ele é interessado no latifúndio? Porque o país de onde procede o capital estrangeiro necessita de matérias-primas que são fornecidas pela economia monocultora, economia tipicamente latifundiária. Esta é uma verdade universal. Então o país de onde procede – repitamos -, o capital estrangeiro compra esses produtos primários a baixo preço e vende a alto preço os seus produtos manufaturados, ao país do qual compra os produtos primários. [...] Através dele, os países monocultores continuam reduzidos à condição de colônias, isto é, de fornecedora de matéria-prima e de importadores de bens manufaturados. Há, além disso, o problema da mão-de-obra barata que o latifúndio conserva e fornece em grandes contingentes à parte mais desenvolvida da economia. É todo um sistema, complexo, interligado em seus interesses, que vai desde a monocultura e o latifúndio, à exportação de matérias-primas, ao comércio de importação e exportação, às fraudes mais incríveis, aos grupos industriais e financeiros associados ou pertencentes a corporações econômicas internacionais. Apenas estas referências mostram como, na sua complexidade, a estrutura interna de um país subdesenvolvido é plasmada, modelada à feição e de acordo com os interesses do processo espoliativo. Tudo isto mostra também um outro fato de capital importância: não se poderá tocar na estrutura interna de um país subdesenvolvido sem afetar os interesses do processo espoliativo (BRIZOLA, 1961 *apud* BANDEIRA, p.161-162).

O conceito de processo espoliativo pode ser entendido se inserido no contexto geopolítico do período, marcado pelas disputas entre as duas principais potências mundiais – EUA e URSS. Nesse sentido, o processo era visto como algo inerente ao imperialismo e, no

²⁹⁹ Idem.

caso brasileiro, sendo exercido através da nação norte-americana. Para o Brasil atingir sua autonomia, deveria irromper com esse processo, mas isso não significaria um alinhamento com os soviéticos, pois para que se alcançasse a soberania nacional, o país deveria seguir por uma via própria (BRIZOLA, 1961 *apud* BANDEIRA, 1979, p.115-116). A atualização do conceito por parte de Brizola se deve à internacionalização do capital – especialmente o financeiro – e à importância adquirida pelas multinacionais, que estariam exercendo boa parte das funções desempenhadas pelas nações imperialistas dos anos 1960 nesse aspecto de “drenar” os recursos de países subdesenvolvidos. Por outro lado, o jornalista Etevaldo Dias destacou que Brizola falava em termos genéricos quando discursava sobre perdas internacionais e que:

[...] acredita que uma fatia considerável da renda nacional se escoia por caminhos misteriosos para o exterior através de preços comprimidos para produtos de exportação e de uma série de artimanhas de empresários nacionais e estrangeiros. Quer bater firme em tal ponto, mas não possui muitas ideias de como fazer isso. Não se fixa em macroeconomia, tendo ideias gerais sobre o assunto e não entende muito disso³⁰⁰.

Nesse aspecto, o jornalista salientava que nem o próprio Brizola sabia muito do que estava falando e que, na verdade, o conceito de “perdas internacionais” era algo sem fundamentação teórica e apenas compreendida por ele; entretanto, não afirmou que o conceito era antigo no pensamento do trabalhista, que já o destacava nos anos 1960 pelo termo “processo espoliativo”. Nesse sentido, a recuperação do passado histórico e pensamento de Brizola permitem ressaltar a similaridade entre os conceitos, visto que o termo mais moderno foi apenas adaptado em virtude do contexto da época, mas sua estrutura permanecia ainda intacta; por outro lado, esse processo não foi realizado por Etevaldo Dias em sua análise.

Mesmo sem ter formação superior na área de economia, Brizola era assessorado por Roberto Mangabeira Unger e César Maia na formulação de um programa econômico para seu futuro governo, ainda que fossem dois economistas de linhas teóricas antagônicas. Enquanto o primeiro representava a linha keynesiana (maior intervenção estatal na economia), o segundo possuía como base o pensamento liberal, mesmo que distante dos economistas liberais clássicos. Não obstante o seu discurso fosse mais próximo a Mangabeira Unger, Brizola tinha em César Maia um aliado próximo e nome respeitado pelos empresários. O trabalhista estimulava o embate das ideias entre os dois, salientando que procurava os pontos em comum, além de ressaltar que ouviria opiniões de outros especialistas na área, tendo ainda no economista e amigo Cibilis Viana uma figura confiável para essas questões³⁰¹.

³⁰⁰ *Jornal do Brasil*, Primeiro Caderno, 12 nov. 1989, p.9.

³⁰¹ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de ago.1989/set.1989.

Um dos principais intelectuais brasileiros, Mangabeira Unger era filósofo e professor de Harvard desde 1971, tendo ajudado na redação do manifesto de criação do PMDB. Aproximando-se de Brizola, ajudou-o a pensar em um programa econômico para seu governo, e suas ideias eram bem aceitas por setores populares do PDT, além de darem o verniz intelectual às ideias nacionalistas do trabalhismo. Suas principais propostas eram no sentido de mudanças estruturais do modelo econômico brasileiro, não enfatizando tanto os problemas específicos, então atuais, como a inflação. Entendia que o Estado era o principal motor de desenvolvimento, defendendo sua ampliação e atuação até na produção de bens de consumo. Pregava ainda maior controle ao capital estrangeiro, redução do valor a ser pago da dívida externa, disciplinamento do sistema financeiro, congelamento temporário de preços e juros para combate à inflação, tributação dos ganhos de capital e taxaço de heranças e grandes fortunas³⁰².

Por sua vez, César Maia era o principal assessor de assuntos econômicos de Brizola e destacado pelos seis jornais como ministro da Fazenda em seu futuro governo. Adquiriu prestígio no partido após ajudar a descobrir a fraude nos computadores da Proconsult em 1982, tendo sido nomeado, na gestão fluminense de Brizola, secretário da Fazenda e presidente do Banerj. Eleito deputado federal constituinte pelo PDT, tornou-se uma das principais lideranças partidárias nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, além de respeitado economista. Enquanto parlamentar, César Maia elaborou um conjunto de propostas para a resolução da crise econômica brasileira, ainda que sem o aval de Brizola. De posições mais liberais e crítico ao Estado Cartorial, pregava desregulamentações e privatizações visando tornar o estado mais enxuto e eficiente. Propunha ainda maior abertura ao capital estrangeiro, programa de liberalização de importações e investimentos, simplificação do sistema de tarifas e suspensão de incentivos e subsídios por nove meses³⁰³.

Sobre o plano de combate à inflação, a proposta de César Maia se basearia em um choque econômico ortodoxo³⁰⁴, o que deveria praticamente zerar o índice inflacionário em três meses. Por outro lado, seu plano desaqueceria a economia e levaria ao aumento de desemprego no curto prazo, provocando queda do consumo e recessão. Seu maior temor era a deflação (inverso da inflação, sendo a redução dos índices de preço ao consumidor), por isso advogava que o plano deveria ser muito bem estruturado também politicamente, além da necessidade do aumento da concessão de seguro-desemprego por cerca de três meses³⁰⁵.

³⁰² Idem.

³⁰³ Ibidem.

³⁰⁴ Choques econômicos são mudanças inesperadas na condução da atividade econômica de um país. O choque ortodoxo se baseia no corte brusco na expansão monetária e intensa redução do déficit público.

³⁰⁵ Consulta às edições diárias nos seis jornais enfocados publicadas em out.1989.

Criticado por empresários e setores conservadores por não possuir um plano econômico sistematizado, Brizola o apresentou há três dias das eleições (procurou fugir do embate entre Mangabeira Unger e César Maia), cujo documento fora elaborado por seus principais assessores sobre suas próprias ideias econômicas apresentadas na campanha. No documento divulgado e publicado unicamente no *JB*, dentre os veículos analisados, o trabalhista propunha medidas como: austeridade, com maior sacrifício aos mais ricos; estancamento das perdas internacionais; auditoria e maior carência para a dívida externa; incidência de impostos sobre capital e propriedade ao invés dos salários; controle da expansão de todas as formas de liquidez; direcionamento para produção de bens de consumo popular; desmantelamento dos cartórios privados; incentivo aos pequenos e médios empresários; fortalecimento das estatais estratégicas e privatização das não estratégicas; recuperação do valor real do salário mínimo; fortalecimento de bancos regionais e fim do controle do Banco Central pelos bancos privados³⁰⁶.

Cabe ressaltar que os outros jornais somente publicavam as propostas econômicas dos candidatos no caderno ou na seção econômica e através de entrevista ou consulta aos assessores econômicos dos presidenciáveis; sobre Brizola, era César Maia o responsável a falar sobre. Já o *JB* também consultava esses assessores e publicava no caderno econômico, mas veiculava adicionalmente, no noticiário político, as propostas dos candidatos para a economia, o que permite assinalar que não ficavam restritas somente ao tradicional leitor do noticiário econômico e atingiam um público mais amplo.

Não obstante abordasse assuntos econômicos em seus discursos, Brizola era criticado pelos setores conservadores por não se aprofundar ou utilizar termos técnicos em suas apreciações sobre o assunto. Nesse aspecto, é possível assinalar a crítica da *FSP*, que afirmou que o pedetista era genérico em suas análises econômicas, criticando o colonialismo e capitalismo internacional, mas sem apresentar um modelo alternativo de desenvolvimento econômico³⁰⁷. O jornal ainda pontuou que o trabalhista não se aprofundava nas propostas econômicas, o que revelava “[...] apenas o descompasso de um discurso arcaico, estatizante e xenófobo, com a realidade brasileira – e, de certo modo, restringe o seu público, mostrando-se na contracorrente das exigências, cada vez mais agudas, no sentido e uma alteração profunda do papel do Estado na economia³⁰⁸”.

Pode-se afirmar que a análise da *FSP* apresenta uma contradição: Brizola não possuía proposta econômica, mas ao mesmo tempo o seu discurso sobre economia era arcaico,

³⁰⁶ *Jornal do Brasil*, Primeiro Caderno, 12 nov. 1989, p.4.

³⁰⁷ *Folha de S. Paulo*, Editorial, 22 abr. 1989, p.2.

³⁰⁸ *Folha de S. Paulo*, Editorial, 28 set. 1989, p.2

estatizante e xenófobo. É possível assinalar que o matutino apenas considerava o discurso ou a proposta liberal como o único pensamento econômico aceitável e qualquer coisa fora disso era destacado ao mesmo tempo como algo a não ser considerado e também ultrapassado.

Ainda que os temas econômicos fossem os preponderantes na campanha, Brizola assinalava insistentemente a questão educacional, que era a principal marca de sua trajetória política, cujas gestões – desde a prefeitura em Porto Alegre – eram destacadas pela construção de escolas, indo de prédios simples, na governança gaúcha, às obras monumentais e grandiosas no governo fluminense. No Rio Grande do Sul, a maior parte das escolas construídas eram edificações simples e de madeira, tendo apenas uma ou duas salas de aula e ficando popularmente reconhecidas como “Brizoletas”. Por outro lado, os colégios edificadas no Rio de Janeiro possuíam arquitetura singular e construções robustas e, embora o nome oficial fosse CIEP, tornaram-se popularmente conhecidas como “Brizolões” (XAVIER, 2016, p.277-287).

Brizola e Darcy Ribeiro assinalavam que a base para a transformação e o desenvolvimento do país era a questão educacional e que somente a construção de CIEPs sanaria o problema. Afirmavam ainda que a principal razão para implementação desse tipo de escola era o turno integral, que ao oferecer ao aluno a formação escolar básica, atividades complementares (aulas de música, ensino de línguas, esportes, etc.), três refeições diárias (incluindo o período de férias escolares), banho e serviços médicos e odontológicos, seria responsável não apenas pela formação intelectual do indivíduo, mas também pela cidadã. Os CIEPs ajudariam a resolver ainda o problema da segurança pública, pois as crianças e os jovens estariam nas escolas ao invés de vagarem pelas ruas e serem alvos fáceis para abordagem e recrutamento do tráfico de drogas. Nesse aspecto, a construção desses colégios ocorria prioritariamente em áreas mais pobres e vulneráveis e permitia também que os pais trabalhassem normalmente, pois saberiam que os filhos estariam seguros na escola.

Apesar das críticas recebidas por opositores do trabalhista pelo fato de serem escolas caras e terem apresentado resultado apenas ligeiramente superior ao dos colégios tradicionais, em sua primeira gestão fluminense, Brizola apontava que o projeto era de médio a longo prazo, mas com resultados sólidos e de transformação social profunda quando bem estabelecidos. Por essa razão, a principal proposta educacional do trabalhista, na campanha, era a construção de cerca de 10 mil CIEPs por todo o país, especialmente nas áreas mais pobres e vulneráveis, salientando que não pouparia recursos financeiros para sua implementação. Planejando espalhá-los pelo Brasil, Brizola encomendou um estudo ao empresário Roberto Viana, cujos resultados apontaram para a possibilidade de 29 milhões de crianças estarem matriculadas nesses colégios

e que, para evitar falta de dinheiro, deveriam ser construídos com módulos de argamassa armada e não peças pré-fabricadas de concreto³⁰⁹.

O único elogio observado aos CIEPs, nos seis jornais, excetuando-se aqueles ligados ao círculo pedetista, foi o do jornalista Marcelo Coelho, que assinalou que, apesar das críticas recebidas, esses colégios representaram uma perspectiva de progresso e renovação pedagógica e foram, ao mesmo tempo, a expressão de uma crítica aos modelos existentes e uma tentativa de solução³¹⁰. Cabe destacar que os CIEPs eram defendidos unicamente pelos pedetistas, nos seis jornais e através de artigos como colaboradores, visto que nenhum político ligado ao partido detinha coluna fixa na seção política desses periódicos. Entretanto, os CIEPs eram amplamente criticados (da esquerda à direita) nestes mesmos veículos, embora a maior parte dos textos contrários a esse modelo educacional fosse publicado nos dois jornais cariocas, incluindo editoriais dos próprios.

Ainda que fosse um projeto inovador, os CIEPs sofriam contundentes críticas de diversos atores sociais, como políticos, imprensa, pedagogos, empresários e opositores de Brizola e sua gestão fluminense. Os principais pontos de ataque eram os gastos vistos como excessivos, modelo de escola integral e falta de estrutura da parte pedagógica. Em relação a esta questão, educadores questionaram a eficácia do ensino integral, alegando que Darcy Ribeiro não ouviu todos antes de elaborar a pedagogia e que o ideal seria uma análise mais acurada antes de se sair espalhando CIEPs pelo país, o que pareceria algo megalomaniaco³¹¹.

Em relação às críticas dos jornais cariocas, *OG* defendeu, em editorial “A escola sem ilusões”, a adoção do turno único pelas escolas, visto que permitia que os alunos conciliassem os estudos com outras atividades. Entretanto, o jornal criticou a vinculação dessa modalidade com os CIEPs, assinalando que:

Mas equívoco maior cometerão se associarem o turno único aos CIEPs, tentando ressuscitar a malograda experiência do Governo Brizola. Não há vínculo algum lógico entre uma filosofia e estratégia de educação formal – o turno único – e os CIEPs, que ficaram numa concepção arquitetônica e expressão plástica à espera do conteúdo pedagógico elaborado e coerente³¹².

Em relação à aplicação de recursos nos CIEPs existentes devido à privatização de estatais, *OG* apontou que seria o mesmo que trocar um dinossauro por um megatério, apontando que:

Trocaríamos o ruinoso ufanismo das fábricas-de-prejuízo, pelos milionários templos de ensino, planejados pela sempre marota política do monumentalismo.

³⁰⁹ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de jul.1989/15 nov.1989.

³¹⁰ *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08 fev. 1989, p.2.

³¹¹ Consulta às edições diárias do *JB* e *OG* publicadas no período de 15 nov.1988/jun.1989.

³¹² *O Globo*, Editorial, 05 dez. 1988, p.4.

[...] Com 12 milhões de crianças sem escolas [...] como esse problema poderá ser atendido com 20 ou 40 dúzias dos custosos e faraônicos CIEPs? O CIEP é uma criação originalmente megalomaníaca, na qual o oportunismo de esperto viu uma bela fonte de outro tipo de oportunidades³¹³.

Já o *JB* criticou as ideias educacionais de Brizola, tendo afirmado que se baseavam em realizações passadas e apontado que “[...] em matéria de ensino, entre as escolas de madeira que não sobreviveram e os CIEPs que deixou em ruínas de concreto, verifica-se que fez mais pela construção do que pela educação. A falta de memória o faz um eterno candidato que conta com o próprio voto. Continua de costas para a modernidade³¹⁴”.

Cabe ressaltar que o principal ponto de crítica de *OG* aos CIEPs eram seus elevados custos, ressaltando que teriam a mesma eficiência de um colégio tradicional (que custaria bem menos) e ao dizer “o oportunismo de espertos viu uma bela fonte de outro tipo de oportunidades”, procura induzir o leitor a pensar que a construção desses “faraônicos CIEPs” eram, na verdade, uma forma de corrupção e politicagem do governo Brizola. Por sua vez, ao recuperar o passado histórico do trabalhista, o *JB* procurou qualificar o pedetista como um político preso às realizações passadas e destacar que elas não seriam mais condizentes com o período atual. Ainda que recuperasse o seu passado histórico, o periódico o restaurou em dois momentos historicamente: o passado longínquo do pré-64 das “Brizoletas” e o passado recente dos CIEPs; entretanto, mesmo que se dividam historicamente, esses dois passados se assemelham no significado, designando algo realizado há muito tempo e que não deve ser mais considerado.

Os CIEPs eram também alvos de críticas de partidos e políticos de esquerda, especialmente dos ligados à Frente Brasil Popular. O deputado estadual fluminense pelo PSB Milton Temer questionou a eficácia do modelo educacional pedetista, apontando os altos custos para sua manutenção e construção, destacando ainda que o objetivo de Brizola não era solucionar o problema educacional, mas criar uma marca para fins eleitoreiros. Em relação à questão da educação, afirmou que, em Porto Alegre, a gestão petista estava resolvendo o problema de forma mais prática e “[...] sem a demagogia populista que subestima a potencialidade das crianças, transformando escola em clube de lazer³¹⁵”.

Os petistas Olívio Dutra e Tarso Genro assinalaram suas oposições aos CIEPs e sua versão gaúcha (implementada em Porto Alegre durante a gestão de Alceu Collares), ressaltando

³¹³ *O Globo*, Primeiro Caderno, 06 set. 1989, p.5.

³¹⁴ *Jornal do Brasil*, Editorial, 22 abr. 1989, p.10.

³¹⁵ *O Globo*, Opinião, 08 nov. 1989, p.4.

que o modelo era elitista, atendia minoria de alunos e mantinha a maioria na marginalidade³¹⁶. Por sua vez, o pedetista Brandão Monteiro afirmou não entender a razão dos ataques de petistas aos CIEPs – afirmavam que escola não era hotel para aluno ter refeição e banho –, criticando ainda a sigla por ter sido contra a implementação de escola em tempo integral durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte³¹⁷. Como contraponto ao artigo de Olívio Dutra e Tarso Genro, criticou-os por voltarem atrás em relação à proposta de manutenção dos CIEPs porto-alegrenses³¹⁸.

Cabe destacar que diferentemente da *FSP*, *OG* não publicou resposta de algum pedetista em relação às críticas de Milton Temer sobre os CIEPs, o que assinala que o jornal pouco ou quase nunca abria espaço a articulistas que fossem contrários à sua linha editorial; ainda que fosse de esquerda, o deputado do PSB possuía visão semelhante dos CIEPs à do periódico carioca. Por sua vez, a coluna *Tendências/debates* era um espaço que apresentava textos com ideias divergentes e até contraditórias, o que permite assinalar como o pluralismo era enfatizado em suas edições. Todavia, essa pluralidade era apenas veiculada nesse espaço e na tradicional coluna política da segunda página, sendo que o resto dos textos e opiniões pouco ou quase nada divergiam da opinião editorial do veículo; cabe ressaltar, por outro lado, que renomados colunistas políticos como Jânio de Freitas e Clóvis Rossi eram totalmente livres e independentes, em seus textos, da linha editorial da *FSP*. Ainda que o pluralismo de ideias não fosse absoluto no jornal, o veículo de Otávio Frias foi aquele em que foi observada a maior divergência de opiniões nos textos publicados.

Em artigo “Cinco teses de uma pedagogia pervertida”, Darcy Ribeiro rebateu os argumentos considerados por ele simplistas para explicar a questão educacional no país; enumerou-os em cinco, que seriam proferidos tanto por direitistas quanto por esquerdistas. Em relação ao argumento de que a criança fracassava na escola por própria culpa, assinalou que as crianças pobres eram 80% das que reprovavam, criticando as classes dominantes por deixarem os colégios se deteriorarem e apontando que, para resolução do problema, todos deveriam ter acesso à educação de qualidade. Sobre as críticas ao turno integral, o antropólogo afirmou que os países capitalistas mais avançados, e não somente os socialistas, adotavam esse tipo de horário e que permitia uma educação mais completa ao indivíduo. Em relação ao argumento de que refeição e banho desvirtuariam a função escolar, Darcy Ribeiro salientou que, por ter turno integral, os CIEPs possuíam a obrigação de adotar essas medidas e que, por muitas crianças

³¹⁶ *Folha de S. Paulo*, Tendências/debates, 16 fev. 1989, p.3.

³¹⁷ *Folha de S. Paulo*, Tendências/debates, 08 fev. 1989, p.3.

³¹⁸ *Folha de S. Paulo*, Tendências/debates, 07 mar. 1989, p.3.

serem pobres, a alimentação servida era a única de que dispunham; sobre os banhos, apontou que a medida era necessária para fazer frente às pragas que chagam as crianças pobres³¹⁹.

Em relação às acusações dos CIEPs possuem custos excessivos e serem considerados faraônicos, Darcy Ribeiro afirmou que as escolas deveriam ser as principais edificações de uma cidade e que as crianças – mesmo as mais pobres – mereciam estudar no melhor espaço disponibilizado pelo poder público. Sobre essas acusações, assinalou que a maior parte era direcionada do PT e os aconselhou a ouvirem o educador reconhecido internacionalmente Paulo Freire, entusiasta do projeto. Em relação ao argumento de que bastaria apenas a multiplicação do modelo básico de escola pública, o antropólogo ressaltou a urgência de um programa governamental sobre educação pública e que os CIEPs foram altamente exitosos enquanto parte do Programa Especial de Educação no Rio de Janeiro. Sobre o não prosseguimento, destacou que:

A interrupção desse programa – que precisaria ser seguido por três governos para atingir todas as crianças do Rio – foi o mais cruel atentado contra a educação. Foi também a maior comprovação do rechaço e do horror que os políticos de perfil tradicional têm pela educação popular³²⁰.

Pode-se assinalar que as críticas aos CIEPs por Milton Temer, Olívio Dutra e Tarso Genro eram semelhantes ao de setores mais conservadores, incluindo *OG* e o *JB*, visto que consideravam como excessivos os custos para construção e manutenção desses colégios, bem como também os viam como elitistas, pois atendiam apenas uma minoria de alunos; nesse aspecto, salientavam que o colégio tradicional continuava sendo ainda o melhor meio educacional, pois custaria pouco e atenderia muitos. Por sua vez, como contraponto aos ataques contra os CIEPs, o artigo de Darcy Ribeiro rebatia esses mesmos argumentos utilizados pelos conservadores e progressistas; cabe salientar que o texto fora publicado na reta final da campanha eleitoral, período em que Brizola e Lula polarizavam pela vaga final ao segundo turno e, nesse sentido, buscava mostrar que a sigla trabalhista era mais preparada do que a petista na questão educacional, embora fizesse questão de elogiar o renomado pedagogo Paulo Freire, então secretário da Educação de Luiza Erundina em São Paulo.

Ainda que as críticas aos CIEPs fossem majoritariamente publicadas nos jornais cariocas, a *FSP* veicularia matérias com acusações contra esses colégios a partir de setembro. Balizando-se no caráter moralista e com denúncias de corrupção, o matutino teria como principal alvo os dois líderes, à época, das pesquisas: Collor e Brizola. O periódico salientava

³¹⁹ *Folha de S. Paulo*, Tendências/debates, 13 nov. 1989, p.3.

³²⁰ Idem.

que eles representavam práticas arcaicas e se fortaleciam como oposicionistas um do outro, que o personalismo levaria ao atraso político e não serviria ao debate sobre modernização³²¹.

Cabe destacar que o raciocínio do matutino paulista era muito semelhante ao de Marcelo Pontes³²², que em texto no *JB*, uma semana antes do editorial da *FSP*, publicou que os dois líderes das pesquisas possuíam mais semelhanças do que diferenças e se fortaleciam como oposicionistas. Nesse aspecto, é salutar destacar como os jornais (ou jornalistas) se leem e a influência que os periódicos exercem uns sobre os outros, visto que além do editorial da *FSP*, o artigo de Marcelo Pontes também repercutiu na imprensa gaúcha, especificamente através da resposta de Sérgio da Costa Franco no *ZH*³²³.

Em relação ao candidato do PRN, as reportagens eram sobre irregularidades em sua campanha e gestão alagoana, enquanto sobre Brizola, o teor de acusações era sobre seu principal cartão postal na campanha, os CIEPs. A *FSP* publicou sobre a conservação precária desses colégios, incluindo problemas de infiltração e imagem de abandono, além do projeto arquitetônico elaborado por Oscar Niemeyer ter gerado problemas funcionais. Enquanto Brizola responsabilizou a gestão de seu opositor Moreira Franco por ter abandonado os colégios, a reportagem do jornal assinalou que vários se encontravam sob responsabilidade do prefeito do Rio de Janeiro, o pedetista Marcello Alencar³²⁴. Em outra reportagem, o matutino reportou que Brizola entregara apenas 161 dos 500 CIEPs prometidos e que 52 estavam inacabados, apontando que, na prática, os colégios somente eram mantidos pelo prefeito carioca³²⁵.

O periódico denunciou ainda contratação irregular de empresa prestadora de serviços aos CIEPs, visto ter sido feita sem licitação e ter como diretor um dos assessores do projeto educacional³²⁶. Cerca de uma semana após essa denúncia, o veículo apontou que, por diretriz de Darcy Ribeiro, os CIEPs vetaram acesso dos deficientes aos colégios³²⁷. Por sua vez, o antropólogo respondeu a ambas as acusações – ainda que de maneira não proporcional em espaço dedicado aos comentários dos leitores –, negando irregularidades na contratação da

³²¹ *Folha de S. Paulo*, Editorial, 24 ago. 1989, p.2.

³²² *Jornal do Brasil*, Coluna do Castello, 17 ago. 1989, p.2

³²³ *Zero Hora*, Sérgio da Costa Franco, 19 ago. 1989, p.2.

³²⁴ *Folha de S. Paulo*, Diretas-89, 10 set. 1989, p.6.

³²⁵ *Folha de S. Paulo*, Diretas-89, 01 out. 1989, p.7.

³²⁶ *Folha de S. Paulo*, Diretas-89, 04 out. 1989, p.3.

³²⁷ *Folha de S. Paulo*, Diretas-89, 12 out. 1989, p.3.

empresa³²⁸, garantindo que deficientes eram atendidos e apontando parcialidade da *FSP* nas referidas denúncias³²⁹.

Pode-se destacar que as matérias contra os CIEPs, e conseqüentemente Brizola, possuíam um teor moralista e, seguindo o editorial da *FSP* destacado acima, o jornal procurou ressaltar que o trabalhista e Collor se equivaliam na falta de moralidade. Cabe salientar que o periódico não oferecia o mesmo espaço para a fala dos acusados, cujas respostas, muitas vezes, eram veiculadas apenas no local de comentários do leitor; no exemplo acima, o comentário de Darcy Ribeiro foi publicado como se fosse o de qualquer leitor, cujo espaço continha comentários diversos, como meteorologia ou apontamento de erro ortográfico em determinado texto. Com esse recurso editorial – denúncia em amplas matérias e resposta em pequeno espaço –, o jornal posicionava ao leitor determinado assunto sob um ângulo e o induzia a acreditar que as acusações eram verídicas, sendo que, ao mesmo tempo, se justificava afirmando que oferecia o direito de resposta.

Tema presente na sua trajetória política desde os anos 1960, a reforma agrária era tratada por Brizola com outra denominação, democratização da terra. O trabalhista salientava que o nome “reforma agrária” estava ultrapassado e carregava em si uma ideologização, sendo preferível adotar uma nomenclatura que remetesse ao coletivo e direito de propriedade. Brizola tecia ainda contundentes críticas em relação aos proprietários de terras da época (incluindo instituições financeiras), destacando que a Constituição de 1988 era insuficiente para resolução do problema agrário e bastante permissiva ao latifúndio. Pontuando ser contra invasões de terra, assinalou que existiam terras disponíveis em todo o país e não seria necessária espoliação de ninguém. Brizola lembrava as bem-sucedidas experiências de reforma agrária realizadas durante sua gestão gaúcha, especialmente a do Banhado do Colégio, distrito de Camaquã, para destacar que a democratização da terra era possível e que bastaria apenas espalhar pelo país o exemplo gaúcho³³⁰.

Com 20 mil hectares, a localidade fora ocupada, em 1962, por camponeses do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), que apontavam incorporação ilegal das terras por fazendeiros da região. A partir da reivindicação dos camponeses, Brizola assinou decreto de desapropriação que contemplou mais de 200 famílias com lotes entre 20 e 25 hectares (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 2020, s.p.). Por outro lado, a *FSP* destacou, em reportagem “Reforma agrária de Brizola fracassou em 62”, que as experiências gaúchas de

³²⁸ *Folha de S. Paulo*, Painel do Leitor, 08 out. 1989, p.3.

³²⁹ *Folha de S. Paulo*, Painel do Leitor, 14 out. 1989, p.3.

³³⁰ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 15 nov.1988/jun.1989.

reforma agrária não obtiveram sucesso e somente os agricultores do Banhado do Colégio prosperaram; o jornal ressaltou que os projetos foram extremamente rápidos, feitos de improviso e se iniciaram sob o comando de integralistas na Secretaria da Agricultura³³¹. Contestando a matéria da *FSP*, Brizola afirmou que a reportagem fora tendenciosa ao apontar o fracasso e que o projeto fora interrompido pelo seu sucessor, Ildo Meneghetti (PDS), sobretudo após o golpe militar e que intensificara a perseguição aos assentados³³².

Pode-se destacar que, ao recuperar o projeto de reforma agrária de Brizola no pré-64, a *FSP* procurou ressaltar o seu fracasso como o próprio título da reportagem indica, assinalando que o trabalhista sobrevalorizava demasiadamente seu feito na gestão gaúcha. Cabe ressaltar que a reportagem foi publicada em página inteira de seu caderno especial sobre as eleições e que apenas uma pequena nota ao final destacava que o projeto não fora adiante por interrupções de seu sucessor e da própria Ditadura Militar. Além disso, a resposta de Brizola ao jornal foi veiculada em pequena nota, na última página deste caderno, dois dias após a reportagem, não recebendo, portanto, o mesmo espaço de tratamento da matéria acusatória; é possível afirmar ainda que a reportagem foi veiculada em setembro, período em que o periódico publicava matérias de acusação ao trabalhista, conforme destacado. Nesse aspecto, o recurso editorial permitia que o jornal induzisse o leitor a pensar que seu projeto de reforma agrária fora um fracasso por sua incompetência, sendo que esse mesmo tipo de técnica, nas edições, foi também utilizada nas matérias sobre os CIEPs, conforme discutido.

Em conjunto com um programa de democratização da terra, Brizola destacava a importância da questão habitacional e propunha a criação de 20 a 25 milhões de novas propriedades urbanas e rurais no país, o que permitiria enfrentar o grave problema de falta de moradia. Entretanto, apontava para um prazo de dez anos para implementação completa do projeto e atendimento a todos que necessitassem de moradia. O trabalhista afirmava que todos os brasileiros deveriam possuir o direito de propriedade, argumentando que a propriedade privada era tão boa que todos deveriam tê-la. Salientava que todos os brasileiros deveriam possuir o seu lote (propriedade), cabendo ao governo doá-las aos que não possuíssem recursos financeiros para aquisição e garantir preço acessível aos que tivessem. O pedetista ressaltava ainda o programa “Cada família um lote”, durante sua gestão fluminense, como exemplo de programa habitacional de sucesso e que fora responsável por conceder milhares de moradias à população mais pobre³³³.

³³¹ *Folha de S. Paulo*, Diretas-89, 03 set. 1989, p.5.

³³² *Folha de S. Paulo*, Diretas-89, 05 set. 1989, p.4.

³³³ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 15 nov.1988/jun.1989.

Por outro lado, *OESP* assinalou a incongruência de sua proposta de milhões de novas propriedades, visto o governo Figueiredo ter distribuído apenas 1 milhão de títulos de novas propriedades e que, para atingir a meta, Brizola teria que conceder mais de mil por dia³³⁴. Em relação ao programa habitacional de sua gestão fluminense, *OG* assinalou que o programa gerara desvio de finalidades e corrupção, atendendo, na verdade, poucos moradores, denunciando ainda que uma permuta entre áreas poderia desalojar uma delegacia carioca, visto que o programa pedetista trocara com a iniciativa privada uma área nobre (onde estava a delegacia) pela posse definitiva da Favela do Borel, buscando garantir propriedade para cem mil moradores. Por sua vez, o Secretário da Justiça do governo Moreira Franco afirmou que permuta fora desnecessária, pois não havia riscos da empresa mobiliária despejar tantos moradores ao mesmo tempo e que ocupavam o local desde o começo do século XX³³⁵.

Mesmo com as críticas ao programa, Brizola assinalava que somente o estado poderia resolver a questão habitacional e que estava diretamente ligada à desigualdade social. Nesse sentido, todas as suas propostas possuíam em comum a redução da disparidade entre as classes, ainda que a questão educacional fosse a que recebia olhar mais atento, sobretudo por ser a responsável na construção do pilar de uma sociedade mais justa. Cabe destacar ainda a disparidade das avaliações das propostas de Brizola pelos jornais, que dedicavam maior atenção à apreciação das propostas econômicas do candidato, relegando ao segundo plano a questão educacional, que, na visão do trabalhista, era a principal prioridade para o país. Além disso, o pedetista já demonstrara, em suas duas gestões prévias como governador, que sempre valorizou e investiu na educação. Por outro lado, suas propostas para a economia contrastavam com o ideal liberal dos seis jornais (mais contundentemente os periódicos do eixo Rio-São Paulo), o que permite assinalar que esses quatro veículos enfocaram mais na economia como forma de posicionar o candidato pedetista e sua plataforma eleitoral negativamente aos seus leitores.

3.2 ATUAÇÃO POLÍTICA NO PRÉ-64

Brizola procurava se posicionar, em 1989, como o verdadeiro herdeiro do legado trabalhista de Getúlio Vargas, a quem tinha como principal referência política. Embora não tenha trabalhado diretamente com o ex-presidente, o seu ingresso na vida política se deveu aos ideais defendidos por Vargas e o movimento queremista de 1945. Por ser algo conduzido

³³⁴ *O Estado de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 08 set. 1989, p.5.

³³⁵ *O Globo*, Primeiro Caderno, 05 ago. 1989, p.12.

majoritariamente por trabalhadores e cujo objetivo era defender que o mandatário da nação permanecesse no poder e reconduzisse o processo democrático, Brizola, de origem pobre e trabalhadora, identificou no quererismo um movimento legítimo aos interesses de classe, decidindo ingressar no partido que os trabalhadores articulavam para apoiar Vargas, o PTB. Ainda que se sentisse socialista, não se identificou com o PCB, notadamente pelo sectarismo de seus militantes (BANDEIRA, 1979, p.46-47).

No PTB gaúcho, Brizola foi um dos responsáveis por organizar o movimento jovem do partido, Ala Moça, elegendo-se deputado estadual em sua primeira eleição. Conheceu, na juventude petebista, João Goulart, e casou-se com sua irmã Neusa em 1950, tendo sido Vargas o seu padrinho de casamento. A partir disso, começou a frequentar mais assiduamente São Borja e a estreitar laços com o presidente, embora fosse Jango quem tivesse maior proximidade com o mandatário do país, tendo sido ministro do Trabalho e apontado como seu sucessor (BANDEIRA, 1979, p.53-56). Leite Filho (2008, p.41) destaca que Vargas tinha em Jango e Brizola duas pessoas de extrema confiança e confiava a eles mensagens confidenciais a serem transmitidas ao presidente argentino Perón, visto não as veicular pelo Itamaraty, à época com partidários ligados à UDN.

O suicídio do presidente e a Carta Testamento geraram profundo impacto na vida de Brizola, que, ao ser eleito deputado federal em 1954, procurou antagonizar com Carlos Lacerda, principal opositor de Vargas. O conteúdo da carta deixada pelo presidente serviu como guia na vida política de Brizola e na elaboração do discurso sobre o processo espoliativo, assinalando que Vargas fora o primeiro a apontá-lo e tirou a própria vida por pressões desses grupos e para proteger o Brasil desse processo (FERREIRA, 2016, p.40-41).

Sua interpretação da carta deixada por Vargas o posicionava à esquerda em comparação ao ex-presidente, mas a sua matriz ainda era o mesmo nacionalismo do histórico líder trabalhista. Sobre a influência da carta em Brizola, é possível destacar que:

A carta-testamento foi a fonte para a formulação do pensamento de esquerda de Brizola – ao mesmo tempo reformista e revolucionário. Ele denunciava a dupla exploração sobre os trabalhadores brasileiros e que mantinha o país no subdesenvolvimento: a imperialista dos Estados Unidos sobre os povos latino-americanos; e a exploração de classe dos grupos empresariais nacionais associados aos estrangeiros imperialistas sobre os trabalhadores (FERREIRA, 2016, p.43).

Por outro lado, o sociólogo Luciano Martins afirmou que a ressurreição do documento por parte de Brizola, em 1989, “temperando-a com um vago socialismo, é uma tentativa de metabolizar, no plano simbólico, as dificuldades que não consegue resolver no plano da prática

política³³⁶”. Cabe ressaltar que Martins discorria sobre o populismo, prática política anacrônica em sua visão, e nesse aspecto, o resgate de Brizola de um documento símbolo desse período teria como objetivo materializar um passado histórico não mais condizente com o período. Por sua vez, ao discorrer sobre práticas autoritárias e que não teriam mais espaço na atualidade, o historiador Luiz Felipe de Alencastro afirmou que a Carta Testamento “é reconhecidamente um dos mais extravagantes textos do cesarismo latino-americano, nenhum cidadão consciente pode tomá-lo hoje a sério. Ao jogar esse ‘manifesto’ na cara do bom senso nacional, Brizola planta-se no campo da direita³³⁷”. Com isso, ambos assinalavam, em seus raciocínios, que o documento era anacrônico, não seria capaz de responder às demandas da sociedade da época e, ao procurar resgatá-lo, Brizola olhava demasiadamente a um passado que deveria ser deixado de lado.

O objetivo de Brizola era repetir a trajetória de Vargas em sua campanha presidencial de 1950, salientando que teria a mesma idade do ex-presidente na disputa (67 anos), e planejava iniciá-la no Acre, local escolhido, em 1950, por Getúlio³³⁸. Sobre a importância do histórico líder trabalhista na campanha, o pedetista considerava que “[...] essa eleição precisa resgatar os princípios do trabalhismo de Vargas³³⁹”, assinalando que o ex-presidente fora o responsável por apontar os rumos que o país deveria seguir para alcançar o desenvolvimento. Por sua vez, militantes pedetistas gaúchos destacavam que as reformas iniciadas por Vargas seriam concluídas por Brizola, salientando que o líder do partido era o verdadeiro herdeiro da herança getulista³⁴⁰.

Em seu tijoloço, Brizola assinalou para o fato de que o trabalhismo possuiria um candidato à presidente da República após quase 40 anos, buscando assim associar sua campanha à de Vargas em 1950. Enfatizando a linha trabalhista, destacou:

Será um momento histórico para nós, que participamos deste grande e genuíno movimento do povo brasileiro que é o trabalhismo, esta gigantesca corrente popular que há mais de 40 anos simboliza, no Brasil, a luta pelo progresso e pela justiça social. Pela primeira vez, desde 1950, quando Getúlio Vargas arrancou para a memorável campanha que o reconduziu ao Governo, o trabalhismo apresenta seu próprio candidato à Presidência³⁴¹.

Na matéria “Getúlio inspira Brizola, 40 anos depois”, *OESP* destacou a importância que o histórico líder trabalhista possuía para o pedetista, que afirmava estudar os seus discursos, bem como que tinha o lema político de conversar com todos para alianças e apoios e que,

³³⁶ *Folha de S. Paulo*, Tendências/debates, 11 mai. 1989, p.3.

³³⁷ *Folha de S. Paulo*, Tendências/debates, 29 ago. 1989, p.3.

³³⁸ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 15 nov.1988/fev.1989.

³³⁹ *O Estado de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 14 nov. 1989, p.9.

³⁴⁰ *Zero Hora*, Primeiro Caderno, 25 ago. 1989, p.13.

³⁴¹ *Jornal do Brasil*, Leonel Brizola, 04 jun. 1989, p.6.

segundo José Gomes Talarico, um Brizola conciliador era inspirado por Getúlio. O jornal apontou ainda que discursos do pedetista de ouvir a sociedade para depois elaborar um plano de governo, concentrar esforços na administração do país e governar para todos eram inspirados em alocações do ex-presidente³⁴². Ao destacar conversas e alianças com direitistas, Brizola rememorava Vargas para exemplificar que o ex-presidente costumava afirmar que os conservadores possuíam duas vertentes: a empedernida e reacionária – sem possibilidade de conversas e a ser combatida – e a flexível e lúcida, que era democrática e ajudaria em uma estabilização do país. O pedetista salientava que os grandes exemplos de conservadores lúcidos eram JK, Tancredo Neves e Aureliano Chaves³⁴³.

É possível assinalar que esses trechos exemplificam não somente a influência de Vargas em Brizola, mas também o resgate do passado histórico do ex-presidente por parte do candidato pedetista, que via como possível repetir os passos do histórico líder trabalhista. Brizola destacava não apenas continuar o legado trabalhista iniciado por Vargas, mas também reintroduzir esse passado histórico no presente e, ainda que 35 anos os separassem, era como se fossem sempre unidos e pertencentes à mesma temporalidade.

Antigetulista, *OESP* criticou as propostas de Brizola e sua inspiração varguista em editorial “Caudilho sim, mas matreiro”, ressaltando que o pedetista procurava se mostrar como um candidato moderno, mas era um caudilho e político ultrapassado e que “[...] na verdade, Brizola é o mesmo populismo de sempre, manipulando tais conceitos com elasticidade suficiente para poder, dentro deles, manobrar à vontade, de acordo com seus velhos preconceitos, nascidos e nutridos, na escola de seu patrono, Getúlio Vargas³⁴⁴”. O jornal assinalou também, um mês após este texto, que o pedetista “[...] representa um risco maior, porque só dá ao eleitor a garantia de um passado confuso, apoiando suas pretensões presidenciais apenas numa lenda, o prestígio de Getúlio Vargas³⁴⁵”.

Nesses dois trechos, *OESP* recupera o passado histórico de Vargas e o associa ao Brizola do presente, ressaltando que o candidato pedetista sempre fora o mesmo político; cabe observar que esse passado histórico não era um tempo comum, mas um “passado confuso” e que, ao repeti-lo, Brizola o estaria reproduzindo em uma temporalidade não mais condizente com essas práticas. Pode-se afirmar que esses trechos exemplificam ainda a “transposição” de Vargas a

³⁴² *O Estado de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 08 jul. 1989, p.5.

³⁴³ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de jul.1989/15 nov.1989.

³⁴⁴ *O Estado de S. Paulo*, Editorial, 09 ago. 1989, p.3.

³⁴⁵ *O Estado de S. Paulo*, Editorial, 09 set. 1989, p.3.

Brizola do antigetulismo presente no *OESP*, o que conferiria ao líder pedetista, naquele momento, o posto de maior opositor do jornal paulista.

Por sua vez, o jornalista Noenio Spínola assinalou o anacronismo dos trabalhistas em rememorarem Vargas e que quando “[...] evocam o getulismo, os pedetistas lembram os anos 50 e 60, uma nação sem infraestrutura e a necessidade da mão do Estado por toda a parte. O fim dos anos 80 coincide com o colapso das burocracias, do Estado provedor e patrono³⁴⁶”, enquanto o cientista político Aloysio Azevedo afirmou que o pedetista deveria rever o getulismo, e não reeditá-lo³⁴⁷. Pelas análises, Spínola e Azevedo se remetem ao passado histórico do pré-64 como algo obsoleto e acentuam que o getulismo representava um tipo de política não condizente com a modernidade do final do século; cabe ressaltar ainda que os dois artigos são condizentes com a linha editorial do *OESP*, sobretudo por situarem historicamente o movimento getulista como uma prática política danosa e ultrapassada.

Reportagem da *FSP* destacou que o filho de Getúlio, Luthero Vargas, não reconhecia Brizola como herdeiro das ideias trabalhistas de seu pai, entendendo que a história da corrente doutrinária fora encerrada em 1954 e que Vargas pregava o trabalhismo cristão, enquanto o pedetista se apresentava com um “socialismo crioulo”. Entendia ainda que Brizola era um caudilho como qualquer outro e que fora feito por Jango, portanto não possuindo ligação alguma com seu pai. Nesse aspecto, as declarações de Luthero Vargas contrariavam o discurso do pedetista de que seria o herdeiro do legado varguista³⁴⁸.

Por outro lado, as declarações de Luthero Vargas não encontram embasamento teórico, visto Brizola representar, em sua prática política, o trabalhismo de Pasqualini, que fora atualizado por Darcy Ribeiro, conforme ressaltado no tópico anterior. Cabe destacar que o primeiro teórico trabalhista influenciou fortemente o segundo governo Vargas, o qual era a principal referência de gestão para Brizola. Por sua vez é impreciso afirmar que o pedetista “fora feito por Jango”, notadamente pelo fato de que ambos iniciaram suas trajetórias políticas juntos na Ala Moça do PTB, além de jamais terem trabalhado juntos em um governo.

O *JB* publicou que a historiadora e cientista política Lucília de Almeida Neves observava semelhanças entre o getulismo e Brizola em 1989, visto o pedetista ser um político populista, personalista, carismático e nacionalista como o ex-presidente. Entretanto, Neves salientou que o líder do PDT se definia como um socialista, tendo como proposta a transformação da sociedade pela social-democracia, uma via moderna – mas com prática antiga

³⁴⁶ *O Estado de S. Paulo*, Espaço Aberto, 10 out. 1989, p.2.

³⁴⁷ *O Estado de S. Paulo*, Espaço Aberto, 27 out. 1989, p.2.

³⁴⁸ *Folha de S. Paulo*, Diretas-89, 25 ago. 1989, p.3.

–, enquanto Vargas era um conciliador³⁴⁹. Por sua vez, a explicação de Neves segue a influência do pensamento da sociologia paulista sobre populismo – especialmente o de Francisco Weffort – e que não pode ser assinalado como a única referência teórica, conforme será discutido no próximo tópico.

Não obstante apoiasse Brizola, Luís Carlos Prestes afirmava que o pedetista se equivocava ao tentar reviver o getulismo e se ligar à imagem do ex-presidente, pois a classe operária da época desconhecia Vargas e os que o chamavam de “pai dos pobres” eram muito poucos ou já haviam morrido³⁵⁰. O jornalista Fernando Pedreira destacou que a base de sustentação de Vargas eram os conservadores e estancieiros, de quem Brizola perdera o apoio no pré-64 e que “[...] não ficaram do velho getulismo senão a demagogia e o vezo caudilhesco. O resto foi-se³⁵¹”. Por outro lado, pesquisa do Ibope destacou que Getúlio era o presidente com maior avaliação popular (33%), enquanto a vertente trabalhista se apresentava como a corrente ideológica mais elogiada (45%)³⁵². Nesse sentido, ao avaliar o mito na vertente trabalhista, o historiador José Murilo de Carvalho afirmou que a tentativa de Brizola em reencarnar o mito de Vargas seria algo bolorento, mas que ainda possuía forte apelo em setores do eleitorado, por isso era válida no atual contexto³⁵³; nesse aspecto, pode ser destacado que esse passado histórico se apresentava como uma nostalgia na memória da população, sobretudo aquela que vivera o período.

Brizola não apenas apelava para a figura de Vargas perante o eleitorado, mas se inspirava pessoalmente na trajetória do ex-presidente e, lendo os discursos proferidos por aquele político em sua vitoriosa campanha em 1950, se atentou às alocações, a dois meses do pleito, em que o Getúlio entrara na eleição, mobilizou o povo e ganhou; com isso, Brizola – que estava muito atrás de Collor nas pesquisas eleitorais – acreditava ser capaz de fazer o mesmo e virar o jogo, conforme destacado na coluna *Informe JB*³⁵⁴. Com pequeno índice de intenção de votos em São Paulo em todas as pesquisas eleitorais, Brizola rememorava o exemplo de Vargas para salientar que sairia vitorioso no maior colégio eleitoral do país, ressaltando que o ex-presidente fora eleito senador em 1946 pelo estado paulista e ganhara também para presidente quatro anos após, ainda que sem um partido forte – fortalecendo assim a tese de que apenas a sua figura seria suficiente para garantir a vitória no estado³⁵⁵.

³⁴⁹ *Jornal do Brasil*, Primeiro Caderno, 20 mar. 1989, p.4.

³⁵⁰ *Jornal do Brasil*, Informe JB, 17 mai. 1989, p.6.

³⁵¹ *O Estado de S. Paulo*, Espaço Aberto, 27 ago. 1989, p.2.

³⁵² Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 27 jun.1989.

³⁵³ *Jornal do Brasil*, Primeiro Caderno, 16 jul. 1989, p.11.

³⁵⁴ *Jornal do Brasil*, Informe JB, 26 jun. 1989.

³⁵⁵ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de jul.1989/15 nov.1989.

Quando mencionava Vargas em seus discursos, Brizola enfatizava que era o legítimo herdeiro de seu legado, notadamente através das defesas das estatais e do direito dos trabalhadores, além de ter afirmado que a história brasileira se dividia entre antes e após Getúlio, conforme publicado pelo *ZH*³⁵⁶. O pedetista ressaltava que, apesar do Estado Novo, o histórico líder trabalhista deveria ser reconhecido como o grande estadista brasileiro, responsável pela modernização do país e proteção à classe trabalhadora, pontuando que Getúlio caiu em 1954 pela aliança do capital estrangeiro com a cúpula militar e que seu governo existiu em função dos trabalhadores³⁵⁷.

Brizola destacava a segunda gestão Vargas como modelo de governo a ser seguido, principalmente por seu caráter popular e nacionalista, cuja maior marca fora a campanha “O petróleo é nosso”, que deu origem a criação da Petrobrás, até então principal estatal do país. Ressalvava que não adotava o Estado Novo como modelo – deveria ser assumido por quem participou dele –, mas apenas o lado bom de Vargas, notadamente presente em seu governo democrático, além de apontar que o ex-presidente não fora fascista ou autoritário. O trabalhista afirmou que sua queda em 1945, ao final do Estado Novo, causou profunda modificação e atrasou o desenvolvimento do país, pois Vargas não conseguiu reverter a mudança de rumos em direção aos grandes grupos internacionais após 1950, sobretudo por estar só e sem colaboradores³⁵⁸.

Sobre a afirmação de que Vargas estava só após 1950, *OG* salientou que o pedetista se equivocara, porque o trabalhista tinha o apoio de Adhemar de Barros e parte do PSD em 1950 e o alfinetou, destacando que se entendia “[...] que o candidato do PDT pretenda fazer esquecer o seu próprio passado, em que se misturam o agitador incendiário e o governante autoritário. Mas de nada lhe adianta, nessa tática transparente, deturpar o passado alheio³⁵⁹”. Cabe ressaltar que *OG* criticou erroneamente Brizola por sua declaração, pois Adhemar de Barros apoiou a candidatura de Vargas à presidência do Brasil, mas não esteve ao seu lado quando o presidente lutava contra os interesses de grupos estrangeiros – sobretudo pela aprovação da lei que limitava a remessa de lucros ao exterior –, tanto que Getúlio esteve isolado politicamente nos momentos derradeiros de seu governo em 1954. Por outro lado, o jornal recuperou o passado histórico de Brizola ao destacá-lo como um político incendiário e autoritário, mas se equivocou ao afirmar que o pedetista pretendia “fazer esquecer o seu próprio passado”, visto que o próprio trabalhista

³⁵⁶ *Zero Hora*, Primeiro Caderno, 11 nov. 1989, p.19.

³⁵⁷ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de jul.1989/15 nov.1989.

³⁵⁸ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 15 nov.1988/jun.1989.

³⁵⁹ *O Globo*, Primeiro Caderno, 20 abr. 1989, p.6.

recuperava seu passado histórico nos discursos. Todavia, diferentemente de *OG* – que o fazia de forma a criticar o trabalhista –, Brizola tinha o objetivo de legitimar o seu discurso perante o eleitorado ao se utilizar de seus exemplos do passado, procurando assim se mostrar o candidato mais preparado para comandar o país.

Em relação à diferenciação de tratamento de Brizola sobre Vargas, Lula afirmou que o pedetista glorificava o segundo governo, mas que omitia o período ditatorial e de perseguição à classe trabalhadora³⁶⁰. Na coluna *Tendências/debates*, Frei Betto, clérigo ligado ao PT, fez apontamento semelhante (ainda que anteriormente à declaração do líder petista), destacando que “Vargas era o pai dos pobres... e a mãe dos ricos! Basta estudar as relações que ele mantinha com os banqueiros e empresários dos anos 30 e 40. O populismo trabalhista foi, antes, um esforço de conter o avanço das conquistas operárias no país³⁶¹”. Como contraponto ao religioso, no mesmo espaço da *FSP*, a assistente social e ativista pelos direitos humanos Therezinha Zerbini afirmou que as críticas sobre Vargas eram infundadas, pois o ex-presidente fora o construtor do Brasil moderno e suas relações com banqueiros e empresários não se diferenciavam em relação às da Igreja³⁶².

Por sua vez, Olívio Dutra e Tarso Genro assinalavam que a “[...] polêmica salutar do PT com o PDT vai continuar, pois ela é o confronto do populismo, ambíguo e acaudilhado, com uma experiência nova – mas não única e nem exclusiva – dos trabalhadores libertos da tutela parafascista do getulismo, na luta por uma sociedade socialista³⁶³”. Brandão Monteiro rebateu as críticas dos petistas acusando a sigla de desconhecimento histórico e desrespeito à memória do ex-presidente e afirmando que:

[...] o PT radicalmente ou nega ou deturpa, querendo desconhecer, à semelhança da antiga UDN e da plutocracia paulista, que Vargas, malgrado suas outras facetas, representou um papel altamente positivo no Brasil moderno. Não é sem razão que entre a maioria dos cientistas políticos da esquerda brasileira já se cristaliza a ideia de que o PT é uma nova UDN proletária, antigetulista, supermoralista, apenas acrescida de roupagem corporativista, com apenas uma única diferença para os outros “economicistas”. Estes defendem o sindicalismo de resultados sem greves, e o PT defende a mesma coisa, apenas com acréscimo das greves³⁶⁴.

Brizola se referia ao período do Estado Novo como algo discricionário, enquanto seus opositores políticos, articulistas e editoriais jornalísticos dos jornais paulistas e cariocas o descreviam como ditatorial. Nesse aspecto, cabe ressaltar o posicionamento de *OG*, que, assim como *OESP*, realizou intensa oposição a Getúlio Vargas, ainda que, diferentemente do matutino

³⁶⁰ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 22 abr. 1989.

³⁶¹ *Folha de S. Paulo*, *Tendências/debates*, 31 jan. 1989, p.3.

³⁶² *Folha de S. Paulo*, *Tendências/debates*, 14 mar. 1989, p.3.

³⁶³ *Folha de S. Paulo*, *Tendências/debates*, 16 fev. 1989, p.3.

³⁶⁴ *Folha de S. Paulo*, *Tendências/debates*, 07 mar. 1989, p.3.

paulista, o tenha realizado durante sua gestão democrática. Nesse sentido, *OG* assinalou que embora negasse, o pedetista tinha Vargas do período de ditadura como fonte de seu estilo na vida pública, notadamente de olho no comando das grandes massas³⁶⁵. Comentando sobre queima de livros promovida pelo Estado Novo e sem mencionar o nome de Brizola, o jornal de Roberto Marinho assinalou semelhança entre o pedetista e Vargas³⁶⁶:

Em outubro de 1939, o titular da Presidência era Getúlio Vargas, que recém-proclamara o Estado Novo, e o exercia segundo as linhas da teocracia nazifascista. É esse exemplo que um atual candidato, em momento de recaída ideológica, insiste em ter como guia espiritual, caso se eleja para o Planalto. Apesar de, em suas arengas, invocar a todo momento, os nomes de políticos da atualidade que frequenta por astúcia e exibicionismo, nada há de mais velho que seus discursos. O recheio deles é um amontoado de slogans antigos retirados do freezer da memória, onde armazenou suas poucas leituras de manifestos e boletins políticos. Seu imobilismo mental é tão monolítico que, à cata de votos fáceis, procura agradar à tecnocracia – em cujos cevados currais espera encontrar os percentuais eleitorais que o ajudem a alçar-se à Presidência. Enquanto isto, seus “amigos” Menem, Felipe Gonzalez e Mário Soares promovem ou apoiam diretamente a demolição do parasitismo estatal em seus países. A coisa é que, retardatário intelectual, nosso personagem vem a cavalo e, de lenço vermelho, ainda pensa em amarrar seu pangaré no Obelisco. Como nos idos de outubro de 1930³⁶⁷.

Ao se referir ao Estado Novo como um período discricionário, Brizola pontuava que aquele era apenas um pequeno “desvio” na destacada trajetória política de Getúlio Vargas e que não deveria servir como algo que eliminasse a importância histórica do ex-presidente e seu enorme legado. Por outro lado, a crítica de *OG* assinala o oposto, que Vargas era uma figura a ser esquecida por seus enormes erros, sobretudo aqueles cometidos no período autoritário; nesse sentido, ao resgatar esse passado histórico, o jornal indica que Brizola era também uma figura a ser esquecida, notadamente porque possuía prática política idêntica à de seu mentor. O matutino salienta que o esforço do pedetista em buscar ser moderno não era válido, pois o seu estatismo e sua prática política não eram condizentes com as suas referências políticas da época (os líderes europeus e adeptos de maior liberalismo), mas com as de um político de 60 anos atrás; cabe ressaltar que o jornal fez referência histórica à Revolução de 1930, acontecimento este que marcou a ascensão de Vargas ao poder nacional, assinalando que Brizola ainda estava preso a esse período em sua prática política.

Conforme destacado, a questão nacionalista era o principal ponto em que Brizola se inspirava em Vargas e, durante o seu governo no Rio Grande do Sul, encampou duas multinacionais norte-americanas alegando interesse público, o que lhe valeu além das pesadas

³⁶⁵ *O Globo*, Primeiro Caderno, 14 nov. 1989, p.12.

³⁶⁶ Cabe destacar que material publicitário de Collor com os dizeres “O futuro é Collor” se encontrava destacado logo abaixo do comentário do jornal sobre Brizola e Vargas. Nesse aspecto, é possível assinalar mais um exemplo do apoio do veículo ao candidato do PRN, bem como ataques ao seu principal opositor no momento.

³⁶⁷ *O Globo*, Primeiro Caderno, 12 out. 1989, p.7.

críticas do governo dos EUA, repúdios por parte dos meios de comunicação e políticos conservadores, todos ligados à liberalização econômica e entrada irrestrita de capital estrangeiro no país. Com uma política desenvolvimentista no estado gaúcho, o trabalhista encontrou obstáculos no setor energético, visto que a Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense (CEERG), subsidiária da americana *Bond & Share*, não realizava os investimentos necessários para o setor. Após impasses nas negociações com a companhia, Brizola decidiu expropriá-la, em 1959, com aval do Judiciário, indenizando-a com o valor simbólico de 1 cruzeiro após estudos realizados pelo governo identificarem que a organização estava em débito com o estado.

A medida gerou repercussão internacional e repúdio por parte do governo dos EUA³⁶⁸, o que despertou em Brizola – surpreso após enormes repercussões por um ato visto como simples e objetivo –, o que passaria a designar de processo espoliativo e consolidando assim a sua consciência anti-imperialista (BANDEIRA, 1979, p.60-63). Três anos após encampação da CEERG, Brizola expropriou outra empresa norte-americana e do setor de telecomunicações, a ITT. Assim como no caso da empresa energética, o trabalhista buscou acordo com a empresa estrangeira e, após mais de três anos de negociações e impasses, decidiu encampar a organização (também com aval do Judiciário) e indenizá-la em 10% de seu valor, considerado muito abaixo pelos americanos. A repercussão da expropriação da ITT foi ainda maior do que a da CEERG e gerou grave crise diplomática entre o Brasil e os EUA, ao ponto do presidente Kennedy ter afirmado publicamente que Brizola não era dos mais amigos de sua nação. Sobre o episódio, o pedetista assinalou, em entrevista à *FSP*, que não teve como se defender dos ataques recebidos, especialmente aqueles vindos da imprensa americana e de Kennedy³⁶⁹.

Enquanto deputado federal, o trabalhista denunciou um acordo secreto de indenização entre os dois países, o que faria o Brasil desembolsar enorme quantia para ressarcir os EUA; entretanto, a compensação financeira ocorreria após o golpe militar, no governo Castelo Branco (BANDEIRA, 1979, p.65-67). Esses aspectos das encampações e lutas contra as multinacionais foram recuperados pelo *JB*, notadamente através de seus articulistas e colaboradores. Segundo Castelo Branco, a resistência dos conservadores a Brizola vinha desde o período das encampações³⁷⁰, embora identificasse, um semestre antes, que esses episódios, no final dos anos 1980, eram muito menores na luta emancipacionista, mas ainda assim faziam parte do nacionalismo defendido pelo pedetista³⁷¹.

³⁶⁸ Bones et *alli* (2004, p.54) destacam que Brizola realizara a encampação antes de Fidel Castro nacionalizar as empresas americanas em Cuba.

³⁶⁹ *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 21 fev. 1989, p.7.

³⁷⁰ *Jornal do Brasil*, Coluna do Castello, 15 jul. 1989, p.2.

³⁷¹ *Jornal do Brasil*, Coluna do Castello, 06 dez. 1988, p.2.

Por sua vez, Marcelo Pontes salientou que a “implicância” de Brizola com as multinacionais vinha desde o período das expropriações³⁷², enquanto José Murilo de Carvalho assinalou, em artigo já destacado anteriormente, que o inimigo do pedetista, no campo coletivo, já tinham sido as multinacionais, sendo que contemporaneamente eram os bancos credores do Brasil³⁷³. Nesse aspecto, todos recuperaram o passado histórico de Brizola no pré-64 para explicar sua posição nacionalista, bem como para ressaltar que a oposição de setores conservadores a seu nome se originou por sua atuação anti-imperialista nesse período, conforme afirmou Castello Branco.

Enquanto governador gaúcho, Brizola buscara manter uma relação profissional com o presidente Jânio Quadros, ainda que fossem de correntes ideológicas distintas. O trabalhista endossara a Política Externa Independente (PEI) do governo Jânio, chefiada pelo chanceler Afonso Arinos, cujo objetivo era uma atuação independente frente à polarização EUA-URSS, visando proporcionar ao Brasil os benefícios de uma ampliação de seu comércio internacional. A convite de Jânio Quadros, Brizola integrou a comitiva brasileira na Conferência do Conselho Interamericano Econômico (CIES), realizada na cidade uruguaia de Punta del Este, ocasião em que conheceu o revolucionário argentino Ernesto “Che” Guevara. As relações com o presidente eram harmoniosas e, quando o governador gaúcho fora informado sobre a renúncia de Jânio Quadros, pensou tratar-se inicialmente de um golpe de estado (o mandatário teria sido obrigado a deixar o cargo) e ofereceu-lhe abrigo e resistência em seu estado.

Ao tomar conhecimento de que a renúncia do presidente fora espontânea e de que o Congresso a aceitara, Brizola teve ciência das articulações golpistas de militares que desejariam impedir a posse de João Goulart, iniciando assim o movimento que buscava assegurar a posse do vice-presidente eleito de forma constitucional. Bandeira (1979, p.80-86) afirma que, ao decidir armar a população na Campanha da Legalidade, Brizola foi o primeiro governante latino-americano a realizar tal feito desde a Revolução Mexicana e que o movimento pela posse de Jango fora tão marcante na evolução do PTB quanto a Carta Testamento de Vargas. Bemfica (2007, p.46) assinala que “[...] mais do que a posse de Goulart, a Legalidade garantiria a Leonel Brizola uma posição de destaque nacional, transformando-o em uma espécie de novo símbolo dos tão exaltados valores ‘gaúchos’”, enquanto Trajano Ribeiro (2008, p.206) afirma que Brizola ofereceu à sua geração a Revolução de 1930, que foi a Campanha da Legalidade. Sobre o movimento liderado por Getúlio, Leite Filho (2008, p.143) destaca que Brizola buscava

³⁷² *Jornal do Brasil*, Opinião, 11 set. 1989, p.11.

³⁷³ *Jornal do Brasil*, Opinião, 16 jul. 1989, p.11.

reeditá-lo em 1961 ao marchar com 100 mil pessoas de Porto Alegre a Brasília para garantir a posse de Jango como presidente, todavia o acordo costurado por Tancredo Neves no Uruguai para que o país adotasse o regime parlamentarista frustrou seus planos.

Em entrevista concedida à *FSP* no ano de 1979³⁷⁴, Breno Caldas afirmou que Brizola telefonara a Rádio Guaíba afirmando que “tomaria conta” dela durante o movimento e, após recusas iniciais por parte de Caldas, o trabalhista enviou-lhe documento comunicando que o governo estaria assumindo a rádio, um serviço de concessão público³⁷⁵. A relação entre ambos sofreria desgastes após o episódio e, sobre o político, o proprietário à época do *CP* afirmou:

O Brizola tinha uma capacidade de liderança muito aguda, era um homem muito ambicioso politicamente, tremendamente ambicioso e muito apressado. E foi o que o perdeu. O Brizola se perdeu pela sofreguidão com que ele se atirou ao seu objeto político, às suas metas. Ele, para atingir as suas metas, achou que a vida era curta e que o tempo era pouco, precisava fazer aquilo com muita pressa. Encontrou em certas oportunidades muita omissão, muita moleza das correntes, das forças que lhe eram opostas e aquilo o estimulou. Ele então começou a querer começar a queimar etapas. Eu acho que se ele não tivesse se apressado tanto, tivesse agido com mais comedimento, com mais maturidade, ele teria tido uma evolução na sua carreira política sem discontinuidades, como ele teve. Teria subido sempre, porque ele tinha condições para isso. Em primeiro lugar ele tinha uma capacidade de dedicação muito grande. O Brizola se aplicava a um objetivo, a um propósito, intensamente, na obtenção daquilo. E era um homem inteligente, um sujeito lúcido. [...] Encampou a nossa rádio, a Rádio Guaíba, tomou conta e começou a movimentar grande parte da opinião do Brasil todo³⁷⁶.

Mesmo que Brizola tivesse moderado seu discurso, Luís Carlos Prestes destacou à *Coluna 2* do *OESP* acreditar que o trabalhista ainda era o mesmo de 1961, quando enfrentou ameaças de bombardeio no Piratini durante a Campanha da Legalidade e, por isso, teria a envergadura necessária para enfrentar a situação brasileira daquele momento³⁷⁷. Por sua vez, Sérgio da Costa Franco contestou a afirmação do historiador brasilianista Thomas Skidmore de que fora o general Machado Lopes quem arrastara Brizola ao movimento, sendo que todo o Rio Grande do Sul sabia que o trabalhista era quem liderara o movimento e buscara o apoio do militar³⁷⁸. O escritor gaúcho Moacyr Scliar rememorou sua experiência pessoal na Campanha da Legalidade, assinalando que o episódio merecia ser constantemente lembrado. Pontuou que a campanha tomou conta do país – que nunca esteve tão perto de uma mudança conjuntural – e que comparações com a Tomada da Bastilha ou 1968 na França não eram despropositadas.

³⁷⁴ Cabe ressaltar que essa entrevista foi publicada no *CP* em virtude do falecimento de Breno Caldas no período, sendo uma das raras entrevistas concedidas pelo empresário em sua vida. Nela, abordou temas como a história do jornal fundado por seu pai e sua relação com políticos, incluindo o governador Brizola.

³⁷⁵ *Correio do Povo*, Primeiro Caderno, 11 set. 1989, p.I.

³⁷⁶ *Idem*.

³⁷⁷ *O Estado de S. Paulo*, Segundo Caderno, 09 jul. 1989, p.2.

³⁷⁸ *Zero Hora*, Sérgio da Costa Franco, 01 set. 1989, p.2.

Ressaltando ainda que o episódio fora um transe emocional, destacou que Jango frustrara as cerca de 50 mil pessoas em frente ao Palácio do Piratini ao não discursar³⁷⁹.

Cabe destacar que o episódio foi lembrado, na campanha de 1989, majoritariamente pela imprensa gaúcha, ainda que fosse sempre assinalado ao ser destacada a trajetória política de Brizola. Todavia, para os gaúchos, o movimento em defesa da legalidade fora algo que marcara profundamente a história do estado, conforme pode ser percebido no relato de Scliar, enquanto que para o restante do país fora apenas mais um dentre tantos acontecimentos históricos. Para os rio-grandenses, o passado histórico de Brizola na liderança da Campanha da Legalidade era recuperado de forma positiva e a enaltece-lo, especialmente por ter conseguido mobilizar todo um estado em defesa da posse de um presidente gaúcho. Aliado ao fato de ter realizado uma gestão popular no Rio Grande do Sul, ser o único gaúcho na disputa presidencial, é possível destacar que a atuação de Brizola nesse episódio em 1961 (que o projetou nacionalmente) permite também explicar o seu elevado índice de votos na eleição de 1989, conforme discutido no tópico 2.3.

Ganhando repercussão nacional após liderar a Campanha da Legalidade, Brizola passou a ser identificado como uma liderança popular em ascensão e foi eleito deputado federal, no ano seguinte ao movimento, pelo estado da Guanabara, com votação recorde à época. Enquanto parlamentar, o trabalhista assumiria a liderança da Frente de Mobilização Popular (FMP) – grupo extraparlamentar que visava acelerar as reformas de base do governo Jango –, em que buscava aprovação, por qualquer meio dessas reformas, simbolizada através de sua frase “Reformas na lei ou na marra”, o que, para os setores conservadores, representava o seu radicalismo. Durante o período analisado, *OESP* foi o único que destacou sua atuação nessa época, sempre considerando-o como radical, incendiário e golpista. Em relação ao radicalismo, *OESP* lembrou o episódio de sua agressão ao repórter dos *Diários Associados* David Nasser, em 1963, salientando que seu comportamento agressivo ainda era uma constante:

Refém de um antigo projeto presidencial prestes a completar seu 30º aniversário, o ex-governador do Rio tem usado todo o seu poder de sedução para evitar que a Nação se lembre do parlamentar impulsivo, que agrediu, pelas costas, o incômodo repórter David Nasser, com um soco inglês. Seu temperamento descontrolado parece ser insuperável, apesar desse esforço quase sobre-humano de parecer cordato e civilizado³⁸⁰.

Em relação ao comportamento de incendiário, *OESP* o utilizou para destacar sua atuação no terceiro debate promovido pela BAND, em que o trabalhista discutira com Paulo Maluf,

³⁷⁹ *Zero Hora*, Opinião, 19 ago. 1989, p.6.

³⁸⁰ *O Estado de S. Paulo*, Editorial, 02 set. 1989, p.3.

Ronaldo Caiado, Lula e com a mediadora³⁸¹. O matutino da família Mesquita recordou ainda entrevista de Brizola à revista venezuelana *La Esfera* em 1963 – em que afirmara que possuía ideias que não seriam postas em prática pelos meios políticos convencionais, apenas pela insurreição popular –, pontuando que o político não mudara com o passar do tempo:

“O Brasil não continuará sob o regime capitalista. Cerrar-se-á ao mundo exterior”. [...] “Para fazer a revolução é preciso que exista um certo grau de isolamento nacional”. [...] “Reforma agrária drástica, reforma bancária, reforma tributária. Todas as empresas estrangeiras serão expropriadas imediatamente. Nenhuma empresa com ligações com o exterior poderá funcionar”. Era assim que ele pensava regenerar o Brasil. Para remate, esta autêntica joia: “Nenhum particular poderá ser proprietário de jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão”. Brizola mudou? É provável que não³⁸².

Ao resgatar seu passado histórico do pré-64, *OESP* procurava, mais uma vez, assinalar que o pedetista possuía uma prática política danosa e não compatível com o regime democrático, salientando que o trabalhista em nada mudara de seu comportamento radical, o que não era condizente com o cargo pretendido. Na campanha de 1989, Brizola procurava se distanciar de sua imagem de radical na liderança da FMP e de ter estado junto aos comunistas na pressão para se aprovarem as reformas de base. Entretanto, o pedetista ainda abordava esses temas em 1989, notadamente a reforma agrária, e procurava realizá-la em uma linguagem mais moderada, o que pode ser destacado através da denominação de democratização da terra para o problema agrário.

Em defesa do seu comportamento, Brizola assinalou que sempre protegera os interesses do povo e teve sua imagem deformada, ressaltando que, em 1964, defendeu a legalidade, mas que como fora derrotado, passou a ser considerado um subversivo. Em relação às acusações de radicalismo, pontuou que, para ele, ser radical era chegar à raiz dos problemas, devendo assumir esse tipo de comportamento na defesa da legalidade e contra à corrupção (BANDEIRA, 1979, p.178-179).

Seu comportamento destacado como radical não era unânime em seu partido e, nesse sentido, a *FSP* publicou que Brizola representava apenas o populismo de esquerda do PTB e, no pré-64, não contava com o apoio total da sigla, nem com a totalidade da esquerda³⁸³. O trabalhista disputara com Jango o comando do PTB e o posto de principal liderança popular do país e, por trás de seus esforços, estava o desejo de ser o próximo presidente do Brasil. Entretanto, de acordo com a Constituição Federal de 1946, era vedada a candidatura de parente próximo ao mandatário do país e, por isso, brizolistas lançaram o mote “Cunhado não é parente,

³⁸¹ *O Estado de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 18 out. 1989, p.6.

³⁸² *O Estado de S. Paulo*, Editorial, 21 dez. 1988, p.3.

³⁸³ *Folha de S. Paulo*, Diretas-89, 04 out. 1989, p.3.

Brizola presidente!”, buscando assinalar que o ex-governador gaúcho não teria parentesco com o presidente e seria elegível.

Por sua vez, a Constituição também proibia a reeleição do chefe da nação, tornando inviável, ao PTB, a candidatura de seus dois principais quadros e com ampla aceitação popular. Nesse sentido, a reforma política (inclusa nas reformas de base) era de vital interesse à sigla trabalhista, que, ao propiciar que todos os alistáveis se tornassem elegíveis, veria suas duas principais lideranças virarem favoritas no pleito seguinte. Por outro lado, opositores e conservadores apontavam a manobra golpista dos petebistas, que teria o objetivo principal de instaurar uma república sindicalista no Brasil.

Brizola liderava a ala mais à esquerda do PTB, enquanto a moderada tinha o comando de Jango e San Tiago Dantas, que ao perceber o isolamento do presidente, buscou formar uma Frente Progressista em que uniria os democratas e centristas, procurando restabelecer a ordem, garantir o futuro do governo e isolar a direita golpista e a esquerda radical; por sua vez, sua ideia foi boicotada por Brizola e pela FMP (FERREIRA, 2003, 378-379). Apesar de ser o líder mais destacado da FMP, Brizola concorria com as lideranças de Miguel Arraes e Luís Carlos Prestes na esquerda. O primeiro era governador de Pernambuco pelo PST e com grande apoio dos camponeses, enquanto o segundo possuía maiores articulações com a classe operária, embora o PCB estivesse na ilegalidade desde 1947.

Enquanto parlamentar destacado, Brizola possuía um programa na Rádio Mayrink Veiga, então terceira colocada na audiência carioca, em que propôs a criação do Grupo dos Onze Companheiros (G11). O trabalhista previa que o “desfecho” estava se aproximando, ou seja, o confronto entre grupos populares e conservadores pela disputa do poder era inevitável³⁸⁴. Baseando-se na Revolução Cubana e na Campanha da Legalidade, entendia que era possível a vitória das forças populares, que, no entanto, deveriam estar organizadas. Com analogia ao futebol, o G11 seria formado por pessoas da sociedade civil e teria os objetivos de pressionar os congressistas pela aprovação das reformas de base e se organizarem para o “desfecho”, notadamente através de uma provável tentativa de golpe por parte dos conservadores. Seus opositores o denunciavam por tentar formar grupos paramilitares aos moldes dos soviets, sugerindo que seu objetivo seria tomar o poder e instaurar uma ditadura sindicalista.

Nas vésperas do golpe de 1964, os G11 eram da ordem de 100 mil e contavam com o periódico *Panfleto* para sua divulgação; entretanto, após a deposição de Jango, os grupos acabaram, seus integrantes foram perseguidos, e a documentação, destruída pelos próprios

³⁸⁴ Brizola usava a denominação povo para as forças populares e antipovo para as conservadoras (LEITE FILHO, 2008, p.253).

membros, permitiu que muitos escapassem (LEITE FILHO, 2008, p.254-256); na campanha de 1989, os G11 seriam lembrados pelo *JB* e *OESP*, embora em abordagens distintas. Em análise criteriosa, Castello Branco acentuou que Brizola abandonara, no pré-golpe, o discurso democrático e passou a pregar as reformas na marra e a constituir o G11, o que o levava a radicalizar não só sua atuação, mas o posicionamento na sigla petebista³⁸⁵. Já *OESP* destacaria o histórico grupo para explicar o confronto em Niterói, assinalando que a formação de bandos não era uma novidade na tática eleitoral de Brizola, que já formara o G11, o que demonstraria que o trabalhista sempre estivera propenso à utilização do desforço físico como elemento de reforço à argumentação de palanque³⁸⁶.

Cabe ressaltar que a recuperação do passado histórico de Brizola por Castello Branco foi no sentido de posicionar historicamente Brizola ao leitor, através de uma análise mais distanciada dos acontecimentos e sem maiores julgamentos. Por outro lado, *OESP* realizou o oposto, ressaltando esse passado histórico como forma de crítica ao comportamento de Brizola e seus partidários, como se a atuação dos brizolistas, em 1989, fosse semelhante à dos G11, sobretudo no radicalismo e no golpismo. Entretanto, Tavares (2016, p.113-115) destaca que o G11 não estava armado e nem pronto para a revolução, lutando apenas por suas conquistas sociais, além de apoiar Brizola e desejar vê-lo no Planalto em 1965. A direita utilizou da imagem do grupo para afirmar que eles seriam comunistas e um golpe deles seria iminente.

Enquanto principal liderança da FMP, Brizola se afastou de sua atividade parlamentar no meio de 1963 e passou a se juntar aos movimentos populares para pressionar, cada vez mais, o governo Jango pela aprovação das reformas de base. Após a não aprovação da reforma agrária pelo Congresso e a fracassada tentativa de declaração de estado de sítio, Goulart foi perdendo gradualmente apoio, inclusive o das esquerdas. Ferreira (2003, p.380-383) assinala que Jango estava isolado e tinha duas opções: unir-se às esquerdas, que, se baseando na Campanha da Legalidade, acreditavam que sairiam vitoriosas no desfecho ou se unir ao PSD, à UDN e aceitar as condições econômicas impostas pelo FMI. O presidente optou pela aliança com as esquerdas, compartilhando da crença de uma vitória no confronto final, tendo o Comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, representado a marca simbólica dessa união.

Por sua vez, os conservadores também passaram a se articular para o desfecho, temendo que Goulart pudesse iniciar um movimento golpista a qualquer momento; entretanto, foram os primeiros a iniciar o movimento pela tomada do poder, no dia 31 de março. Por outro lado, as

³⁸⁵ *Jornal do Brasil*, Coluna do Castello, 06 dez. 1988, p.2.

³⁸⁶ *O Estado de S. Paulo*, Editorial, 11 ago. 1989, p.3.

esquerdas foram pegas de surpresa pelo movimento conservador e verificaram que os golpistas estavam muito mais organizados do que imaginavam, além de que uma possível resistência para impedir a deposição de Jango seria mais difícil do que o esperado. Brizola estava em Porto Alegre quando as movimentações golpistas lideradas pelo general Olímpio Mourão se iniciaram e pensou inicialmente em reeditar a Campanha da Legalidade; entretanto, as condições eram diferentes de 1961 e o III Exército (com sede em Porto Alegre) ficaria isolado na disputa. Mesmo com o general Ladário Teles e Brizola afirmando que uma resistência era possível, Jango não a aceitou, pois temia uma guerra civil no país e fora informado de possível intervenção dos EUA no confronto, optando assim por sair do Brasil (FERREIRA, 2003, p.398). No caso gaúcho, Breno Caldas destacou que apoiou o golpe por haver casos de insubordinação e desordem, além de não concordar com o G11. O proprietário do *CP* à época ressaltou que Brizola tinha atuação intensa na política gaúcha no período e que, diferentemente de Vargas, Jango nunca contara com apoio unânime no estado³⁸⁷.

Sobre os acontecimentos finais do governo Goulart, o *JB* publicou que, de acordo com revelações de fonte não revelada à CIA, Brizola dera ultimato a Jango para que tomasse providências em relação ao desmoroamento da esquerda e, caso não o fizesse, ele começaria um movimento revolucionário. Foi revelado que o presidente acreditava que dar um golpe seria a única saída para o problema político e designou o general Assis Brasil para tramá-lo; nesse sentido, Brizola e seu grupo estavam à espera para tirar qualquer vantagem do golpe tramado por Goulart³⁸⁸. Cabe destacar que as revelações não encontram sustentação na discussão historiográfica, pois embora acusado de liderar um movimento que visava o poder, a luta de Brizola e da FMP era pela aprovação das reformas de base e do estabelecimento da democracia para todos, visto o Congresso ter sido composto por maioria conservadora e não representar os interesses da população – cuja maioria era analfabeta (BANDEIRA, 1979, p.179-180).

Um golpe planejado por Jango também não encontra anteparo na historiografia, pelo fato de que, ao se alinhar com as esquerdas, o presidente buscava pressionar o Congresso através de mobilizações populares para aprovação das reformas de base. Embora seus opositores citassem como argumento para sua deposição a garantia da legalidade e proteção da Constituição, Goulart nunca chegou a cruzar a linha democrática. Não existe documentação que comprove que Jango e Brizola planejavam um golpe ou que permita um rastreamento de pistas mais concretas sobre um movimento golpista da esquerda em geral. O que existe são os

³⁸⁷ *Correio do Povo*, Primeiro caderno, 11 set. 1989, p.I.

³⁸⁸ *Jornal do Brasil*, CadernoB/especial, 27 nov. 1988, p.4-6.

desprezos de membros da FMP, do PCB e de sindicalistas da CGT pela Constituição de 1946, interpretado por conservadores como um golpe nas instituições liberais democráticas. Nesse sentido, o convívio do presidente com esses setores e uma “possível conspiração” para um golpe eram os elementos alegados pelos conservadores para sua deposição (FERREIRA; GOMES, 2014, p.183).

Por sua atuação destacada como radical no período, Brizola foi apontado como um dos principais responsáveis pelo golpe de 1964 e, nesse sentido, Collor também o acusou em 1989 – sobretudo por ter criado o clima para a deposição de Jango – afirmando que, após prejudicar seu cunhado, fugiu do país e deixou seus amigos órfãos e na pior³⁸⁹. Em entrevista ao *OESP*, o irmão do ex-ditador Figueiredo, Euclides Figueiredo também acusou o pedetista de ter sido o responsável pelo golpe, assinalando ainda que um dos fracassos da “revolução” foi não tê-lo afastado definitivamente da vida política, visto ter continuado a ser ainda o mesmo caudilho e protetor dos marginais³⁹⁰. Entre os jornais, o *JB* e *OESP* destacaram sua responsabilidade no golpe de 1964, salientando que o comportamento radical de Brizola foi extremamente decisivo aos acontecimentos que levaram à deposição de Goulart. Sobre sua ambição política no período, o *JB* destacou que:

O candidato tornou-se conhecido porque sempre põe alguma coisa a perder. Não é a primeira vez que o sr. Leonel Brizola é candidato, nem a primeira vez que exagera. Ajudou a pôr abaixo um regime constitucional que, dado o seu parentesco com o presidente da República à época, o impedia de ser candidato à sucessão presidencial. Viu-se que extremos se dispõem o ex-governador quando embalado pela ambição política³⁹¹.

Ao publicar editorial sobre os 25 anos do golpe militar, *OESP* responsabilizou Brizola pelo ocorrido e assinalou que somente quem não viveu aqueles dias ou estava do outro lado (Brizola, Jango, Miguel Arraes) não teria concordado com a intervenção militar, cujo objetivo era restabelecer a ordem, a democracia e a liberdade. Com a tese de que Brizola tomaria o poder, destacou que:

Vivia-se uma fase preliminar da instalação da República Sindicalista em que o presidente da República figuraria como primeiro beneficiário, mas o poder lhe seria tomado por Leonel Brizola, graças ao esquema montado para transformar os famosos grupos dos onze em milícia capaz de repetir com êxito as manobras dos fascistas, finalizadas com a marcha sobre Roma, em 1922³⁹².

Sobre a tese de que Brizola tomaria o poder para si, não existe documentação que comprove essa afirmação. Na historiografia, Ferreira (2003, p.356) afirma que, tendo como

³⁸⁹ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 21 set.1989.

³⁹⁰ *O Estado de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 01 abr. 1989, p.5.

³⁹¹ *Jornal do Brasil*, Editorial, 09 mar. 1989, p.10.

³⁹² *O Estado de S. Paulo*, Editorial, 01 abr. 1989, p.3.

objetivo a aprovação das reformas de base, a FMP se colocava no campo oposicionista ao governo Jango e, por isso, muitas interpretações – com tendências a personalizar a História – culpam a atuação de Brizola por desgastar politicamente Goulart e ter provocado o golpe militar. O radicalismo do líder da FMP, sua intolerância, seu sectarismo e sua pregação revolucionária teriam minado a autoridade do mandatário do país e aberto o caminho para sua deposição. Por outro lado, a FMP era composta por líderes sindicais, estudantis, camponeses, subalternos das Forças Armadas, políticos nacionalistas e grupos marxista-leninistas e, por isso, Ferreira (2003, p.356) considera que:

[...] era a esquerda da época que reconheceu Leonel Brizola como líder do movimento. Naquele momento, ele interpretava as suas ideias, crenças e projetos e, exatamente por isso, teve sua liderança reconhecida. Se ele era radical, sectário, intolerante, fazia pregações revolucionárias e defendia a ruptura institucional, era porque as esquerdas eram igualmente radicais, sectárias, intolerantes, pregavam a revolução e defendiam a ruptura institucional. Ambos falavam a mesma linguagem e tinham projetos em comum. Era essa a esquerda brasileira da época, que vivia uma experiência de radicalização crescente.

Caindo na clandestinidade, Brizola ainda tinha esperanças de organizar uma resistência ao golpe e ficou um mês em Porto Alegre tentando realizá-la, mas diante de enorme procura ao seu nome e com sua casa tomada pelo Exército, impedindo que sua mulher e filhos entrassem, refugiou-se na praia de Capão da Canoa, a 130 km da capital gaúcha. Caçado pelo Exército e sem ter para onde ir, foi salvo por Jango, que, sabendo de sua situação desesperadora, incumbiu seu piloto pessoal de resgatá-lo e levá-lo ao Uruguai (FERREIRA, 2003, p.403).

3.3 O PÓS-GOLPE CIVIL-MILITAR ATÉ A REDEMOCRATIZAÇÃO POLÍTICA

Refugiando-se no país cisplatino, Brizola teve seu pedido de asilo político deferido no começo de junho de 1964 e conseguiu chegar ao exílio mesmo sendo o indivíduo mais procurado pelo governo brasileiro e pela CIA, que o considerava o membro mais perigoso com ligações a Jango. Nesse sentido, o governo chefiado por Castelo Branco pedia o confinamento do ex-presidente e seu cunhado em cidades interioranas do Uruguai e sem liberdade de ação ou movimento pelo país, facilitando assim um controle sobre ambos (LEITE, 2015, p.44-50). Denunciando o golpe à imprensa estrangeira, Brizola passou a ser o exilado com maior destaque e porta-voz de um governo vítima de ato arbitrário, conforme pode ser assinalado:

Brizola, de índole arrebatadora, mas que aos poucos se moldava aos reveses daquela época de incertezas, logo ganhou uma ascendência sobre os demais exilados, inclusive sobre Jango. Desde sua chegada o político mostrou disposição para lutar contra o governo que havia sido imposto ao seu país e contra os interesses norte-americanos que, como o político deixou claro diversas vezes,

empenhavam-se em acabar com o governo de Jango para que as reformas de base não se concretizassem (LEITE, 2015, p.53).

Por pressões do governo brasileiro (incluindo considerações de intervenção direta no país cisplatino), o Uruguai decidiu confinar Brizola a 300 km, no mínimo, entre as fronteiras dos países, na cidade balneária de Atlântida, o que limitaria suas articulações com políticos no Rio Grande do Sul. Entretanto, na questão de retomada da democracia, era Jango quem defendia a estratégia política para o retorno democrático, enquanto Brizola pregava a necessidade da luta armada e, por isso, ambos romperam relações em 1965 e só as retomaram pouco antes da morte do ex-presidente em 1976. Na luta armada, o ex-governador gaúcho acreditava na “teoria da batatinha”, que consistia em uma estratégia de realizar pequenas revoltas de agrupamentos militares, que desencadeariam um levante e levariam à derrubada da ditadura; essa teoria, por sua vez, previa resultados rápidos. Para Brizola, a melhor estratégia seria um levante popular, já que entendia que a guerrilha excluía o povo da jogada (LEITE, 2015, p.60-78).

Ao organizar movimento guerrilheiro, Brizola previa um retorno rápido ao país e à democracia; nesse sentido, a primeira tentativa insurrecional ligada ao seu nome foi a guerrilha de Três Passos, liderada pelo coronel da Brigada Militar Jefferson Cardim de Alencar Osório, embora o líder trabalhista sempre tenha negado seu envolvimento nesse movimento. Por outro lado, o grupo liderado por Cardim se separou do de Brizola e iniciou os ataques aos quartéis no Rio Grande do Sul, sendo posteriormente detido em Foz do Iguaçu. Sob tortura, o ex-coronel da Brigada Militar afirmou que agira sob responsabilidade do líder trabalhista, mas a partir de depoimentos de ex-combatentes à Comissão Nacional da Verdade, é possível inferir que as agressões sofridas possam ter levado Cardim a responsabilizar indivíduos que estavam no exterior, incluindo Brizola, que junto de várias pessoas, fora indicado no inquérito da guerrilha de Três Passos (LEITE, 2015, p.81-87).

Após os fracassos da Operação Pintassilgo³⁹³ e da guerrilha de Três Passos, Brizola mudou seu *modus operandi* quanto à luta armada e passou a considerar o movimento guerrilheiro, especialmente através da organização de diversos focos pelo Brasil. O mais notório foi o realizado na Serra do Caparaó – divisa entre Minas Gerais e Espírito Santo – e que fracassou após prisão dos últimos combatentes em 1967. O movimento de Caparaó enfrentou dificuldades, como armamento obsoleto, dificuldade de relacionamento com os camponeses da região, deficiência no abastecimento de suprimentos, desentendimentos pessoais, inospitalidade da localidade e demora para entrar em combate, o que levou a deserções e enfraquecimento do

³⁹³ Primeira tentativa de organizar um levante militar e que fracassou após prisão de Alfredo Daudt, que carregava consigo os detalhes do plano (LEITE, 2015, p.79).

grupo, contribuindo assim para seu fracasso. Entretanto, os participantes do grupo permaneceram em dúvida se foram de fato presos ou seu comando negociou a rendição, não sendo preciso afirmar se a guerrilha fora derrotada pelas forças de repressão ou pelos próprios erros (LEITE, 2015, p.97-98).

Ainda que fosse desconhecida do grande público, a guerrilha era monitorada pela ditadura e, após interrogação sem tortura de seus membros, foi constatado que Brizola era o coordenador geral de todo o movimento e que os guerrilheiros viajavam a treinamento (boa parte em Havana) sob seu custeio, além de ter sido realizado também em sua propriedade no Uruguai. Embora a Justiça brasileira tenha indiciado vários integrantes, para a ditadura, o líder trabalhista era o único responsável pelos focos guerrilheiros, pelos quais foi condenado a nove anos de prisão (LEITE, 2015, p.100-103).

Com exceção do *CP* e *OESP*, todos os outros jornais analisados recuperaram esse passado histórico de Brizola na luta armada, mas somente como posicionamento histórico – geralmente ao destacar sua biografia – e sem comparativo com sua prática política do momento. Nesse sentido, Castello Branco, ao comentar a relação de Brizola com os militares, pontuou que sua imagem com a classe piorou ainda mais após o episódio da luta armada, embora sua reaparição depois do exílio tenha sido assimilada gradualmente pelos militares³⁹⁴. Por sua vez, o *JB* publicou uma pequena nota em que destacava o lançamento da obra memorialística de Jefferson Cardim, em que o ex-comandante da guerrilha de Três Passos acusava Brizola de ter recebido US\$ 2 milhões de Cuba para fazer a revolução, mas que não prestara contas do dinheiro, além de que “Che” Guevara estivera com o trabalhista no Uruguai em 1966 e lhe cobrara os compromissos guerrilheiros assumidos com Fidel Castro³⁹⁵.

Em pequena matéria, o *ZH* publicou que o deputado estadual paulista Erasmo Dias (PDS) também acusara Brizola de ter recebido dinheiro de Cuba, embora a quantia divirja da de Jefferson Cardim, sendo de US\$ 200 mil³⁹⁶. Por sua vez, pequena matéria de *OG* destacou que após ação popular, uma juíza intimara Brizola a responder acusações de que teria recebido US\$ 1 milhão de Cuba e, embora tenha sido agressivo algumas vezes ao falar das denúncias, o pedetista nunca negara sua veracidade³⁹⁷. Ainda que Brizola tivesse afirmado que recebera dinheiro de Cuba durante o exílio – embora tenha classificado como ajuda humanitária e afirmado que países como França e Alemanha também o auxiliaram³⁹⁸ –, não é possível

³⁹⁴ *Jornal do Brasil*, Coluna do Castello, 15 jul. 1989, p.2.

³⁹⁵ *Jornal do Brasil*, Primeiro Caderno, 13 out. 1989, p.4.

³⁹⁶ *Zero Hora*, Primeiro Caderno, 06 abr. 1989, p.9.

³⁹⁷ *O Globo*, Primeiro Caderno, 07 nov. 1989, p.3.

³⁹⁸ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 18 dez.1988.

confirmar o valor recebido, e suas discrepâncias nas denúncias apontam para que não haja uma quantia certa recebida.

A partir de documentos adquiridos pela Unesp, o *JB* destacou que a CIA acreditava que Brizola e Fidel não se entendiam, visto que o trabalhista achava que o comandante cubano violara sua própria declaração de princípios tentando exercer sua liderança em vários países latino-americanos³⁹⁹. Em matéria sobre a trajetória política de Brizola, a *FSP* publicou que a participação do trabalhista em atividades guerrilheiras entre 1964 e 1967 era ainda pouco esclarecida, mas que lhe valeu acusações de traição e desvio do dinheiro cubano⁴⁰⁰. Os opositores de Brizola afirmavam que Fidel o chamava de *El Ratón* por ter desviado o dinheiro cubano direcionado ao movimento guerrilheiro, entretanto sua veracidade nunca fora comprovada. Além disso, não é possível afirmar que os dois líderes possuíam desentendimentos, visto o líder cubano ter recebido e visitado o trabalhista diversas vezes (LEITE FILHO, 2008, p.234-235). Em encontro com empresários na cidade de São Paulo, Brizola afirmou ter ajudado na luta armada contra a ditadura por cerca de três anos e, após fracassos, a abandonou, dedicando-se à produção de leite⁴⁰¹. Cabe destacar que o trabalhista abandonara o movimento armado após o fracasso em Caparaó e a morte do revolucionário argentino “Che” Guevara, preferindo direcionar seus esforços contra o regime militar através da via política e do apoio ao MDB (BONES *et alii*, 2004, p.92).

Na luta política, Brizola fora alçado à condição de maior liderança trabalhista após a morte de Jango, em 1976 e, mesmo no exílio, procurou reorganizar os partidários espalhados por todo o mundo. Nesse sentido, o retorno da sigla PTB passara a ser o seu maior objetivo, entretanto, após conflitos com o grupo liderado por Ivete Vargas, os trabalhistas permaneceram dispersos no PTB, no PMDB e no PDT, conforme já destacado. Seu reingresso no Brasil se deu após aprovação da Lei da Anistia, em 1979, e com 15 anos de exílio, foi o político que permanecera por mais tempo longe do país na história. Em 1989, o *CP*⁴⁰² e o *ZH*⁴⁰³ rememoraram os dez anos do retorno de Brizola ao Brasil, cuja recepção fora a de maior destaque entre os exilados e com cobertura mundial. O político desembarcara em São Borja, sendo recepcionado por toda a bancada do MDB gaúcho, composta por trabalhistas e liderada por Pedro Simon.

³⁹⁹ *Jornal do Brasil*, Primeiro Caderno, 29 out. 1989, p.4.

⁴⁰⁰ *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 25 jun. 1989, p.10.

⁴⁰¹ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 28 fev.1989.

⁴⁰² *Correio do Povo*, Primeiro Caderno, 03 set. 1989, p.2.

⁴⁰³ *Zero Hora*, Primeiro Caderno, 08 set. 1989, p.12.

Em seus discursos iniciais, Brizola surpreendera pela moderação, evitando falar em ditadura e pregando cautela aos correligionários, algo bem diverso de seus discursos incendiários no pré-64. Após contatos com líderes europeus e a Internacional Socialista, apresentara-se como um social-democrata e amparado em um programa concreto de reformas sociais e defesa dos direitos trabalhistas, além de ter descartado o seu “antiamericanismo” (fora acolhido nos EUA durante o exílio) e preferido direcionar suas críticas ao capital multinacional, conforme publicou o *CP*⁴⁰⁴.

Cabe destacar que pelo fato da recuperação do seu retorno ao Brasil ter sido realizada apenas pelos jornais gaúchos, é possível afirmar que o evento fora comemorado em virtude de ter completado a marca simbólica de 10 anos em 1989, bem como por sua volta ao país ter se dado através do Rio Grande do Sul e com ampla mobilização dos políticos gaúchos; além disso, como principal liderança oposicionista ao regime militar e político com maior tempo de exílio, o seu retorno atraía o interesse de toda a opinião pública do país à época.

Questionado no “Palanque Eletrônico” sobre uma mudança de discurso ou posicionamento político após retornar ao Brasil, Brizola destacou ser o mesmo de antes em relação às ideias, mas que estava mais amadurecido, com maior experiência e se expressando melhor, além de que continuava acreditando firmemente que a classe dirigente ainda era a principal responsável pelos problemas brasileiros⁴⁰⁵. O retorno ao Brasil por São Borja não fora algo aleatório, mas carregado de simbolismo e indicando que Brizola era a liderança natural trabalhista e sucessor dos legados de Vargas e Jango. Esse ponto seria amplamente explorado pelo pedetista em sua campanha presidencial de 1989 – notadamente no Rio Grande do Sul –, buscando assinalar que era o herdeiro legítimo do legado trabalhista e, retomando o fio da história, continuaria as lutas sociais e políticas iniciadas por seus antecessores⁴⁰⁶. Quando aludia à retomada do “fio da História”, o pedetista sinalizava que sua vitória no pleito representaria a reconexão do presente com esse passado simbolizado por uma luta pelo progresso e pela justiça social, ou seja, os governos trabalhistas interrompidos com o golpe de 1964.

Por outro lado, a própria imprensa e seus opositores também se utilizavam dessa conexão entre passado e presente para posicionar historicamente aos seus leitores o candidato pedetista e sua plataforma eleitoral, mas, reforçavam que era um passado a ser esquecido e que não deveria mais religar-se ao presente. Nesse sentido, a retomada do “fio da História”, ou seja, a continuação do legado trabalhista seria criticada por seus opositores e pela imprensa, que

⁴⁰⁴ *Correio do Povo*, Primeiro Caderno, 19 fev. 1989, p.2.

⁴⁰⁵ *O Globo*, Primeiro Caderno, 10 set. 1989, p.15-16.

⁴⁰⁶ Consulta às edições diárias do *CP* e *ZH* publicadas em 11 nov. 1989.

ressaltavam o caráter anacrônico dessas políticas e que não se adaptariam à modernidade do século vindouro, especialmente por terem fracassado em 1964. No programa partidário do PDT, veiculado em abril de 1989, Brizola procurou destacar ser o legítimo herdeiro dos ex-presidentes trabalhistas, mas por outro lado, fora criticado pelo *JB* sobre o anacronismo em sua narrativa: “[...] A aparência abatida do postulante não revitalizou o anacronismo da sua visão cansada do Brasil. O candidato do PDT não passou dos anos 60. Do exílio não trouxe uma bagagem de conhecimentos atualizados. As imagens do seu imemorial governo no Rio Grande, em preto e branco, deram a medida de quanto ele ficou para trás⁴⁰⁷”.

Sobre o programa, a *FSP* salientou que ao se dizer herdeiro de Vargas e Jango, Brizola procurava se apresentar como portador de uma mensagem histórica, mas com um nível tão elevado de indefinições – procurava transitar entre um tom de moderação postíça e o de um idealismo doutrinário sem significado – que sua mensagem deixava de se tornar histórica para virar antiquada⁴⁰⁸. Além disso, o jornal ressaltou que “[...] não se tem outro resultado, de tudo isto, de uma fraseologia de palanque, representando, num máximo de sintonia com o subdesenvolvimento brasileiro, um gênero de política que se espera em extinção: o das promessas vazias, da indefinição programática e do personalismo messiânico⁴⁰⁹”. Ao publicar que nas visitas ao Rio Grande do Sul Brizola radicalizava o seu discurso populista e não perdia a oportunidade de se vincular a Vargas e Jango (populistas como ele), a *FSP* afirmou:

Mas sua postura muda quando visita países industrializados. Aí, tenta vender a imagem de líder da social-democracia, campeão da democracia e da modernidade. [...] O “Dicionário de Política” fala dos antigos caudilhos como líderes dotados de um “poder carismático, exercido ao mesmo tempo de forma autoritária e paternalista”. Definição que cai bem a Getúlio, Goulart e Brizola⁴¹⁰.

Pode-se afirmar que ao recuperar esse passado histórico de Brizola, termos utilizados pelos dois jornais como “anacronismo da sua visão cansada do Brasil”, “não passou dos anos 60”, “quanto ele ficou para trás” e “gênero de política que se espera em extinção” indicam que o trabalhista continuava ainda fortemente atrelado a esse passado e mesmo que tenha permanecido 15 anos longe do Brasil e em contato com renomados líderes europeus, ainda possuía pensamento e prática política não condizentes com a modernidade do período, segundo a ótica destes periódicos; nesse sentido, o “fio da História” deveria ser cortado, ou seja, o presente não deveria mais possuir ligação com um passado anacrônico.

⁴⁰⁷ *Jornal do Brasil*, Editorial, 22 abr. 1989, p.10.

⁴⁰⁸ *Folha de S. Paulo*, Editorial, 22 abr. 1989, p.2.

⁴⁰⁹ *Idem*.

⁴¹⁰ *Folha de S. Paulo*, Diretas-89, 09 set. 1989, p.3.

Em relação às definições sobre Brizola, observadas nos seis jornais (incluindo opinião do jornal, articulista e opositores políticos do trabalhista), Castello Branco o destacou como uma liderança populista de inspiração caudilhesca à semelhança do precedente histórico das lideranças gaúchas do antigo PTB⁴¹¹, além de favorecer o discurso direto e apelo às massas⁴¹². O jornalista Aristóteles Drummond o definiu como um legítimo intérprete do brasileiro terceiro-mundista, da demagogia e do populismo, além de contar com a adesão convicta de um segmento social que não primava pela moral e pelos bons costumes⁴¹³. Extremamente crítico ao trabalhista, o jornalista Nertan Macedo o definia como um extremista e carbonário de fachada (era mais moderado devido às eleições⁴¹⁴), caudilho antiquado e autoritário como Vargas⁴¹⁵ e que representava a mentalidade nacional do final do século: “corrupta, nacionalista, estatizante, peleguista, nepótica, patrimonialista, paternalista⁴¹⁶”.

Já *OG* ressaltou que, na verdade, o trabalhista “por pensamentos, palavras e obras, sempre se mostrou um exemplar clássico do caudilho populista – autoritário no poder, desprovido de espírito democrático e oportunista em qualquer situação – que oscila da direita para a esquerda como manda o vento⁴¹⁷”. No campo da esquerda, Lula salientou que o líder pedetista era um político dos anos 1940 e 1950, caudilho e populista⁴¹⁸, enquanto Luiza Erundina o definiu como uma figura reprodutora da figura tradicional do político, centralizador e sendo ele o partido⁴¹⁹. Por sua vez, o sociólogo petista Florestan Fernandes assinalou que Brizola era ainda o maior exemplo de populismo (batizado de “socialismo moreno”), e uma de suas principais características seria a prática de alianças sem quaisquer compromissos ideológicos⁴²⁰.

O conceito de populismo utilizado para definir Brizola nas imprensas carioca e paulista foi derivado dos trabalhos acadêmicos realizados por sociólogos ligados às universidades paulistas nos anos 1960 e 1970, sendo o mais notório o de Francisco Weffort. Tomando-se como ideal o modelo de democracia liberal, o populismo seria um fenômeno de manipulação das massas que necessitaria de um proletariado sem consciência de classe, uma classe dirigente em crise de hegemonia e um líder carismático, cujo apelo subordina instituições e transcende

⁴¹¹ *Jornal do Brasil*, Coluna do Castello, 03 dez. 1988, p.2.

⁴¹² *Jornal do Brasil*, Coluna do Castello, 06 dez. 1988, p.2.

⁴¹³ *O Estado de S. Paulo*, Espaço Aberto, 03 out. 1989, p.2.

⁴¹⁴ *O Estado de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 18 dez. 1988, p.12.

⁴¹⁵ *O Estado de S. Paulo*, Espaço Aberto, 02 mar. 1989, p.2.

⁴¹⁶ *O Estado de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 26 mar. 1989, p.9.

⁴¹⁷ *O Globo*, Primeiro Caderno, 08 dez. 1988, p.2.

⁴¹⁸ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 18 out.1989.

⁴¹⁹ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 20 nov.1988.

⁴²⁰ *Folha de S. Paulo*, Tendência/debates, 07 mar. 1989, p.3.

fronteiras sociais (GOMES, 2001, p.25-26). No pensamento de Weffort, é possível destacar que:

[...] o populismo é o produto de um longo processo de transformação da sociedade brasileira, instaurado a partir da Revolução de 1930, e que se manifesta de uma dupla forma: como estilo de governo e como política de massas. [...] No que se refere às origens, trata-se de assinalar a crise do liberalismo oligárquico brasileiro e a necessidade do alargamento institucional das bases sociais de poder do Estado [...] É esta instabilidade que funciona como *start* para uma aproximação com as classes populares, percebidas e temidas pelos grupos dirigentes, mas sem condições organizacionais e ideológicas de pressionar por uma participação mais efetiva e autônoma. [...] Um compromisso junto aos grupos dominantes, consagrando um equilíbrio instável e abrindo espaço para a emergência do poder pessoal do líder, que passa a se confundir com o Estado como instituição; e um compromisso entre o Estado/Príncipe e as classes populares, que passam a integrar, de forma subordinada, o cenário político nacional. Estilo de governo e política de massas integrando o núcleo do que seria o populismo da política brasileira. [...] Por isso, a categoria-chave para descrever a relação que se estabelece entre líder e massas é a de “manipulação populista”, remetendo à ideia básica de controle e tutela do Estado, mas assumindo certas especificidades que exigem exame mais cuidadoso (WEFFORT, 1978 *apud* GOMES, 2001, p.32-33).

A manipulação não seria algo unidirecional, mas com intrínseca ambiguidade por ser tanto uma forma de controle estatal sobre as massas quanto a maneira do atendimento de suas reais demandas. Entretanto, a relação é assimétrica, pois o Estado pode ser concebido como forte e ativo, enquanto as massas são fracas e passivas, notadamente por não possuírem capacidade de impulsão própria em razão de não estarem organizadas como classe. Nesse sentido, é possível apontar que:

As massas ou os setores populares, não sendo concebidos como atores/sujeito nesta relação política, mas sim como destinatários/objeto a que se remetem as formulações e políticas populistas, só poderiam mesmo ser manipulados ou cooptados (caso das lideranças), o que significa precipuamente, senão literalmente, enganados ou ao menos desviados de uma opção consciente (GOMES, 2001, p.34-35).

Nesse aspecto, o líder populista teria como função mistificar o povo, sendo identificado como algo anacrônico e não condizente com a modernidade vindoura do século XXI. Seus discursos se baseariam no personalismo em detrimento das instituições democráticas e, nesse sentido, cabe destacar as características de Brizola segundo a matéria “Discurso de Brizola combina personalismo e agressividade” da *FSP*:

Leonel Brizola sempre se caracterizou, em sua vida pública, pela maneira agressiva de falar. Não dissocia as pessoas das ideias que defendem e isso transparece na sua linguagem destemperada: ele critica seus adversários não apenas por suas posições políticas, mas por supostas falhas intelectuais ou de caráter. [...] Esse discurso político, marcado pelo personalismo, está ligado ao seu papel de líder populista. Para a ciência política, o populismo é a expressão de grupos sociais em disponibilidade que, incapazes de se organizarem em partidos, manifestam seus interesses através de um líder “carismático”, ao qual eles se ligam

de forma emocional. O líder aparece diante deles como que dotado de uma força capaz de realizar o que a massa de seus eleitores se julga incapaz de fazer⁴²¹.

Segundo os trabalhos liderados por Weffort, as condições históricas que permitiram o funcionamento da manipulação populista se exauriram e se chegou ao momento de que as massas ganhavam autonomia e se transformavam em sujeitos políticos, o que direcionava para o desenvolvimento de uma democracia não mais limitada. Nesse sentido, o regime populista se esgotou com o golpe de 1964, e o período de quase 20 anos de populismo foi uma democracia incompleta e não uma parlamentar completa (GOMES, 2001, p.36-38).

Cabe considerar que Weffort não distinguia os líderes populistas no espectro ideológico e, nesse sentido, nomes como Vargas, Jango, Brizola, Jânio Quadros, Adhemar de Barros, JK e Miguel Arraes eram tratados de forma igualitária. De acordo com os sociólogos paulistas, o regime populista fora o principal responsável pelo golpe militar e, exaurido, não teria mais utilidade na redemocratização do país, pois baseada no movimento sindical do ABC do final dos anos 1970, a classe trabalhadora havia finalmente atingido a sua consciência. Sobre os problemas do populismo no final dos anos 1980, Luciano Martins ressaltou, em artigo na *FSP* sobre a temática, que:

O problema é que o populismo tem hoje que realizar essa dupla proeza através de um discurso ainda mais indefinido, pois é vital para ele apropriar, enquanto clientela sua, também as massas não inseridas no sistema político. Por isso, o referente de seu discurso não é o “cidadão”, mas o “popular”; não é a construção da democracia, mas um nacionalismo tornado já obsoleto pelo avanço da internacionalização de mercados e da produção⁴²².

Nesse sentido, líderes populistas como Brizola, Jânio Quadros e Miguel Arraes eram tratados como figuras anacrônicas, cujo discurso seria um retrocesso na consciência de classe dos trabalhadores e “libertação das massas”. A partir disso, partidos como PT e PSDB eram destacados como os novos modelos de organizações partidárias em que a classe trabalhadora estaria livre, autônoma e sem a tutela estatal. Sociólogo paulista, Hélio Jaguaribe afirmou, em artigo ao *OESP*, que Lula e Mário Covas representavam a sociedade moderna e sem manipular os trabalhadores, enquanto Brizola ainda era o líder carismático do proletariado inorgânico, que esperava através do chefe estatal a redenção de suas misérias⁴²³. Por sua vez, *OESP* destacou a importância histórica de São Paulo em barrar o avanço do populismo, majoritariamente identificado em Brizola:

É em São Paulo que se escolherá entre assegurar a permanência do estilo de vida herdado do escol culto, que fez a República depois da ditadura militar, ou ver o

⁴²¹ *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 24 jul. 1989, p.4.

⁴²² *Folha de S. Paulo*, Tendência/debates, 11 mai. 1989, p.3.

⁴²³ *O Estado de S. Paulo*, Espaço Aberto, 14 nov. 1989, p.2.

País submergir na aventura dos salvadores das massas, que foram criminosamente excluídos da Cultura não pelas elites paulistas, que fizeram a República, mas pelo populismo e pelo caudilhismo que empalmaram o Poder depois de 1930 e fecharam a economia ao influxo da tecnologia moderna⁴²⁴.

A partir de uma diferente interpretação sobre o assunto, o historiador Jorge Ferreira apresentou críticas à definição de populismo elaborada pela sociologia paulista, salientando que se presumia que as classes dominantes sempre criavam dispositivos ideológicos e mecanismos eficientes de controle social para manipular, dominar e desvirtuar os assalariados de seus reais interesses. Ressaltou ainda que não se podia concordar com a afirmação de que a classe operária seria forte o suficiente para revolucionar o planeta, mas enganada por qualquer líder populista ou mistificador no caminho. Não obstante a intervenção estatal tivesse ocorrido, a identidade coletiva da classe trabalhadora fora configurada a partir da formulação do projeto trabalhista pelo Estado. Os trabalhadores sofrem influências dos contextos políticos, sociais e ideológicos em que vivem em qualquer experiência histórica e, no caso brasileiro, tratou-se de uma relação em que as partes – Estado e classe trabalhadora – identificaram interesses em comum (FERREIRA, 2001, p.97-103).

A partir dessas considerações, é possível afirmar que os trabalhadores não eram “alienados” ou “vítimas fáceis de manipulação” pela classe dirigente, mas possuíam seus próprios interesses – busca pelos direitos trabalhistas – e, ainda que não tivessem uma liderança, os reivindicavam perante o aparelho estatal. Reis Filho (2001, p.374) destaca que as heranças do período populista se afirmaram “[...] porque foram acolhidas e construídas pelas classes trabalhadoras, muitas vezes de forma subordinada, mas sempre de maneira consciente e entusiasmada - estranho povo este, que não se submete à clara teoria -, e geraram um processo bastante expressivo de avanços sociais e políticos, consideradas as circunstâncias históricas”. Sobre as demandas da classe operária e a configuração do trabalhismo, é possível apontar que:

No trabalhismo, estavam presentes ideias, crenças, valores e códigos comportamentais que circulavam entre os próprios trabalhadores muito antes de 1930. Compreendido como um conjunto de experiências políticas, econômicas, sociais, ideológicas e culturais, o trabalhismo expressou uma consciência de classe, legítima porque histórica. Por este enfoque, os trabalhadores, “ao viverem sua própria História”, deixam de ser considerados simples objeto de regulamentação estatal. O próprio projeto trabalhista, para ser compreendido e aceito, não pode ignorar o patrimônio simbólico presente na cultura política popular. O sucesso do trabalhismo, portanto, não foi arbitrário, e muito menos imposto pela propaganda política e pela máquina policial. Igualmente, não foi casual que o PTB, a institucionalização do projeto, tenha sido a organização mais popular durante a experiência democrática pós-45, tornando-se, em 1964, a maior agremiação no espectro político do país (FERREIRA, 2001, p.103-104).

⁴²⁴ *O Estado de S. Paulo*, Editorial, 15 nov. 1989, p.3.

O sociólogo Miguel Bodea demonstrou como Vargas, Pasqualini, Jango e Brizola primeiro firmaram suas lideranças em uma estrutura partidária regional e somente depois se projetaram na política nacional. A ascensão ocorreu dentro do partido político e não a partir de uma relação carismática direta entre o líder e as massas populares e, nesse sentido, se houver carisma, este se desenvolve a *posteriori*. Por isso, a projeção nacional de Goulart e Brizola não ocorreria sem um PTB forte no nível regional, e mesmo Vargas lutara por quase três décadas para se impor no Partido Republicano Rio-Grandense (BODEA, 1992 *apud* Ferreira, 2001, p.107-108).

Reis Filho (2001, p.347) assinala que o termo populismo surgiu nos anos 1950 como uma “arma” a estigmatizar os movimentos sociais e lideranças políticas e que, na década posterior (notadamente no pré-golpe), designava, para as forças conservadoras, práticas negativas como demagogia, corrupção, paternalismo, clientelismo, fisiologismo, irresponsabilidade, irrealismo e peleguismo. Essas práticas eram usadas para definir Brizola em 1989, ou seja, seus críticos entendiam que o trabalhista ainda continuava a ter hábitos políticos nefastos e obsoletos, não sendo condizente com o período da Nova República e vindoura modernidade. O que levou o populismo a ser altamente estigmatizado e rejeitado foi sua identificação como modelo esgotado e principal responsável pelas crises que levaram aos acontecimentos de 1964 e, nesse sentido, não deveria mais ser recuperado.

Com o golpe civil-militar, as forças conservadoras entenderam que era necessário aproveitar o momento para destruir o trabalhismo e buscaram apagar sua identidade e rebatizá-lo, com o populismo passando a ser feito do trabalhismo. Nesse sentido, é possível apontar que:

Devidamente demonizadas, estas tradições deveriam ser negadas, vencidas e varridas da história do país. Foi o que, de fato, se tentou fazer, no quadro da ditadura instaurada a partir de março de 1964. Caça e cassação das lideranças populistas. Revogação dos preceitos e das práticas da democracia populista. Por último, celebração do fim de uma fase histórica dominada pela influência deletéria do populismo (REIS FILHO, 2001, p.347).

Por sua vez, Brizola refutava ser tachado de populista, ainda que a palavra lhe fosse benéfica nas classes mais baixas, que a associavam ao conceito de popular, conforme destacou *OESP*⁴²⁵. Ainda assim, o trabalhista ressaltou que o conceito lhe era aplicado pejorativamente, pois seus opositores queriam confundir o significado de popular com populismo⁴²⁶. Em entrevista à *FSP*, afirmou ser chamado erroneamente de populista, pois não enganava a

⁴²⁵ *O Estado de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 08 out. 1989, p.12.

⁴²⁶ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 17 dez.1988.

população, exemplificando que o conceito, nesse sentido, caberia aos seus oponentes, apontando que o Plano Cruzado fora uma política populista e de mistificação⁴²⁷.

Por outro lado, usava frequentemente a expressão “campo popular” para se definir no espectro ideológico, salientando que sua luta política era pelos interesses do povo. Desde da pré-campanha afirmava que o segundo turno presidencial seria disputado por um candidato conservador (das elites) e outro do campo popular, entendendo que seu principal oponente era Lula. Cabe destacar que não se referenciava como um político de esquerda, mas alguém que representava o setor popular, ao mesmo tempo em que tachava os candidatos conservadores de direita e contrários aos interesses da população.

Ao mesmo tempo em que era chamado de populista, Brizola era tachado de caudilho, cujas principais características seriam o autoritarismo, centralismo de poder e tomada de decisões e pouco apreço pelas questões democráticas. A denominação ocorria por suas origens gaúchas, dado que o caudilhismo fora um dos principais traços da política latino-americana nos séculos XIX e XX, sobretudo no Uruguai e na Argentina, dois países com os quais o Rio Grande do Sul possuía fortes vínculos. Nesse sentido, lideranças gaúchas de comando forte como Vargas e Brizola eram vistas como figuras caudilhescas e com tendência ao autoritarismo.

Em uma outra interpretação sobre o assunto, o caudilho, na concepção platina e gaúcha, era destacado como um chefe guerreiro e estadista em sua concepção tradicional, e, nesse aspecto, lideranças caudilhescas eram vistas com bons olhos nessas regiões. Leite Filho (2008, p.17) afirma que o significado de caudilhismo fora invertido pelos opositores de Brizola, que o destacavam como um chefe político arrogante e totalitário. Todavia, como gaúcho, o trabalhista gostava de seu significado original, visto que sua trajetória política indicava o feitio voltado para agitação e comando, além de possuir liderança, definições claras quanto às propostas, descortino e saber mandar.

Dado o significado do termo no estado gaúcho, seus opositores políticos rio-grandenses não o utilizavam para criticá-lo, mas a denominação seria destacada como elogio, se proferida; ainda que o tratassem de forma mais distanciada, o *CP* e *ZH* também não o denominavam de caudilho, visto que, nesse caso, assumiria uma conotação positiva e de elogio ao trabalhista. O mesmo não pode ser afirmado em relação aos seus opositores fora do Rio Grande do Sul e às imprensas carioca e paulista, que viam o termo com demérito e de significado antidemocrático e, nesse sentido, os quatro jornais do eixo Rio-São Paulo afirmavam que sua característica de autoridade máxima e única no PDT, bem como seus discursos personalistas e seu passado pré-

⁴²⁷ *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 11 abr. 1989, p.5.

64 de pouco feito às normas democráticas – especialmente simbolizado pelo mote “Reformas na lei ou na marra” – não eram condizentes com os princípios liberais democráticos e modernização que se esperava para o país.

Ao destacar sua excessiva interferência no PDT, o *JB* ressaltou que Brizola possuía o hábito antigo de ser o chefe do partido e tinha alma de caudilho, dado ser demasiadamente centralista em sua sigla⁴²⁸, ao passo que *OESP* afirmou que “[...] fiel a seu passado populista e caudilhesco, o engenheiro gaúcho instrumentaliza a vida partidária, submetendo-a a seus caprichos e interesses pessoais, trabalhando para tornar uma anormalidade a congênita anomalia da debilidade partidária, manifestação de atraso da débil e desinstitucionalizada democracia brasileira⁴²⁹”.

Sobre seu estilo administrativo e de liderança, a *FSP* publicou que era “[...] o de 20 anos antes: contato direto com a população, uso intensivo do rádio. Herdeiro da tradição varguista, que descarta partidos, Brizola não gosta de intermediários e trata de tudo sozinho⁴³⁰”. Ao assinalar sua biografia política, o jornal ainda o definiu como um homem agressivo e centralizador, controlando seu partido com mãos de ferro⁴³¹. Por sua vez, no editorial “Candidato sem futuro”, *OESP* afirmou que:

Como administrador, Brizola adquiriu consistente notoriedade de centralizador impenitente. A faculdade de ouvir sua assessoria nunca foi propriamente característica notável dos caudilhos populistas, em cujo estilo o engenheiro presidenciável sempre se inspirou. Se essa fama for justa, a conjugação do verbo ouvir pelo personagem em questão não passa de exagero de retórica⁴³².

Por outro lado, Marcelo Pontes ressaltou que Brizola até brincava com o fato de ser chamado de caudilho, destacando que, em tempos de um hesitante Sarney, era a hora de se votar em alguém com pulso firme⁴³³. Nesse sentido, o líder trabalhista afirmou, em entrevista ao *OESP*, que:

Não desconheço que exerço a liderança, mas, aqui, muitas vezes confundem austeridade com centralização autoritária e caudilhismo, rigor e controle com centralização. O dr. Ulysses é presidente do PMDB há 20 anos, Lula, líder único do PT desde que o partido existe. Mário Amato, presidente eterno da FIESP, e ninguém é caudilho. Só Leonel Brizola é caudilho. Venho de 15 anos de exílio e, só porque sou apontado como líder de um respeitável contingente da população brasileira, dizem que eu sou caudilho. Além de meus defeitos pessoais, jogam todo esse desmerecimento em cima de minha pessoa com o propósito de me bloquear, impedir a marcha, a caminhada. Com esses defeitos todos que eu tenho, é só de

⁴²⁸ *Jornal do Brasil*, Editorial, 16 dez. 1988, p.10.

⁴²⁹ *O Estado de S. Paulo*, Editorial, 27 jun. 1989, p.3.

⁴³⁰ *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 25 jun. 1989, p.10.

⁴³¹ *Idem*.

⁴³² *O Estado de S. Paulo*, Editorial, 01 jul. 1989, p.3.

⁴³³ *Jornal do Brasil*, Coluna do Castello, 17 ago. 1989, p.2.

mim que cuidam. A casta dirigente do País tem consciência de que nós detemos o fio da História, a retomada de nossos destinos naturais⁴³⁴.

Com essa fala ao *OESP*, Brizola apontou para a seletividade da imprensa, sobretudo para o fato de que seus opositores possuíam também as características de caudilho e não eram tachados dessa maneira. Portanto, pode-se inferir que a denominação era exclusiva ao pedetista por sua origem gaúcha, ligação com seu estado natal e principais lideranças políticas, sendo a com Vargas a mais notória. Além disso, com o trecho “Com esses defeitos todos que eu tenho, é só de mim que cuidam. A casta dirigente do País tem consciência de que nós detemos o fio da História, a retomada de nossos destinos naturais”, o trabalhista buscava assinalar que a característica caudilhesca era um defeito somente para ele e que, por detrás de tudo, estava o interesse das elites do país em impedir sua ascensão e o retorno do trabalhismo. Ademais, ao se utilizar da expressão “fio da História”, o líder trabalhista reforçava a conexão entre presente e passado e, com isso, buscava legitimar o seu discurso perante o eleitorado, visto que, em sua concepção, representaria a continuidade de um governo voltado ao povo e que fora drasticamente interrompido em 1964.

Nesse sentido, Brizola era amplamente identificado pelo binômio populismo⁴³⁵/caudilhismo nas imprensas carioca e paulista, por outro lado, a imprensa gaúcha o destacava como trabalhista, o que revela que suas características políticas continuavam presas aos anos 1960, atributos esses não condizentes com o dogma de uma democracia liberal plena e do liberalismo político e econômico amplamente desejados pela sociedade, segundo esses periódicos; nesse sentido, a recuperação de seu passado histórico por parte desses jornais tinha como objetivo associá-lo a um período que deveria ser deixado para trás, ou seja, o mesmo “fio da História” não deveria ser retomado. Na democracia liberal, as pessoas não seguiriam mais os líderes messiânicos e populistas, que no fundo desejavam apenas manipulá-las, mas sim as organizações partidárias (conjunto de ideias), estando finalmente livres para manifestarem suas opiniões e sem uma tutela estatal. Sairiam de cena o líder centralizador/autoritário que se comunicava diretamente com as massas e entrariam, em seu lugar, as instituições democráticas para arbitrar possíveis impasses.

Conforme destacou Hélio Jaguaribe, Mário Covas e Lula eram ressaltados como os líderes da sociedade moderna, pois de forma alguma estariam acima de seus partidos e instituições. Por outro lado, figuras como Brizola, Jânio Quadros e Miguel Arraes eram vistas

⁴³⁴ *O Estado de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 06 ago. 1989, p.5.

⁴³⁵ Populismo segundo a definição dos anos 1960 conforme destaca Reis Filho (2001, p.347). Nas análises sobre o conceito, o parâmetro utilizado pelos jornais era o da sociologia paulista, notadamente os trabalhos de Weffort.

como acima das organizações partidárias, que não valorizavam as instituições do país, sendo, portanto, figuras anacrônicas para a modernidade do século XXI. Nesse sentido, o editorial “Jânio candidato” da *FSP* ilustra a questão:

O xenofobismo populista se reencontra com o reacionarismo apoplético, em tudo o que partilham de autoritário, de personalista, de rudimentar, de irracional e demagógico. Uma disputa deste tipo não poderia ser mais frustrante, depois de um esforço unânime e lento de construção da democracia. Com as candidaturas de Jânio e Brizola, o país parece ser jogado aquém de seu momento histórico; para alcançá-lo não há, contudo, outro caminho que não o da democracia – embora tudo indique, na atual disputa sucessória, que novamente as forças do atraso e da demagogia ameaçam obter o máximo destaque⁴³⁶.

Não obstante o pré-64 de Brizola não fosse obrigatoriamente rememorado, as características desse período eram destacadas como se fossem seus defeitos, procurando sempre ressaltá-lo como um político que parou no tempo. Ainda que o pedetista apontasse para a modernidade da social-democracia europeia (era vice-presidente da Internacional Socialista), seus opositores e editoriais dos jornais paulista e carioca afirmavam que essas nações social-democratas realizavam políticas liberais e não condizentes com a sua característica estatista, conforme foi destacado no caso australiano.

Seus opositores políticos e os veículos analisados do eixo Rio-São Paulo procuravam traçar comparações com o trabalhista majoritariamente na questão modernidade versus arcaico e, nesse aspecto, Collor assinalou, em referência a Brizola, que o país precisava de modernidade e não mais de caudilhismo⁴³⁷, enquanto o empresário Abram Szajman afirmou, em artigo no *OG*, que o líder pedetista permanecia fiel ao modelo ultrapassado populista e messiânico, além de pedir um cheque em branco ao país com alto poder de persuasão⁴³⁸. No editorial “Falta modernidade”, a *FSP* salientou a ausência de um projeto modernizante do trabalhista, apegado ainda “[...] ao populismo-caudilhista – em que a retórica e as ligações internacionais com a social-democracia se constituem em mero verniz pseudo-modernizante⁴³⁹”. O jornal de Otávio Frias afirmou ainda que, embora tentasse transmitir uma imagem atual e de líder preparado, Brizola possuía um discurso extremamente ultrapassado e cheio de improvisos:

Como um ator consciente de seus dotes de improvisação, de sua empatia imediata com o público, Brizola tenta empolgar o espectador com o simples espetáculo de sua personalidade. Está, entretanto, monologando um texto mal alinhavado, no qual interferem recordações de alguns sucessos pretéritos; à sua volta, há um cenário complexo e tumultuado, que não condiz com o que declama; diante de si, um público exausto de mistificações, frustrado em suas expectativas, angustiado

⁴³⁶ *Folha de S. Paulo*, Editorial, 05 mar. 1989, p.2.

⁴³⁷ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 10 ago.1989.

⁴³⁸ *O Globo*, Opinião, 17 dez. 1988, p.4.

⁴³⁹ *Folha de S. Paulo*, Editorial, 06 dez. 1988, p.2.

diante do futuro. Nada tem a lhe oferecer, exceto aquilo que sempre fundamentou sua carreira política: o despreparo, o personalismo e a demagogia⁴⁴⁰.

Já em editorial “Velho Populismo”, a *FSP* criticou a política ultrapassada de Brizola e Miguel Arraes e o fato de que uma possível aliança na campanha de 1989 entre ambos simbolizava um período que deveria ser deixado para trás:

A rivalidade que os opunha no auge do populismo, na década de 60, se dissipou numa identidade quase completa; compartilham o mesmo nacionalismo démodé, o mesmo estilo caudilhesco, a mesma atitude demagógica de excitar as demandas sociais sem traçar qualquer caminho para atendê-las. A sua virtual união na sucessão presidencial mostra que, esmagados por uma sociedade que se moderniza rapidamente, não há mais espaço para dois representantes da mesma política paroquial, palavrosa e vazia. Passaram-se 30 anos; e se conhece à saciedade o que sucedeu à exacerbação populista – o colapso do governo João Goulart; a queda da democracia. O exílio e a volta ao país; o autoritarismo e a democratização – nada mudou o comportamento de ambos⁴⁴¹.

OG destacou que, caso se munisse de um espelho, Brizola se depararia com “[...] um ser encanecido, cansado, repetitivo, anacrônico – um político ultrapassado que cristalizou na própria mente o mundo de um quarto de século atrás e se mostra incapaz de compreender o quanto tudo mudou, enquanto ele envelhecia pastoreando ovelhas nas suas fazendas do Uruguai⁴⁴²”. Por sua vez, *OESP* foi bem contundente em apontar o anacronismo de Brizola, afirmando que sua imagem:

[...] continua sendo a do caudilho, o mesmo que compareceu a um comício em Americana, numa das mais modernas e prósperas regiões do Brasil de hoje, envergando o lenço vermelho de maragato, como se estivesse reunindo peões para uma cavalgada de revoltosos. Com esse gesto, Brizola, contudo, termina por esclarecer que ainda é o populista demagogo de sempre, o mesmo político de 1961 ou 1964 em 1989. Ainda é, por exemplo, aquele que enxerga em tudo conspiração contra suas aspirações. Aí comete mais um engano fatal: enquanto o candidato tenta resgatar, com unhas e dentes, o passado, o povo brasileiro procura investir tudo no futuro e na mudança. Ou seja, na verdade, quem conspira realmente contra suas pretensões revanchistas parece ser a História⁴⁴³.

O *JB* ressaltou que Brizola representava as velhas ideias e fracassara em suas gestões estaduais, assinalando que o eleitor desejava novas propostas⁴⁴⁴. Em reportagem especial sobre os cinco candidatos favoritos à época – Collor, Brizola, Lula, Mário Covas e Ulysses Guimarães – o jornal pontuou sobre um futuro governo do trabalhista:

Um governo do ex-governador Brizola seria a instauração do caudilhismo populista, num momento da história e da evolução do Brasil em que nenhuma solução é possível fora de uma estrita e competente racionalidade e dentro das

⁴⁴⁰ *Folha de São Paulo*, Editorial, 01 mar. 1989, p.2.

⁴⁴¹ *Folha de S. Paulo*, Editorial, 28 set. 1989, p.2.

⁴⁴² *O Globo*, Primeiro Caderno, 22 set. 1989, p.1.

⁴⁴³ *O Estado de S. Paulo*, Editorial, 08 set. 1989, p.3.

⁴⁴⁴ *Jornal do Brasil*, Editorial, 06 dez. 1988, p.10.

condições que conduzam, democraticamente, à formação de amplas margens de consenso. O caudilhismo populista é exatamente o extremo oposto⁴⁴⁵.

Ainda que o pré-64 fosse recuperado pelos jornais paulista e carioca analisados para caracterizar um futuro governo de Brizola, sua atuação política, após retorno ao Brasil, serviu também como parâmetro para esses matutinos conjecturarem sua futura gestão no Planalto. Após 15 anos de exílio, Brizola decidiu se estabelecer politicamente no local em que suas atividades foram interrompidas em 1964, o Rio de Janeiro. Nesse sentido, uma vitória nas eleições estaduais que se realizariam em 1982 era vista como essencial, tendo em mente o objetivo de se tornar presidente da República, especialmente pelo estado estar no centro da política do país.

Com uma sigla pequena, o pedetista se posicionava com índices modestos no início da campanha estadual, mas possuía uma vantagem que lhe permitiu crescimento constante: ser oposição, ao mesmo tempo, do governo estadual liderado por Chagas Freitas (PMDB) e do federal, chefiado por Figueiredo. Apesar de ser do PMDB, Chagas Freitas se caracterizava pelo fisiologismo político e pela proximidade com o regime militar, além de ser o principal líder do “chaguismo”, corrente política destacada como principal força estadual, mas também ressaltada como fisiológica. Não obstante o candidato pemedebista Miro Teixeira não fosse ligado diretamente ao chaguismo, o apoio recebido do governador foi explorado por Brizola como se o político fosse o continuador dessa corrente fisiológica e ultrapassada.

Identificada como apoiadora da Ditadura Militar, Sandra Cavalcanti (PTB) fora destacada por Brizola como uma liderança associada a um regime em franca decadência, além de seu passado udenista e de apoiadora de Carlos Lacerda. Brizola também associou Moreira Franco com a ditadura, embora o político fosse ressaltado como jovem e moderno e tivesse crescido, nas pesquisas eleitorais, por sua gestão como prefeito aprovada em Niterói e pelo apoio de seu sogro, Amaral Peixoto. Por sua vez, Lysâneas Maciel (PT) fora um dos fundadores do PDT e, após discordâncias com Brizola, filiou-se à agremiação petista, pouco organizada no Rio de Janeiro à época.

Por outro lado, Brizola se apresentava como um verdadeiro opositor e sem qualquer tipo de ligação com o situacionismo e, em tempos de decadência do chaguismo e regime militar, fora identificado como a verdadeira mudança esperada pelos cidadãos. O trabalhista soube angariar muito bem o apoio popular recebido e, mesmo com uma campanha de baixo custo, foi crescendo gradualmente nas pesquisas eleitorais até ser destacado como amplo favorito à

⁴⁴⁵ *Jornal do Brasil*, Especial, 04 jun. 1989, p.1.

vitória. Embora tenha polarizado com o genro de Amaral Peixoto no final da campanha, Brizola era identificado como a maior novidade do pleito, além do argumento de ter sido injustiçado com o golpe de 1964 e passado 15 anos no exílio. O pedetista era ainda bastante elogiado em suas aparições televisivas – especialmente os debates –, em que atraía para si toda a atenção, explorava as fraquezas de seus adversários, apresentava enorme segurança em suas propostas e não era contrariado por seus opositores.

O Caso Proconsult fora o momento em que sua vitória esteve mais próxima de não ocorrer, mas após denunciar, à imprensa estrangeira, a tentativa de fraude, e reverter a narrativa, seu triunfo estava praticamente garantido. Anunciado oficialmente como vencedor cerca de um mês após o pleito, Brizola deixou o episódio de fraude em segundo plano e passou a focalizar o planejamento de seu futuro governo. Na campanha de 1989, o pedetista rememoraría o Caso Proconsult para denunciar uma possível fraude, sobretudo através do sistema computadorizado na totalização dos votos. Seu alarde começou após o vertiginoso crescimento de Collor nas pesquisas eleitorais e, segundo sua ótica, não correspondentes à realidade, além de ser uma arma dos grupos poderosos ou das classes dirigentes, conforme destacou em seu tijoloço⁴⁴⁶. Papéis centrais na manipulação detinham a Globo e o Ibope em uma relação simbiótica, pois a emissora vendia suas peças publicitárias via pesquisa do instituto, que se beneficiava do faturamento daquela, conforme afirmou no mesmo espaço⁴⁴⁷. Por outro lado, *OG* destacou sobre a associação que:

[...] o que o candidato Leonel Brizola diz não merece crédito. A afirmação de que existe uma relação entre a TV Globo e o Ibope é simplesmente ridícula. A liderança da TV Globo é fato público e notório, constatada não apenas pelo Ibope, inclusive por modernos métodos eletrônicos de aferição, como também por todos os demais órgãos de pesquisas⁴⁴⁸.

No pensamento do trabalhista, as pesquisas eram infladas para favorecer o candidato mais aliado ao conservadorismo e com alcance praticamente em todo o território brasileiro. A emissora de Roberto Marinho mostrava-as com o intuito de destacar ao eleitorado que o próximo presidente seria Collor, desfavorecendo assim os outros candidatos e induzindo o eleitor a votar no provável vitorioso. Por sua vez, *OG* afirmou que Brizola acusara o Gallup de trabalhar para a CIA em 1986, ressaltando que os resultados desse instituto e do Ibope eram semelhantes e que:

Ao candidato do PDT só resta ampliar o número de conspiradores. Pelo andar das pesquisas, fará melhor se dispensar intermediários e acusar de vez o verdadeiro

⁴⁴⁶ *Jornal do Brasil*, Leonel Brizola, 21 mai. 1989, p.6.

⁴⁴⁷ *Jornal do Brasil*, Leonel Brizola, 11 jun. 1989, p.6.

⁴⁴⁸ *O Globo*, Primeiro Caderno, 25 mai. 1989, p.6.

responsável por seus índices melancólicos: o eleitorado inteiro. Restará decidir a que sinistra organização terá se vendido o povo brasileiro⁴⁴⁹.

O presidente do Ibope criticou-o pelos ataques ao instituto, ao afirmar que seriam de fins eleitoreiros, lembrando ainda que Brizola se utilizara da empresa enquanto governador, como quando se baseou em pesquisa do instituto (em que estaria eleito) para denunciar, à imprensa estrangeira, tentativa de fraude na Proconsult. Recordara ainda que o trabalhista lhe telefonava para saber das pesquisas em 1988 e se utilizara delas há duas semanas para afirmar que liderava no Rio de Janeiro. O mandatário do instituto entendia que o pedetista tentava, com isso, criar uma cortina de fumaça para fugir de números desfavoráveis que estaria tendo⁴⁵⁰. Brizola fora alvo também de crítica do diretor do Gallup, que afirmou que só reclamava das pesquisas em que não liderava e lembrou ainda que criticava as pesquisas de 1986, ressaltando que Darcy Ribeiro seria o vitorioso, mas não foi o que ocorreu⁴⁵¹.

Ao recuperar esse passado mais recente de 1986, *OG* o publicou como forma de destacar os argumentos contraditórios de Brizola e que na verdade o trabalhista possuía apenas uma teoria da conspiração sem fundamentos; argumento semelhante foi utilizado pelos presidentes do Ibope e Gallup, que afirmavam que o próprio pedetista se baseava nesses mesmos institutos quando os resultados das pesquisas o agradavam.

Conforme publicou Ricardo Noblat, em sua coluna no *JB*, Brizola possuía a ideia fixa de que haveria uma fraude para tirá-lo do segundo turno e, por isso, suspeitava ainda mais das pesquisas eleitorais e desconfiava que possuiria mais do que seus atuais índices de intenção de votos. Ressaltava não estar inconformado apenas com seu resultado, mas com o pífio desempenho de Ulysses Guimarães, homem de singular trajetória e importância. Com a desconfiança, o PDT iria formar um ambicioso sistema de acompanhamento e fiscalização da apuração dos votos e, com a síndrome do Caso Proconsult estando ainda viva, buscava trazer de fora observadores internacionais. Caso passasse ao segundo turno, o pedetista deveria esquecer da possibilidade de fraude e ir adiante na campanha⁴⁵².

Sua principal desconfiança não era em relação ao uso das pesquisas, mas as realizadas pelos institutos brasileiros – que serviriam aos interesses dos grupos dirigentes – e, a partir disso, entrou em contato com dirigentes da Internacional Socialista para verificar a possibilidade de ser assessorado por agências de pesquisas internacionais⁴⁵³. Por tais suspeitas,

⁴⁴⁹ *O Globo*, Primeiro Caderno, 06 jun. 1989, p.2.

⁴⁵⁰ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 17 jun.1989.

⁴⁵¹ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 11 out.1989.

⁴⁵² *Jornal do Brasil*, Coisas da Política, 12 out. 1989, p.11.

⁴⁵³ Consulta às edições diárias nos seis jornais enfocados publicadas em 26 ago.1989.

o *JB* o criticou por colocar em xeque a credibilidade dos institutos nacionais e destacou sua incoerência em pedir ajuda aos estrangeiros:

[...] quem leva o nacionalismo aos limites da intolerância, a disposição assume para o candidato uma questão de vida ou morte. Não é apenas a denúncia de que as empresas brasileiras são inidôneas, mas a fraqueza de pedir à Internacional Socialista e ao Partido Democrata americano ajuda financeira para a pesquisa. O candidato chega a admitir até a ajuda do Partido Republicano dos Estados Unidos caberia nesse parêntese aberto no antiamericanismo que o tem sustentado politicamente dentro do país⁴⁵⁴.

Ainda na questão das pesquisas internacionais, Brizola fora alvo de críticas da cientista política Lúcia Hippolito, que também salientou sua incoerência em criticá-las apenas quando não as liderava:

Sabe-se apenas que Brizola louva as pesquisas quando está por cima, espinafra quando está por baixo, pensando mesmo [...] em contratar um instituto internacional para realizar uma grande pesquisa de opinião. Vamos imaginar por um minuto que este famoso instituto internacional confirme os resultados dos institutos tupiniquins. Brizola vai acusá-lo de estar mancomunado com a CIA, para desnacionalizar a economia brasileira? Ou vai acatar os resultados, pedindo desculpas pelo que anda dizendo dos institutos brasileiros? Difícil acreditar na última hipótese, tendo em vista o perfil psicológico do candidato⁴⁵⁵.

Além das pesquisas, Brizola sofreu contundentes críticas de seus opositores e jornais analisados do Rio de Janeiro e de São Paulo por sua primeira gestão no estado fluminense, sobretudo nas suas duas principais vitrines e tratadas como políticas inovadoras: os CIEPs na questão educacional e a política de direitos humanos na segurança pública. Conforme já discutido no tópico 3.1, o projeto coordenado por Darcy Ribeiro era criticado tanto pela direita quanto pela esquerda por seus altos custos, pelos resultados apenas ligeiramente superiores aos do modelo de escola tradicional e pela parte pedagógica e funcional, especialmente a questão do turno integral e desvirtuamento das funções escolares.

Já a política de direitos humanos tinha como objetivo proteger os mais pobres da violência policial que, a pretexto de prender traficantes nas favelas cariocas, cometia abusos contra cidadãos inocentes e indefesos. Cabe destacar que, com o aumento da desigualdade social durante a Ditadura Militar, o número de favelas na capital fluminense apresentou vertiginoso crescimento. Nesse aspecto, Brizola afirmava que o problema da violência e desigualdade acentuada viera com a ditadura e coincidiu com o agravamento da situação social e empobrecimento da população, decaindo o sistema educacional; a explosão demográfica multiplicou essa ordem de problemas. Ele se recusava a aceitar a ideia de que os pobres são naturalmente dados aos crimes, afirmando ainda que a solução deveria ser procurada mais

⁴⁵⁴ *Jornal do Brasil*, Editorial, 29 ago. 1989, p.10.

⁴⁵⁵ *O Globo*, Opinião, 31 ago. 1989, p.4.

profundamente, pois até mesmo bons policiais estavam morrendo (LEITE FILHO, 2008, p.399-400).

A política de segurança de seu governo tinha como objetivo o fim da tolerância e cumplicidade do aparato estatal com a violência policial e, a partir disso, os esquadrões da morte (organização paramilitar que tinha como objetivo perseguir e matar criminosos tidos como um perigo a sociedade) foram desbaratados em sua gestão. As diretrizes diziam que a polícia não poderia mais subir o morro sem lei, arrombar as residências e revistar os moradores – todos teriam o mesmo direito dos moradores das áreas nobres (LEITE FILHO, 2008, p.400). A atividade policial cotidiana seria voltada para prevenção, integração comunitária, legalidade e respeito aos direitos próprios da cidadania. A Polícia Militar passaria por transformações radicais, funcionando como uma prestadora de serviços, com ação policial preventiva e desmilitarizada (SILVA, 2016, p.240).

Brizola dedicou grande atenção às ações discricionárias e racistas nas favelas, extinguindo a Secretaria de Segurança Pública (identificada com o controle da ditadura) e criando, em seu lugar, o Conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos, que reunia representantes da sociedade civil e buscava aprimorar o relacionamento entre os cidadãos e a polícia. Assim como boa parte da opinião pública, Brizola identificava, na desigualdade social, a causa do problema da violência, sendo que somente com sua resolução o problema cessaria, mas isso estava acima da competência de seu governo (SILVA, 2016, p.243-245).

A ideia era que a Polícia Militar fosse vista como uma prestadora de serviços, oferecendo proteção à comunidade e sentimento de segurança e passando a ser avaliada pelos crimes evitados, e não mais pelos que já haviam ocorrido. A inspiração seriam as polícias de outros países com noção de serviço público ao invés do caráter militar, passando o criminoso a ser encarado como cidadão, e não como alguém a ser eliminado fisicamente do convívio social (SILVA, 2016, p.247). Destacada como política pioneira no país, foi a maior tentativa civil e democrática de romper um padrão policial de brutalidade e letalidade total (ainda dentro da ditadura) e responsável por reduzir em 65% a violência e a criminalidade. Por outro lado, Brizola enfrentou grande reação dos setores conservadores, que instigavam violência e assaltos, dos partidos políticos (notadamente os de esquerda) e greves das categorias (LEITE FILHO, 2008, p.401).

Os anos 1980 ficaram marcados pelo aumento do tráfico de drogas internacional – especialmente através da exportação de cocaína pelos cartéis colombianos – e nesse aspecto, houve um fortalecimento das organizações criminosas nas favelas cariocas (a mais notória fora o Comando Vermelho). Cabe destacar que esta organização foi formada nos anos 1970 e se

fortaleceu durante a gestão de Chagas Freitas, entretanto Brizola passou a ser apontado como maior responsável por seu crescimento, sobretudo pela falta de repressão policial devido à política de direitos humanos.

Seus opositores destacavam que sua política de segurança pública no governo fluminense era voltada à convivência pacífica com o jogo do bicho e as lideranças das favelas, o que impedia a polícia de subir morro, sempre com o pretexto de que causaria a morte de cidadãos inocentes dessas comunidades. Ao mesmo tempo, o pedetista passou a ser acusado, durante seu governo, de associação com qualquer tipo de crime organizado ou contravenção penal, como os traficantes dos morros, pequenos contraventores e bicheiros. Mais uma vez, a falta de repressão passara a significar conluio com o crime, ainda mais que as favelas eram locais em que o PDT possuía expressiva votação; com isso, seus detratores afirmavam que a associação com “bandidos” visava obter seus apoios durante as campanhas eleitorais, sendo, portanto, um vicioso círculo de corrupção.

Intelectuais de esquerda ganhavam espaço para teorizarem que Brizola necessitava das massas desorganizadas (projeto populista) e que seu projeto abominava a ordem social. O espaço para fala era proporcionado especialmente pela imprensa, notadamente *OG* e a Rede Globo, que noticiavam sistematicamente os problemas de segurança pública da capital fluminense, culpando o governador pela desordem social e exigindo repressão policial (BONES *et alli*, 2004, p.144).

Nesse sentido, o jornal de Roberto Marinho recuperou esse passado recente em 1989 como forma de enfatizar que o trabalhista fora o principal responsável pelo aumento do crime organizado: “[...] notório que, sob o pretexto de proteger as comunidades carentes da truculência policial, o então Governador Leonel Brizola ordenou que a PM não fizesse incursões nas favelas daí resultando a consolidação do poder dos traficantes por meio do terror sobre essas comunidades e, em troca, o apoio político por eles dado ao Governo estadual⁴⁵⁶”.

Raciocínio semelhante detinha também o *JB*, que acusou o seu governo de ter sido conivente com o crime organizado, que dominava as favelas e aterrorizava a população que desejava se ver livre daquilo. O jornal endossou a política de repressão e elogiou as medidas adotadas pelo governo Moreira Franco nesse sentido, que estava conseguindo prender os traficantes. O periódico destacou também que, na gestão do pedetista, o crime se estabelecera e que “[...] as favelas passaram a ser ostensiva e acintosamente controladas por uma tropa de choque, armada até os dentes pela contravenção e o tráfico de drogas. [...] Brizola não prestou

⁴⁵⁶ *O Globo*, Primeiro Caderno, 29 out. 1989, p.19.

conta das relações do seu governo com o crime organizado, da mesma forma que continua em débito com velhos procedimentos e faturas que lhe são cobrados⁴⁵⁷”. Em outro editorial, criticou Brizola por atacar as investidas policiais nas favelas, pontuando que a declaração não era estranha especialmente “[...] para quem se lembra do que foi o seu governo no Rio de Janeiro – idade de ouro do crime organizado travestido de problema social⁴⁵⁸”.

Embora a maior parte das críticas sobre a segurança pública em seu governo fluminense fossem publicadas pelos dois jornais cariocas, a imprensa paulista também recuperava esse passado histórico recente como forma de enfatizar que Brizola era o principal responsável pelo aumento do crime organizado no estado. A *FSP* afirmou que sua política de segurança pública era a da convivência harmoniosa com o jogo do bicho e as lideranças das favelas, o que levava ao impedimento, por sua ordem, da polícia em subir o morro, com a argumentação de que causaria a morte de inocentes⁴⁵⁹. *OESP* também realizou apontamento semelhante e minimizou ainda a responsabilidade de Moreira Franco:

[...] Brizola tem a apresentar o formidável fracasso de sua administração no Estado do Rio de Janeiro. É do conhecimento de toda a Nação o verdadeiro descalabro promovido pela administração estadual fluminense, no quadriênio de 1982 a 1986. As ruas da capital se encheram de vendedores ambulantes, transformando-se num verdadeiro mercado persa, completamente intransitável; a contravenção penal recebeu tácita autorização da autoridade para funcionar à luz do dia, em nome de um pouco sério critério de respeito à “cultura popular”; o crime e a violência praticamente tomaram conta da cidade. Se parte do que acontece de trágico no Rio hoje pode ser debitado à inação do atual governador, Moreira Franco, é preciso notar que a conta mais pesada deve ser apresentada a seu antecessor. Querer a repetição e a ampliação para o âmbito nacional do acontecido no início da década do Rio é suicídio político que não pode ser esperado de brasileiros sensatos⁴⁶⁰.

Sobre Moreira Franco, *OG* ressaltou que o governador, à época, estava agindo corretamente em relação à segurança pública e acabando com a impunidade que reinava solta no governo do trabalhista, cuja gestão fora marcada pelas quadrilhas:

[...] deixadas em paz para exercerem à vontade o seu domínio sobre as comunidades carentes. Em trocas eleitorais, os traficantes agiam à vontade – com métodos, esses sim, de inimaginável brutalidade. E quando ocorria de se prender algum chefe do tráfico, as condições eram as mais propícias para que fugisse da prisão, o que ocorria com escandalosa frequência. Em muitos casos, sequer havia o impulso de fugir, tal a liberdade de ação que se gozava nas penitenciárias. [...] Em tudo isso, o candidato Brizola se define em relação a um dos mais graves problemas das grandes metrópoles brasileiras. Ao combate enérgico ao tráfico de drogas, ele preferiu, na administração do Rio de Janeiro, a aliança implícita com os traficantes⁴⁶¹.

⁴⁵⁷ *Jornal do Brasil*, Editorial, 20 dez. 1988, p.10.

⁴⁵⁸ *Jornal do Brasil*, Editorial, 23 mai. 1989, p.10.

⁴⁵⁹ *Folha de S. Paulo*, Diretas-89, 01 out. 1989, p.7.

⁴⁶⁰ *O Estado de S. Paulo*, Editorial, 19 fev. 1989, p.3.

⁴⁶¹ *O Globo*, Editorial, 20 dez. 1988, p.4.

Nove meses após esse editorial, o jornal pontuou que o governo estadual estava no rumo correto e criticou as ações de Brizola sobre a segurança pública, destacando que “[...] o que cabe ao Governo do Estado é perseverar. Os resultados da luta travada contra o narcotráfico têm sido muito positivos. E isso apesar da enorme dificuldade decorrente de haver o Governo Brizola permitido que se firmasse nos morros e nos bairros carentes o crime organizado⁴⁶²”.

Já Moreira Franco destacou a associação do governo pedetista com o crime organizado e que a Polícia Militar era proibida de subir os morros para combater os narcotraficantes, os quais, em troca, apoiaram publicamente candidatos pedetistas e impediam seus adversários políticos de subirem os morros⁴⁶³. Em matéria ressaltando o combate ao tráfico de drogas, *OG* salientou seu aumento durante a gestão pedetista, trazendo ainda dados comparativos com os do governo do pemedebista:

A denúncia de que Brizola fez um pacto com o tráfico não é nova. Desde que Moreira Franco assumiu o Governo do Estado do Rio e a Polícia iniciou intensa repressão, os policiais constataram que algumas associações de moradores tinham ligações com o tráfico e quase todas fechavam com Brizola. Para investigadores da Entorpecentes, grande parte da comunidade dos morros tem preferência por Brizola porque, nos quatro anos de seu governo, o tráfico não foi combatido por determinação dele. Uma das provas, segundo os policiais, é a grande quantidade de cocaína apreendida no atual Governo em comparação ao passado. Os policiais mostram estatísticas de que este ano a Polícia apreendeu mais cocaína do que nos quatro anos do governo de Brizola. Segundo eles, de 1983 a 86 foram apreendidos cerca de 50 quilos, enquanto até agosto passado, a quantidade encontrada em poder dos traficantes chega a quase 52 quilos⁴⁶⁴.

Embora tenha sido eleito com a promessa de acabar com a violência em seis meses, o governador pemedebista não a cumpriu e viu o aumento em seu governo, sobretudo nos índices de homicídio e furto, conforme publicou a *FSP*⁴⁶⁵. Sobre a apreensão de drogas, o jornal afirmou que os governos do pedetista e do pemedebista se equivaliam com 50 quilogramas de cocaína; para maconha, o governo Brizola levava grande vantagem na apreensão em relação aos 30 meses de gestão de Moreira Franco: 100 quilogramas contra 3,1⁴⁶⁶.

Durante o período analisado dos jornais, foi observado o endosso de *OG* ao governo Moreira Franco – Roberto Marinho foi um de seus principais apoiadores nas eleições de 1982 e 1986 –, cujas publicações sobre sua gestão eram em tons favoráveis (assim como em relação a Collor), fato oposto ao do *JB*, bastante criterioso nas análises sobre o governador pemedebista. Conforme destacado na reportagem da *FSP*, o jornal de Roberto Marinho editava as

⁴⁶² *O Globo*, Primeiro Caderno, 23 set. 1989, p.1.

⁴⁶³ *O Globo*, Primeiro Caderno, 27 dez. 1988, p.2.

⁴⁶⁴ *O Globo*, Primeiro Caderno, 26 set. 1989, p.3.

⁴⁶⁵ *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 20 mar. 1989, p.8.

⁴⁶⁶ *Folha de S. Paulo*, Diretas-89, 27 set. 1989, p.1.

informações de forma que a gestão de Moreira Franco parecesse um sucesso em comparação com a de seu antecessor. Mesmo que não tenha falseado os dados, o periódico omitiu aqueles referentes aos índices de homicídio e furto, bem como a apreensão de maconha, índices estes em que o governo Brizola levava vantagem em relação ao do pemedebista. Nesse sentido, a publicação destes dados das duas gestões por parte de um jornal mais distanciado do governador fluminense e menos crítico ao trabalhista em comparação ao *OG*, permite assinalar o recurso editorial utilizado pelo veículo de Roberto Marinho para se posicionar contrariamente ao líder pedetista

As críticas sobre a segurança pública no governo Brizola não eram exclusivas aos editoriais jornalísticos, mas presentes também em material publicitário e artigos. Nesse aspecto, o jornalista e ex-membro do PDT, Sebastião Nery publicava frequentes textos no *Tribuna da Imprensa*, em que afirmava, de forma contundente, a associação de Brizola com o crime organizado, bem como que o líder trabalhista seria chefe de uma organização corrupta e criminosa. Os artigos eram veiculados como material publicitário nos principais jornais do país, o que aumentava a repercussão das denúncias. Entretanto, Sebastião Nery não apresentava provas de suas acusações e, por essa razão, foi alvo de ação judicial do PDT, que o acusou de calúnia e de estar a serviço de Collor, por quem fora contratado como assessor na campanha⁴⁶⁷.

Ferrenho opositor de Brizola, o escritor e produtor teatral Ipojuca Pontes destacava, em seus artigos, que a capital fluminense sempre teve problemas com a violência, mas foi a partir da gestão do trabalhista que ela se recrudescera e a cidade se tornou inviável para a população e turistas. Nesse sentido, afirmou que a ascensão da violência ocorreu por mistificar a população marginalizada e se amparava no crime organizado para ainda se manter influente:

Ele soube, de fato, como nenhum outro impostor, galvanizar a vontade insana do submundo (o lúmpem-proletariado, no dizer do irado barbudo alemão) e manobrar a insatisfação desesperada da população marginalizada, criando as bases de sua permanência política na vida do Estado. Violências, ameaças, tumultos, escândalos, conchavos, negociatas ou alianças espúrias – tudo o mais que se possa imaginar como repertório da atuação política do brizolismo resulta deste primoroso quadro de degradação social e humana. [...] O fato concreto é que Brizola – e o brizolismo, por consequência – tomou pé no Rio, sem enfrentar grandes adversidades, em que pese a população do Estado manter a ilusão de que representa a vanguarda do pensamento político e da prática eleitoral no País. No fundo, não deixa de ser irônico: um caudilho dos pampas, de mentalidade paramedieval, é quem polariza, pela força da demagogia, a vida política do segundo Estado industrial brasileiro. O mais deplorável, no entanto, é que o brizolismo, à sombra do seu totem, pelo menos no Rio, não dá sinais de declínio. Ao contrário. Amparado na contravenção do jogo do bicho e resguardado em enxundiosos empregos públicos municipais e estaduais, a estranha amálgama,

⁴⁶⁷ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 27 set.1989.

avança, pelo menos se mantém solerte, plena de arrogância e apetite, tendo como principal aliado a incompetência política dos adversários⁴⁶⁸.

Como contraponto às acusações, Brizola apontava ser favorável à legalização do jogo do bicho – o que faria cair por terra a acusação de apoio dos bicheiros –, além de que não hasteava a bandeira da repressão sobre a contravenção, mas a repelia ao saber de atos explícitos. Relembrava ainda que seu governo fora responsável pelo combate aos esquadrões da morte e que não passavam de mentira as acusações de vinculação com o crime organizado e a contravenção⁴⁶⁹. Mesmo após críticas incisivas, Brizola permanecia firme em sua posição e continuou não permitindo incursões policiais capazes de soar como respostas aos críticos. Ao contrário, insistia que não haveria saída para a criminalidade fora de um projeto amplo de proteção social pela via da educação, o que os CIEPs representavam (BONES *et alli*, 2004, p.144). Pontuava sobre o danoso papel desempenhado pelas mídias de Roberto Marinho, que, por seu alcance pelo país, ampliavam o problema e geravam sensações de caos social.

No final de outubro de 1989, *OG* publicou, em sua primeira página, uma operação policial em boca de fumo no Rio de Janeiro em que fora encontrada uma fotografia de Brizola abraçado com um traficante denominado Eureka⁴⁷⁰. Para noticiar o ocorrido, o jornal se baseou em declaração de policial, todavia, foi constatado que se tratava de líder comunitário sem antecedentes criminais, ao mesmo tempo em que Brizola apontava a falsidade da notícia ao afirmar que tirara o retrato, no ano anterior, com o rapaz inocente⁴⁷¹. Em editorial “Curral perigoso”, *OESP* criticou a fotografia, salientando que representava a verdadeira face do populismo brasileiro e que:

A fotografia de um ex-governador, abraçado, sorrindo, com o líder comunitário do Morro do Telégrafo, perto da Mangueira, encontrada num “paiol”, juntamente com cocaína e armas pesadas, é uma triste imagem da realidade política do Estado do Rio onde a desobediência à lei se tornou lugar comum. A violência, empregada contra adversários políticos, como os incidentes de rua com Collor em Niterói e o comício frustrado de Caiado na Brizolândia, levam à constatação de que não foram eliminados os “currais eleitorais” no Brasil contemporâneo. A imagem sorridente de um candidato à Presidência da República presente num depósito de armas e entorpecentes de uma quadrilha de traficantes de drogas é a prova da elasticidade dos limites desses currais, em termos de lei. O Brasil não pode suportar esse vexaminoso e perigoso “curral”⁴⁷².

Não obstante tenha tecido críticas ao líder pedetista pelo ocorrido, *OESP* não se utilizou do mesmo espaço editorial para salientar que o episódio era falso, preferindo reportar a mentira

⁴⁶⁸ *O Estado de S. Paulo*, Espaço Aberto, 02 nov. 1989, p.2.

⁴⁶⁹ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 15 nov.1988/15 nov.1989.

⁴⁷⁰ *O Globo*, Primeiro Caderno, 27 out. 1989, p.1.

⁴⁷¹ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 28 out.1989.

⁴⁷² *O Estado de S. Paulo*, Editorial, 28 out. 1989, p.2.

através de pequena matéria em sua sétima página⁴⁷³. Por outro lado, o *JB* e a *FSP* repercutiram o episódio com mais destaque e acentuaram para o erro jornalístico do matutino carioca; cabe ressaltar que esse episódio da fotografia foi apenas noticiado nos jornais gaúchos e sem maior aprofundamento. O *JB* veiculou, em sua primeira página e com maior repercussão, as respostas do líder comunitário e de Brizola, que afirmou que tirava fotos com todo mundo e não pedia antecedentes (incluindo até mesmo Roberto Marinho), pontuando que entraria com duas ações contra o jornal: nas Justiças comum (crime de calúnia) e eleitoral (publicação de notícia falsa contra candidato)⁴⁷⁴. Por sua vez, Caio Túlio Costa destacou que o erro na apuração jornalística fora ouvir apenas um lado, além de que *OG* tratara o caso como de polícia e fizera de tudo para prejudicar o líder pedetista⁴⁷⁵. Pelo episódio, os brizolistas realizaram protesto em frente ao *OG*, que, em tom crítico, reportou o ocorrido:

Os ocupantes do carro de som travaram verdadeira competição para ver quem empregava palavreado mais chulo, quando acusavam o jornal de estar fazendo campanha contra Leonel Brizola. [...] O berreiro do carro de som começou às 16h, terminando duas horas depois. Com faixas e cartazes lançando falsas acusações ao GLOBO e à Rede Globo, os manifestantes aproveitaram para fazer campanha em favor da candidatura do ex-Governador Leonel Brizola. Uma guarnição de radiopatrulha acompanhou os acontecimentos e os manifestantes se queixaram de que estavam sendo alvo de objetos atirados do alto, insinuando que viriam do GLOBO. Faziam-no pelo gosto de falsear a verdade, já que o edifício do jornal não tem janela ou qualquer espaço aberto que permitisse arremessar à rua o que quer que seja⁴⁷⁶.

Pode-se afirmar que esse episódio exemplifica o comportamento observado dos seis jornais sobre a campanha de Brizola. Os periódicos gaúchos publicavam matérias sobre a candidatura trabalhista de forma mais informativa e distanciada, sem se ater a julgamentos. Por outro lado, *OG* e *OESP* foram os principais opositores do pedetista e, muitas vezes, se utilizavam de expedientes discursivos para posicionar Brizola de forma negativa.

Neste exemplo, o matutino carioca publicou uma séria acusação contra o trabalhista (o que comprovaria sua ligação com o crime organizado) e não se atentou para os procedimentos jornalísticos de verificação da informação antes de veiculá-la; conforme destacou Caio Túlio Costa, a pressa do jornal carioca em detratar Brizola foi tão grande que o veículo cometeu um enorme equívoco jornalístico e não se desculpou publicamente pelo erro ou com os envolvidos, tanto que responderia na Justiça pela acusação errônea⁴⁷⁷. Adicionalmente, a resposta de *OG* às críticas dos brizolistas em frente ao jornal evidencia o comportamento contrário ao pedetista,

⁴⁷³ *O Estado de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 28 out. 1989, p.7.

⁴⁷⁴ *Jornal do Brasil*, Primeiro Caderno, 28 out. 1989, p.1.

⁴⁷⁵ *Folha de S. Paulo*, Ombudsman, 29 out. 1989, p.5.

⁴⁷⁶ *O Globo*, Primeiro Caderno, 01 nov. 1989, p.15.

⁴⁷⁷ *Folha de S. Paulo*, Ombudsman, 29 out. 1989, p.5.

conforme pode ser destacado em um texto crítico e pessoal em uma matéria informativa, algo que remetia ao jornalismo pré-anos 1950.

O raciocínio do *ombudsman* da *FSP* pode ser aplicado também ao *OESP*, que criticou duramente, em editorial, o trabalhista pelo ocorrido, confiando que a apuração jornalística de *OG* estava correta. Entretanto, pode ser destacado que, ao publicar a correção do episódio em pequena matéria e não no mesmo espaço editorial, *OESP* também evidenciou o seu posicionamento contrário ao trabalhista, que nesse caso estava acima do tratamento justo aos fatos. Por outro lado, o comportamento da *FSP* e do *JB* em relação a esse acontecimento permite assinalar que ambos os periódicos se posicionavam de forma mais distanciada, em relação aos seus principais concorrentes, sobre a campanha de Brizola, ainda que claramente não o endossassem e fossem críticos, em determinadas situações, à sua atuação. No caso do *JB*, a ampla cobertura ao episódio e a abertura de espaço para resposta de Brizola permitem assinalar a questão da concorrência, visto que, ao utilizar desse expediente discursivo, o matutino evidenciava ao leitor o grosseiro erro jornalístico de seu principal rival.

Os entreveros de Brizola com a mídia de Roberto Marinho tiveram o ápice a partir dos anos 1980, entretanto, o trabalhista já apresentara comportamento crítico com a imprensa bem antes. Segundo Rodrigues (2008, p.69-71), Brizola começou a ser mais crítico em relação ao papel da imprensa após o suicídio de Vargas, entendendo que o campo jornalístico e político estariam sempre se enfrentando em uma disputa pelo poder. Nesse sentido, passou a ter como principal rival, no pré-64, os *Diários Associados* de Assis Chateaubriand e, no retorno do exílio, as Organizações Globo. O líder trabalhista fora figura de pouco destaque na imprensa durante seus 15 anos de exílio, passando a ser veiculado normalmente após seu retorno ao país em 1979. Mesmo assim, seu relacionamento com proprietários das organizações jornalísticas não era dos mais tranquilos, notadamente por sua forte oposição ao regime militar. Jornais como *OG*, que sempre mantiveram apoio aos militares, realizaram uma cobertura bastante crítica a seu respeito (RODRIGUES, 2008, p.77).

Marcon (2016, p.347-352) salienta que *OG* veiculou o retorno de Brizola com menor destaque do que outros jornais do país e abrindo espaço para seus opositores minimizarem o ocorrido, além de assinalar que o trabalhista encontraria demasiadas dificuldades em reconquistar sua popularidade. Com isso, o periódico buscava difundir a ideia da baixa credibilidade do líder político, além da preocupação do ex-governador gaúcho em atingir o governo militar com discursos contundentes, em um momento em que este já se encontrava desgastado (MARCON, 2016, p.353).

Nas eleições estaduais de 1982, *OG* publicou editorial recomendando voto em Moreira Franco e afirmando que Brizola seria uma aventura perigosa ao Rio de Janeiro⁴⁷⁸. Entretanto, a cobertura diária da campanha eleitoral permite assinalar que o apoio não foi manifestado apenas nesse editorial, mas que o empenho em favor do candidato do PDS vinha há pelo menos 40 dias:

A cobertura diária da campanha permite demonstrar que, a partir dos dias finais de setembro, o jornal passou a se empenhar em favor de Moreira e contra Brizola. O candidato do PDS passaria a ocupar o alto das páginas da editoria de política, ou em forma de manchete ou indicando a matéria mais forte. Em muitas edições da fase final da campanha, o nome de Brizola simplesmente desapareceu dos títulos, substituído por expressões como “candidato do PDT” ou “pedetista”. Reportagens oriundas de outros estados com ataques e críticas a Brizola passaram a ser publicadas, enquanto o material de Moreira trazia notícias sobre a boa receptividade que recebia em seus atos de campanha (SILVEIRA, 2018, p.70).

Conforme destacado, Brizola acusava a Globo de lhe fazer intensa oposição e criticar diariamente a sua gestão fluminense, ressaltando ainda que a emissora se calava diante dos descabros do governo Moreira Franco, conforme escreveu em seu tijoloço⁴⁷⁹. Embora seus enteveros com a emissora e Roberto Marinho tenham se intensificado a partir do Caso Proconsult, o trabalhista possuía conflituosa relação com suas empresas desde os anos 1960, quando, ao se referir ao *OG* na Legalidade, apontou para o caráter golpista do jornal, bem como seus processos de intriga, fraude e deturpação dos fatos, conforme publicou *OESP*⁴⁸⁰.

Os atritos se intensificaram a partir do Caso Proconsult e, conforme Adroaldo Streck afirmou em sua coluna no *CP*, desde que Roberto Marinho tentou alterar os resultados das urnas nas eleições de 1982, Brizola criticava a empresa e prometia intervir nela se fosse eleito presidente⁴⁸¹. O trabalhista responsabilizara a emissora por acirrar seus conflitos com Saturnino Braga⁴⁸² ressaltando que seu monopólio era incompatível com uma nação livre, conforme destacou *OESP* em matéria sobre o histórico de conflito do trabalhista com as mídias de Roberto Marinho⁴⁸³. Não obstante adotasse um posicionamento crítico em relação aos principais veículos de comunicação, Brizola direcionava às Organizações Globo as suas maiores críticas, sobretudo pelo amplo domínio da empresa no setor. No caso da Rede Globo de Televisão, o pedetista acentuava seu monopólio em um serviço de concessão pública e que não atendia aos interesses da população. Sobre a empresa, a considerava como:

⁴⁷⁸ *O Globo*, Primeiro Caderno, 14 nov. 1982, p.1.

⁴⁷⁹ *Jornal do Brasil*, Leonel Brizola, 16 abr. 1989, p.6.

⁴⁸⁰ *O Estado de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 07 set. 1989, p.4.

⁴⁸¹ *Correio do Povo*, Adroaldo Streck, 20 ago. 1989, p.4.

⁴⁸² Eleito prefeito carioca pelo PDT em 1985 e, após divergências com Brizola, deixou o partido e ingressou no PSB.

⁴⁸³ *O Estado de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 07 set. 1989, p.4.

[...] um poder avassalador que detinha o monopólio dos meios de comunicação concedido, estruturado e fortalecido durante o regime ditatorial, servindo a seus fins e propósitos. [...] Os ataques à Rede Globo, a seu proprietário e a distintos veículos, giram em torno da possibilidade desse “braço midiático” monopolizar e manipular a divulgação das informações e, em associação ao Governo Federal, levar adiante um “processo de dominação colonial” voltado para a entrega da indústria nacional ao capital estrangeiro, pela “leilagem” do patrimônio público e pelo desemprego. A mídia, sob o prisma das Organizações Globo e pelo olhar de Leonel Brizola, não passaria de “um boletim de negócios, um instrumento de pressão e de lobbies em favor de grupos” (AZEVEDO; FREIRE, 2011, p.33).

Ao abordar o assunto das telecomunicações, Brizola salientava que concessões de redes de televisão deveriam ser revistas pelo próximo presidente, referindo-se explicitamente à Globo como uma concessionária de serviço público e que crescera sob a proteção da Ditadura Militar. Como primeiro ato de seu governo, afirmava que iria questionar o monopólio da Globo, considerando que o país ficaria ingovernável se a emissora continuasse com tanto poder, apontando ainda que a empresa de Roberto Marinho era o maior partido político do país e deveria pedir o seu registro enquanto sigla partidária⁴⁸⁴. Em entrevista ao *OESP*, Brizola ressaltou o monopólio da Globo, exemplificando que, em um país liberal como os Estados Unidos, isso não seria possível e afirmou:

Vou esgotar todas as providências cabíveis no Executivo. Se nada disso resolver, convocarei o sr. Roberto Marinho ao Palácio e lhe direi: ‘Sente-se aqui e governe. Não me presto ao papel de intermediário’. [...] Não que pretenda excluir o sr. Roberto Marinho do sistema. Quero que ele faça parte do bolo, mas que não fique com o bolo todo, como acontece agora⁴⁸⁵.

Por outro lado, o seu desejo de cassar a concessão da emissora de Marinho era de difícil execução, visto que, pela Constituição de 1988, o presidente não possuía mais poderes para questionar as concessões de rádio e televisão, além do fato da licença (renovável) da Globo expirar somente em 1992; nesse caso, competia ao Congresso renová-la ou não, cabendo a Brizola, se eleito, buscar alternativas somente no campo judicial, conforme publicou o *JB*⁴⁸⁶.

Brizola denunciara ainda Marinho por prática de corrupção na venda da Telemontecarlo a empresários italianos, pois recebera dólares favorecidos do Brasil para comprar a emissora italiana e, dois anos depois, vendeu-a por uma quantia bem mais elevada, o que deveria levá-lo a julgamento e devolução do dinheiro ao país. Ressaltou ainda que o empresário era cartorial, mas não muito competente e dependente de favores internos, pois quando competira no exterior não teve sucesso com a emissora italiana⁴⁸⁷; cabe ressaltar que *OG* não publicou essas acusações específicas de Brizola em suas edições.

⁴⁸⁴ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 15 nov.1988/jun.1989.

⁴⁸⁵ *O Estado de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 06 ago. 1989, p.5.

⁴⁸⁶ *Jornal do Brasil*, Informe JB, 03 set. 1989, p.6.

⁴⁸⁷ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em jul.1989.

Segundo Conti (1999, p.385), Brizola usou as Organizações Globo como símbolo de concentração de poder no Brasil e que, por isso, visava acabar com seu monopólio. Todavia, para Roberto Marinho “[...] *O Globo* e a Rede Globo não eram extensões de sua vida: eram a sua própria vida. Herdara a publicação, mas tinha consciência de que fora ele o responsável pela consolidação e projeção do jornal. [...] Se a Rede Globo fracassasse, perderia tudo. Triunfou. Não seria Brizola que iria destruí-lo” (CONTI, 1999, p.385).

Em entrevista à *FSP*, no final de 1988, Roberto Marinho afirmou que Brizola não possuía estofo para ser presidente do Brasil e que realizara um péssimo governo no Rio de Janeiro, sobretudo na segurança pública. Entretanto, acenou para a simpatia pessoal ao trabalhista e salientou que o relacionamento de ambos sempre fora cordial, chegando até a aconselhá-lo algumas vezes. Sobre os ataques do pedetista à Globo, acentuou que nunca prestara devida atenção e que não houve confrontação entre ambos após o fim de sua gestão fluminense⁴⁸⁸; cabe ressaltar que essa fora a única entrevista do empresário observada nos seis jornais, durante o período analisado, sendo possível afirmar que ele pouco se comunicava publicamente fora de seus editoriais no *OG*.

Em *box* ao lado da entrevista do empresário, Brizola assinalou não se recordar dos conselhos e sugestões do empresário e que ele não fora sensível ao seu apelo em 1983 “para que assumisse um papel de patriarca e abrisse sua rede de TV a todas as correntes de opinião, democratizando-a totalmente⁴⁸⁹”. Entretanto, após ler a matéria, o trabalhista direcionou críticas mais contundentes a Roberto Marinho, destacando que ele não possuía autoridade moral para questionar seu governo fluminense, visto ter se tornado a maior fortuna individual do país na estufa da ditadura. Além disso, afirmou que o teor da entrevista mostrara a verdadeira face do empresário, alguém que se achava dono, mandão e se assumia como quem julgava as coisas e ideias como corretas⁴⁹⁰.

Todavia, cabe destacar que os ataques de Brizola eram em direção a Roberto Marinho e suas empresas (incluindo *OG*) e que o líder trabalhista não possuía enteveros com seus profissionais, o que incluía a maior parte dos jornalistas e repórteres, assinalando que não possuíam os mesmos papéis dos patrões elitistas (RODRIGUES, 2008, p.77-82). Nesse sentido, o pedetista liderava com 63% uma pesquisa realizada dentre os funcionários da Globo, publicada no *JB*, permitindo assinalar que suas críticas à emissora pouco interferiam na opinião

⁴⁸⁸ *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 18 dez. 1988, p.6.

⁴⁸⁹ *Idem*.

⁴⁹⁰ *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, Primeiro Caderno, 19 dez. 1989, p.4.

de seus funcionários⁴⁹¹. Além disso, pelo fato de ter sido publicada exclusivamente no concorrente de *OG*, pode-se afirmar que o *JB* procurou salientar que o posicionamento contrário ao pedetista era exclusivamente de Roberto Marinho e não dos funcionários de suas empresas; nesse sentido, evidencia-se que a linha editorial de *OG* em relação a Brizola era uma determinação de seu proprietário e não do corpo editorial ou diretivo da organização.

Não obstante o endosso de aberto Marinho a Collor tenha ocorrido após desistências de Orestes Quércia e Jânio Quadros (em abril e maio, respectivamente), conforme já abordado no capítulo anterior, foi a partir do crescimento vertiginoso do alagoano, nas pesquisas eleitorais em abril, que Brizola alertou para o apoio do empresário ao candidato do PRN, denunciando que era um agente provocador a serviço de Marinho e seu sócio em uma concessão televisiva em Alagoas; o pedetista salientava ainda que o empresário já detinha o controle do Ministério das Comunicações, visto exercer enorme influência sobre o ministro Antônio Carlos Magalhães e de estar a um passo de controlar o Planalto⁴⁹². Além disso, apontava para uma simbiose entre a Globo e o Ibope para fraudar as pesquisas de opinião e favorecer a candidatura artificial de Collor, conforme já mencionado.

A questão do apoio da emissora a Collor foi também repercutida na revista *The Economist*, que destacou o endosso da poderosa empresa ao candidato do PRN e que Brizola prometia acabar com seu império caso fosse eleito, conforme publicou o *JB*⁴⁹³. Por sua vez, Eliane Cantanhêde, em sua coluna no *OESP*, assinalou que Roberto Marinho estava apoiando o candidato do PRN por possuir as maiores chances de derrotar Brizola⁴⁹⁴, enquanto Ricardo Noblat afirmou que Collor confidenciara a amigo que o endosso de Marinho lhe causava certos embaraços, mas que não poderia recusá-lo⁴⁹⁵.

Brizola acusava a Globo de veicular Collor com muito mais destaque em seus jornais televisivos do que os outros candidatos, ao passo que Armando Nogueira ressaltava que a emissora se baseava em critérios jornalísticos para noticiar um candidato e que não havia privilégios a Collor⁴⁹⁶. Mesmo após essas declarações, o PDT entrou na Justiça com uma representação contra a parcialidade da emissora no processo eleitoral, ressaltando que o candidato do PRN aparecera 44 vezes no mês e com média de seis minutos em cada, enquanto Brizola possuía, ao todo, 10 minutos na emissora. Sobre a representação, o trabalhista destacou

⁴⁹¹ *Jornal do Brasil*, Primeiro Caderno, 19 out. 1989, p.4.

⁴⁹² Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em abr.1989.

⁴⁹³ *Jornal do Brasil*, Informe JB, 26 ago. 1989, p.6.

⁴⁹⁴ *O Estado de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 04 ago. 1989, p.5.

⁴⁹⁵ *Jornal do Brasil*, Coisas da Política, 26 ago. 1989, p.11.

⁴⁹⁶ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 22 ago.1989.

em seu tijoloço: “Conto que a Justiça de meu País possa colocar um paradeiro a esta utilização indecorosa de um canal de televisão – que pertence a todo o povo brasileiro – em favor do candidato que o Sr. Roberto Marinho patrocina, para escândalo da Nação⁴⁹⁷”.

Em resposta à Justiça, Roberto Marinho afirmou que não apoiava nenhum candidato⁴⁹⁸, entretanto sua afirmação não é corroborada com as análises de *OG*, que publicava majoritariamente notícias positivas sobre Collor e nos espaços mais destacados do jornal, conforme foi evidenciado no segundo capítulo desta dissertação. Após pesados ataques de Brizola sobre apoio a Collor, bem como o endosso de nomes como Lula e Aureliano Chaves, a Globo decidiu dar um tom de isenção maior na campanha, embora isso não tenha inibido o desejo de Marinho ver o alagoano eleito e o trabalhista derrotado, conforme publicou Ricardo Noblat no *JB*⁴⁹⁹.

Entretanto, a partir da pressão de partidos políticos, o Congresso aprovou alteração na lei eleitoral, que garantia equidade de tempo aos candidatos nas aparições dos jornais televisivos⁵⁰⁰. A alteração foi duramente criticada pelo *JB*, que denunciou o ataque à liberdade de imprensa comparável ao período da Ditadura Militar e que a lei fora aprovada para prejudicar a Globo e ajudar a campanha de Brizola, não sendo ainda possível assinalar que o favorecimento da emissora de Roberto Marinho a Collor fosse algo explícito⁵⁰¹.

Cabe destacar que essa crítica do *JB* às alterações da legislação foi no sentido de censurar o fato de que o poder público estaria limitando o trabalho jornalístico. Nesse aspecto, a liberdade de imprensa deveria ser absoluta para o matutino e estaria inclusive acima de um favorecimento a determinado candidato em um serviço de concessão pública; para corroborar a afirmação, o jornal utilizou argumentos que serviriam para a defesa das Organizações Globo, salientando que o apoio da empresa a Collor não era algo explícito e que o objetivo da alteração da legislação era favorecer Brizola.

Por outro lado, as críticas ao trabalhista por acusar perseguição de Roberto Marinho também eram publicadas nos jornais paulistas. Nesse sentido, *OESP* assinalou que Brizola se colocava no papel de vítima ao se dizer perseguido pela Globo e elite do país e que “[...] só que, ao se dizer perseguido por tudo e por todos e ao farejar conspiração em tudo quanto se faz de política no Brasil nos últimos 30 anos, Brizola terminou por produzir a sensação de que usou

⁴⁹⁷ *Jornal do Brasil*, Leonel Brizola, 31 ago. 1989, p.6.

⁴⁹⁸ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 27 set.1989.

⁴⁹⁹ *Jornal do Brasil*, Coisas da Política, 12 set. 1989, p.11.

⁵⁰⁰ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 15 set.1989.

⁵⁰¹ *Jornal do Brasil*, Primeiro Caderno, 15 set. 1989, p.1.

tanto a figura da perseguição como argumento que ele mesmo terminou acreditando nela⁵⁰²”, enquanto o jornalista Aristóteles Drummond salientou que o pedetista persistia com um discurso xenófobo e inimigo das classes empresariais, tendo Marinho como o bode expiatório da vez para os problemas do país⁵⁰³.

Por sua vez, o jornalista Clóvis Rossi ressaltou que a influência da Globo na eleição era muito menor do que Brizola acusava, pois se assim fosse, teria impedido sua vitória em 1982 e as Diretas-Já⁵⁰⁴. Entretanto, segundo relato de Paulo Henrique Amorim (AMORIM; PASSOS, 2005, p.227-230), o próprio Roberto Marinho afirmara em entrevista, no ano de 1987, ao *New York Times*, que usara todas as possibilidades para derrotar Brizola nas eleições, deixando nas entrelinhas sua possível participação no Caso Proconsult.

Ainda que não seja possível comprovar a participação de Roberto Marinho na tentativa de fraude em 1982, seu apoio a Moreira Franco – candidato do regime militar – permite destacar a proximidade que o empresário tinha com o governo do país. Conforme abordado, as Organizações Globo se mantiveram alinhadas ao regime autoritário durante toda sua vigência, e esse ponto foi explorado por Brizola em 1989, que procurava assinalar que a empresa crescera e obtivera seu monopólio sob a estufa da ditadura, sendo, portanto, um produto direto do período autoritário⁵⁰⁵. Nesse sentido, ao criticar o regime militar e destacar a associação das Organizações Globo com esse governo autoritário, Brizola também recuperava o passado histórico, notadamente para responsabilizar Roberto Marinho e suas empresas pelos problemas herdados da ditadura.

Destacado como principal opositor ao regime militar, Brizola acentuaria em sua campanha os excessos cometidos pela ditadura, bem como os problemas deixados pelo governo autoritário e sua responsabilidade pelas principais causas dos problemas brasileiros à época. Fazia pesadas críticas aos governos militares sobretudo em suas visitas ao Rio Grande do Sul, em que responsabilizava o regime por ter interrompido o curso da história, do poder absoluto que tiveram, além de terem humilhado, roubado e levado o país ao fosso⁵⁰⁶. Em embate com Jarbas Passarinho durante evento em Porto Alegre, Brizola criticou o legado da ditadura e após o pedessista ter lembrado que enviara o projeto da anistia ao Congresso em 1979, o trabalhista o ironizou salientando que demorara 15 anos, levando maior tempo do que a ditadura de Hitler, ao passo que Passarinho ressaltou que a anistia demorou mais tempo para ser decretada devido

⁵⁰² *O Estado de S. Paulo*, Editorial, 09 ago. 1989, p.3.

⁵⁰³ *O Estado de S. Paulo*, Espaço Aberto, 15 set. 1989, p.2.

⁵⁰⁴ *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 jul. 1989, p.2.

⁵⁰⁵ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas no período de 15 nov.1988/15 nov.1989.

⁵⁰⁶ Consulta às edições diárias do *CP* e *ZH* publicadas em 09 set.1989.

às guerrilhas urbanas e rurais, ao que Brizola retrucou em tom irônico: “O senador Passarinho agora quer que eu agradeça meu exílio a ele⁵⁰⁷”.

O trabalhista buscava associar seus principais adversários conservadores na campanha ao regime autoritário e, embora procurassem se travestir do mantra liberal-democrático, eram acusados pelo candidato do PDT de terem sido cúmplices e herdeiros do autoritarismo. Por outro lado, procuraria manter uma relação harmoniosa e profissional com os militares, buscando apagar a sua fama de “incendiário” que remanescia ainda na classe e exaltando a importância do papel institucional das Forças Armadas na soberania nacional e no regime democrático⁵⁰⁸.

Brizola utilizava também a definição de filhote de ditadura para identificar os candidatos que possuíam relação com o regime militar e, embora o mais notório momento de seu uso tenha sido contra Paulo Maluf no terceiro debate da BAND, era proferido majoritariamente para definir Collor – a primeira veiculação do termo fora em direção ao candidato do PRN⁵⁰⁹. Além do alagoano, o trabalhista pronunciava o termo para definir Maluf e Guilherme Afif, todos políticos com passagens pelo PDS e ARENA, mas não era utilizado contra Aureliano Chaves, por quem Brizola possuía profundo respeito e a que se referia como um conservador lúcido⁵¹⁰.

Por outro lado, cabe ressaltar que fora Aureliano Chaves o candidato em 1989 com maior proximidade ao regime militar, tendo sido nomeado governador de Minas Gerais pelo regime militar e exercido o cargo de vice-presidente da República no governo Figueiredo; embora tenha sido um dos fundadores do PFL e apoiador de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, o político mineiro permaneceu aliado politicamente ao governo durante toda a ditadura. Entretanto, Brizola possuía respeito e relação cordial com o pefelista, e pode-se inferir que o tratamento respeitoso com Aureliano Chaves fosse por conta de que este não ultrapassava 1% nas pesquisas eleitorais, não sendo, portanto, uma ameaça ao pedetista.

Sobre Collor e sua relação com a ditadura, Brizola destacou em seu tijoloço que o alagoano sempre se beneficiara dos favores políticos durante o período autoritário, como as concessões em seus meios de comunicação, ter sido um empresário cartorial e nomeado prefeito biônico, o que o configurava como um herdeiro dos currais eleitorais que sempre estiveram por cima e prosperando, enquanto a população passava necessidades⁵¹¹. Em entrevista à TV Guaíba, Brizola assinalou que a direita se apresentaria através de uma roupagem mais moderna (Collor) e não mais sob as figuras velhas de Geisel ou Armando Falcão. Acentuou ainda que o alagoano

⁵⁰⁷ Consulta às edições diárias do *CP* e *ZH* publicadas em 05 mar.1989.

⁵⁰⁸ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em dez.1988.

⁵⁰⁹ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 28 abr.1989.

⁵¹⁰ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em set.1989.

⁵¹¹ *Jornal do Brasil*, Leonel Brizola, 21 mai. 1989, p.6.

era um ex-malufista e estava sendo pintado como a solução para os problemas que os autoritários e militares haviam criado, além do fato de que o ônus do descrédito da classe política deveria ser assumido pelos autoritários que haviam comandado o país, conforme publicou Adroaldo Streck no *CP*⁵¹². Sobre a entrevista, o jornalista gaúcho salientou que Brizola continuava um mestre da palavra e cada vez melhor no discurso, além do fato de estar longe do processo decisório há 25 anos e não ter participação na implementação do modelo econômico concentrador e desigual⁵¹³; cabe ressaltar que embora tenha saído do PDT e ingressado no PSDB, o também parlamentar Streck possuía profundo respeito e admiração por Brizola, conforme foi observado na análise de suas colunas no *CP*.

Em relação ao governo Sarney, Brizola o considerava como um “divertículo da ditadura”, pois repetia o mesmo modelo econômico e concentrador de renda do período autoritário⁵¹⁴. Sobre o governo antecessor ao do pemedebista, o trabalhista possuía suas críticas, mas buscava manter uma relação profissional em vista dos interesses do Rio de Janeiro, ainda que fosse encarado como o governador de maior oposição ao regime militar e sofresse com poucos recursos enviados pelo Governo Federal. Apesar disso, Brizola fora contrário inicialmente às eleições indiretas via Colégio Eleitoral e defendia a prorrogação do mandato de Figueiredo até 1986, argumentando que era provável que o presidente eleito de forma indireta fosse vacilante, submisso e incapaz de atender aos anseios do país, o que somente um mandatário eleito por sufrágio universal poderia realizar por possuir a legitimidade popular. Todavia, Brizola ficara isolado na posição e foi duramente criticado pela oposição ao regime militar, que o acusou de vendido à ditadura e oportunista, visto se beneficiar amplamente de sua proposta – findaria o governo fluminense e se lançaria como favorito ao Planalto (LEITE FILHO, 2008, p.408).

Seus opositores que eram tachados de filhotes da ditadura, como Paulo Maluf e Collor, rememoraram a proposta de prorrogação do mandato de Figueiredo, destacando que o trabalhista entrava em contradição ao criticar o período militar pelo fato de ter defendido sua prorrogação⁵¹⁵. Por sua vez, o jornalista da *FSP* Tales Faria reportou que embora se negasse a responder em quem votaria, era provável que o ex-ditador chancelasse Brizola, visto não esconder simpatia pessoal por ele e ter sido o governador com quem teve o relacionamento mais ético⁵¹⁶.

⁵¹² *Correio do Povo*, Adroaldo Streck, 17 mai. 1989, p.4.

⁵¹³ *Idem*.

⁵¹⁴ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 20 jan.1989.

⁵¹⁵ Consulta às edições diárias, nos seis jornais enfocados, publicadas em 21 set.1989.

⁵¹⁶ *Folha de S. Paulo*, Rio de Janeiro, 04 out. 1989, p.2.

Todavia, durante o período analisado, não foram observados comentários de Brizola sobre Figueiredo e, nesse aspecto, é possível destacar que elogios ao ex-ditador no passado foram no sentido de conservar um relacionamento profissional – o trabalhista era governador do Rio de Janeiro e dependia de recursos federais para suas obras – e não de criar obstáculos à redemocratização do país, que poderia ser adiada se o principal rival do regime realizasse ferrenha oposição ao governo, visto que muito setores conservadores ainda o tinham como um político incendiário e, no primeiro sinal deste tipo de comportamento, poderiam recuar em relação à abertura política.

A proposta de Brizola sobre a prorrogação pode ser entendida tendo em mente o seu objetivo de chegar à Presidência da República, pois para isso era necessária acumulação de capitais simbólicos e políticos para a eleição presidencial. Não obstante tenha ficado isolado na posição e sido tachado de oportunista, é razoável supor, pelas análises posteriores, que a estratégia da eleição indireta tinha como motivo adiar a incorporação popular no processo decisório e afastar os riscos de Brizola chegar ao Planalto (SENTO-SÉ, 1999, p.259).

Nesse sentido, o jornalista Carlos Fehlberg do *ZH* salientou, ao recuperar a trajetória política do pedetista, que “[...] não realização da eleição direta em 1984 era atribuída, por alguns, à entrega do poder a Brizola, embora a estrutura partidária do PMDB fosse invejável⁵¹⁷”. O jornalista afirmou que processo semelhante ocorrera em 1988 com a aprovação da prorrogação em um ano do mandato de Sarney, pois o trabalhista era o principal favorito ao Planalto, e o centro político não possuía candidato viável que lhe fizesse frente⁵¹⁸. Entretanto, não é possível afirmar, de maneira sólida, que os cenários de 1984 e 1988 se desenrolaram tomando como referência prejudicar o líder pedetista, ainda que argumentos contrários façam sentido, conforme destacado acima.

⁵¹⁷ *Zero Hora*, Primeiro Caderno, 15 nov. 1989, p.18-19.

⁵¹⁸ *Idem*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa apresentou reflexões acerca da recuperação do passado histórico por jornais de circulação nacional e regional em relação à candidatura presidencial, em 1989, de Leonel Brizola, o qual simbolizava, ao mesmo tempo, uma continuidade histórica e um passado político drasticamente interrompido. Tratou dos posicionamentos de seis jornais em relação à campanha presidencial de Leonel Brizola, personagem central na vida política do pré-64 e da redemocratização brasileira a partir de 1979, permitindo analisar os expedientes discursivos utilizados por esses periódicos para posicionar historicamente, aos seus leitores, o candidato trabalhista e sua plataforma eleitoral; tratou ainda da recuperação histórica de Brizola e de seu próprio passado político, seja como forma de contrapor os discursos opositoristas seja para legitimar o seu discurso perante o eleitorado. Objetivou, ainda, historiar sobre as transformações profissionais, empresariais e técnicas vivenciadas pelo campo jornalístico no Brasil, especialmente na década de 1980 – período em que as organizações jornalísticas estavam plenamente inseridas na lógica capitalista –, tendo como foco os dois principais jornais das imprensas gaúcha, paulista e carioca.

Concluiu-se que os seis jornais analisados não foram totalmente imparciais e objetivos na veiculação da campanha presidencial de 1989 de Brizola, utilizando-se de expedientes discursivos para posicionar negativamente, aos seus leitores, o candidato pedetista e sua plataforma eleitoral, ainda que de maneira distinta. Enquanto os periódicos do Rio de Janeiro e de São Paulo apresentaram posicionamento crítico em relação à candidatura de Brizola, os matutinos rio-grandenses tiveram uma análise mais distanciada a seu respeito, embora este tipo de comportamento tenha sido observado também em relação aos outros presidenciais.

Confirmou-se a hipótese levantada nesta dissertação, ou seja, de que os seis jornais utilizaram o expediente discursivo de entrelaçar os discursos e as ações da vida política nacional anterior de Leonel Brizola – englobando desde a sua governança gaúcha até a redemocratização brasileira em virtude do encerramento da Ditadura Militar – como forma de posicionar historicamente, aos seus leitores, o candidato trabalhista e sua plataforma eleitoral, ainda que com variações na utilização do expediente discursivo, confirmou-se também que o próprio Brizola recuperou o seu passado histórico como forma de legitimar o seu discurso e se contrapor às acusações de opositoristas.

Dessa maneira, foram recuperados diversos aspectos da trajetória política de Brizola, como: estatização de multinacionais no Rio Grande do Sul, Campanha da Legalidade, reforma agrária, luta pela aprovação das reformas de base, atuação no governo João Goulart, luta

armada, retorno do exílio, refundação do trabalhismo, governança fluminense, construção dos CIEPs, entreveros com as Organizações Globo, etc; tais aspectos foram recuperados pelos seis jornais de diferentes maneiras, para situá-los na história política nacional ou como ferramenta para censura ao comportamento do trabalhista frente a estes acontecimentos.

Observou-se uma maior predominância na veiculação de aspectos do pós-82 de Brizola em comparação aos do pré-64, visto ser mais fácil aos periódicos abordar uma temporalidade mais recente e presente na memória da população brasileira do que aquela mais distanciada e pouco recordada, o que facilitava a forma com que os jornais posicionavam, aos seus leitores, o candidato pedetista e sua plataforma eleitoral.

Foi possível afirmar que a inserção na lógica capitalista não ocorreu de forma repentina ou abrupta, mas fez parte de um gradual processo de transformações, que foi intensificado a partir da década de 1950, período em que o jornalismo começou a se estabelecer mais fortemente como uma atividade empresarial. Todavia, o tipo de organização familiar ainda seria o dominante na imprensa brasileira na década de 1980 – não obstante esse modelo empresarial estivesse em gradual declínio desde os anos 1950 –, sobretudo pelo fato de que as organizações jornalísticas foram fundadas e estabelecidas entre o final do século XIX e início do XX, período em que a empresa familiar era o modelo de negócios predominante no Brasil.

Mesmo assim, as organizações jornalísticas passariam por uma maior profissionalização ao longo do tempo, e o tipo de gestão seria semelhante à praticada nas principais empresas, abandonando assim a administração pessoal e paternalista que marcavam o empreendimento familiar, tendo sido este exemplo encontrado em todos os seis matutinos analisados. Em relação à prática jornalística, esta passou por acentuadas transformações desde os anos 1950 e, no sentido mercadológico, ou seja, fazer com que o produto jornal fosse cada vez mais “vendável”; nesse sentido, as mudanças seriam nos aspectos gráfico, editorial, produtivo e comercial. Sobre o primeiro, os periódicos passaram a realizar constantes modificações no *layout* de suas edições, tendo como o principal objetivo facilitar e tornar mais cômoda a leitura, o que tornava o aspecto visual do jornal como fundamental para que o produto obtivesse sucesso nas vendas.

Em relação ao aspecto editorial, os textos das matérias passaram a ter um tom impessoal e informativo, com as opiniões estando restritas aos editoriais e colunas; nesse sentido, o jornalismo personalista e partidário não teria mais vez, findando uma prática que predominava na imprensa escrita até os anos 1950. Entretanto, isso não foi observado de forma absoluta nos periódicos analisados, e as matérias e/ou reportagens em tom pessoal e crítico foram notadas, sobretudo quando o jornal ou a liberdade de imprensa eram confrontados.

As modificações também visavam uma melhoria no aspecto produtivo dos jornais, tendo a redução dos custos operacionais papel central, permitindo que o consumidor adquirisse a edição com um preço acessível, bem como aumentando a margem de lucro das organizações jornalísticas. Baseando-se nisso, todos os periódicos investiram na informatização de suas redações nos anos 1980, o que facilitaria não só o trabalho dos jornalistas, mas também permitiria um *deadline* mais rápido, evitando assim atraso na entrega dos periódicos. Além disso, diversificando os negócios e sendo proprietário de gráficas e distribuidoras, o matutino veria uma redução de custos em suas edições.

Por sua vez, as mudanças no aspecto comercial ressaltavam cada vez mais o caráter mercadológico dos jornais, que não deveriam mais apenas possuir sua relevância social, mas também agradarem a um amplo mercado de consumidores. Nesse sentido, adoções de serviços de atendimento ao consumidor, a crescente relevância do departamento de *marketing* e espaço para críticas e sugestões do leitor evidenciam que o matutino deveria estar sempre atento ao comportamento de seus consumidores. Esse aspecto engloba ainda as transformações ocorridas no jornal – gráfica, editorial e produtiva –, o que permite assinalar que os periódicos não seriam apenas veículos informativos e noticiosos, mas também uma mercadoria como outra qualquer e, para isso, deveria estar ao agrado de seu mercado consumidor.

A concorrência foi um ponto essencial para o entendimento da inserção completa das organizações jornalísticas na lógica capitalista durante os anos 1980, sobretudo porque sinaliza que essas empresas disputavam o mesmo público-alvo (leitor que buscava informações) e que estariam constantemente se modificando para ainda continuarem a existir. Nesse sentido, o jornal não deveria mais ser tomado como se fosse o único existente e eternamente o mais importante e influente, mas teria que olhar o comportamento do mercado consumidor e as estratégias adotadas por seus concorrentes, como o caso paulista sinaliza.

Em relação à veiculação da campanha presidencial de 1989 como um todo, foi observado tratamento semelhante de todos os jornais, visto que publicavam notícias sobre a empreitada nas primeiras páginas de suas edições – o espaço mais lido de um periódico. Excetuando os “microcandidatos”, todos os presidenciáveis tiveram seus acontecimentos da campanha veiculados nos matutinos, embora o espaço e a apreciação crítica se diferenciassem. Sobre o espaço, candidatos que pouco pontuavam nas pesquisas eleitorais eram destacados em menor escala do que os líderes das pesquisas, sobretudo no período da campanha em si, que enfocou as candidaturas de Collor, Brizola, Lula, Mário Covas, Guilherme Afif e Paulo Maluf. Por outro lado, na pré-campanha a veiculação de matérias nas primeiras páginas dos jornais eram sobre nomes tomados pelos jornais como os favoritos a estarem em um segundo turno,

como Brizola, Lula, Ulysses Guimarães e Jânio Quadros, embora estes dois últimos pouco fossem mencionados a partir de julho de 1989.

Por sua vez, não foi objetivo da pesquisa avaliar a apreciação crítica de todos os jornais em relação aos principais candidatos, mas algumas observações puderam ser traçadas a respeito do comportamento de cada matutino. Embora se declarassem como veículos liberais, *ZH* e *CP* não teceram apreciação crítica sobre os presidenciáveis (incluindo os não liberais), procurando assim manter um tom mais informativo e distanciado da campanha, embora demonstrassem insatisfação com o cenário da época e o governo Sarney, sobretudo pela negligência em relação ao Rio Grande do Sul. Ainda que não seja possível afirmar que exista imprensa isenta, o comportamento dos dois jornais gaúchos na campanha presidencial de 1989 foi o mais próximo deste ideal, conforme observado na análise dos seis matutinos, visto que veicularam os acontecimentos da empreitada em tom mais distanciado e informativo.

Comportamento semelhante foi observado no *JB*, que buscou tratar de forma mais distanciado a campanha e os candidatos, mas o que o difere dos jornais gaúchos é que o periódico carioca era um pouco mais crítico em relação aos presidenciáveis não liberais, algo oposto ao posicionamento ideológico do matutino. Já a *FSP* possuiu um tratamento mais distanciado em relação a todos os candidatos no período analisado, exceto Brizola, Jânio Quadros e Collor; sobre os dois primeiros, é possível destacar que a apreciação crítica negativa foi sobre o fato de que simbolizavam uma prática política ultrapassada – populismo – e eram figuras de um pré-64 que deveria ser esquecido, enquanto, em relação a Collor, foi observado que o jornal pouco confiava no político e nos seus discursos, sobretudo em relação ao seu moralismo e ao fato de ser um candidato liberal, visto que sempre apoiara o regime militar. Nesse aspecto, o periódico paulista entendia que esses três candidatos possuíam elevado personalismo e eclipsavam o verdadeiro debate da campanha, que seria a modernização do estado brasileiro.

OESP era extremamente crítico aos presidenciáveis que contrastavam com o seu liberalismo – Brizola, Lula, Roberto Freire, Ulysses Guimarães e, em menor escala, Mário Covas –, elogiando, por outro lado, as propostas e os candidatos liberais, embora não tenha endossado nenhum presidenciável; nesse aspecto, o posicionamento econômico-ideológico do candidato era a baliza para que o veículo referendasse ou não determinado presidenciável e sua plataforma eleitoral. Já *OG* apresentou posicionamento contrário a Brizola e Lula (embora ao trabalhista fosse mais insistente) e elogiava os candidatos liberais, ainda que fosse Collor aquele endossado pelo veículo. A partir de julho de 1989 observou-se o apoio do veículo de Roberto Marinho ao candidato do PRN, sobretudo após Jânio Quadros e Orestes Quércia terem desistido

de concorrer; mesmo que este endosso não tenha sido declarado em nenhum editorial ou comunicado do jornal, foi possível percebê-lo nas análises das edições diárias de *OG*.

As notícias sobre a campanha de Collor eram publicadas nos principais espaços de *OG* – mais visíveis ao leitor – como as primeiras páginas e a matéria principal da página. Além disso, eram veiculadas somente notícias favoráveis ao alagoano, não sendo observada nenhuma matéria mais crítica ou que pudesse desagradá-lo, sobretudo quando denúncias de corrupção eram levantadas ou a partir do momento em que começou a apresentar gradual declínio nas pesquisas eleitorais; nesse sentido, *OG* publicava que Collor ainda continuava líder absoluto, mesmo que a distância para o segundo colocado fosse cada vez menor. Por isso, é possível afirmar que o jornal de Roberto Marinho foi o único observado a possuir preferência por determinado candidato e que, embora não tenha manifestado apoio público, utilizou de seus expedientes discursivos de forma que Collor parecesse, ao seu leitor, o candidato ideal.

Foi possível observar que todos os jornais recuperaram o passado histórico de Brizola, mas nem todos utilizaram os mesmos expedientes discursivos de forma a posicionar historicamente, aos seus leitores, o candidato trabalhista e sua plataforma eleitoral. Cabe destacar ainda que não somente os periódicos recuperaram esse passado histórico do pedetista, mas também os seus opositores e o próprio político gaúcho. Ao trazer à tona os acontecimentos de seu passado político, Brizola buscava se posicionar, ao eleitorado, como o mais preparado dentre os candidatos, sobretudo porque já realizara enquanto governador as ações que propunha ao país (educação, reforma agrária, valorização de estatais) e também pelo fato de que representava uma linha histórica, a do trabalhismo.

Como legítimo sucessor de Getúlio Vargas e João Goulart, Brizola afirmava representar o “fio da História”, ou seja, a continuidade do governo trabalhista que fora drasticamente interrompido em virtude do golpe civil-militar de 1964. Nesse aspecto, o passado histórico do pedetista era recuperado também como forma de ressaltar que ele representava uma continuidade histórica e que finalmente presente e passado se reconectariam, visto que a existência desse “fio” revelava que a conexão entre essas temporalidades ainda não fora totalmente desfeita e Brizola era o elo a religá-las. Por sua vez, a própria imprensa também utilizou desse expediente discursivo para conectar o presente e o passado político do trabalhista, mas diferentemente do candidato pedetista, o “fio” deveria ser interrompido, pois representava um passado anacrônico e não mais condizente com a modernidade vindoura; nesse aspecto, Brizola e imprensa se utilizavam dos “fios da História”, mas possuindo diferentes significados.

Em relação à apreciação dos jornais sobre a candidatura pedetista, foi possível observar que nenhum matutino endossou sua campanha, ainda que diferissem em relação ao

posicionamento perante o trabalhista; nesse sentido, os jornais gaúchos não se opuseram a sua candidatura, enquanto os periódicos paulistas e cariocas lhe faziam críticas, embora em diferentes graus. O *CP* e *ZH* possuíam tratamento mais distanciado em relação a sua candidatura, não obstante isso tenha sido observado também sobre os outros candidatos; nesse sentido, ao recuperar o passado histórico de Brizola, os dois jornais assim o faziam apenas no aspecto informativo e com o objetivo de situar os acontecimentos na História (como a explicação histórica dos periódicos de sua fuga do Brasil ilustra), sem utilizar juízo de valor ou qualquer expediente discursivo que pudesse posicionar o trabalhista além do tom informativo.

O *JB* possuía tratamento mais ambíguo em relação ao trabalhista, visto que, ao mesmo tempo em que recuperava seu passado histórico – sobretudo o de sua gestão fluminense – como forma de posicioná-lo como um político obsoleto e ainda preso a esse mesmo passado, utilizava expedientes discursivos para realçá-lo de forma que parecesse algo positivo. Nesse sentido, isso era realizado não de forma a endossar Brizola e sua plataforma eleitoral, mas como um contraponto à veiculação extremamente negativa do trabalhista em *OG*. Tal fato permite assinalar que era a questão mercadológica que estava por trás desse comportamento do *JB* e que o veículo de Nascimento Brito procurava se posicionar como um jornal mais imparcial e plural do que seu principal concorrente.

Conforme destacado, a *FSP* era contrária à candidatura de Brizola, mas não por se opor ao liberalismo do jornal – pois o mesmo não foi observado em relação a Lula –, mas pelo fato de que o trabalhista simbolizava um passado que deveria ser deixado para trás. Com isso, o jornal recuperava o passado histórico de Brizola, sobretudo o pré-64, como forma de realçá-lo, perante seus leitores, como um político obsoleto, populista e cujas práticas políticas não deveriam mais existir. A razão observada para isso foi a mercadológica, visto que a *FSP* apresentava um comportamento de estar sempre atenta ao mercado e seguir as tendências políticas, e daquela vez quem estava em alta era o liberalismo econômico e a modernidade vindoura do século XXI.

OESP se opunha a Brizola não somente pelo fato do político não ser adepto do liberalismo, mas também por simbolizar a retomada da tradição varguista, algo amplamente abominado pelo conservador periódico. A questão histórica é a principal explicação para isso, visto que Getúlio Vargas interveio no veículo durante o Estado Novo e membros da família Mesquita amargaram o exílio no período. Por isso, é possível assinalar que qualquer político que endossasse o ex-presidente sofreria ferrenha oposição do jornal – como Jango sofrera no pré-64 – e, declarando-se sucessor do principal inimigo histórico do *OESP*, não era de se esperar que Brizola escapasse das críticas do matutino. Para tanto, o jornal recuperou o seu passado

histórico – sobretudo o pré-64 – de forma a fazer com que o pedetista fosse posicionado historicamente, ao seu leitor, como um político ultrapassado, populista e que apresentava ainda o mesmo comportamento golpista, incendiário e antidemocrático do período anterior ao golpe civil-militar.

OG foi o jornal analisado que mais se opôs a Brizola, sobretudo pelo conflituoso relacionamento do político com Roberto Marinho desde 1982. O trabalhista canalizava seus ataques à imprensa na figura do proprietário das Organizações Globo, que a seu ver era um empresário monopolista no serviço público e fora o principal fiador em seu meio de negócios da Ditadura Militar; ademais, o Caso Proconsult e a ferrenha oposição das mídias de Marinho ao seu governo fluminense explicam a aversão do trabalhista ao dono de *OG*. Por sua vez, o empresário não deixava o pedetista criticá-lo livremente e utilizava de suas mídias como resposta, notadamente através de expedientes jornalísticos que buscavam deturpar Brizola. Nesse sentido, *OG* recuperou o passado histórico do trabalhista – focalizando em sua governança no Rio de Janeiro – de forma a posicioná-lo historicamente, a seus leitores, como um político não só ultrapassado e populista, mas também como conivente com o crime organizado e responsável pelos maiores problemas do estado fluminense.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

Jornal do Brasil, período 15 nov./1988 – 15 nov./1989

O Globo, período 15 nov./1988 – 15 nov./1989

O Estado de S. Paulo, período 15 nov./1988 – 15 nov./1989

Folha de S. Paulo, período 15 nov./1988 – 15 nov./1989

Zero Hora, período 15 nov./1988 – 15 nov./1989

Correio do Povo, período 15 nov./1988 – 15 nov./1989

Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. Evandro Carlos de Andrade. In: **Verbete**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2019. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetebiografico/andrade-evandro-carlos-de>>. Acesso em 16 dezembro 2019.

_____. Marcos de Sá Corrêa. In: **Verbete**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2019. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcos-desacorreia>>. Acesso em: 18 dezembro 2019.

_____. Plano Nacional de Desenvolvimento. In: **Verbete**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2020. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-nacional-de-desenvolvimento-pnd>>. Acesso em: 28 março 2020.

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WETMAN, Fernando; ROCHA, Dora. **Eles mudaram a imprensa**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. Otávio Frias Filho. In: **Verbete**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2019. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/frias-filho-otavio>>. Acesso em: 23 dezembro 2019.

ALDÉ, Alessandra. Rede Globo. In: **Verbete**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2019. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/rede-globo>>. Acesso em: 02 outubro 2019.

AMORIM, Paulo Henrique. **O quarto poder**. São Paulo: Hedra, 2015.

AMORIM, Paulo Henrique; PASSOS, Marlene. **Plim-Plim**: a peleja de Brizola contra a fraude eleitoral. 2ª Ed. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005

- AZEVEDO, Flávia; FREIRE, Américo. Intervenção política, imprensa e democracia: os tijolos de Leonel Brizola. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v.18, n.33, p.15-40, jul. 2011.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. São Paulo: Martins, 1967.
- BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BEMFICA, Flavia Cristina Maggi. **Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: desconstruindo mitos**. 2007. 139 f. Dissertação (Mestrado em História)-Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2007.
- BENEVIDES, Maria Victoria. O velho PTB paulista (partido, sindicato e governo em São Paulo –1945/1964). **Lua Nova**, São Paulo, n.17, jun. 1989. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451989000200008&lng=es&nrm=iso&tlng=pt&ORIGINALLANG=pt>. Acesso em: 15 junho 2020.
- BRIGAGÃO, Clóvis; RIBEIRO, Trajano. **Brizola**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BASTOS, Ana Flávia; LEAL, Carlos Eduardo; SAUL, Vicente. O Estado de São Paulo. In: **Verbete**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2019. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estado-de-sao-paulo-o>>. Acesso em 18 dezembro 2019.
- BONES, Elmar; BRAGA Kenny; DIONI, Cleber; SOUZA, João Borges de. **Perfis parlamentares: Leonel Brizola**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2004.
- BRITO, Marcelo. **Atlas das eleições presidenciais no Brasil**. 2020. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/atlaseleicoespresidenciais/>>. Acesso em: 15 junho 2020.
- CABRAL, Jacqueline Ribeiro; FERREIRA, Marieta de Moraes. Roberto Marinho. In: **Verbete**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2019. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marinho-roberto>>. Acesso em: 15 dezembro 2019.
- CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1988.
- CARDOSO, Renato Fragelli. Plano Verão. In: **Verbete**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2020. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-verao>>. Acesso em: 13 março 2020.
- COHN, Amélia; HIRANO, Sedi; MONTALVÃO, Sérgio. Folha de São Paulo. In: **Verbete**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2019. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/folha-de-sao-paulo>>. Acesso em: 21 dezembro 2019.

CONTI, Mário Sérgio. **Notícias do Planalto**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DILLENBURG, Sérgio Roberto; LEAL, Carlos Eduardo. Correio do Povo. In: **Verbete**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2019b. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correiodo-povo>>. Acesso em: 27 dezembro 2019.

_____. Zero Hora. In: **Verbete**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2019a. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetetematico/zero-hora>>. Acesso em: 27 dezembro 2019.

FERREIRA, Jorge. Nacionalismo, democracia e reformas: as ideias políticas de Leonel Brizola. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge. **A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p.23-51.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: DELGADO, Lucília Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964, vol.3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.343-404.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.59-124.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Júlio de Mesquita Neto. In: **Verbete**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2019. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetebiografico/mesquita-neto-julio-de>>. Acesso em: 20 dezembro 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MONTALVÃO, Sérgio. Jornal do Brasil. In: **Verbete**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2019. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetetematico/jornal-do-brasil>>. Acesso em: 17 dezembro 2019.

- FLEISCHER, David. Comportamento do eleitorado brasileiro na eleição presidencial de 1989. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v.6, n.9, 1990, p.9-35.
- FREITAS, Carlos Eduardo de. Dívida externa. In: **Verbetes**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2020. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/divida-externa-2>>. Acesso em: 28 março 2020.
- GALVANI, Walter. **Um século de poder**: os bastidores da Caldas Júnior. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.17-57.
- GOMES, Rodrigo de Aguiar. **1989**: a maior eleição da história. Porto Alegre: Lorigraf, 2014.
- GONÇALVES, J.S.R.C. As empresas familiares no Brasil. **RAE Light**, São Paulo, v.7, n.1, jan./mar, p. 7-12. 2000.
- GUILHERME, Cássio Augusto. A eleição de 1989: direita x esquerda. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 34, jun./nov, p. 87-109. 2016.
- JAGUARIBE, Hélio. Estado cartorial. In: **Verbetes**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2020. Disponível em: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/estado-cartorial>>. Acesso em: 27 março 2020.
- JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 213-230.
- KUSHNIR, Beatriz. Augusto Nunes. In: **Verbetes**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2019c. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/nunes-augusto>>. Acesso em: 20 dezembro 2019.
- _____. Manuel Francisco do Nascimento Brito. In: **Verbetes**. Rio de Janeiro: CDPC, 2019b. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetebiografico/manuel-francisco-do-nascimento-brito>>. Acesso em: 17 dezembro 2019.
- _____. Otávio Frias de Oliveira. In: **Verbetes**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2019. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/otavio-friasde-oliveira>>. Acesso em: 22 dezembro 2019.
- LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. 3ª Ed. Florianópolis: UFSC-Insular, 2001.
- LAGO, Cláudia; ROMANCINI, Richard. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

- LEAL, Carlos Eduardo. Última Hora. In: **Verbete**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2019. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ultima-hora>>. Acesso em: 27 dezembro 2019.
- LEAL, Carlos Eduardo; MONTALVÃO, Sérgio. O Globo. In: **Verbete**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2019. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/globo-o>>. Acesso em: 15 dezembro 2019.
- LEITE FILHO, Francisco das Chagas. **El Caudillo Leonel Brizola: um perfil biográfico**. São Paulo: Aquariana, 2008.
- LEITE, M.C.M. **A trajetória política de Leonel de Moura Brizola no exílio uruguaio**. 149 f. Dissertação (Mestrado em História)-Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- LEMONS, Renato. Alberto Pasqualini. In: **Verbete**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2020. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pasqualini-alberto>>. Acesso em: 24 março 2020.
- MARCILIO, Daniel. O Historiador e o Jornalista: A História imediata entre o ofício historiográfico e atividade jornalística. **Revista Aedos**, Porto Alegre, n.12, v.5, jan./jul.2013, p.32-63.
- MARCON, Marcelo. O retorno de Leonel Brizola do exílio em 1979: discursos de O Globo. **Revista Labirinto**, Porto Velho, v. 24, n. 1, p.339-362, jan./jun. 2016.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- MATTOS, César. **Dívida externa brasileira**. Brasília: Consultoria Legislativa, 2006.
- MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Conflitos no campo**: Rio Grande do Sul. 2020. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/conflitos/rs>>. Acesso em: 01 abr. 2020.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.319-377.
- RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Sempre alerta**. 3ª Ed. São Paulo, Brasiliense, 2001.
- RIBEIRO, Trajano. Brizola, meu camarada. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p.204-208.
- RODRIGUES, Mônica. Imprensa: uma relação de amor e ódio. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p.69-90.
- SCHIRMER, Lauro. **RBS: da voz-do-poste à multimídia**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SENTO-SÉ, João Trajano. As várias cores do socialismo moreno. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v.11, n.19/20, p.49-76, jan./dez.2004.

_____. **Brizolismo: estetização da política e carisma**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

SILVA, Bruno Marques. A segurança pública nos governos de Leonel Brizola no Rio de Janeiro (1983-1995). In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge. **A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p.239-272.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Mil dias**. São Paulo: Trajetória Cultural, 1988.

SILVA, Heber Ricardo da. **A democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa, 1945-1948**. 2008. 205 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2008.

SILVEIRA, M.J.S. **O Caso Proconsult: embate na apuração das eleições para o Governo fluminense em 1982**. 2018. 138 f. Dissertação (Mestrado em História)-Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2018.

TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TAVARES, Tânia dos Santos. Leonel Brizola e os nacional-revolucionários: Grupo dos Onze em Duque de Caxias, Rio de Janeiro (1963-1964). In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge. **A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p.87-120.

VAINFAS, Ronaldo. A luz própria de Leonel Brizola: do trabalhismo getulista ao socialismo moreno. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **Revolução e democracia (1964-...)**: (Coleção As esquerdas no Brasil, v.3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.479-502.

VALADARES, Paulo. Os Mesquitas do “Estadão” vistos pela genealogia judaica. **Revista da ASBRAP**, São Paulo, n.12, 2006, p.255-274.

VILLAMÉA, Luiza. Revolução tecnológica e reviravolta política. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. 2 Ed. São Paulo: Contexto, 2012, p.114-133.

XAVIER, Libânia. Das Brizoletas aos Brizolões: a educação pública nos governos de Leonel Brizola. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge. **A razão indignada**: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p.273-297.

ZICMAN, Renée Barata. História Através da Imprensa: algumas considerações metodológicas. **Revista Projeto História**, São Paulo, n.4, jun. 85, p. 89-102.